

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

Ivana Benevides Dutra Murta

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO AMBIENTE
PRESERVADO:
Estudo multicaso no município de Ouro Preto/MG**

Belo Horizonte
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

Ivana Benevides Dutra Murta

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO AMBIENTE

PRESERVADO:

Estudo multicaso no município de Ouro Preto/MG

Área de concentração: Análise
Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Bernardo
Machado Gontijo

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação do Departamento de Geografia
da Universidade Federal de Minas Gerais, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Geografia.

Belo Horizonte
2012

M984r
2012

Murta, Ivana Benevides Dutra.

Representações sociais do ambiente preservado [manuscrito] : estudo multicaso no município de Ouro Preto/MG / Ivana Benevides Dutra Murta. – 2012.

242 f.: il., fots. (color.), mapas (color.) tabs. (color.)

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2012.

Área de concentração: Análise Ambiental.

Orientador: Bernardo Machado Gontijo.

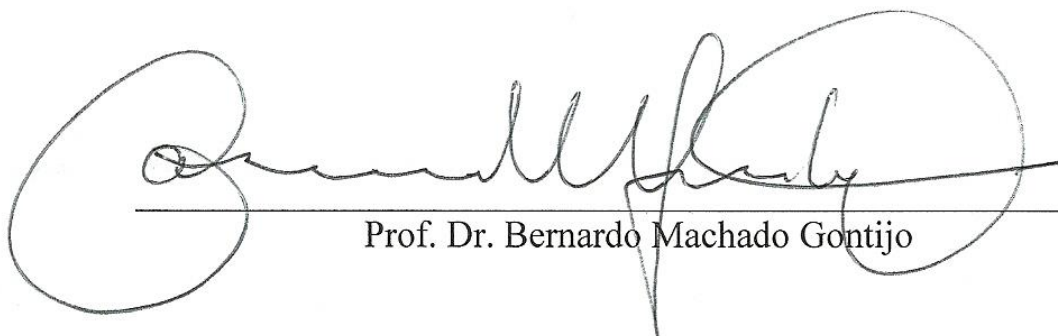
Bibliografia: f. 229-235.

Inclui anexos e apêndices.

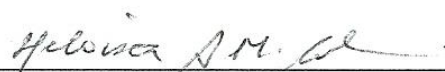
1. Áreas protegidas – Teses. 2. Proteção ambiental – Aspectos sociais – Teses. 3. Representações sociais – Teses. 4. Ouro Preto (MG) – Teses. I. Gontijo, Bernardo Machado. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 504.06(815.1)

Dissertação defendida e aprovada, em 20 de abril de 2012, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo



Prof. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa



Dra. Regina Maria de Fátima Camargos



Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde, esperança e curiosidade que me fizeram chegar até este momento. A minha família pelos valores, carinho e compreensão nos momentos de estresse e angústia, quando algo saía errado, no campo ou durante a escrita do trabalho, especialmente a mãe, sempre compreensiva. À tia Déborah, por aguentar as oscilações de humor, e me receber sempre em sua casa, por ser amiga e companheira sempre. Também a ela devo a tradução do resumo para o inglês. Às amigas Valéria, Gabrielle, Mel e Mary por ajudarem cada uma a seu modo. À Valéria presente física e virtualmente em todos os momentos, estimulando o que era desejado, ainda que isso implicasse mais trabalho; preciosa ao participar do planejamento para o campo, ajudar com as angústias da definição da tal amostra na pesquisa quantitativa e ao ler as análises, ajudando a cortar meus excessos. À Gabrielle por ouvir, ouvir e ouvir, apoiar quando necessário e se disponibilizar até a me socorrer no trabalho de campo. À Mel, aparecendo em momentos de picos de estresse e me fazendo relaxar com outros assuntos. Mary, preocupada, seu modo organizado aparece para dar apoio, para tranquilizar. Ao Paulo por ajudar com o Survey Monkey e ao Otávio pela destreza em fazer com que tudo coubesse numa página só. Ao Raúl companheiro e compreensivo, por deixar em sua casa meu espaço de um mês necessário para começar as análises em bons ares.

Ao Bernardo, orientador sem ser controlador, que ao proporcionar liberdade me fez crescer. Por ouvir muito e fazer das cenas de desespero algo mais leve, mas dando-lhes a devida importância. Sou grata também à sua família, privada da sua companhia em troca do trabalho. Ao Carrieri, quem despertou a curiosidade da pesquisa acadêmica e esteve presente sempre.

Aos meus sujeitos de pesquisa, moradores do Morro São Sebastião, Morro São João, Morro Santana, Morro da Queimada e São Bartolomeu pelos momentos de conforto, ao se abrirem para a pesquisa e até pelas desconfianças, que nos fazem refletir. Em especial, muito obrigada a Dona Alda, que me recebeu com carinho em sua casa em todos os campos realizados em São Bartolomeu. Aos entrevistados de instituições que contribuíram para entender o contexto.

A Ana Oliveira, que fez as ilustrações deste trabalho e, mesmo sem conhecer os lugares, conseguiu expressar, pictoricamente e com delicadeza, aquilo que com palavras não consigo.

Aos professores do programa e àqueles que conduziram grupos de discussão, em especial a Heloísa, Regina e Klemens pelas contribuições com as leituras, pelos espaços de socialização de textos, conhecimentos e metodologias. Aos colegas da pós-graduação que compartilharam dúvidas e conhecimentos, construindo um tempo de trocas e mudanças.

Ao grupo de pesquisa Memórias, representações e práticas sociais, em especial a seu coordenador, Adriano, quem me recebeu para o grupo de discussões. Sou muito grata à Luciana que também transitando entre áreas se juntou a mim para a troca de textos, ideias e medos ao buscar nas representações sociais a base de nossos trabalhos.

Aos funcionários do IGC, em especial à Simone e à Paula, pessoas responsáveis e que contribuem para que todos tenhamos o mínimo necessário para o desenvolvimento dos trabalhos.

À Capes por concessão de bolsa de mestrado no período integral do curso; ao CNPq, por financiamento da pesquisa “As formas de patrimonialização/preservação e a atividade turística como transformações sócioespaciais“, do qual esta dissertação faz parte.

Por fim, agradeço a todos os amigos e colegas que de maneira direta ou indireta participaram deste tempo de pesquisas, curiosidades, angústias, felicidades, descobertas, tensões e logros.

*Se é verdade que apenas podemos viver uma pequena parte
daquilo que há dentro de nós, o que acontece com o resto?*
(Trem noturno para Lisboa, Pascal Mercier)

RESUMO

Pesquisadores, vizinhos e gestores de Unidades de Conservação (UCs) no Brasil (nacionais, estaduais e municipais) têm apresentado dificuldades durante sua implementação e gestão, em decorrência de conflitos com empresas e com moradores da vizinhança. Essa situação se estende também a outros tipos de lugares protegidos, sejam patrimônios histórico-arquitetônicos, espeleológicos ou arqueológicos. O município de Ouro Preto é um lugar da história mineira que tem, na sua paisagem, características e marcas que órgãos públicos consideram importantes de se guardar como patrimônio ambiental, material e imaterial. Seguindo essa lógica, no município foram consideradas patrimônio diversas construções e paisagens, tendo sido protegidos espaços com diferentes interesses. O objetivo desta pesquisa foi entender como os vizinhos de UCs vivenciam o surgimento da Floresta Estadual do Uaimií (São Bartolomeu), do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e do Parque Arqueológico Morro da Queimada (distrito-sede de Ouro Preto), verificar se a criação dessas áreas interfere no cotidiano das pessoas e identificar quais as representações sociais do lugar onde vivem e dos conceitos de “preservação ambiental”, “meio ambiente” e “natureza”. Para tanto, a pesquisa interdisciplinar foi a estratégia escolhida. Em busca das “representações sociais”, conceito da psicologia social, houve a inserção da pesquisadora no universo dos discursos e práticas dos sujeitos. As representações sociais são visões de mundo e exposição de conhecimentos construídos com base na relação eu-outro-objeto. É um conceito dialógico que ajuda a compreender contextos polêmicos e relacionados às transformações no cotidiano e no espaço vivido pelas pessoas. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. Na etapa qualitativa foram realizadas 47 entrevistas gravadas e transcritas, baseadas em um roteiro semiestruturado, e outras, sem transcrição, mas analisadas a partir do registro de campo. Na etapa quantitativa foram aplicados 214 questionários, tendo como uma principais técnicas, para a análise das representações sociais, a “evocação de palavras” associadas ao lugar onde vivem: “meio ambiente”, “natureza” e “preservação ambiental”. Delineou-se o perfil dos moradores do entorno das áreas protegidas, suas principais queixas e anseios. Identificou-se a relação que os vizinhos estabelecem com as áreas protegidas. Em alguns casos, essa relação foi de dependência ou de uso para lazer, em outros de rechaça, gerada pelas proibições de uso dos bens ambientais e, até mesmo, pela redefinição simbólica do território — de preservação. Observou-se que as representações sociais de “preservação ambiental”, “natureza” e “meio ambiente” estão relacionadas a dois importantes princípios: o das práticas

cotidianas/universo tangível e o do discurso hegemônico moderno da preservação ambiental, proposto a partir das UCs. Nesse sentido, nota-se atualmente a dinâmica dessas representações. Por fim, observou-se a interferência da criação dessas áreas no cotidiano das pessoas e o nível de participação das pessoas que moram nas áreas vizinhas das UCs e do futuro Parque Arqueológico, permitindo concluir que esses espaços não têm sido (re)apropriados pelas pessoas que vivem nas proximidades, que são vistos apenas como vizinhos que lhes impõem limites.

Palavras-chave: Áreas protegidas; conflitos ambientais; representações sociais; discurso; Ouro Preto.

ABSTRACT

Researchers, neighbours and managers of Brazilian Conservation Units (CUs – Unidades de Conservação UCs) have had difficulties during the implementation and management of these due to conflicts with companies and with surrounding residents. This situation also arises in protected areas of different nature, places of historical – architectural heritage, speleological or archeological. The town of Ouro Preto is a location of importance to the history of Minas Gerais which has in its landscapes, characteristics and markings considered valuable by the public organs, and to be preserved as part of the material, immaterial and environmental heritage of the state and country. According to that principle, many buildings and landscape sites in the county area which were protected under different interests. The aim of this research was to understand how the CU neighbours experience the appearance of the Uaimií State Forest (Floresta Estadual do Uaimií - São Bartolomeu), the Cachoeira das Andorinhas County's Natural Park (Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas), and the Morro da Queimada Archaeological Park (Parque Arqueológico Morro da Queimada - Ouro Preto); to verify whether the creation of those areas interferes in the daily routine of the population, and to identify social representations of their place of residence and of the concepts of “environmental conservation”, “environment” and “nature”. In order to achieve that, interdisciplinary research was the chosen strategy. In search of the “social representations”, a concept of the social psychology, the researcher found herself immersed in the universe of the discourse and praxis of the subjects. The social representations are world views and exhibition of knowledge whose construction is based on the relationship I – other – object. It is a dialogical concept that helps to understand controversial contexts and contexts related to the transformations in daily routine and in the space experienced by the people. The research was developed in two stages. In the qualitative stage 47 interviews were conducted, recorded and transcribed, based on a semi-structured script, and others, not transcribed, but analysed from the field registrar. In the quantitative stage, 214 questionnaires were applied, having as a main technique, for the analysis of social representation, “word evocation” associated to their place of residence: “environment”, “nature” and “environmental conservation”. The profile of the residents of the surroundings of protected areas was outlined, their main complaints and anxieties. The relationship that the neighbours establish with the protected areas was identified. In some cases, that relationship was one of dependence or of leisure use, in other cases it was one of rejection, arisen from the prohibition of use of the environmental assets

and, even by the symbolical redefinition of the conservation territory. It was observed that the social representations for “environmental conservation”, “nature” and “environment” are related to two important principles: that of daily practices/tangible universe and that of modern hegemonic discourse of environmental conservation, proposed from the CUs. Thus, the dynamics of those representations can be observed presently. Finally, the interference of the creation of these areas in the daily routine of the people and the level of participation of the people living in the areas surrounding the CUs and what will soon become the Archaeological Park was observed, which lead to the conclusion that these spaces have been (re)possessed by the people living close to them, who are seen only as neighbours who impose limits to them.

Keywords: protected areas; environmental conflicts; social representations; discourse; Ouro Preto.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Rocha avistada da trilha que dá acesso à Cachoeira das Andorinhas.	166
FIGURA 2 – Animal solto na área do Parque.	174
FIGURA 3 – Escaladores de outro Estado na área do Parque.	186

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Povoados e pontos relevantes na APA Cachoeira das Andorinhas.	23
MAPA 2 – Estrada Real na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.	71
MAPA 3 – Geologia da APA Cachoeira das Andorinhas Ouro Preto – MG.	72
MAPA 4 – Área do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e vizinhança.	159

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Categorias de unidades de conservação previstas no SNUC (Brasil).	35
QUADRO 2 – Características do sistema central e do sistema periférico de uma representação.	47
QUADRO 3 – Elementos do núcleo central comparados aos dados da pesquisa.	216

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Idade dos entrevistados de São Bartolomeu.....	78
GRÁFICO 2 – Ocupações em São Bartolomeu	79
GRÁFICO 3 – Palavras associadas a São Bartolomeu.....	80
GRÁFICO 4 – Quesitos avaliados pelos moradores de São Bartolomeu.....	81
GRÁFICO 5 – Sugestões para lazer e descanso em São Bartolomeu	97
GRÁFICO 6 – Idade dos entrevistados (Morro São Sebastião, Morro da Queimada e Morro Santana/Morro São João)	100
GRÁFICO 7 – Escolaridade dos entrevistados (Morro São Sebastião, Morro da Queimada e Morro Santana/Morro São João)	100
GRÁFICO 8 – Ocupações dos entrevistados da Serra de Ouro Preto	101
GRÁFICO 9 – Palavras associadas a “Morro Santana/Morro São João”	103
GRÁFICO 10 – Médias das avaliações de quesitos (Morro Santana/Morro São João)	105
GRÁFICO 11 – Sugestões para lazer e descanso (Morro Santana/Morro São João)	105
GRÁFICO 12 – Palavras associadas a “Morro da Queimada”	108
GRÁFICO 13 – Médias das avaliações de quesitos (Morro da Queimada)	108
GRÁFICO 14 - Sugestões para lazer e descanso (Morro da Queimada).....	111
GRÁFICO 15 – Palavras associadas a “Morro São Sebastião”.....	113
GRÁFICO 16 – Médias das avaliações de quesitos (Morro São Sebastião)	114
GRÁFICO 17 – Sugestões para lazer e descanso no Morro São Sebastião.....	115
GRÁFICO 18 – Palavras relacionadas com “natureza” (São Bartolomeu)	131
GRÁFICO 19 – Frequência dos moradores da Serra de Ouro Preto no PNM Cachoeira das Andorinhas antes da estrutura de parque	178
GRÁFICO 20 – Frequência dos moradores da Serra de Ouro Preto no PNM Cachoeira das Andorinhas depois da estrutura de parque	178
GRÁFICO 21 – Sugestões dos moradores da Serra de Ouro Preto para melhorar o PNM Cachoeira das Andorinhas	182
GRÁFICO 22 – Frequência dos moradores de São Bartolomeu no PNM Cachoeira das Andorinhas..	187
GRÁFICO 23 – Proximidade em relação ao Parque Arqueológico Morro da Queimada (Serra de Ouro Preto).....	190
GRÁFICO 24 – Sugestões para o Parque Arqueológico Morro da Queimada (Serra de Ouro Preto) ..	194
GRÁFICO 25 – Palavras associadas a “preservação ambiental” (São Bartolomeu)	201
GRÁFICO 26 – Palavras associadas a “natureza” (São Bartolomeu)	206
GRÁFICO 27 – Palavras associadas a “meio ambiente” (São Bartolomeu)	208
GRÁFICO 28 – Palavras associadas a “preservação ambiental” (Serra de Ouro Preto)	210
GRÁFICO 29 – Palavras associadas a “natureza” (Serra de Ouro Preto)	213
GRÁFICO 30 – Palavras associadas a “meio ambiente” (Serra de Ouro Preto)	214
GRÁFICO 31 – Categorias de palavras associadas a “meio ambiente” (Serra de Ouro Preto).....	214

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Setores censitários pesquisados	62
TABELA 2 – População total de São Bartolomeu por idade	77
TABELA 3 – Escolaridade dos entrevistados de São Bartolomeu	78
TABELA 4 – Avaliação de “oportunidade de emprego” em São Bartolomeu	83
TABELA 5 – Atributos mais bem avaliados de São Bartolomeu	86
TABELA 6 – Avaliação de “espaço para lazer e descanso” em São Bartolomeu	95
TABELA 7 – População total da Serra de Ouro Preto, por idade e por bairro	99
TABELA 8 – Proximidade em relação à Floresta Estadual do Uaimii (São Bartolomeu)	127
TABELA 9 – Avaliação da Floresta Estadual do Uaimii (São Bartolomeu)	127
TABELA 10 – Sugestões para melhorar a Floresta Estadual do Uaimii (São Bartolomeu)	129
TABELA 11 – Proximidade em relação à Floresta Estadual do Uaimii (Serra de Ouro Preto)	129
TABELA 12 – Relação da comunidade de São Bartolomeu com o IEF	144
TABELA 13 – Descrição da relação entre a comunidade e o IEF em São Bartolomeu	145
TABELA 14 – Influência das áreas protegidas na renda da família (Serra de Ouro Preto)	167
TABELA 15 – Nota para o PNM Cachoeira das Andorinhas (Serra de Ouro Preto)	181
TABELA 16 – Dicas para melhorar o PNM Cachoeira das Andorinhas (São Bartolomeu)	187
TABELA 17 – Núcleo central e periférico das representações da “preservação ambiental” (São Bartolomeu)	200
TABELA 18 – Núcleo central e periférico das representações da “natureza” (São Bartolomeu)	206
TABELA 19 – Núcleo central e periférico das representações da “meio ambiente” (São Bartolomeu)	207
TABELA 20 – Núcleo central e periférico das representações da “preservação ambiental” (São Bartolomeu)	210
TABELA 21 – Núcleo central e periférico das representações da “natureza” (Serra de Ouro Preto)	211
TABELA 22 – Núcleo central e periférico das representações da “meio ambiente” (Serra de Ouro Preto)	215

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABRAPSO – Associação Brasileira de Pós-graduação em Psicologia Social
- AD – Análise do Discurso
- AMA – Amigos do Meio Ambiente
- APA – Área de Proteção Ambiental
- CPD – Condições de Produção do Discurso
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
- FHIDRO – Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das
Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais
- IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IEF – Instituto Estadual de Florestas
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- PNM – Parque Natural Municipal
- PNUA – Programa das Nações Unidas para o Ambiente
- RBSE – Reserva da Biosfera do Espinhaço
- RS – Representações Sociais
- SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
- TRS – Teoria das Representações Sociais
- UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

PRÓLOGO	17
INTRODUÇÃO	21
1. TENSÕES NA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA	28
1.1 A(s) relação(ões) sociedade-natureza: o berço do conflito.....	28
1.2 A representação da natureza e a natureza do conflito.....	30
1.3 Áreas protegidas	33
1.3.1 Unidades de conservação no Brasil	35
2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	38
2.1 Representações sociais: por um breve histórico conceitual.....	39
2.2 Representações sociais: construtivismo e construcionismo	40
2.2.1 Representações sociais: um conceito dialógico	42
2.2.2 O núcleo central nas representações sociais.....	46
2.3 Representação não é opinião: esclarecendo interesses	49
2.4 Representações do espaço vivido: memória coletiva e marcas no espaço	53
2.5 Representações sociais de “ambiente” e “natureza”.....	56
3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA	59
3.1.1 Etapa qualitativa	59
3.1.2 Etapa quantitativa	61
3.1.2.1 Universo e amostra	61
3.2 Interpretação dos dados.....	64
3.2.1 Análise do discurso: para entrevistas	64
3.2.2 Tratamento dos dados (questionário).....	67
4 AS ÁREAS EM CONTEXTO.....	69
4.1 Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas.....	74
5 PERFIL DOS VIZINHOS DAS ÁREAS PROTEGIDAS	77
5.1 São Bartolomeu	77
5.1.1 São Bartolomeu: as representações de um “lugar do estático” condutor da mudança	80
5.1.2 A goiabada cascão de São Bartolomeu no contexto da patrimonialização	87
5.1.3 Patrimônio material em São Bartolomeu e a relação com as áreas protegidas	93
5.1.4 Lazer em São Bartolomeu.....	95
5.2 A comunidade entre-parques: Morro São Sebastião; Morro São João, Morro Santana e Morro da Queimada	97
5.2.1 Morro Santana/Morro São João	102
5.2.2 Morro da Queimada	107
5.2.3 Morro São Sebastião	112
6 ÁREAS PROTEGIDAS EM CONTEXTO: A VIVÊNCIA DO ENTORNO	116
6.1 Floresta Estadual do Uaimif	118
6.1.1 Floresta Estadual do Uaimii: uso público	127

6.1.2	A Floresta e a APA: conduzindo transformações na vida cotidiana do entorno	130
6.1.3	Gestão da Floresta Estadual do Uaimí	139
6.1.4	Turismo em São Bartolomeu e sua relação com a Floresta do Uaimí	146
6.1.5	O futuro no entorno da Floresta: os desejos para São Bartolomeu	150
6.2	Áreas protegidas da Serra de Ouro Preto: Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e Parque Arqueológico Morro da Queimada.....	158
6.2.1	Parque Natural Municipal das Andorinhas	160
6.2.2	Principais problemas vivenciados na gestão do PNM Cachoeira das Andorinhas.....	170
6.2.3	Preservados territórios móveis	175
6.2.4	Turismo no Parque.....	184
6.2.5	Oportunidades para o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas	187
6.3	Parque Arqueológico Morro da Queimada: um projeto parado no tempo da comunidade	189
7	EM BUSCA DOS CONCEITOS NA VIDA COTIDIANA	199
7.1	Os conceitos em São Bartolomeu.....	199
7.1.1	Preservação ambiental: um sentido de paternidade reconhecida em São Bartolomeu	199
7.1.2	“Natureza” e “meio ambiente”: representações em São Bartolomeu.....	205
7.2	Os conceitos na Serra de Ouro Preto.....	208
7.2.1	Representações sociais da “preservação ambiental” na Serra de Ouro Preto.....	208
7.2.2	“Natureza” e “meio ambiente” na Serra de Ouro Preto	211
7.3	Representando novos conceitos: entre ancoragem e objetivação	215
7.4	Ecomuseu: uma possibilidade de integração com áreas protegidas	220
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230
	APÊNDICE A: Roteiro de entrevista	237
	APÊNDICE B: Questionário survey	Erro! Indicador não definido.
	ANEXO 1 – Setor censitário 0001 (São Bartolomeu).....	239
	ANEXO 2 – Setor Censitário 0009 (Morro São Sebastião)	240
	ANEXO 3 – Setor censitário 0010 (Morro São Sebastião; Morro Santana; Morro São João e Morro da Queimada).....	241
	ANEXO 4 – Setor censitário 0027 (Alto Cruz; Morro Santana).....	242

PRÓLOGO

Em 2007, feriado de semana santa, pouco dinheiro e uma família com a ideia de conhecer lugares interessantes próximos de BH, partimos com o guia de ecoturismo da Estrada Real na mão: Catas Altas, Sabará, Lavras Novas e... São Bartolomeu. Chegamos quase à noite, chovia, não havia telefone nem hospedagem, pouca gente na rua. Alguém nos indicou que um senhor poderia nos hospedar. Ficamos em sua casa em troca de um valor combinado. A janta foi em casa de outra pessoa que oferecia comida. Foi esse clima agradável e íntimo que me fez gostar de São Bartolomeu.

No mesmo ano, em um trabalho em grupo de final da disciplina *Patrimônio*, decidimos fazer em São Bartolomeu um trabalho sobre o patrimônio imaterial — o famoso doce. Depois, em um trabalho da disciplina de *Turismo e Meio Ambiente* tive oportunidade de escolher entre São Bartolomeu (no município de Ouro Preto) e Lapinha da Serra (no município de Santana do Riacho), na Serra do Cipó, para pesquisar. A escolha foi imediata, eu precisava entender mais aquele lugar. No momento da monografia, já conhecendo muitas pessoas no distrito, aí ficou fácil compreender o processo de turistificação por lá. Acompanhado dessa temática, patrimônio material e ambiental permeavam o discurso dos habitantes o tempo todo. Sendo o foco da monografia o turismo, mas não podendo fechar os olhos para um tema que parecia ter mais importância em 2009: a proteção ambiental e a relação com os vizinhos. Esta passou a ser a ideia central do projeto de dissertação de mestrado. Para o mestrado achava que apenas dar sequência ao trabalho em São Bartolomeu seria pouco — resolvi então pesquisar também o Morro São Sebastião e assim ver a relação dele com o Parque Natural Municipal das Andorinhas. Pensava: são duas unidades de conservação diferentes — como será que os vizinhos vivenciam esse processo de preservação ambiental? Obviamente que há muitas outras comunidades no entorno de cada uma dessas UCs, eu não podia me propor a pesquisar todas elas, não teria condições financeiras nem tempo suficiente para fazê-lo, embora seja uma ideia que pode ser desenvolvida mais tarde.

No início de 2010 percebi que precisava fazer alterações, estava caindo na mesmice do trabalho da graduação. Concluí as disciplinas ao longo de 2010, alterei o cronograma e recomencei as entrevistas apenas no final do primeiro semestre de 2011. Foi aí que consegui observar mudanças nas falas dos sujeitos. O afastamento por um ano e alguns meses contribuiu para uma análise temporal.

Ademais, voltar depois de um tempo a São Bartolomeu ajudou a repensar a relação entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa. Isso porque, embora tenha iniciado a pesquisa já há bastante tempo, algo me surpreendeu no final de 2011, quando um entrevistado me contou que havia pessoas que estavam desconfiando dessa minha pesquisa. Havia boatos de que minha pesquisa teria sido encomendada por alguém interessado em explorar a área (incluindo mineradoras) ou ainda pelo IEF. Fiquei realmente assustada, pois depois de tanto tempo, imaginei que desconfianças como essas teriam sido diluídas.

Analisando as entrevistas, observei também que poucas pessoas estavam apresentando conflitos de maneira clara. O cuidado com os implícitos e com a análise contextual precisou ser ainda maior.

Em São Bartolomeu, mais de uma vez, durante entrevistas, ouvi o pedido de que o que estava sendo dito não deveria ser associado à pessoa. Por esse motivo, em respeito a meus entrevistados, alguns poucos trechos não receberam um código. Embora o código implique na preservação da identidade, meu temor era de que fosse possível de alguma forma associar uma sequência de falas a um discurso e assim acabar por não preservar a identidade dos sujeitos.

Tendo decidido realizar a pesquisa nos arredores dos dois parques na Serra de Ouro Preto, optei por trabalhar com os vizinhos das áreas, ou seja, dos bairros Morro São Sebastião, Morro Santana, Morro São João e Morro da Queimada. Inicialmente, seria pesquisado apenas o Morro São Sebastião. Quando apresentei em público minha intenção, percebi que algumas pessoas ficaram receosas. Um professor chegou a chamar um dos morros de favelão. Segui com a ideia e tive surpresas positivas. Considerando-se as favelas de grandes cidades brasileiras, como Belo Horizonte e Recife, onde já adentrei como pesquisadora, definitivamente aquelas áreas não se tratam de favelão, embora sejam simples e passem por alguns problemas sociais.

Em Ouro Preto, quando comentei que faria pesquisa nos morros São João, Santana e Queimada, houve a mesma reação de susto e receio que observei na faculdade. Algumas pessoas, ao saber o que pretendia fazer, manifestaram bastante incômodo, dizendo que seria perigoso, para eu tomar muito cuidado, não ir sozinha.

Em junho, iniciei a etapa quantitativa nos Morros São João e Morro Santana que, a julgar pelos ouropretanos, eram muito mais tranquilos que o da Queimada, que fui deixando sempre para depois. No início, minhas amigas se ofereceram para me ajudar e claro, fiquei feliz e aceitei. Entretanto, logo no primeiro campo, observei certo grau de tensão. Mataram

um homem na festa de São João, ali, no bairro onde estava fazendo a pesquisa, um dia depois do início do meu trabalho. Relevei. Matam-se pessoas no Brasil em muitas cidades e bairros. Segui o campo e, obviamente, os primeiros questionários refletiam o desconforto da violência. Não achei nada estranho, porque a memória vivida, e bastante recente, certamente refletiria na evocação das palavras e ajudaria a analisar as representações sociais, com o auxílio da perspectiva dialógica, conforme proposto. No campo seguinte, recebi ajuda de uma das amigas. Fomos andando e as representações do bairro como um lugar violento perduravam. Tive receio por tê-la levado, mas o movimento no bairro me tranquilizou, continuamos. No terceiro campo, já via cenas de violência como homens e mulheres que se insultavam e aos filhos, crianças que insultavam irmãos e pais. E o carro de polícia que ziguezagueava pelo morro com as luzes ligadas; no mínimo, um sinal de alerta.

Já em julho sentia um peso ao pensar que iria voltar àqueles locais. Inevitavelmente, teria que respirar fundo e me colocar diante de toda aquela violência, desde a forma mais simples, como um olhar repressivo ao recusar responder a pesquisa até presenciar agressões físicas entre os moradores. Eu via e vivia aquilo e me arrependia de estar ali. Mas, logo pensava e o que me propus? Não desisti, mas sempre arrumava uma boa desculpa para não ir a campo, sendo a melhor uma resposta objetiva do meu corpo: muitas e fortes dores de cabeça, sensação estranha, e inflamações de garganta. Um campo em Ouro Preto era sempre trocado por outra coisa. Demorei a me dar conta de que tudo era por medo, uma sensação indescritível. Apresença de algumas pessoas e ouvi-las me incomodava. Fui fazendo e contra-argumentando para mim mesma: é importante ouvir essas pessoas, afinal, meu projeto tinha como objetivo dar voz aos habitantes do entorno de áreas protegidas e eles estavam ali. Pois bem. Sigamos com o objetivo!

Muitas vezes, começava um questionário e fingia que havia acabado, quando tinha apenas um quarto do mesmo. A explicação? Havia me dado conta de que meu respondente não inspirava a seriedade que eu requeria, o questionário não poderia ser validado. É este também um dado, principalmente no Morro Santana, onde encontrei muitos adultos bêbados ou sob efeito de alguma substância que eu não sabia identificar. Nesses bairros, entrei em casas limpas e bastante organizadas, ainda que simples; noutras sujas, desagradáveis, radicalmente opostas. Às vezes, me perguntava o que estava fazendo ali e me descobria alguém que discriminava, que julgava. Mas encontrei também pessoas muito interessantes, batalhadoras, aliás, foram essas que me motivaram a continuar, mesmo que os adiamentos continuassem frequentes.

Precisei pedir mais prazo para a apresentação do trabalho final. Já havia algo para apresentar, mas não o que eu julgava necessário. Resisti, mas depois de conversar com algumas pessoas e finalmente me abrir, aceitei o conselho de aumentar a margem de erro, reduzindo a amostra. Convidei uma moradora de um dos morros para me ajudar. Embora aceitasse, ela também tinha muito medo de abordar algumas pessoas, ou ir em algumas casas e ainda me sugeria que não o fizesse. Por parte dessa própria moradora, vi resistência em ir ao Morro da Queimada e cheguei a imaginar que esse seria de fato um bairro perigoso.

Na verdade, me surpreendi bastante. O pior caso que presenciei no Morro da Queimada foi de um jovem de 16 anos que recebeu visita de representantes do Conselho Tutelar, pois havia agredido fisicamente a namorada de 14 anos. O acesso a algumas partes do bairro é complicado: becos, escadarias e trilhas compõem o cenário. Embora o Morro da Queimada tenha uma história de intenso sofrimento, a ocupação do presente e o registro de famílias batalhadoras parece ter amenizado tanta dor e infortúnio no lugar. As tragédias da modernidade, por exemplo, em algumas partes do Morro Santana parecem deixá-lo mais pesado. Fato é que achei muito mais tranquilo abordar as casas no Morro da Queimada, a maioria bastante simples, mas muitas famílias unidas, pouquíssimos casos de pessoas alcoolizadas e de violência.

INTRODUÇÃO

Os conflitos ambientais, como quaisquer outros, podem ser considerados como indutores de formulações teóricas e metodológicas que possibilitam intervenções. Aliás, o campo científico em si se constrói a partir da existência de situações-problema que devem ser analisadas e podem sofrer intervenções. No contexto dos problemas ambientais, primeiro temos a crise ambiental, expressa principalmente pelos acidentes ambientais, fabricação da bomba nuclear, aumento do consumo e da população. A partir desse momento conturbado, surge uma preocupação ambiental. Com isso, políticas variadas são formuladas em todo o mundo. No Brasil, uma legislação ambiental considerada uma das mais completas do mundo é inserida na Constituição de 1988 (SANTILLI, 1993).

Um dos mecanismos que surge como resposta a essa crise ambiental é a criação de parques nos quais haveria proteção e visitação. Mais tarde, além de parques, foram delimitadas áreas com diferentes regras e fins. Foram criadas áreas protegidas com diferentes objetivos, as de proteção integral são: estação ecológica; reserva biológica; parque; monumento natural; e refúgio da vida silvestre. Foram criadas também áreas protegidas de uso sustentável, quais sejam: área de proteção ambiental (APA); área de relevante interesse ecológico; floresta; reserva extrativista; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável; e reserva particular do patrimônio natural (RPPN). Essas áreas protegidas são Unidades de Conservação (UCs) e regulamentadas por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a partir de 2000. Inicialmente, as UCs estavam a cargo da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em seguida do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e, atualmente, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Apesar dessa política estratégica e de suas complementares, a solução para a crise ainda não foi encontrada. E, junto com a tentativa de solucionar um problema, emerge outro. As UCs, de um lado, solucionam pelo menos parte de um problema, salvaguardando espaços e ecossistemas importantes, para o uso desta e das próximas gerações. Mas por outro desencadeiam um conflito ambiental (DIEGUES, 1996, 2000; PEREIRA, 2005). Para que e para quem são criadas as UCs? O que muda nos arredores da UC e em sua área?

Temos observado a criação de diversas UCs com variadas categorias de manejo em todo o Brasil. Orgulham-se os órgãos estaduais e federais e, algumas vezes, até mesmo os

municipais, porque a quantidade de UCs está aumentando. O que isso implica? Mais solução? Mais conflitos?

Em trabalho anterior (MURTA, 2009), ao estudar as representações sociais dos habitantes de São Bartolomeu¹ sobre a atividade turística, observei que muitas vezes o objeto da representação repentinamente mudava — da “atividade turística” passava a ser o Instituto Estadual de Florestas (IEF) ou a área da Floresta do Uaimii. Segui a pesquisa com o foco na atividade turística, mas sempre sensível a essa mudança de objeto que aconteceu em quase todas as entrevistas.

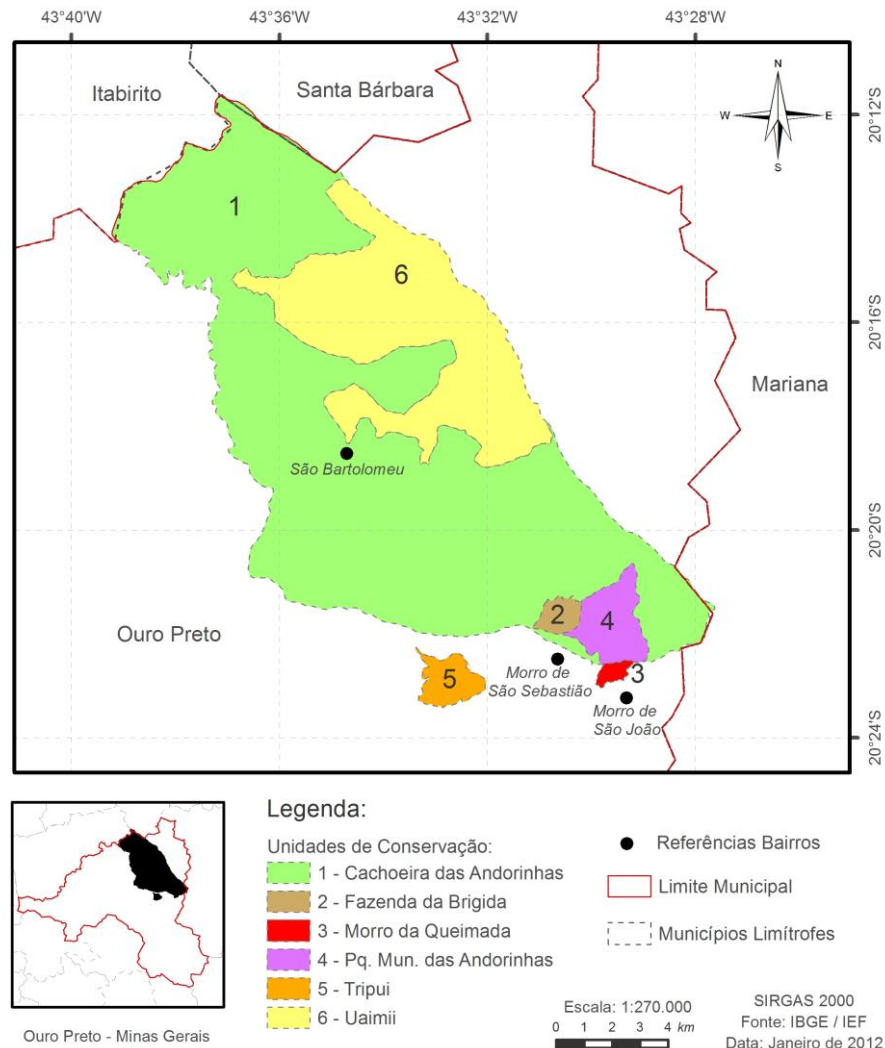
Devido à criação das UCs no município de Ouro Preto, especialmente da Floresta Estadual do Uaimii e da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual Cachoeira das Andorinhas e a todo o processo que isso implica, alguns dos entrevistados, naquela época, questionaram que eles próprios mantinham tudo protegido naquela área, porque eles sabem proteger. Eles tentaram evidenciar que não necessitavam do IEF para tal e não entendiam algumas restrições, principalmente o fato de não poderem catar lenha seca na área da Floresta. Agora, busquei explorar as representações sociais da natureza e dos processos de proteção ambiental e ampliei a área de estudo de São Bartolomeu e da Floresta do Uaimii, para o “mosaico de UCs” da região, investigando também a população vizinha ao Parque Natural Municipal (PNM) das Andorinhas, ao Parque Arqueológico Municipal Morro da Queimada. À exceção do Parque Arqueológico, área protegida adjacente à Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual Cachoeira das Andorinhas, as duas UCs estão contidas na APA. As comunidades pesquisadas foram, portanto, São Bartolomeu, Morro de São Sebastião (limítrofe ao PNM das Andorinhas), Morro São João e Morro Santana (limítrofes ao PNM das Andorinhas, sendo a principal via para entrada de pedestres e ao Parque Arqueológico) e Morro da Queimada (limítrofe ao Parque Arqueológico).

Pretendo com este trabalho responder às perguntas: Quais as representações de natureza? Em decorrência da proteção ambiental, como se configuram as representações em torno do habitar o espaço? Quais as práticas cotidianas dos sujeitos no espaço?

Para respondê-las, propus uma pesquisa exploratório-descritiva de caráter teórico-empírico, na tentativa de entender as representações desses habitantes em relação ao espaço (físico e simbólico). Realizei um estudo multicaso com triangulação metodológica (qualitativa e quantitativa), abrangendo as quatro localidades que estão no entorno imediato de áreas protegidas, conforme Mapa 1.

¹ Distrito de Ouro Preto, Minas Gerais.

MAPA 1 – Povoados e pontos relevantes na APA Cachoeira das Andorinhas



As grandes problemáticas ambientais vivenciadas nessas localidades constituem-se nos usos dos bens ambientais. As discussões, nesse sentido, permeiam, como dito por Scalco (2009), o uso da vegetação como fonte de energia (fogo) e o contato com a água, principalmente a do Rio das Velhas, que atravessa de sudeste a noroeste a APA Cachoeira das Andorinhas.

Com base na pesquisa anterior, observei a existência de um conflito de patrimônios decorrente da criação de UCs em São Bartolomeu, relativo à proibição do “catar lenha” e à proteção do bem imaterial “doce” que é feito em fogão a lenha. Reconhecendo, portanto, a preservação como dinâmica por meio da permanência, modos de habitar e representações que se relacionam com as práticas reconhecidas em momento de transição nos *loci* da pesquisa. Por se tratar de um trabalho qualitativo, busquei a construção dos sentidos em torno das

problemáticas propostas: a proteção ambiental e a representação da natureza e como essas representações ajudam a compor o cotidiano dos sujeitos.

Desta maneira, o objetivo geral deste trabalho é identificar as representações sociais dos habitantes vizinhos de algumas UCs em Ouro Preto, em relação à noção dos conceitos de “proteção ambiental” e em relação à “natureza”. Pretendo apresentar as representações desses conceitos e como eles saem do meio institucional, via áreas protegidas, e são apropriados e significados na vida cotidiana desses habitantes. A partir dessas representações, associadas às do lugar onde vivem, objetivo saber como as áreas protegidas são vivenciadas e se, a partir de sua criação, ocorrem transformações nas representações em torno de *habitar o espaço* e das práticas cotidianas.

A representação da proteção ambiental foi buscada por esses sujeitos sociais por meio do termo “preservação ambiental”, pois conforme observado em campo, esse é o termo utilizado nos projetos de educação ambiental e que começa a ser incorporado pelos habitantes. Sendo assim, as diferenças entre os conceitos de “conservação” e “preservação” não serão aqui considerados, já que este é um trabalho que busca representações no senso comum e não no meio científico ou técnico.

Os objetivos específicos, foram:

- a) Traçar o perfil dos moradores de São Bartolomeu e dos bairros adjacentes ao PNM Cachoeira das Andorinhas e ao Parque Arqueológico Morro da Queimada;
- b) identificar as relações dos sujeitos com o lugar onde moram;
- c) averiguar o grau de envolvimento dos sujeitos com as UCs;
- d) descrever as relações (econômicas ou de lazer) dos moradores de cada bairro/distrito com as áreas protegidas em questão;
- e) entender como as representações sociais dos objetos “preservação ambiental” e “natureza” se constroem.

Além desses objetivos de ordem empírica, almejei comparar os logros das abordagens qualitativa e quantitativa, para a compreensão das representações sociais.

Para alcançar os objetivos, do ponto de vista teórico, recorri à Teoria das Representações Sociais (TRS), que vem da psicologia social, foi desenvolvida por Serge Moscovici e é trabalhada por vários autores de diferentes áreas. As representações sociais possibilitam entender a dinâmica que vai além da representação *per se*, alcançando também as práticas cotidianas. O objetivo ao usar a TRS não é apenas de identificar essas representações, mas também entender como elas se formam naquele espaço.

A representação social pode ser entendida, segundo Moreira e Oliveira (1998), como visões de mundo que são elaboradas na vida cotidiana a partir da interação. Segundo Moscovici (1979), para tratar das representações sociais não se pode fazer uma separação entre universo exterior e universo do indivíduo (ou do grupo), porque sujeito e objeto não são heterogêneos, mas existem em decorrência dos meios e dos métodos que permitem conhecê-los.

Na etapa qualitativa, contribuindo para a análise de abordagem sociodiscursiva e dialógica, foram realizadas entrevistas para apreender as representações sociais e compreender como elas são formadas. Para interpretar os dados, servi-me de instrumentos da Análise do Discurso (AD), utilizando contribuições do Círculo de Bakhtin, da corrente francesa. Na quantitativa, foi realizado um *survey* no qual a evocação de palavras foi a principal técnica para identificar as representações sociais. Embora o objetivo inicial na etapa quantitativa teria sido analisar a formação das representações sociais remetendo à teoria do núcleo central (estruturalista), o que se observou é que a evocação de palavras contribuiu para um interessante complemento na compreensão de representações sociais que têm suas transformações catalisadas, neste caso, pela criação das áreas protegidas e a inserção de novos atores nas áreas estudadas.

As diferentes abordagens se completam e, a partir delas, tive também como objetivo analisar a viabilidade de ambas no estudo das representações sociais e algumas contribuições possíveis dessa teoria e dos métodos para a geografia, além de apontar suas características no trabalho.

A partir da compreensão das representações sobre a natureza, é possível contribuir para o delineamento de políticas públicas ou campanhas de sensibilização, por exemplo. De acordo com Maingueneau (2010), somente a palavra “ambiental” merece ser estudada, uma vez que circula em diversos meios e tem se tornado protagonista em nosso cotidiano. Neste trabalho retirei do âmbito institucional a palavra “meio ambiente” e tentei compreender o que o público, a partir de suas várias socializações, construiu como sentido, em comparação com a representação da “natureza”, palavra esta que nos foi socializada desde a infância. Se um dos objetivos da ciência é construir conhecimento para a vida cotidiana, como o conhecimento sobre o meio ambiente, sua importância e necessidade de proteção, tem sido apreendido pelas pessoas na vida cotidiana? Como a questão da preservação ambiental tem sido tratada? Quais são as práticas que estão relacionadas com as representações sociais? Como mostra Moscovici (1979), a saída de um termo do ambiente acadêmico para o âmbito do popular e da linguagem

cotidiana implica uma diferenciação, uma descontinuidade que está relacionada com os universos de pensamentos. Sobre as terminologias que saem do mundo da teoria, da Academia, e se alojam no discurso do senso comum, Compagnon (2003, p. 28) tende a “resistir à alternativa autoritária entre a teoria e o senso comum, entre o tudo ou nada, porque a verdade está sempre no entrelugar”. No caso de um dos objetos deste estudo, o “meio ambiente”, essa descontinuidade ou esse entrelugar, seria uma entre as causas de conflitos ambientais, portanto, tema que deve ser conhecido para ser trabalhado no âmbito da prática.

Estudar as representações sociais sobre a natureza é importante para entender a origem e o desenvolvimento dos conflitos ambientais. Isto porque as representações dão base para entender as práticas no espaço. Sobre o tema, brevemente, Diegues (1996) chegou a mencionar recorrendo a Godelier (1984): os diferentes grupos e culturas têm diferentes formas de interpretar, representar e agir sobre o meio natural e é por isso que estudar essas representações é importante.

Embora não explícita, a representação é também prática, se consideramos a problemática da intersubjetividade associada ao espaço, alcançando assim as práticas cotidianas. Na interação entre o *eu* e o *outro* e do *eu-nós* e o espaço, devemos considerar as práticas — a ação.

Mas aqui foram lançados apenas conceitos introdutórios a fim de nortear o leitor no trajeto percorrido neste trabalho. A seguir apresento a estrutura do mesmo.

A leitura deste trabalho compreende, além desta introdução, oito capítulos. No primeiro, contextualizo a problemática ambiental contemporânea partindo dos conflitos ambientais, que são o pano de fundo motivador desta dissertação. Na sequência, apresento e discuto a Teoria das Representações Sociais nas abordagens: dialógica e do núcleo central. Faço também nesse capítulo a relação das representações sociais com o tema a ser pesquisado e com o percurso metodológico, via discurso. O terceiro capítulo traz a metodologia e as abordagens metodológicas, bem como os procedimentos envolvidos. No quarto contextualizo as áreas de pesquisa, apresentando elementos gerais que contribuem para as análises seguintes. No capítulo seguinte, cumpro com um dos objetivos específicos — de delinear o perfil dos vizinhos das áreas protegidas em questão e observar a relação do sujeito com o espaço onde vive. O sexto capítulo, que contém a maior parte das análises, permite responder à maioria dos objetivos desta pesquisa. Nesse capítulo, por meio das falas dos sujeitos, são apresentadas as relações entre os habitantes locais e as áreas protegidas, a relação com a gestão e a implicação que essas áreas têm no contexto da vida cotidiana. No capítulo 7, são

concluídas as análises referentes às representações da “preservação ambiental”, “natureza” e “meio ambiente”. Embora essas análises tenham começado a serem desenvolvidas bem antes, é nesse capítulo que o foco é dado. Juntamente com essas análises, são apresentadas algumas sínteses e comparações, conduzindo às considerações finais — último capítulo desta dissertação.

Seguindo as considerações finais, são apresentados as referências bibliográficas, os apêndices e anexos.

1. TENSÕES NA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA

1.1 A(s) relação(ões) sociedade-natureza: o berço do conflito

Existem diferentes relações entre sociedade e natureza. Isso porque o próprio homem concebe a natureza de formas variadas. Se considerarmos a escalada do impacto humano (DANSEREAU, 1999) observamos como as formas de interação vão mudando ao longo do tempo. O homem, de coletor passa a controlador da natureza (cultivo e pastoreio). E, acrescentando à escala do impacto humano, temos tentado superar a força da natureza, dominando-a, desafio que surge no âmbito científico.

As relações entre homem e natureza não são analisadas segundo escalas temporais, geográficas ou culturais isoladamente, mas conforme um conjunto delas. Para considerar a relação sociedade-natureza é necessária uma perspectiva transescalar, em que diferentes tempos, espaços e culturas estariam associados. As diferentes perspectivas em um mesmo tempo podem justificar os conflitos.

Um exemplo clássico das diferentes expressões da relação sociedade-natureza é dado pela contraposição da concepção de alguns povos indígenas à concepção judaico-cristã: “Em oposição às religiões animistas de muitos povos indígenas, que, para usar nossos termos, veem cultura na natureza e natureza na cultura, a tradição judaico-cristã parte do princípio que ao homem foi dado o domínio sobre a natureza”. (DIEGUES, 2000, p. 6)

Essa perspectiva judaico-cristã pode ser percebida como hegemônica. Essa hegemonia é devida, principalmente, à contribuição da ciência, enquanto indutora da homogeneização dessa concepção da relação homem-natureza. Ainda que exista subjetividade na ciência, ela se conceitua e se pretende objetiva, como caminho para o que pode ser comprovado, sendo ferramenta de categorização e de definição de utilidades, de entendimento do que seriam os recursos naturais para a sociedade.

O período de surgimento da ciência ocidental moderna influenciou significativamente na construção de uma relação de apropriação e dominação da natureza pelo homem.

O período de 1500 a 1800 assistiu a uma série de mudanças na forma como homens de todos os níveis sociais percebiam e classificavam o mundo natural à sua volta. Foi durante esses séculos que surgiram tanto um interesse pela natureza, quanto dúvidas e ansiedades a respeito das relações que o homem com ela estabelecia. (LAS CASAS, 1990, p. 2)

Apesar de sofrer forte influência religiosa, o pensamento científico nessa época era orientado por uma abordagem teleológica do ambiente, que o descreve, então, como meio para a sobrevivência. Tudo o que há no ambiente passa a ser entendido como recursos ou como ferramentas para alcançar determinados objetivos. Com o progresso científico-tecnológico, houve indubitavelmente um alastramento desses preceitos científicos e da concepção de natureza como meio para o homem e como conjunto de elementos/ferramentas que atendem aos objetivos e necessidades humanas. Continuamos frequentemente discursando sobre a natureza para a sustentação da vida humana, sendo sua existência atribuída como recurso para sustentação. No contexto da globalização — e em particular para o ocidente — essa perspectiva da sustentação é homogeneizada. E é nesse sentido que podemos observar a diferença da relação “homem-natureza” da sociedade urbano industrial e dos povos tradicionais.

Segundo Diegues (1996), a relação homem-natureza da sociedade urbano-industrial é muito diferente dessa mesma relação para os povos tradicionais. Para o autor, “Na concepção mística das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico”. (DIEGUES, 1996, p. 292) Já segundo Barcellos (2008), recorrendo às contribuições de David Harvey, na contemporaneidade judaico-cristã a natureza é tida como algo passível de uso e mercantilização, mas “quando a sociedade moderna atribui um valor à natureza, ela atribui um valor a si própria”. (BARCELLOS, 2008, p. 110)

Essas diferentes formas de apropriação que constituem o campo simbólico implicam em diferentes valores creditados ao espaço e, conseqüentemente, formas diferentes de prática. Assim, as diferentes práticas podem gerar tensões configurando frequentemente um cenário de conflito.

Segundo Bryant e Bailey (2000), na ecologia política não se pode tentar entender os problemas ambientais sem considerar os contextos políticos e econômicos nos quais estes se desenvolvem. Nesse sentido, alguns elementos da ecologia política serão também discutidos neste trabalho. Acredito que ao estudar a problemática ambiental, não se deve optar apenas pela descrição dos problemas e das propostas técnicas de solução — deve-se ir além, em análises políticas, sociais, simbólicas e econômicas. Ainda segundo Bryant e Bailey (2000), na ecologia política as mudanças ambientais não são neutras, não são processos de gestão técnica, elas estão relacionadas às desigualdades socioeconômicas. O “ônus e o bônus” não são distribuídos igualmente quando o assunto é meio ambiente. A distribuição dos riscos

ambientais está associada à desigualdade econômica, e as mudanças ambientais afetam a economia e vice e versa. Nesse sentido, o intuito não deve ser analisar a mudança ambiental por si mesma e em si mesma, mas sim como ela se relaciona com as atividades humanas. Fazendo-o, analisamos as representações do espaço para entender as práticas que, muitas vezes, podem configurar situações de conflito.

Os conflitos ambientais deverão ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. Ambos são, por certo, espaços onde desenrolam-se [*sic*] disputas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação. (ACSELRAD, 2004, p. 23)

Conforme destaca Acselrad (2004), para estudar as situações de conflito, e, acrescento, as de transformações espaciais/territoriais, é necessário entender as formas de apropriação material e simbólica. Para tanto, acredito serem as representações sociais um caminho porque seu desenho e seu conteúdo ideológico, ou a visão de mundo, é que conduziriam à prática, portanto, às relações de poder e ao cenário-arena.

1.2 A representação da natureza e a natureza do conflito

Para o entendimento das tensões ambientais e das relações humanas e sua percepção em relação à natureza, estudar o nível simbólico é de suma importância. Para Acselrad (2004), “investigar o espaço simbólico onde desenvolvem-se os conflitos ambientais significa esclarecer as condições de instauração de princípios de referência evocados para legitimar acordos e regular conflitos que envolvam a noção de natureza e de meio ambiente”. (ACSELRAD, 2004, p. 20) O debate sobre os conflitos ambientais parece decorrer da explosão do que seria a “crise ambiental”. Quando a crise ambiental passa a figurar a agenda política, formações discursivas e estratégicas são percebidas e nesses discursos e práticas diferentes os interesses são defendidos. Destarte, a noção de conflitos ambientais começa também a emergir e se consolidar.

Barcellos (2008), discutindo a crise ambiental e a mercantilização da natureza, ilustra como a política ambiental assume características político-econômicas bem demarcadas. Tendo diagnosticado o fato, conclui que: “Cabe, portanto, aos sujeitos locais, articulados em redes, produzir a resistência à leitura hegemônica da crise ambiental e, ao mesmo tempo, impedir que seus ecossistemas sejam transformados em mercadorias”. (BARCELLOS, 2008, p. 119) Nessa fala, é possível observar como a ideia do conflito é evocada como elemento de transformação. As práticas desses “sujeitos locais”, segundo Barcellos (2008), são muito

importantes, pois não aparecem apenas ou necessariamente como movimentos socioambientais, mas como formas de apropriação simbólica do espaço.

No plano das ciências contemporâneas é muito comum separar sociedade de natureza — temos, inclusive, as ciências humanas e as ciências naturais. Mas, como Gonçalves evoca, a Geografia se coloca entre as duas, transitando entre a organização do espaço ou geografia humana e a geografia física. Conforme o autor, é necessário, do ponto de vista teórico-metodológico, buscar uma abordagem que não exclua o homem ou a natureza, entendendo-os em sua complexa interação: “O que a reflexão sobre o ambiente exige, portanto, como precondição, é a eleição de novos paradigmas que, no mínimo, sejam capazes de não tomar Homem e Natureza como pólos excludentes”. (GONÇALVES, 1995, p. 309-310) Essa asserção dá base para o entendimento dos conflitos ambientais.

Dessa breve contextualização podemos extrair a linha geral deste trabalho. Entende-se, para fins de análises subsequentes, que a problemática ambiental é necessariamente imbricada na social. Os problemas ambientais contemporâneos decorrem de uma organização social que traça estratégias, sendo essas em vertentes diferentes, segundo a representação que se tem da relação homem-natureza.

Santos (2009), em trabalho que centraliza o conflito na discussão da transformação social, recorrendo às contribuições de Simmel e de Bourdieu, considera a categoria “conflito” muito próxima de “crise”, no sentido de que é indutora de transformações:

O conflito pode ser interpretado de várias maneiras, variando de obstáculos a propulsores no processo de mudanças sociais. Essa característica, inerente ao conceito, instigou a busca das especificidades dos conflitos na sua relação com a ação política. Uma dessas dimensões, relacionada à problemática ambiental é responsável por explicar como a organização social promove mudanças através dos conflitos em torno do uso de recursos naturais [...] (FERREIRA, 2004, citado por SANTOS, 2009, p. 134)

Atualmente a questão ambiental “ultrapassa a relação homem/natureza e se dirige à faceta das relações entre os homens como um objeto econômico, político e cultural e principalmente como luta social”. (PEREIRA, 2005, p. 120) Nesse sentido, a questão ambiental pode ser entendida como arena, onde conflitos emergem e se materializam em enunciados, desapropriações e até em mortes.

Segundo Bob e Bronkhorst (2010) a formação dos conflitos é diversa e complexa, já que eles podem surgir por diferentes motivos e mostrar-se segundo diferentes percursos. Esses autores citam Wallensteen (2007), para a construção da base de um conceito de “conflito”, para quem os conflitos são formados por pelo menos três fatores:

incompatibilidade, ação e atores. O conflito ambiental seria: “uma situação social na qual duas ou mais partes tentam adquirir, ao mesmo tempo, um conjunto de recursos escassos disponível” (p. 13-15, tradução minha).²

Os conflitos ambientais, segundo Zhouri e Laschefski (2010), podem ser classificados em três tipos, quais sejam: conflitos ambientais distributivos; conflitos ambientais espaciais; e conflitos ambientais territoriais.

Os conflitos ambientais distributivos estão relacionados às desigualdades sociais e já foram discutidos desde os primeiros debates oficiais internacionais a respeito da problemática ambiental, como o Relatório Brundtland, que já apresentava a problemática da distribuição de recursos entre gerações presentes e entre estas e as futuras. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 18)

Os conflitos ambientais espaciais estão relacionados aos problemas em determinado espaço, que são resultantes de uma prática em outro. Esse é o caso da chuva ácida, dos acidentes nucleares e até mesmo das enchentes decorrentes de entupimento ou de desvio de rios. Esse tipo de conflito deu origem ao surgimento de alguns movimentos socioambientais das décadas de 1970 e 1980 (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 21). Sobre essa tipologia, sua caracterização é feita de maneira muito didática por esses autores, mas o nome atribuído talvez deva ser repensado. Possivelmente, substituir o lexema “espaciais” por “conflitos ambientais de transbordamento” ou “conflitos ambientais transespaciais” ou, ainda, “conflitos ambientais de expansão” seja uma forma de facilitar seu entendimento.

Os conflitos ambientais territoriais surgem “quando esse sistema de apropriação do espaço, com suas conseqüências sociais e ambientais, choca-se com os territórios gerados por grupos cujas formas de uso dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado”. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 25) Em geral, esse tipo de conflito envolve grupos cujos modos de produção de seu espaço são diferentes e acabam por envolver grupos hegemônicos e tradicionais.

Apesar dessa categorização, os autores lembram ao leitor que esses tipos podem coexistir ou serem resultados uns dos outros. Observa-se, pois, no caso dos conflitos ambientais “uma dinâmica dialética entre os conflitos ambientais territoriais, espaciais e distributivos. Em muitos casos os vários tipos de conflitos coexistem e alguns podem até

² A social situation in which a minimum of two actors (parties) strive to acquire at the same moment in time an available set of scarce resources (WALLENSTEEN, 2007, citado por, BOB; BRONKHORST, 2010, p. 13-15).

provocar conseqüências que pertencem a um outro tipo” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 26).

Neste trabalho, discuto as representações sociais de vizinhos de áreas protegidas que vivenciam situações de tensão. Essas situações estão relacionadas com o tipo de conflito ambiental de ordem territorial. A implementação de áreas protegidas acabou por interferir em práticas cotidianas que são vivenciadas atualmente como condutoras de tensões. Sendo assim, a seguir proponho a contextualização do surgimento de áreas protegidas. Essa contextualização nos ajudará a debater melhor o tema das tensões a partir das representações.

1.3 Áreas protegidas

Ao desenvolver um histórico sobre as áreas protegidas, Leite (2004) encontra menções à época pré-agrária na Ásia e no Oriente Médio. Na Pérsia (1800 a.C.) foi criada uma área de caça onde havia um manejo visando à continuidade da atividade. Em 252 a.C., na Índia, o imperador Ashoka proibiu caça e pesca em uma área (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2001). Em 1423, na Polônia, foi criada uma floresta protegida (Bialo Wiesa), na qual era proibida a presença humana. Daí em diante a proteção de áreas voltadas para a caça foi se disseminando na Europa. Vale destacar que esta era sempre uma estratégia de proteção da natureza em um momento para o uso em seu futuro e/ou para outras formas de uso.

Segundo Morsello (2001), na Europa Medieval, a palavra “parque” designava uma área na qual animais viviam na natureza, protegidos pelo rei. Na civilização Inca, segundo West (1992), citado por Morsello (2001), também existiam áreas protegidas e quem infringisse as normas teria uma parte do corpo mutilada (DOUROJEANNI, 1986, citado por LEITE, 2004).

As áreas protegidas, em cada parte do mundo teve seus objetivos de acordo com o contexto, mas uma delas tornou-se viral e se disseminou no mundo, prevalecendo até hoje, resguardadas diferenças nacionais e regionais. A ideia de parque nacional se alastrou e conduziu mais tarde à criação de outras categorias e à organização das mesmas.

Apesar de serem antigas as estratégias de proteção, a concepção moderna de parque nacional, a partir da qual a proteção estaria associada ao uso público, surge apenas no século XIX:

Mais de um século atrás, um pequeno grupo de norte-americanos desenvolveria uma idéia pioneira: o conceito de parque nacional. À época eles pretendiam que as “maravilhas” dos Estados Unidos fossem protegidas da exploração de poucos

indivíduos e mantidas para usufruto de todos, para sempre (RUNTE, 1979). George Catlin, artista e explorador norte-americano, descreveu já em 1832 o que deveria ser um Parque Nacional, ou seja, “um Parque Nacional contendo homens e bestas, em seu estado selvagem e não transformado de sua beleza natural”. (MORSELLO, 2001, p. 22-23)

Vários autores concordam que a primeira área protegida moderna, já baseada na concepção de parque nacional, é o Yellowstone Park, nos Estados Unidos, datado de 1872. A partir do surgimento desse parque, fortaleceu-se a noção do conservacionismo e, estando em um contexto de problemas ambientais, disseminou-se o “modelo” no mundo.

A partir de Morsello (2001) e outras leituras, observa-se que, desde então, a concepção das áreas protegidas se espalhou, especialmente a de “parque”, mas foram realizadas sistematicamente releituras, sendo que as denominações características das áreas foram modificadas. Atualmente, segundo um trabalho resultante da parceria entre o Programa das Nações Unidas (ONU) para o Ambiente (PNUMA) e a União Mundial de Conservação da Natureza (UICN), existem mais de 150 mil áreas protegidas em todo o mundo. Mas essas áreas são de diferentes tipos, com distintos nomes, características e restrições.

No entanto, em algumas situações e, especialmente em países em desenvolvimento, a criação de áreas protegidas passou a ser criticada, com o argumento do afastamento do homem em relação à natureza, desconsiderando suas necessidades. Essa mesma crítica foi ainda mais rígida em relação à área da biologia da conservação, que surgiu na década de 1960 e que seria “dedicada à conservação de toda a diversidade biológica, [...] ignorando a importância do uso sustentável dos recursos” (DIEGUES, 2000, p. 11). Essa área de estudo, tendo como prioridade a manutenção das espécies e a reabilitação daqueles grupos ameaçados de extinção, muitas vezes, ignora problemas socioeconômicos, que, de fato, não são seu objetivo. Esse caminho da conservação da biodiversidade induz algumas transformações no controle de áreas naturais, que em alguns casos são tratadas como intocáveis, visando sua proteção, mas desconsiderando seu uso para o homem. E esse fato geralmente é identificado como base de conflitos ambientais.

As áreas protegidas podem sê-lo por diferentes motivações, por exemplo, proteção da natureza; proteção de um bem cultural; proteção de uma espécie, etc. No caso do Brasil, as áreas de proteção da natureza começaram a ser oficialmente criadas em 1937, acompanhando a tendência estadunidense. Mais tarde o planejamento estratégico e a gestão delas foram sendo sistematizadas, culminando em uma organização própria – unidades de conservação – com algumas categorias que se diferenciam daquelas reconhecidas em outros países. A seguir, então, passamos à discussão sobre as unidades de conservação no Brasil.

1.3.1 Unidades de conservação no Brasil

Uma mostra de que o Brasil fortalecia sua política de conservação é que, tal como apontam Mittermeier *et al.* (2005), de 1976 à década de 1990, “o Brasil fez um grande investimento em parques e outras unidades de conservação federais, estaduais, municipais e privadas — bem maior que qualquer outro país tropical e comparável ao de países em desenvolvimento” (p. 14). Segundo os mesmos autores, “esse período de rápido desenvolvimento do sistema de parques do Brasil foi verdadeiramente histórico, e pode ser comparado à explosão da atividade de conservação no governo do presidente Theodore Roosevelt, nos Estados Unidos, no início do século XX”. Foram criados nesse período 22 parques nacionais, 20 reservas biológicas e 25 estações ecológicas (MITTERMEIER *et al.*, 2005, p. 15). Corroborando essa percepção do aumento de áreas protegidas, segundo Diegues (1996), entre a década de 1970 e 1980 foram criadas aproximadamente 2098 unidades de conservação federais em todo o mundo.

Em 2000, depois de pouco mais de dez anos de discussões e aperfeiçoamentos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído (Lei nº 9.085 de julho de 2000). O SNUC estabelece dois grandes grupos de unidades de conservação, assim divididos:

QUADRO 1 – Categorias de unidades de conservação previstas no SNUC (Brasil)

Unidades de Proteção Integral Uso indireto	Unidades de uso sustentável Uso direto
Estação ecológica	Área de proteção ambiental
Reserva biológica	Área de relevante interesse ecológico
Parque nacional	Floresta Nacional
Monumento natural	Reserva extrativista
Refúgio de vida silvestre	Reserva de fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva particular do Patrimônio Natural – RPPN

Fonte: Elaborado com base no SNUC.

Segundo Silva (2005), “uma vez criada, a unidade de conservação, o seu manejo é idealmente participativo com total envolvimento das comunidades locais” (p. 23). Isso se daria principalmente por meio dos conselhos consultivos. Mas nem sempre o ideal é alcançado e, não sendo de fato participativo, a possibilidade de surgimento de conflitos é ainda maior.

Pereira (2005) nos convida a uma discussão sobre o paradoxo das unidades de conservação. Que alterações a criação e implementação de unidades de conservação induz? Sobre a situação atual das UCs, a autora lança questionamentos do ponto de vista qualitativo. Quais as condições e o estado das UCs já criadas? Qual a representatividade ecossistêmica? Com qual objetivo, de fato, elas foram criadas e a que grupos beneficiam?

[Tais] indagações correspondem às condições e estado das áreas protegidas já oficialmente criadas, à localização dessas áreas em termos de representatividade ecossistêmica, à sua inserção regional (regulação de tensões e pressões recebidas), a quem e para quem elas trarão(zem) modificações no cotidiano. (PEREIRA, 2005, p. 120)

Ao se criar uma unidade de conservação, elaboram-se regras para um determinado limite espacial, seguindo conhecimentos supostamente apenas técnicos. Mas a própria decisão sobre a área destinada à proteção pode ter um caráter político. Definitivamente, o objetivo deste trabalho não é negar a importância da criação e manutenção de áreas protegidas, mas entender como e por que as tensões surgem quando se instituem áreas protegidas.

Antes mesmo da criação de uma UC o contexto e as informações socioambientais sobre essa área podem antecipar os conflitos. Pereira (2005) discorre brevemente sobre o tema: “Não há dúvidas de que os conhecimentos e informações socioambientais sobre as áreas das futuras unidades de conservação podem antecipar conflitos e auxiliar na definição do tipo de categoria a ser privilegiada”. (p. 128) Isso é explicado porque ao se propor a criação de uma UC, os diversos sujeitos e grupos envolvidos defenderão seu território enquanto unidade produtiva/de sobrevivência ou enquanto símbolo e memória. Nessas discussões e práticas que precedem a criação de uma UC, já é possível perceber quais possíveis categorias a serem consideradas, uma vez que tenderá a atender grupos cujo poder sobressaia.

Pereira (2005), com relação aos conflitos em fase de criação de UCs, pondera os interesses e aponta para a colaboração entre envolvido e UC como forma de atingir objetivos de proteção ambiental. Segundo a autora, o elevado número de categorias de manejo previstas no SNUC não garante a proteção das UCs que não tenham Plano de Manejo, fiscalização e recursos. Para ela, nesse tipo de situação em que a UC estaria desprotegida, os envolvidos poderiam colaborar, mas, para tanto, seria necessário dar-lhes condições:

Essa situação de abandono pode ser revertida com o envolvimento da comunidade, ao aportar o apoio necessário à efetiva implementação das unidades de conservação ao poder público, tendendo a obter resultados melhores aos seus objetivos de manejo (NETO; TIMONI; PIRES, 2003, p. 320). Mas, como ousar tal orientação se muitas unidades de conservação não permitem a permanência de população em seu interior? (PEREIRA, 2005, p. 128-129)

Nesse processo, os conflitos ocorrem entre as comunidades que chamamos tradicionais e o poder público — leia-se aqui órgãos ambientais — e decorrem, entre outros motivos, do uso que aquelas fazem do espaço. Esses sujeitos “desterritorializados” por unidades de conservação não entendem a lógica da preservação proposta pelo Estado. Mas isso pode ocorrer não apenas com “comunidades tradicionais”. A proposta então é ver como isso acontece no contexto ouropretano. Os vizinhos da Floresta Estadual do Uaimii, do PNM Cachoeira das Andorinhas e do Parque Arqueológico Morro da Queimada, entendem a “lógica da preservação”? Como ela é representada?

Devido à criação de parques no Brasil, muitos conflitos tendem a se configurar. Isto porque, segundo Diegues (1996), “a legislação brasileira que cria os parques e reservas prevê, como nos Estados Unidos, a transferência dos moradores dessas áreas, causando uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural”. (DIEGUES, 1996, p. 280) Mas os casos discutidos neste trabalho são de áreas protegidas com diferentes categorias, uma UC de proteção integral, uma de uso sustentável e uma área protegida de patrimônio arqueológico. Sendo assim, há diferenças nas tensões vivenciadas em cada um desses contextos? O caso da Floresta, por exemplo, apesar de haver menos restrições, se comparados às UCs de proteção integral, também gera conflito. Há muitas diferenças de conflitos entre aqueles gerados por UCs de uso sustentável e por UCs de proteção integral?

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Tendo como origem a psicologia social, a Teoria das Representações Sociais (TRS) surgiu com Serge Moscovici, mas ela não é consensual. Existem diferentes correntes e várias metodologias associadas à teoria. A seguir, são apresentados alguns temas importantes para se entender o propósito dessa teoria nesta pesquisa e as metodologias que a acompanham.

Almejei, neste estudo, trabalhar a base dialógica da TRS, recorrendo aos elementos teóricos da psicologia social para compreender práticas no espaço.

Existe uma linha, denominada psicologia ambiental, na qual muitas discussões têm sido feitas em sentido próximo ao que proponho. Mas, segundo Gervais (1997), a “ecological psychology” (ou *behavioural ecology*), se basearia no individualismo e tendo a concordar com essa autora, já que muitas vezes teorias da percepção ambiental e da psicologia ambiental traduzem um discurso de entendimento do indivíduo no espaço e não das práticas e das marcas da sociedade no espaço, tampouco considerando as relações interpessoais e as práticas no espaço como construções dialógicas. A percepção ambiental estaria no nível do comportamentalismo, portanto, do individualismo, tal como Gervais (1997) explica:

As consideráveis diferenças em representações sociais desafiam teorias de percepção ambiental. Também seria um erro reduzir as atividades humanas a um conjunto de comportamentos de adaptação espacial. Comportamento no espaço é ainda, fundamentalmente, comportamento social, resultante de práticas coletivas em si elaboradas e executadas em conformidade com normas e valores sociais prescritivos e restritivos. A teoria de percepção direta não consegue explicar percepções compartilhadas culturalmente; estados psicológicos imediatos não podem ser responsabilizados por significados coletivos. (GERVAIS, 1997, p. 33, tradução minha)³

Primeiramente, devemos destacar, conforme lembrado por Marková (2006), que “o prefixo re- na *représentation* não tem nada a ver com a repetição, lingüisticamente falando; ele é um prefixo de intensidade” (p. 171).

Considerando o brevemente exposto sobre individualismo, a percepção ambiental, caminho mais frequentemente seguido na Geografia, não seria o ideal para o objetivo deste trabalho. Ao contrário, no caso das representações sociais, o social e o psicológico atuam

³ The considerable differences in individual representations challenge “bottom-up” theories of environmental perception. It would also be an error to reduce human activities to a set of adaptative spatial behavior. Behaviour in space is still fundamentally, social behavior, resulting from collective practices themselves elaborated and enacted in conformity with prescriptive and constraining social norms and values. The theory of direct perception fails to explain culturally shared perceptions; immediate psychological states cannot account for collective meanings. Conversely belonging to a given species is an insufficient condition to explain individual perceptual responses.

dialogicamente. Os envolvidos não são entendidos como meros processadores de informação, mas são dotados de capacidade criativa e imaginativa, capacidade de transformação. São, portanto, atores da dinâmica.

Os indivíduos, em sua vida cotidiana, não são unicamente máquinas passivas que obedecem a aparatos, registram mensagens e reagem aos estímulos exteriores; os trata desse modo uma psicologia social sumária, reduzida a recolher opiniões e imagens. Pelo contrário, possuem a frescura da imaginação e o desejo de dar um sentido à sociedade e ao universo que lhes pertencem. (MOSCOVICI, 1979, p. 37, tradução minha)⁴

De acordo com as análises de Moscovici (1979), a psicologia clássica definiu as representações como a mediação entre percepção e conceito, sendo a primeira de ordem puramente sensorial e a segunda de caráter intelectual. Para Moscovici, não seria a mediação, ou um ponto de transição entre a percepção e o conceito, mas um processo. Nesse processo, o conceito e a percepção na verdade se influenciam um ao outro proporcionando a elaboração de figuras, de visões de mundo. A percepção implica na necessidade da presença do objeto, enquanto que o conceito se refere à ausência do objeto. Nas representações, ausência e presença são também consideradas, mas como a própria terminologia permite compreender, uma de suas funções é “re-presentar”, ou seja, trazer para a enunciação não o conceito, mas a vivência do sentido construído, a representação elaborada.

Para nós, representação não é uma instância intermediária, mas um processo que faz com que o conceito e a percepção de algum modo sejam intercambiáveis, porque se engendram reciprocamente. (MOSCOVICI, 1979, p. 38, tradução minha)⁵

Havendo explicado a escolha das representações sociais como arcabouço teórico, para esta dissertação, o próximo item aparece explicando brevemente o contexto do surgimento da TRS, suas principais características e uma breve discussão a partir de Moscovici e autores que, mais recentemente, discutem a Teoria.

2.1 Representações sociais: por um breve histórico conceitual

Moscovici (1979), cuja obra foi inicialmente publicada em 1961, desejava pesquisar como a psicanálise era entendida pelo grande público. Sendo uma disciplina científica e tendo rapidamente sido dominada pelo público comum na França, o objetivo dele passou a ser

⁴ Los individuos, en su vida cotidiana, no son únicamente máquinas pasivas que obedecen a aparatos, registran mensajes y reaccionan a los estímulos exteriores; los trata de ese modo una psicología social sumaria, reducida a recoger opiniones e imágenes. Por el contrario, poseen la frescura de la imaginación y el deseo de dar un sentido a la sociedad y al universo que les pertenecen.

⁵ Para nosotros, representación no es una instancia intermediaria, sino un proceso que hace que el concepto y la percepción de algún modo sean intercambiables, porque se engendran reciprocamente.

entender como a psicanálise era representada por esse grande público e através de que caminhos foi construída a imagem que se tem dela. O problema central na sua tese era então como um termo-conceito, saindo de um meio e instalando-se em outro, era ressignificado? Quais as elaborações dessa ciência e como ela seria representada?

O objetivo de Serge Moscovici, com o conceito de representações sociais em contraposição ao de representações coletivas, era de poder entender os fenômenos e as circunstâncias de seu tempo. Para o autor, “a representação social é uma modalidade particular de conhecimento, cuja função é a elaboração de comportamento e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1979, p. 17, tradução minha).⁶ Nesse sentido, e de acordo com o brevemente exposto, as representações sociais seriam a explicação e o caminho para se entender práticas cotidianas, incluindo práticas comunicativas, que muitas vezes representam também a própria ação. Considerando esse aspecto da comunicação e da formação de práticas, é possível observar que social e individual são interdependentes e não excludentes. O indivíduo forma os sentidos e as práticas cotidianas a partir da interação com o outro, assim as representações nunca são resultados individuais, mas sociais, produtos de negociações de significação cotidianas.

2.2 Representações sociais: construtivismo e construcionismo

Spink (1996)⁷ apresenta as bases da Teoria das Representações Sociais (TRS) discutindo a perspectiva individualista norte-americana e a perspectiva coletivista europeia. Nesse breve histórico ela menciona as contribuições de Serge Moscovici, ao fazer uma crítica à perspectiva norte-americana, que se fundamenta no princípio experimental. Nesse sentido, a TRS surgiu na própria psicologia, acompanhada de uma epistemologia que questionava o modelo vigente. Essa linha teórica desenvolvida por Serge Moscovici rompeu com os paradigmas da psicologia de 40 anos atrás, passando a se fundamentar em princípios da *praxe*

⁶ La representación social es una modalidad particular del conocimiento, cuya función es la elaboración de comportamientos y la comunicación entre individuos. (MOSCOVICI, 1979, p. 17)

⁷ Mary Jane Spink apoiava e participava da discussão das representações sociais. A autora contribuiu com textos epistemológicos e com possibilidades metodológicas. Em 1996, no encontro da Associação Brasileira de Pós-graduação em Psicologia Social (ABRAPSO) ela apresentou um texto que rompeu com a TRS. A partir daquele momento, ela se direcionou para os estudos das práticas discursivas e da produção dos sentidos no cotidiano. Embora a autora tenha saído das discussões, retorno com algumas de suas contribuições, uma vez que esta dissertação dá continuidade às propostas apresentadas na monografia de conclusão de curso intitulada “*A gente é dono e não é*”: representações sociais em torno da atividade turística e do processo de patrimonialização em São Bartolomeu (MG). O posicionamento da autora contribui para o amadurecimento da disciplina ajudando a desenvolver e fortalecer conceitos. Dando continuidade ao estudo anterior, propõe-se o trabalho conjunto com a produção de sentido, por meio da Teoria da Análise do Discurso e as representações sociais.

européia. Um dos elementos que não era considerado como importante na perspectiva americana e que é relevante na abordagem da RS é o contexto, que seria o tempo, o espaço e os sujeitos em interação. Essa é uma disciplina que se configura na prática interdisciplinar, seus fundamentos são provenientes da história, da sociologia e da antropologia. Nesse sentido, a TRS indica um rompimento com a ortodoxia predominante na psicologia até meados dos anos 50 do último século.

Objetivo relacionar teorias que, às vezes, aparecem em diferentes direções. Busco as contribuições das representações sociais e da análise do discurso no entendimento do que é o “preservar” e de como a categoria “meio ambiente-natureza” é construída na vivência da instauração de áreas protegidas. De acordo com Spink (1996), haveria uma incongruência entre a análise do discurso, que seria uma abordagem construcionista, e a Teoria das Representações Sociais, que seria uma perspectiva construtivista.⁸

Conforme esclarecido em trabalho anterior (MURTA, 2009), essa noção surge baseada no durkheimiano conceito de representações coletivas (DURKHEIM, 1978), sendo que nas RS, o social e o individual são igualmente importantes, porque se constroem de maneira concomitante. Já no conceito de Durkheim haveria a primazia do individual sobre o social. Uma das principais contribuições de Moscovici e seu conceito foi justamente com o social e individual de maneira a afastar o comportamentalismo e os determinismos que seriam reducionistas. Segundo Durkheim, as representações coletivas seriam entendidas “como dados, como entidades explicativas absolutas, irreduzíveis por qualquer análise posterior, e não como fenômenos que deveriam ser eles próprios explicados” (PEREIRA DE SÁ, 1995, p.23). Já nas representações sociais essa não é uma posição correntemente tomada.

Por ser um conceito ainda em construção e relativamente novo, começado em meados do século passado, temos discussões variadas sobre abordagens diferentes. Observamos autores que oscilam em alguns aspectos, instigando ainda mais o trabalho na área. Nesta dissertação trabalho duas abordagens: a dialógica e a do núcleo central. Embora alguns

⁸ Arendt (2003) fez uma interessante discussão a respeito das abordagens construcionista (tende ao sociologismo) e construtivista (tende ao psicologismo), dentro dos estudos da psicologia social. Ele mostra que o construtivismo surge a partir da perspectiva piagetiana de conhecimento, um ponto de vista construtivista radical seria aquele que mostra que um sujeito não modifica sua forma de pensar por meio de convencimento, apenas o faz se, e somente se, ele, por si só, observa na prática que sua forma de pensar não lhe convém. De outro lado, o construcionismo estaria numa perspectiva mais interacionista da construção social. Para Arendt (2003) o grande problema atual é a questão dos radicalismos de uma corrente e de outra, para uma análise mais compreensiva, seria conveniente a associação das duas perspectivas e o aproveitamento das críticas uma à outra. Portanto, a discussão que proponho neste trabalho é que a representação social não deve ser encaixada como uma abordagem construtivista, mas uma mescla de ambas, pois envolve tanto o conhecimento construído com a práxis, como o conhecimento cotidiano construído a partir da interação e da linguagem, enquanto construções sociais. (MURTA, 2009, p. 28)

autores afirmem que a do núcleo central seria a continuidade da abordagem moscoviciana, conforme diz Marková (2006), elas são muito diferentes. Sendo muito diferentes epistemologicamente, espero contribuir com o campo ao trabalhar com ambas e apontar para as facilidades e dificuldades inerentes às abordagens, associadas ao presente estudo. A dialógica assume uma perspectiva histórica e sociológica, com elementos que são caros também à perspectiva antropológica. A abordagem do núcleo central foi baseada em ideias da cibernética, é conhecida pela tentativa de estruturar a discussão em RS.

O núcleo central, argumenta Abric, dá à representação social o seu significado. É uma organização unificadora e estabilizante de uma representação totalmente resistente às mudanças. (MARKOVÁ, 2006, p. 246)

Já a abordagem dialógica contemplaria uma análise proveniente da relação Eu-outro-objeto e que seria baseada majoritariamente nas antinomias.

2.2.1 Representações sociais: um conceito dialógico

As pessoas constituem o social, e o socialmente construído é resultante de interações. As representações sociais estão no berço da psicossociologia, que, de acordo com Serge Moscovici (1976), citado por Pereira de Sá (1995), é a área segundo a qual os indivíduos não são apenas meros portadores de ideologias, mas pessoas ativas na construção desses sentidos que hoje reconhecemos e reconstruímos. O que Moscovici sempre destaca é que há aspectos psicológicos e sociológicos na elaboração das representações sociais. E nosso papel na elaboração e desenvolvimento desse conceito é considerar essas duas complexas heranças.

O dado externo nunca resulta acabado nem unívoco; outorga muita liberdade de movimento à atividade mental que se esforça por captá-lo. Aproveita-se a linguagem para cercá-lo, arrastá-lo no fluxo de suas associações, investi-lo de suas metáforas e projetá-lo em seu verdadeiro espaço, que é simbólico. Por isso uma representação fala, assim como mostra; comunica, assim como expressa. Depois de tudo, produz e determina comportamentos, porque ao mesmo tempo define a natureza dos estímulos que nos rodeiam e nos provocam, e o significado das respostas que devemos dar-lhes. (MOSCOVICI, 1979, p. 17, tradução minha)⁹

Nesse sentido, as pessoas são criadoras de representações sociais e, mediadas por tais representações, são praticantes na vida cotidiana. Uma das preocupações de Moscovici, com a

⁹ Lo dado externo nunca resulta acabado ni unívoco; otorga mucha libertad de movimiento a la actividad mental que se esfuerza por captarlo. Se aprovecha el lenguaje para cercarlo, arrastrarlo en el flujo de sus asociaciones, investirlo de sus metáforas y proyectarlo en su verdadero espacio, que es simbólico. Por eso una representación habla, así como muestra; comunica, así como expresa. Después de todo, produce y determina comportamientos, porque al mismo tiempo define la naturaleza de los estímulos que nos rodean y nos provocan, y el significado de las respuestas que debemos darles. (MOSCOVICI, 1979, p. 17)

Teoria das Representações Sociais, era, nesse sentido, evitar que as representações fossem entendidas como simulacros, ou como simples reproduções dos sentidos que foram produzidos em outro âmbito (no caso de seu estudo, referente ao âmbito acadêmico da psicanálise, e no caso deste trabalho, ao âmbito da Análise Ambiental e das áreas afins). Segundo Moscovici, é preciso ter cuidado para que as representações sociais não se reduzam:

a simples simulacros ou resíduos intelectuais sem relação com o comportamento humano criador. Pelo contrário, têm como função constitutiva da realidade, realidade que experimentamos e na qual a maioria de nós se move. (MOSCOVICI, 1979, p. 17, tradução minha)¹⁰

Justifica-se assim a denominação “social” da representação. Segundo a perspectiva de Moscovici, essa pode ser considerada uma forma de conhecimento singular, cuja função seria a elaboração de comportamentos e de comunicação entre indivíduos. Segundo Pereira de Sá (1995), a RS se trata “com certeza, de uma compreensão alcançada por indivíduos que pensam. Mas não sozinhos”. (p. 27)

Para Spink (1996) o fato de a representação ser social implica em trabalhá-la de maneira complexa. O que importa para ela não é o conteúdo em si, mas suas condições de produção. Concordando com a autora, procuro atentar para tais condições de produção, pois constituem o contexto próprio das formações das representações sociais, que seriam importantes de serem compreendidas para o objetivo deste trabalho.¹¹ Spink (1996) mostra-se atualmente desinteressada pelas RS porque elas não dariam conta dos sentidos ou das condições de produção. Todavia, embora a TRS ainda não traga a questão das condições de produção em si, isso não a invalida, uma vez que trilha caminhos nesse sentido. Exemplo disso é uma colocação de Moscovici e Vignaux que explicitamente mostra a importância de análise da linguagem e que implicitamente a relacionamos do ponto de vista do construcionismo:

Não há representações sociais sem linguagem, do mesmo modo que sem elas não há sociedade. O lugar do lingüístico na análise das representações sociais não pode, por conseguinte, ser evitado: as palavras não são a tradução direta das idéias, do mesmo modo que os discursos não são nunca as reflexões imediatas das posições sociais. (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003, p. 219)

¹⁰ A simples simulacros o residuos intelectuales sin relación con el comportamiento humano creador. Por el contrario, tienen una función constitutiva de la realidad, realidad que experimentamos y en la que nos movemos la mayoría de nosotros.

¹¹ As condições de produção são imprescindíveis para o entendimento deste trabalho, elas aparecem tanto neste referencial de representações sociais, como na abordagem metodológica, na conceituação de linguagem e nas bases da análise do discurso de corrente francesa.

Nessas frases, o leitor já relaciona as representações sociais à proposta da análise do discurso. A AD ajudará na compreensão do sentido do léxico que são o meio da representação. Desta maneira, recorro a elementos da análise do discurso (tema que será tratado em capítulo separado), a fim de formar um caminho teórico-metodológico mais consistente. Essa associação entre AD e RS mostrou-se prolífera em alguns trabalhos, destacando-se entre eles o de Leite-da-Silva (2007), tese que muito colaborou para o esclarecimento de algumas ideias que compõem esta dissertação.

Moscovici e Vignaux (2003) mostram que a representação é inerente ao discurso. Nesse sentido, uma perspectiva dialógica impera na base das RS:

Representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo. É, portanto, muito importante que isso se dê de forma comunicativa e difusa, pois não há outros meios, com exceção do discurso e dos sentidos que ele contém, pelos quais as pessoas e os grupos sejam capazes de se orientar e se adaptar a tais coisas. (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003, p. 216)

Na TRS, tal como em Marková (2006), temos duas instâncias. Na primeira, a TRS aparece como teoria do conhecimento social, baseada na dialogicidade, tendo como componentes o *alter-ego-objeto* e justamente pelo fato de considerar esses três componentes, mostra sua característica de permitir uma diversidade também teórica, já que há três níveis: outro, eu e o objeto. Percebemos aí a importância do reconhecimento social e da identidade, por exemplo. A segunda instância é a da TRS como “estudo dos fenômenos que são tematizados no discurso público” (MARKOVÁ, 2006, p. 279). Assim, a teoria no âmbito do “específico”, como sugere a autora, “examina os fenômenos que estão no centro da vida social e das realidades diárias, independente de serem políticos, ecológicos, estarem relacionados com a saúde, etc. [...] estudo dos fenômenos que envolvem algumas características fundamentais da vida diária, dos fenômenos que incomodam as rotinas, até o ponto de virá-las de cabeça para baixo” (MARKOVÁ, 2006, p. 279).

A autora explica que o conceito que associa a linguagem às RS é o de *themata* (ou *thema*, no singular). Esse conceito, baseado em antinomias é elemento que ajuda na análise das RS desde a abordagem dialógica. Acessar as representações sociais, contudo, não é tarefa fácil, ainda que tenhamos um caminho trilhado, por meio das antinomias e, sendo o pensamento, por natureza, como nos mostra Marková (2006) antinômico, “as antinomias no pensamento não são sempre explicitamente realçadas. As antinomias no pensamento de senso comum podem estar dormentes”. (MARKOVA, 2006, p. 252)

Ademais, nem sempre as antinomias se convertem em *themata*, já que para que isso aconteça é necessário que elas se transformem em problemas, em situações de tensão ou conflito. A inserção das antinomias no discurso público é a efetivação da sua conversão em *themata*. Nesse sentido, um dos objetos de representação buscados neste trabalho é, efetivamente, um objeto tematizado, a “preservação ambiental”, sendo recentemente trabalhada na educação ambiental pelas UCs e escolas da região, já permite inferir a viabilidade de se buscar as *thematas*, neste caso.

Nesta pesquisa as pessoas participam ativamente, pois são elas que praticam a objetivação, ou seja, percebem o objeto e o (re)presentam. Elas criam a figura do objeto e dão a ele sentido, com base em suas vivências. Nesse caso, o espaço, ou o lugar onde se vive, a “preservação ambiental” e o “meio ambiente” são objetivados pelas pessoas, que a eles associam pertencas, sentidos de propriedade, de comunhão, de paixão ou resistência. Destarte, nas objetivações, é possível pressupor também o caminho da memória.

Para Manfredo de Oliveira (1993; 2005), o sujeito constitui e conhece seu mundo à medida que o objetiva, que confere “logos” a ele. E considerando que esse sujeito está inserido num mundo que contém outras marcas — as tradições dos antepassados, o “conferir ‘logos’” pode ser considerado uma ação resultante da memória e da socialização, os sentidos seriam relativamente estáveis. Até porque “existe uma rede de relações intersubjetivas gestadas pela partilha de um sentido comum” (OLIVEIRA, 2005, p. 22).

Falar em subjetividade, na formação da pessoa, só é possível se a tomamos em sua dialogicidade. Por dialogicidade, estou considerando o conceito como “sendo a capacidade da mente de conceber, criar e comunicar sobre as realidades sociais em termos do *Alter-Ego*”, onde *ego* seria o eu mesmo e *alter* representaria os outros (MARKOVÁ, 2006).

A formação de si como pessoa decorre de sua relação com outrem e em determinado lugar. O problema da subjetividade é muito importante para este trabalho. E somente o é se a entendemos como resultado, necessariamente, da interação com o outro, seja ela direta ou indireta. Daí, se nos voltamos para o espaço, entendemo-lo como agente e paciente quando admitimos que o espaço transformado pela pessoa é, concomitantemente, transformador da pessoa. As marcas da pessoa no espaço são resultantes de um encontro e esse encontro será vivenciado também como resultado desta pesquisa, o encontro do pesquisador com a pessoa participante da pesquisa como sujeito. Para vivenciar essa intersubjetividade, será feita uma pesquisa qualitativa, prezando pela pesquisa em si como evento dialógico.

A análise do discurso neste trabalho será uma ponte entre pesquisador e sujeito de pesquisa, na apreensão das representações sociais sobre o espaço vivido e a natureza. Entender como os discursos e as representações se entrelaçam é um dos objetivos deste capítulo. Pode-se dizer então que a teoria por trás do conceito serve-nos duplamente, quando por meio dela tentamos alcançar as representações sociais e quando nos utilizamos de alguns parâmetros da AD como ferramenta de análise, o que nos sugere uma espécie de tradição metodológica, a revelar-se na materialidade do discurso.

Proponho a noção de discurso em sua amplitude conceitual, considerando sentidos distintos que aparecem no verbal, no físico, no gráfico, no material e no imaterial. Concordo com a Fernandes (2005), que mostra que “discurso implica uma exterioridade, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas” (p. 20). Citando Orlandi (1999), o mesmo autor traz uma reflexão importante e que está relacionada com a prática desta pesquisa: A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 1999, p. 15, citado por FERNANDES, 2005, p. 22)

Representações sociais e discurso estão intrinsecamente relacionados. O discurso é o meio representacional e está intrinsecamente relacionado às práticas sociais que estão carregadas de representações. Discursos são interessantes porque representam elementos sociais, psicológicos e físicos. Discursos compõem histórias, usando aqui seu plural, por acreditar que há verdades, que estão de acordo com perspectivas ideológicas e diferentes socializações. Segundo Fairclough (2003) os discursos são um caminho para se compreender os diferentes grupos e seria também um dos meios pelo qual aparecem as representações e os imaginários. Nas representações sociais, os trabalhos de Serge Moscovici e autores posteriores, entre eles Ivana Marková, mostram a possível associação das representações sociais aos estudos discursivos.

2.2.2 O núcleo central nas representações sociais

Ao estudar as representações sociais, o pesquisador em geral busca por um sistema de conhecimento dos indivíduos considerando-os como (1) representativos de um grupo ou (2) como atributos das unidades sociais *per se* (WAGNER, 1994, p. 164). No primeiro caso, a busca é a da análise dos elementos que compõem a representação. Nesse sentido, um percurso

metodológico aceito e comum é da amostragem de vários indivíduos. Neste caso, a representação é o resultado do conhecimento comum construído pelas pessoas de um grupo investigado. Busca-se nesse sentido as representações prototípicas, que são conhecidas como núcleo central (WAGNER, 1994, p. 165).

Fundada por Jean-Claude Abric, em 1976, a tese do núcleo central nasce a partir de um estudo nas representações sociais, no qual o autor identificou que:

A organização de uma representação apresenta uma característica particular: não apenas os elementos da representação estão hierarquizados, mas além disso toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação o seu significado. (ABRIC, 1994, p. 19, citado por PEREIRA DE SÁ, 2002, p. 62)

De acordo com Pereira de Sá (2002) a Teoria do Núcleo Central seria proveniente das representações sociais e complementar à sua abordagem inicial. Entendida como sendo corrente estrutural das representações sociais, a Teoria do Núcleo Central apresenta um caminho para a apreensão das representações. De acordo com Flament (1989, citado por SÁ, 2002), essa teoria vem para facilitar a aplicação da teoria ao campo social, ajudando em pesquisas na área. Essa imersão em duas abordagens diferentes das RS tem como objetivo ampliar vivências de pesquisa nessa perspectiva teórica, entendendo-a. E, ao estudá-las, fazer minhas próprias considerações a respeito de ambas abordagens, para o objeto de representação aqui proposto.

De acordo com o fundador da Teoria do Núcleo Central, “a organização de uma representação social apresenta uma característica específica, a de ser organizada em torno de um núcleo central, constituindo-se em um ou mais elementos, que dão significado à representação” (ABRIC, 1998, p. 31). O autor divide em um quadro as características do que seria o sistema central e o sistema periférico:

QUADRO 2 – Características do sistema central e do sistema periférico de uma representação

<i>Sistema Central</i>	<i>Sistema Periférico</i>
Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração de experiências e histórias individuais
Consensual (define a homogeneidade do grupo)	Tolera a heterogeneidade do grupo
Estável	Fléxivel
Coerente	Tolera as contradições
Rígido	
Resiste às mudanças	Evolutivo

Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Funções: Gera o significado da representação Determina sua organização	Funções: Permite a adaptação à realidade concreta Permite a diferença de conteúdo

Fonte: Adaptado de Abric (1998, p. 34)

“Para a teoria do núcleo central, com efeito, as cognições constitutivas de uma representação são organizadas em torno de um núcleo que determina suas significações e a natureza de suas relações” (RATEAU, 2004, p. 84, tradução minha).¹² Como o autor explica, as variações no nível inter-individual aconteceriam a partir da periferia das representações, assim, nesse nível seria possível a compreensão da heterogeneidade do grupo. No sistema central, temos a referência à memória coletiva e à história do grupo, ou seja, às marcas na pessoa. Assim, o núcleo central “trata-se do elemento, ou elementos, o mais estável, da representação, aquele que assegura a continuidade em contextos móveis e evolutivos”. (ABRIC, 1998, p. 31)

No prefácio escrito por Jean-Claude Abric para a obra de Pereira de Sá (2002), o autor mostra sua satisfação em relação ao livro, tendo sido publicado em um lugar e contexto em que, acredita, a teoria (especialmente a corrente estrutural) pode muito contribuir. Para o fundador da teoria do núcleo central, o Brasil e a América do Sul de maneira geral podem muito usufruir da teoria porque contribuiria com:

A compreensão e a intervenção sobre os grandes problemas sociais atuais: a saúde e a doença e, em particular, a disseminação da Aids; a exclusão e os problemas de integração das minorias ou dos grupos sociais desviantes; a crise da ideologia e o desenvolvimento de crenças mágicas ou religiosas[...]. (ABRIC, 1996, p. 9)

O fundador dessa abordagem estrutural pondera e reconhece que as contribuições da Teoria das Representações Sociais em suas diversas abordagens têm potencial para contribuir com o contexto em que o livro surge. Nesse sentido, reconhece a possível complementaridade da abordagem estrutural, em relação às demais (sociológica, etnológica, antropológica e histórica).

Para Abric (1996), as três principais características da Teoria do Núcleo Central, que permitem o entendimento das representações, são:

- i. As representações sociais são conjuntos sociocognitivos organizados e estruturados.
- ii. Esta estrutura específica é constituída de dois subsistemas: um sistema central e um sistema periférico.

¹² Pour la théorie du noyau central, en effet, les cognitions constitutives d’une représentation sont organisées autour d’un noyau qui détermine leurs significations et la nature de leurs relations.

- iii. O conhecimento do simples conteúdo de uma representação não é suficiente para defini-la. É preciso identificar os elementos centrais — o núcleo central — que dão à representação sua significação, que determinam os laços que unem entre si os elementos do conteúdo e que regem enfim sua evolução e sua transformação. (ABRIC, 1996, p. 10)

No prefácio, Abric (1996) instiga ainda mais o leitor não apenas por apontar para as novidades que Pereira de Sá (2002) nos brinda, mas ao apresentar dúvidas e hipóteses sobre o funcionamento do núcleo central e sua relação com as práticas sociais.

As ligações entre representações sociais e práticas sociais. Por exemplo, quais são as práticas determinadas pelo núcleo central da representação? E existem práticas submetidas unicamente ao sistema periférico? Mais genericamente, as duas hipóteses que nós formulamos em 1994 precisam ainda ser verificadas: a que propõe que as representações sociais determinam as práticas nas situações em que a carga afetiva é forte e a referência à memória coletiva é necessária; a que propõe que o ator deve dispor de uma certa autonomia — ainda que relativa — em relação às coerções sociais, para que suas representações ditem suas práticas. (ABRIC, 1996, p. 11)

Concordo plenamente com essa colação sobre a influência das representações sociais nas práticas cotidianas. E tentei observar, ademais de fazê-lo na perspectiva dialógica das RS, na abordagem estrutural também, tentando comparar o núcleo central e a periferia das RS com as práticas observadas na pesquisa qualitativa. No entanto, mais tarde observei que a principal técnica utilizada para este fim, na etapa estrutural, a evocação de palavras, não conduzia à identificação núcleo-periferia de maneira coerente, porque há interferência de um contexto recente. As palavras que constituiriam o núcleo das RS correspondem, em realidade, a um histórico recente de socialização do grupo, indicando um outro caminho de identificação das RS, conforme falaremos mais tarde na etapa analítica. No que concerne à relação entre ideologia e representação social, Flament (2001, p. 178) diz que “pode um discurso ideológico estar em desacordo com uma representação. Desde os anos 70, por exemplo, o discurso ecologista vem contradizendo a representação que os caçadores fazem da natureza e da caça”. Contudo, e quando o discurso ideológico é tomado para representar? Ele é necessariamente a representação?

2.3 Representação não é opinião: esclarecendo interesses

Antes de qualquer suposição a respeito da similaridade entre opinião e representação, vale resgatar a posição do fundador da representação social, tal como usada neste trabalho. Moscovici (1979) explica que há diferenças consideráveis entre opinião e representações sociais.

Como diz Moscovici (1979), a opinião é a tomada de posição, ou a associação a alguma resposta premeditada, sobre um determinado problema. Uma enquete, por exemplo, apontaria para a opinião de um grupo, mas não para as representações sociais do mesmo. A opinião é muito instável e frequentemente é apontada desvinculada de um contexto. Entendendo dessa maneira, as opiniões seriam relacionadas às imagens, já as representações sociais seriam figuras. A diferença básica entre a imagem e a figura é que na primeira, não haveria coprodução por parte do sujeito, mas a imitação do objeto, enquanto que a figura é coproduzida pelo sujeito representador e por aqueles que o influenciam. Fazendo uma interpretação sobre a crítica de Moscovici ao uso de opiniões, Farr (1994) diz que Moscovici desejava e esperava que um dia as representações sociais e suas figuras substituíssem as simples opiniões e imagens. Isso porque esses termos-conceito acabavam por contribuir com pesquisas sem profundidade, pois são termos “estáticos e descritivos” (FARR, 1994, p. 49).

Bourdieu numa palestra proferida em 1972, mas publicada em 1973, fala sobre a inexistência da opinião, tal como ela é colocada nas muito conhecidas “pesquisas de opinião”. Bourdieu (1973) critica os três postulados básicos¹³ das pesquisas de opinião. Para o autor, há equívoco em se considerar a opinião pública como a soma das opiniões individuais. As opiniões para Bourdieu não podem ser consideradas sem as forças e os conflitos que implicam. Elas não podem ser consideradas apenas por seu conteúdo, mas em como elas são formadas. Saímos dessa maneira da noção de opinião, retornando à representação, pela riqueza que o conceito proporciona: “Nas situações reais, as opiniões são forças e as relações entre opiniões são conflitos de força entre os grupos” (BOURDIEU, 1973, p. 9).

Moscovici detalha ainda mais a diferenciação e a qualificação de imagem e opinião como elementos estáticos, enquanto as representações sociais, sendo dinâmicas, são responsáveis pela modificação do sujeito e do objeto, na construção dos sentidos.

Os conceitos de imagem, de opinião, de atitude não têm em conta essas vinculações nem a abertura que as acompanha. Os grupos são considerados de forma estática, não pelo que creem e comunicam, mas pela informação que circula na sociedade, que utilizam e selecionam. Ao contrário, as representações sociais são conjuntos dinâmicos, sua característica é a produção de comportamentos e de relações com o meio, é uma ação que modifica a ambos e não uma reprodução de comportamentos

¹³ Os três postulados criticados por Pierre Bourdieu em comunicação feita em Noroit (Arras), a respeito da (in)existência de opinião pública são:

- “Qualquer pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião; ou, colocando de outra maneira, que a produção de uma opinião está ao alcance de todos”;
- Nas pesquisas de opinião “supõe-se que todas as opiniões têm valor”;
- O “fato de se colocar a mesma questão a todo mundo, está implícita, a hipótese de que há um consenso sobre os problemas, ou seja, que há um acordo sobre as questões que merecem ser colocadas”.

ou destas relações, nem uma reação a um estímulo exterior dado. (MOSCOVICI, 1979, p. 33, tradução minha)¹⁴

Enquanto na opinião teríamos uma análise de posições adotadas, nas representações sociais, temos a elaboração de sentidos, a familiarização de um tema ou sua conceituação. Moreira e Oliveira no prólogo de sua obra fazem uma clara definição que mostra quão complexo e interessante é o estudo das representações sociais. As RS, segundo os autores, podem ser entendidas como:

Idéias, imagens, concepções e visões de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade, as quais estão vinculadas às práticas sociais. [...] Representações essas que emergem de seus interesses específicos e da própria dinâmica da vida cotidiana (MOREIRA; OLIVEIRA, 1998, p. xi-xii).

Duas palavras apenas devem ser ponderadas nesta definição. A primeira é o uso de “imagens”, Moreira e Oliveira (1998) certamente não se referem às imagens estáticas, tais como são criticadas por Moscovici. Assim, a substituição do semantema “imagens” por figuras seria mais adequada nesta conceituação, evitando qualquer questionamento a esse respeito. Outro semantema que pode gerar alguma confusão por parte do leitor é “possuem”. “Elaboram” ou “constroem” ficaria mais coerente com a ideia de representações sociais que adoto neste trabalho.

Segundo Moscovici (1979), ao estudar representações sociais não se deve separar universo exterior e universo do indivíduo, isso porque, na sua abordagem, sujeito e objeto estão em constante interação. A máxima da representação social é um triângulo e nos ângulos estão o *ego* (eu), o *alter* (outro) e o objeto. Abric (1998) corrobora e acrescenta a esse respeito, explicando que essa interdependência entre *ego*, *alter* e objeto explica a crítica à objetividade e deixa subentender que toda realidade é representada, porque na verdade é reapropriada.

Nós propomos que não existe uma realidade objetiva *a priori*, mas sim que toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca. (ABRIC, 1998, p. 27)

¹⁴ Los conceptos de imagen, de opinión, de actitud no tienen en cuenta estas vinculaciones ni la apertura que las acompaña. Se considera a los grupos de forma estática, no por lo que crean y comunican, sino porque utilizan y seleccionan una información que circula en la sociedad. Por el contrario, las representaciones sociales son conjuntos dinámicos, su característica es la producción de comportamientos y de relaciones con el medio, es una acción que modifica a ambos y no una reproducción de comportamientos o de estas relaciones, ni una reacción a un estímulo exterior dado. (MOSCOVICI, 1979, p. 33)

As representações sociais devem ser apreciadas levando-se em consideração seu aspecto dinâmico, entendendo que sujeito e o mundo exterior estão em constante construção. Segundo Moscovici (1979) o objeto (que neste caso é a natureza-meio ambiente e preservação ambiental) entra no mundo do sujeito de forma insólita tornando-se aos poucos familiar, na medida em que vai interagindo com outros objetos comuns. Esses objetos, especificamente o novo objeto (que é a natureza submetida ao processo de proteção) é percebido e apreendido pelos sujeitos que então elaboram representações. Tais representações convertem-se em prática ou são a explicação de determinadas práticas. Nesse sentido, o elemento representado é parte também de quem o representa. E essa informação é importante para entender o que é a representação social à qual se recorre nesta pesquisa:

Os filósofos, depois de muito tempo, compreenderam que toda representação é uma representação de alguém. Ou seja, é uma forma de conhecimento através da qual aquele que conhece se coloca dentro do que conhece. (MOSCOVICI, 1979, p. 43, tradução minha)¹⁵

Ao representar, o sujeito elabora a figura do objeto representado, ele (re)delineia o objeto representado, recorrendo às suas socializações, aos seus valores, às suas visões de mundo. Esse *background* não é estritamente de caráter individual, mas é formado a partir das interações sociais, das quais o simbólico é elaborado. Assim sendo, a memória pode também ser considerada como um elemento das representações sociais.

Segundo Pollak (1992) há dois elementos que são constitutivos da memória: aqueles vividos pessoalmente e os que são vividos por tabela. Muitas vezes as marcas no espaço que ajudam a construir as representações são resultantes não de uma vivência em si, mas de valores construídos socialmente, ou seja, da memória de vivências indiretas.

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio em um tempo cronológico. (POLLAK, 1992, p. 204)

Por fim, as representações sociais, como diz Moscovici, aparecem no nosso dia-a-dia. Elas não estão escondidas, estão nas nossas falas e nas nossas práticas. E é por isso que considero um bom caminho para se compreender qual o sentido construído do meio ambiente, pois as representações, como diz Moscovici (1979), “são entidades quase tangíveis. Circulam,

¹⁵ Los filósofos, después de mucho tiempo, comprendieron que toda representación es una representación de alguien. Dicho de otro modo, es una forma de conocimiento a través de la cual el que conoce se coloca dentro de lo que conoce.

se cruzam e se cristalizam sem cessar em nosso universo cotidiano através de uma palavra, um gesto, um encontro” (p. 27, tradução minha).¹⁶

Tendo esclarecido o que são as representações sociais, vale ressaltar e tirar dos subentendidos os interesses de se estudar as RS, o que se busca efetivamente? Segundo Abric (1998) as RS permitem, primeiramente, saber, ou compreender, sobre o senso comum, como os saberes são incorporados e significados nos grupos. Depois, elas têm o papel identitário. Isso porque pensar as RS situaria “os indivíduos e grupos no campo social (permitindo) a elaboração de uma identidade social e pessoal [...] compatível com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados” (MUGNY; CARUGATI, 1985, p. 183, citado por ABRIC, 1998, p. 29). Em seguida, estudando as RS, analisamos também as práticas, pois, conforme dito, as representações funcionam como guias das práticas sociais. Além disso, há ainda a chance de entender as tomadas de posição e dos comportamentos, pois, quando associadas à ação, são apresentadas na forma de justificativas.

Nesse sentido, estudar as representações sociais do meio ambiente-natureza e do preservar o meio ambiente pode ser um caminho interessante para entender como conceitos passados institucionalmente são apropriados na vida cotidiana daqueles que são vizinhos de UCs.

2.4 Representações do espaço vivido: memória coletiva e marcas no espaço

Como vimos, tanto na abordagem dialógica como na abordagem estruturalista, a menção à memória é feita. No primeiro caso ela se dá pela abordagem histórico-sociológica, pela socialização do sujeito, temos a elaboração das representações. No caso do núcleo central, a memória é diretamente relacionada ao núcleo central e justamente por estar atrelado à memória coletiva seria mais estável. Não poderia, assim, abster-me de falar sobre essa memória, visando facilitar a compreensão sobre as RS como contribuição para este trabalho.

Halbwachs (2006) dedica um capítulo ao tema da memória associada ao espaço, trazendo alguns aspectos que convidam à reflexão, por tratar o espaço como um item elementar para as práticas e, por conseguinte, para a memória:

Não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada

¹⁶ Las representaciones son entidades casi tangibles. Circulan, se cruzan y se cristalizan sin cesar en nuestro universo cotidiano a través de una palabra, un gesto, un encuentro.

permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço — o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir — que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS, 2006, p. 170)

Dessa maneira, apoiando-me em seus escritos, não vejo dificuldade em resgatar as relações entre pessoas no espaço pesquisado. Essas relações com o espaço vivido ajudarão no deslindamento das representações em torno da noção de habitar o espaço, de preservação e de meio ambiente, pois nessa relação com o objeto em si — o espaço — constrói-se uma representação sobre a transformação da gestão desse espaço: ambiente em preservação.

Da mesma forma que a pessoa marca o espaço transformando-o, o espaço e as marcas nele deixadas, por meio das pessoas, marcam o sujeito, convidando-o à memória do espaço-tempo vivido. O sujeito é sensível ao espaço onde vive, tem sentimentos de afeto, tanto positivos, como negativos. Ecléa Bosi faz uma análise rica que mostra como isso ocorre. Um exemplo que ela dá e serve para discutir essa tese é que esses lugares marcados também marcam as pessoas, tanto é que: “tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver”. (BÓSI, 1983, p. 357) Nesse momento, Ecléa Bosi comenta a ponte que é a casa, ela é parte de nós, pois é parte de nossa memória. Seria análogo ao efeito das Madeleines para o francês Marcel Proust, do bistrô e sua prataria para Walter Benjamin, das laranjeiras e mangueiras para o brasileiro Casimiro de Abreu, ou ainda da Bucólica Nostálgica da mineira Adélia Prado e seu ora-pro-nóbis. É a lei da natureza que nos imputa — a mim e ao leitor — certas memórias, sinestesia do tempo-espaço-sujeito-objeto. Mas, e se a receita das Madeleines se perdesse no tempo? Se as pratarias fossem substituídas pelos modernos materiais? Se as laranjeiras, as bananeiras e o ora-pro-nóbis se extinguissem?

E dessa sinestesia, aflora a dialogia : casa e rua (DAMATA, 1991). A casa como categoria de lugar seguro, tanto pode ser a residência, como pode ser outro espaço apropriado como lar. Ao consideramos os espaços públicos, as marcas da pessoa no espaço podem, ou não, ser mediadas por aqueles que são os gestores desse espaço. Nesse caso, o espaço não parece ser tão imóvel como Halbwachs (2006) pronuncia. Os espaços tornados UCs são mediados, teriam eles mudado de sentido para quem ao redor deles vive? Sobre essa condição relativamente instável do espaço público, Ecléa Bosi, de maneira relativamente sutil, deixa entrever: “As pedras da cidade, *enquanto permanecem*, sustentam a memória”. (BÓSI, 1983, p. 363, grifo meu) A autora faz essa intervenção, logo após falar brevemente da lógica do

planejamento urbano contemporâneo, que visa à funcionalidade da cidade. Sendo assim, tornado área de proteção ambiental, a memória coletiva é abalada?

A memória só existe a partir da pessoa e essa pessoa só se constitui na sua relação com o outro. A própria memória, seja a vivida pessoalmente ou por tabela, acontece quando temos comunidades de sentido, que são delimitadas pelos grupos de socialização (BERGER; LUCKMANN, 1998) primários (família) e secundários (do trabalho, da escola, etc.). Mas, para falar de comunidades de sentido, este último termo não pode ser um *conjunto vazio* para o leitor:

O sentido nada mais é do que uma forma complexa de consciência: não existe em si, mas sempre possui um objeto de referência. Sentido é a consciência de que existe uma relação entre as experiências. O inverso também é válido: o sentido de experiências — e, como ainda será demonstrado, de ações — será construído em primeiro lugar por especiais relações “relacionais” da consciência. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 15)

Buscando os sentidos, caminhos variados se abrem como complementares. Adentrar o campo da ação, para compreender a constituição da pessoa e, claro, sua relação com o espaço e a memória, pode ser bastante instigante e contribuir para o entendimento das representações sociais e dos sentidos elaborados. Sobre o tema, Miguel Mahfoud fala em aula:

O campo da ação é particularmente muito importante e foi muito desenvolvido por Alfred Schultz. [...] Na ação aparece essa síntese, do sujeito se pondo no mundo, do mundo que tem uma estrutura, de uma tomada do mundo que é uma tomada de tempo, de espaço, de relações pessoais, uma síntese de todos esses elementos. Tem necessariamente um projeto, necessariamente uma memória, então esse momento da ação, é um momento particularmente importante. (MAHFOUD, 2010)

Estudar as práticas e tentar compreendê-las pode dizer muito da própria elaboração que o sujeito faz do mundo em que vive e dos significados que creditam às mudanças e ao cotidiano. Muitas vezes elementos que são silenciados na fala — porque não seriam éticos, não condizem com a construção comum do sentido, ou com a etiqueta do grupo — podem ser apreendidos e compreendidos nas práticas cotidianas. Um exemplo desse cuidado que o pesquisador deve ter foi o observado por Jodelet (1998) em seu estudo sobre a loucura. Na fala dos sujeitos de sua pesquisa — aqueles que conviviam com loucos — não havia discriminação em relação a eles. Já nas práticas, era como se o louco tivesse uma doença contagiosa. Segundo a pesquisadora, os sujeitos mantinham objetos de uso do louco separados (copos, talheres, etc.). Da mesma forma que ela, estudando a representação social da loucura na França, entendeu que observar a prática era necessário, acredito ser um aspecto básico

também para este estudo, cujo objeto é a relação entre o homem e o meio ambiente e a representação deste último, juntamente com suas formas de preservação contemporâneas. Não apenas pelos silenciamentos oportunos, mas, porque estando o espaço tão arraigado no nosso cotidiano e sendo ele motivo de muita prática e pouca reflexão, pode escapar ao sujeito da pesquisa vivências tão rotineiras que passam a ser banalizadas por ele próprio, mas que provavelmente, para o pesquisador, muito pode importar. Falo aqui do fragmento mínimo da ação cotidiana, da forma como coloca seu lixo na porta de casa; de qual calçada prefere usar; de que hora do dia abre a janela do quarto; qual o comportamento ao trancar a porta ou o portão mais externo de casa, entre outras minúcias do nosso dia-a-dia, que dizem muito da nossa relação com o outro no (e com o) espaço.

2.5 Representações sociais de “ambiente” e “natureza”

Para Peluso (2003), “a ancoragem permite trabalhar a historicidade do espaço, suas formas e seus conteúdos, e a objetivação, classificar, recortar e compreender a descontextualização dos discursos e ideologias”. (PELUSO, 2003, p. 324) Em outras palavras, entendo, reforçando as palavras de Peluso (2003) que o espaço seria um elemento de resgate, ou memória coletiva, que sustentaria as representações sociais, na medida em que as ancora. A objetivação seria justamente o fato de se recorrer ao discurso, de tentar conceituar o vivido, trazendo para o não familiar algo que lhe é corriqueiro, algo sobre o qual não se costuma pensar. No caso de Peluso (2003) o objeto das representações é o lugar de moradia, o espaço do habitar, que para meu caso é apenas um complemento nesta pesquisa, como descrito na introdução.

No campo ambiental a teoria das representações sociais tem um valor incontestável na busca da compreensão das dinâmicas sociais. Nesta perspectiva se insere a maior parte dos trabalhos sobre o modo como o sujeito percebe o ambiente, relacionando-o com sua história, suas experiências, seus afetos, ou mesmo com sua competência ambiental. A representação social do ambiente traduz o modo como se dá a relação do sujeito com seu ambiente (FÉLONNEAU, 2003; JODELET, 1989 citado por POLLI *et al*, 2009, p. 3)

A partir do entendimento sobre a representação da natureza, procurarei os elementos explícitos e implícitos que levam às representações do ambiente, podendo ser estas relacionadas com sobrevivência (aspecto econômico), lazer, medo ou outros. A partir de natureza, do que ela representa, será possível identificar com quais conceitos ela está relacionada e quais as práticas cotidianas que a (re)delineiam.

Gervais (1997) estando na área da psicologia, utiliza a “natureza” como objeto das representações sociais, por ser esta uma boa referência para análise a partir das representações sociais. O principal objetivo de Gervais (1997) era entender “como membros da sociedade veem seu mundo como real, objetivo e natural e como eles produzem e sustentam conhecimento compartilhado sobre esse mundo no fluxo da vida cotidiana” (p. 19, tradução minha¹⁷). A autora trabalhou com as representações sociais de natureza, após o derramamento de petróleo em Schettland (Escócia) em 1993. Esse foi um interessante momento para se pensar a representação social sobre a natureza, pois existe um fator de transformação e de instabilidade — o acidente.

Neste caso, a transformação sobre a qual me debruço decorre de um conceito que implicaria a permanência de um estado: “preservação ambiental”. Há alguns fatores que implicam em dinâmica: a criação do Parque Arqueológico Morro da Queimada, da Floresta Estadual do Uaimii e a implementação de normas na Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas e no PNM Cachoeira das Andorinhas. As mudanças estão relacionadas com a restrição de uso do espaço, nesse sentido, conforme observado em trabalho anterior (MURTA, 2009), é importante fazer uma pesquisa aprofundada sobre a questão ambiental nesse local.

Segundo Moscovici (1979) “Desde cedo se compreende que as marcas, tanto sociais como intelectuais das representações formadas em sociedades nas quais a ciência, a técnica e a filosofia estão presentes, sofrem a influência destas e se constituem no prolongamento ou se opõem a elas” (p. 29, tradução minha).¹⁸

São essas marcas, ou sementes das representações sociais que precisamos buscar para entender como o sentido do meio ambiente e da natureza se formam no cotidiano de comunidades que estão passando por processos de transformação nas regras de uso e ocupação.

Ao trabalharmos com as representações sociais de “natureza” e “meio ambiente”, estamos lidando com vários níveis de organização social. De um lado, temos a socialização primária do sujeito e como seu grupo circundante vivencia o meio ambiente. Nessa direção, há produção de sentidos que estão relacionados, principalmente, ao lazer e à sobrevivência-sustento-economia. De outro lado, temos a socialização escolar, entre a primária e a secundária na socialização secundária, os sentidos são produzidos no âmbito da educação

¹⁷ It attempts to understand how members of a society come to see their world as real, objective and natural, and how they produce and sustain a shared understanding of this world in the flux of everyday life.

¹⁸ Desde luego se comprende que las huellas, tanto sociales como intelectuales de las representaciones formadas en sociedades donde la ciencia, la técnica y la filosofía están presentes, sufren la influencia de estas y se constituyen en su prolongación o se oponen a ellas.

formal, utilizando, principalmente os conhecimentos produzidos na área da geografia. Nesse caso, a natureza é cartografada, é politizada e muitas vezes o sentido dela se transforma. A mídia, suponho, também tem influenciado fortemente na transformação do sentido da “natureza”. Diante de vários problemas ambientais, muito tem sido produzido em direção à crítica do uso dos bens ambientais (por outros também denominados “recursos naturais”). Além de programas na TV aberta brasileira, como *Globo Repórter*, *Fantástico*, dentre outros, temos filmes sendo produzidos sobre o tema, trazendo para a vida cotidiana discussões variadas que contribuem na construção do sentido do que aqui é objetivo de pesquisa. Por fim, temos ainda outra influência, a legislação ambiental brasileira e, no caso desta pesquisa, as práticas ambientais em nível estadual, também contribuem para a percepção e construção do sentido do que é o meio ambiente-natureza na vida cotidiana na área de estudo. Em se tratando de uma área de proteção ambiental estadual (APA), na qual tem havido muita fiscalização, a legislação se aproxima dos cidadãos via fiscais.

Segundo Moscovici (1979) isso acontece porque nosso conhecimento é construído por imagens das nossas experiências e vivências. Nesse sentido, retorno com a ideia de memória, acreditando que o sentido é construído a partir de nossas vivências e de nossas vivências indiretas. Vale destacar que muitas vezes essas experiências não ocorrem *in situ*, mas por meio das falas das pessoas que nos circundam. Nossos valores, por exemplo, são formados não apenas por nossas vivências práticas, mas pelas vivências de nossos antepassados, de nossos amigos e educadores, que criam normas ou regras morais as quais passamos a incorporar e reestruturar, tornando-se então nossos valores.

3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA

Esta pesquisa tem caráter exploratório-descritivo. Além dos objetivos prioritários de se entender o contexto da proteção ambiental a partir de um estudo de representações sociais de múltiplos casos em uma área que pode vir a ser considerada como mosaico de unidades de conservação, este é um trabalho exploratório também no âmbito do plano teórico-metodológico. Pretendi trabalhar diferentes metodologias, recorrendo a uma combinação das abordagens qualitativa e quantitativa para entender as representações sociais sobre “natureza”, “meio ambiente” e “preservação ambiental”, sendo esta última categoria a que deve ser enfocada.

Busquei explorar por meio de três casos as representações de moradores vizinhos à Floresta do Uaimii, ao Parque Natural Municipal (PNM) das Andorinhas e ao Parque Arqueológico Morro da Queimada. À exceção do Parque Arqueológico, área protegida adjacente à APA Estadual Cachoeira das Andorinhas, as duas UCs estão contidas na APA. As pessoas entrevistadas são moradores de São Bartolomeu (vizinho da Floresta Estadual do Uaimii), Morro São Sebastião (limítrofe ao PNM das Andorinhas), Morro São João e Morro Santana (limítrofes ao PNM das Andorinhas, sendo a principal via para entrada de pedestres e ao Parque Arqueológico) e Morro da Queimada (limítrofe ao Parque Arqueológico).

3.1.1 Etapa qualitativa

Para a etapa qualitativa recorri à entrevista semiestruturada, guiada por um roteiro, gravada quando autorizada. As entrevistas semiestruturadas permitem aprofundar em temas visando a compreensão das falas das pessoas e as inferências interdiscursivas que ajudam no entendimento do contexto social estudado. As perguntas e a ordem delas não são fixas: o entrevistador, de acordo com sua percepção durante o diálogo, decide sobre explorar determinados aspectos ou simplesmente não fazer algumas perguntas. Em detrimento de invalidar a entrevista, perguntas não realizadas, ou exploradas, compõem também um dado e, por isso, a flexibilidade é uma característica inerente a esse método. Numa pesquisa em representações sociais como esta, a partir da qual me propus a entender conceitos levados a um determinado grupo, por uma instituição (meio ambiente e preservação ambiental) e (re)significado na vida cotidiana, a entrevista deve ser vista como um importante caminho para se alcançar os objetivos. E mais: como oportunidade de ir além do previsto, do esperado, os entrevistados podem sempre acrescentar novos temas e, assim, participar ativamente da

pesquisa, algumas vezes, inclusive, redirecionando o olhar do pesquisador. Como exemplo, cito minha pesquisa de conclusão de curso de graduação: enquanto buscava sempre as representações sociais dos processos de turistificação em São Bartolomeu, os entrevistados mostravam a importância de se entender as representações em torno da preservação ambiental. Assim, concordo com Godoi e Matos (2006), para os quais:

Os resultados gerados pelo evento dialógico da entrevista são construídos pelo entrevistador e pelo entrevistado, de tal forma que a vida cotidiana do entrevistado está presente na entrevista, assim como o evento da entrevista passa a constituir um elemento de ressignificação da vida do entrevistado. (GODOI; MATOS, 2006, p. 322)

Ademais, como sugere Alasuutari (1995) citado por Godoi e Matos (2006), a entrevista dá a oportunidade ao pesquisador de analisar não apenas os dados que se obtém por meio das entrevistas, mas também o próprio momento da entrevista.

Em relação à quantidade de entrevistas, não existia uma proposta *a priori*, mas havia a pretensão de obedecer ao princípio de saturação para o tema. Isso quer dizer que as entrevistas foram feitas até que as falas começaram a se repetir, considerada a sensibilidade para ouvir sujeitos pertencentes a diferentes grupos e com diferentes interesses em relação ao meio ambiente. O objetivo da pesquisa qualitativa não é contar posições em relação aos temas, mas compreender posições, aprofundar nos temas, não apenas comprovar hipóteses, mas fazer análises, conforme explica Gaskell (2002), citado por Chamon e Chamon (2007). Isso porque “na realidade da visão qualitativa o investigador está impedido de determinar previamente o número de entrevistas necessárias à sua investigação. ‘As amostras nos estudos qualitativos não estão geralmente pré-especificadas, senão que podem evoluir uma vez começado o trabalho de campo’ (VALLES, 1997, p. 93)” (GODOI; MATOS, 2006, p. 308). No total, foram feitas 47 gravações de entrevistas entre 2010 e 2011. Nessas gravações, em algumas vezes há mais de um entrevistado. Dessas, 17 gravações são com moradores da Serra de Ouro Preto; 23 com moradores de São Bartolomeu e 7 com representantes de instituições, principalmente, que têm por objetivo a preservação de uma determinada área ou objeto.

As entrevistas foram feitas com diferentes grupos de sujeitos. Embora o objetivo seja trabalhar prioritariamente a sociedade civil, foram entrevistados representantes institucionais como forma de contextualização e com o objetivo de não ouvir apenas um lado dos discursos. Assim, pretendeu-se observar onde há incorporação, rejeição ou invisibilidade dos discursos institucionais e científicos por parte da população.

Nas entrevistas com os moradores, o objetivo foi entender a relação das pessoas com o espaço e como elas vivenciam os processos de preservação ambiental da região. A partir

dessas entrevistas busquei a base analítica para então serem interpretadas com o auxílio da análise do discurso. Entre os moradores entrevistados, houve o cuidado de buscar por aqueles que têm alguma relação de proximidade com as áreas protegidas e outros que não tenham, aparentemente, nenhuma relação de dependência, econômica, pelo menos.

3.1.2 Etapa quantitativa

Com o uso dos questionários, tive a intenção de abarcar maior número de sujeitos de pesquisa e avaliar os resultados que esse tipo de instrumento permite em um estudo de representações sociais. Para o questionário foram feitas perguntas abertas, fechadas e semiestruturadas. Foram utilizados diferentes tipos de questões, recorrendo à escala Likert de cinco pontos, perguntas dicotômicas, perguntas encadeadas (semiabertas), entre outras. Dentre as questões, são propostos quatro tópicos de evocação de palavras. Essa técnica é muito utilizada em estudos de representações sociais, principalmente quando o objetivo é analisar o núcleo central das representações (VERGARA, 2005).

Na formatação para aplicação o questionário está composto de uma página, sendo que foram utilizados cartões plastificados que foram lidos às vezes pelos próprios pesquisados e outras vezes pela pesquisadora. O questionário foi testado, primeiramente, a fim de observar se a linguagem das questões estava adequada e se havia dificuldades para algum item. Tendo sido realizado o teste, observou-se a inadequação de algumas questões, que foram alteradas, novamente testadas e finalizado esse instrumento de coleta, disponível entre os apêndices desta pesquisa.

3.1.2.1 Universo e amostra

A amostra “é um grupo de indivíduos tomados de uma população. A população é o grupo de pessoas nas quais nós estamos interessados, e às quais nós desejamos que os resultados do estudo se refiram” (BRUCE; POPE; STANISTREET, 2008, p. 133).

Existem diferentes técnicas de amostragem, dependendo do objetivo do trabalho e das informações conhecidas sobre a população. Primeiramente, temos amostragens não probabilísticas e amostragens probabilísticas.

De acordo com Torres (2000) a maioria dos pesquisadores utiliza amostragens não probabilísticas pelo fato de os custos serem menos elevados nesse caso e demandar menos

tempo. Existem quatro tipos básicos de amostragens não probabilísticas, quais sejam: (a) amostragem por cotas; (b) amostragem por julgamentos; (c) por conveniência e (d) “bola-de-neve”. Algumas delas são usadas seguindo o paradigma qualitativo, outras, embora não se preocupem com probabilidades, seguem o paradigma da pesquisa quantitativa.

Já no caso da amostragem probabilística, prevê-se “que os elementos são escolhidos de uma população, com base na seleção aleatória e com probabilidades não-zero conhecidas” (BABBIE, 1999, p. 152). Para seleção de uma amostra probabilística, podem ser usadas técnicas de: (a) amostragem aleatória simples; (b) amostragem sistemática; (c) amostragem estratificada proporcional; (d) amostragem estratificada uniforme; e (e) amostragem de conglomerados.

Em alguns casos, conhece-se a população sobre a qual se realiza a pesquisa, em outros casos a população é desconhecida. No caso desta pesquisa, o tamanho da população é conhecido, ou seja, a fórmula para definir o tamanho da amostra considera o tamanho da população e o erro amostral. Para calcular o tamanho da amostra, foi utilizada uma fórmula probabilística, contudo, tendo-se em vista a dificuldade em seguir o método de sorteio e a dificuldade de diálogo em algumas ruas sorteadas, optou-se pela conveniência, tendo sido abordadas pessoas em suas casas, mas sem preocupar com o sorteio.

Para a amostragem, utilizei dados de 2000 do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (idade e gênero). Não puderam ser utilizados os dados de 2010, pelo fato de não estarem disponíveis até o momento em que se concluiu metade do campo. Os dados do censo utilizados são aqueles separados por distritos e por setores censitários. A definição de setores censitários, segundo IBGE (2003), é: “menor unidade territorial, com limites físicos identificáveis em campo, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País”. Os setores censitários selecionados para esta pesquisa são aqueles vizinhos do PNM Cachoeira das Andorinhas e o Setor São Bartolomeu, como referência à aglomeração de pessoas próximas à Floresta Estadual do Uaimii. A Tabela apresenta os setores escolhidos. Cada um deles é representado em um mapa, disponível nos anexos deste trabalho, que auxiliou a execução do campo.

TABELA 1 – Setores censitários pesquisados

Distrito	Ano 2000 setor nº	Corresponde aos bairros	População acima de 15 anos
-----------------	------------------------------	--------------------------------	---

55 (São Bartolomeu)	0001	São Bartolomeu	174
05 (Ouro Preto)	0010	Morros São Sebastião, Santana, São João e Morro da Queimada	1037
05 (Ouro Preto)	0009	Morro São Sebastião	909
05 (Ouro Preto)	0027	Alto Cruz; Morro Santana	894
Total			3014

Fonte: elaboração própria

No caso desta pesquisa, a proposta foi de calcular o tamanho da amostra por meio do método probabilístico, selecionando a amostragem aleatória simples, que de acordo com Barbetta (2008, p. 58-60) é dada pela fórmula:

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

N: Tamanho (número de elementos) da população;

n: Tamanho (número de elementos) da amostra;

n_0 : uma primeira aproximação para o tamanho da amostra; e

E: erro amostral tolerável (neste caso o erro tolerável é de 6,5%)

n_0 é dado pela fração:

$$n_0 = \frac{1}{E^2} \text{ para } E = 6.5\%, \text{ temos } n_0 = \frac{1}{(0,065)^2} \text{ } n_0 = \frac{1}{0,004225} \text{ } n_0 = \mathbf{236}$$

Tendo em vista o total da população, utilizei para definir o tamanho da amostra a fórmula supracitada de amostragem aleatória simples proposta por Barbetta (2008). Assim:

$$n = \frac{3014 \times 236}{3014 + 236} = 218,862$$

Sendo a população de 3014 pessoas, a amostra, portanto, é de 219 pessoas (valor arredondado). Foram obtidos, entretanto, 214 questionários válidos, que fazem parte da população acima descrita, ou seja, que tenham 15 anos de idade ou mais e que sejam moradores da área selecionada.

3.2 Interpretação dos dados

Diferentes metodologias de análise de dados foram usadas para as diferentes formas de coleta. No caso das entrevistas gravadas, elas foram transcritas para então serem consideradas a partir da análise do discurso. As análises dos questionários foram feitas no Excel, a partir de frequência, médias, porcentagens e análises cruzadas, quando necessário alcançar objetivos específicos. A seguir, descrevo brevemente, os caminhos analíticos previstos.

3.2.1 Análise do discurso: para entrevistas

Um dos autores que mais contribuiu para o que chamamos de análise de discurso de corrente francesa foi Michel Pêcheux a partir de 1960, época também que temos as mudanças na psicologia social e as contribuições de Serge Moscovici a partir das representações sociais. Pêcheux (1990) dá indícios da necessidade de estudos multidisciplinares quando estamos falando em linguagem e comunicação. Uma corrente analítica neste caso não pode excluir a outra, mas complementá-la, uma vez que o objetivo é efetivamente alcançar o entendimento, que requer uma análise complexa.

S. Moscovici e M. Plon (1966, p. 720) vão em direção a uma apreensão do fundamento da linguagem na organização do sistema nervoso que é sua matriz material e não aquilo que se diz ser sua função, ou seja, a comunicação. Por esta razão, digamos que uma progressão teórica sob o ângulo psicossociológico não é suficiente, mas é necessária uma mudança das opções atuais, situando a psicologia social ao lado de outras disciplinas psicológicas com vistas a compreender a linguagem. (PÊCHEUX, 1990, p. 80)

Um dos principais aspectos considerados na análise do discurso e que contribuem para o estudo das representações sociais é, efetivamente a dialogicidade. Conforme nos mostra Marková (2006), não foi Mikhail Bakhtin (1895-1975) quem introduziu a abordagem dialógica, mas “a dialogicidade para Bakhtin ofereceu infinitas possibilidades de novas interpretações da linguagem e do pensamento, num mundo multifacetado e ambíguo que, ele insistia, não tinha limites” (p. 125).

Para Bakhtin, os discursos não podem ser monológicos, pois o sentido se constrói na relação com o outro, já que um interlocutor é necessário para sua constituição. Nos expressamos e compreendemos por meio do prisma do meio social. A própria formação ideológica depende desse meio social e, por sua vez constitui o discurso dos sujeitos. Para o autor: “O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um *auditório social* próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações,

apreciações, etc”’. (BAKHTIN, 1999, p. 112-113) É por causa dessa característica dialógica que indicamos a seguir um dos tópicos da AD o qual será considerado para análise. A análise do discurso deve ser feita de maneira atenta à questão dos prismas pelos quais se vê e se diz do objeto, como destaca Bakhtin (1999):

Toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. [...] A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. [...] A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 1999, p. 113)

Considerando essa importante característica da linguagem, analisada por Bakhtin e trazida por Marková (2006) para contribuir no estudo das representações sociais, pragmaticamente, temos na análise das Condições de Produção do Discurso (CPD), um caminho para sua discussão nas análises de textos.

Uma das principais contribuições de Pêcheux foi desenhar como as condições de produção do discurso podem contribuir para uma boa análise. Para ele

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (PÊCHEUX, 1997b, p. 190, citado por FERNANDES, 2005, p. 24)

Neste sentido, temos a análise dos *topoi* discursivos e junto a eles as contribuições também de Ducrot (1989), quem explicou o *topos* como o lugar da enunciação, o lugar do enunciador. Analisar os *topoi* seria, assim, uma oportunidade de entender de onde vem o enunciado e quem é o sujeito que o enuncia. Dessa maneira, qual é a voz ou ainda quais as vozes que aparecem no discurso? Tomo assim, as contribuições de Pêcheux sobre as condições de produção do discurso e as contribuições de Ducrot (*topoi* argumentativo) como complementares na análise das vozes do discurso, que podem resultar em polifonia ou não.

Sobre as condições de produção do discurso, elas consistem na relação entre os sujeitos discursivos, em outras palavras, as relações de poder entre ambos, implica na posição como enunciador, ou seja, qual o papel exercido no momento de sua fala, como pai, como filho, como irmão, como mãe, como estudante, como professor, etc. Há na maioria das vezes um contexto que permite uma análise para além do explícito.

O estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso — que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção* — e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria lingüística atual pelo papel dado ao *contexto* ou à *situação*, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão. (PÊCHEUX, 1990, p. 75)

Ao analisar os discursos, devemos levar em consideração a situação em que ele foi produzido, quais os *topoi* ocupados pelo locutor e interlocutor e quais as relações entre os sujeitos. Ademais, buscaremos ideologias nesses discursos, já que consideramos que toda palavra é por si um signo ideológico e que é “territorializada”, à medida em que é materializada ou incorporada à sua fala.

O conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo. Isso supõe que é *impossível analisar um discurso como texto*, isto é, como uma sequência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção. (PÊCHEUX, 1990, p. 79)

Sobre os *topoi argumentativos*, Furlanett (2006) descreve o que seria e implicitamente qual a importância de se estudá-los:

Para encontrar a orientação argumentativa é preciso, então, explorar os *topoi* convocados. A argumentação, com base nisso, se descreve a partir dos *enunciadores* apresentados no discurso. Os *topoi* pressupõem sempre um enunciador, virtual ou não. Eles representam “evidências”, vozes na sombra, algo que é fundamentado sem que disso, em geral, o locutor se dê conta; funcionam como uma espécie de acordo que serve de premissa (de caráter cultural) — uma memória discursiva (FURLANETTO, 2006, p.528).

Ao falar em condições de produção, em papéis, e nas diferentes vozes, devemos pensar na enunciação como resultado da interação entre pessoas, como nos mostra Bakhtin. Nesse sentido, levando-se em conta as negociações, as expectativas e as posições dos sujeitos. Essa relação das condições de produção do discurso permitem captar as duas facetas do discurso propostas por Bakhtin (1990), de um lado ela procede de alguém, que tem interesses, que defende uma posição. De outro é recebida por alguém com suas expectativas e as relações que mantém com o enunciador e com a enunciação.

A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. (BAKHTIN, 1990, p. 112-113)

Os conteúdos do discurso podem explicitar ou não a dialogicidade que os constitui. Chamamos de discurso polifônico aquele que apresenta mais vozes (leia-se aqui conteúdos ideológicos). De acordo com Barros (1999, p. 34), polifonia é caracterizada por “um certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem”.

Para estudar a polifonia, analisar os textos, especialmente os orais ou escritos, foi a noção de implícitos pressupostos e subentendidos a estratégia adotada. Esses são conceitos

simples que ajudam no momento da análise. Especialmente os pressupostos, com colaboração da linguística, ajudam a clarear algumas das posições tomadas no discurso. Segundo Ducrot (1987) os implícitos pressupostos são passíveis de serem observados quando se toma para análise a sintaxe das frases. Isso quer dizer, sempre atentar principalmente para os advérbios, mas não somente para eles. A forma como o sujeito estrutura seu discurso e a escolha do léxico nos permite identificar elementos que estão implícitos.

Para a análise do discurso, de maneira geral, importa compreender o discurso e seus elementos. Um de seus elementos seria o léxico, acompanhado de seus sentidos que são socialmente construídos. Assim, na AD, é de suma importância a referência a “aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas” (FERNANDES, 2005). Papa (2011), mostra que um dos elementos que deve ser considerado nesse tipo de análise é a do léxico, porque nas escolhas das palavras, o enunciador deixa transparecer elementos identitários e ideológicos.

O léxico utilizado num texto carrega traços da identidade do falante/escritor, uma vez que as escolhas feitas pelo falante/escritor podem estar transparentes ou não, precisando, portanto, ser desvelados. A análise linguística permite, dessa forma, interpretar os significados presentes nos textos. (PAPA, 2011, p. 3)

Já os implícitos subentendidos, são mais difíceis de serem identificados e estão diretamente relacionados às condições de produção do discurso e à identificação de posições discursivas. Esses implícitos subentendidos estão diretamente relacionados ao contexto. O analista consegue identificá-los, levando-se em consideração o contexto extralinguístico, podendo recorrer às análises do corpo, da interação entre o enunciador e outros sujeitos.

o discurso é visto sob estas três dimensões: (i) Texto – descrição dos aspectos relevantes da estrutura textual (oral ou escrito); (ii) Prática discursiva – interpretação do texto, incluindo a produção, distribuição e consumo (leitura e interpretação); (iii) prática social – explanação da relação dos processos discursivos e sociais (FAIRCLOUGH, 1989; 2001).

3.2.2 Tratamento dos dados (questionário)

Os questionários foram aplicados *in loco*. Posteriormente foram passados para o *Survey Monkey*.¹⁹ O uso do *Survey Monkey* se justifica pela facilidade de tabulação em qualquer lugar, estando em campo, na universidade ou em casa, sem a necessidade de instalação de um programa, além da praticidade no tratamento dos dados. *Survey Monkey* possibilita a geração de gráficos e tabelas cruzadas, facilitando a análise dos resultados.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.surveymonkey.com>>

Ademais, há a opção de gerar planilhas com os dados em SPSS ou Excel. No caso desta pesquisa, o Excel foi utilizado, tendo sido feitos nele: cálculos de média, de frequência e porcentagem de respostas.

Para a interpretação da evocação de palavras, utilizou-se a planilha de Excel contendo todas as palavras evocadas. Cada uma das palavras foi agrupada em categorias que se repetiam consideravelmente no grupo. No caso de São Bartolomeu, com 49 entrevistados, a frequência mínima das categorias para compor os gráficos foi $f=2$. No caso da Serra de Ouro Preto, com 165 entrevistados, a frequência mínima das categorias para compor os gráficos foi $f=3$. Para todas as demais perguntas foi feito o cálculo de frequência e o ordenamento segundo os percentuais encontrados.

4 AS ÁREAS EM CONTEXTO

Desde o século XVIII, como mostra Gontijo (2008), estudiosos pesquisam a Cadeia do Espinhaço. Discussões variadas, incluindo o que se pode ou não considerar como fazendo parte do Espinhaço foram empreendidas. Para efeitos de análise deste trabalho, no âmbito das unidades de conservação, tomando o desenho do Espinhaço a partir da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), considero o município de Ouro Preto como localizado na porção meridional dessa Reserva.

De acordo com Gontijo (2008), considerar o quadrilátero ferrífero como parte do Espinhaço, é retornar aos primeiros estudiosos da área, Eschwege e Derby. O autor pondera que, “embora um ‘pecado geológico’, trata-se mais da materialização espacial de uma, boa, idéia conservacionista — quanto mais áreas estiverem incorporadas a nossa RBSE, mais chances teremos de proteger nossa biota”. (GONTIJO, 2008, p. 9) E fato é que, por parte dos gestores de unidades de conservação, especialmente falando daquelas com as quais estou trabalhando nesta pesquisa, o apelo de ser uma das UCs do conjunto da RBSE é usado na solicitação de recursos para implementação de projetos variados.

Foi Eschwege quem nomeou essa cadeia e não só mencionou sua importância para a história do Brasil, citando os naturalistas que por ela se guiavam, mas também contribuiu para deslindar algumas de suas características:

A ela denominei Serra do Espinhaço (Rückenknöchengebirge), não só porque forma a cordilheira mais alta, mas, além disso, é notável, especialmente para o naturalista, pois forma um importante divisor não somente sob o ponto de vista geognóstico, mas também é de maior importância pelos aspectos da flora e fauna. (ESCHWEGE, 2005/1822, p. 99)

Essa cadeia de serras é importante do ponto de vista biológico e geográfico, por dividir vegetações, bacias e, por isso também, características da fauna (IEF/SAT, 2005). Mas também deve ser considerado como espaço de memória, pois as marcas ali deixadas, de povoamento e exploração, ajudam a contar a história, por meio de estudos arqueológicos e de análise da paisagem. A relevância do Espinhaço, no que tange a espécies vegetais e animais e à paisagem motivou a criação da Reserva da Biosfera do Espinhaço, em 2005.

Conforme é possível observar no Mapa 2, a Estrada Real está quase toda localizada na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. A área do presente estudo foi uma das mais importantes no passado do Brasil e um dos pontos da Estrada Real. Esse é um dos fatores que corroboram a ideia de que história, geografia e paisagem devem ser estudadas sempre juntas,

dados seus conteúdos interpenetrantes. O Espinhaço foi o caminho utilizado porque concentra riquezas que foram muito exploradas ao longo dos séculos, principalmente no século XVIII, mas não apenas por isso — também como referência geográfica, já que picos e cursos d'água, por exemplo, são recorrentemente mencionados em relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX.

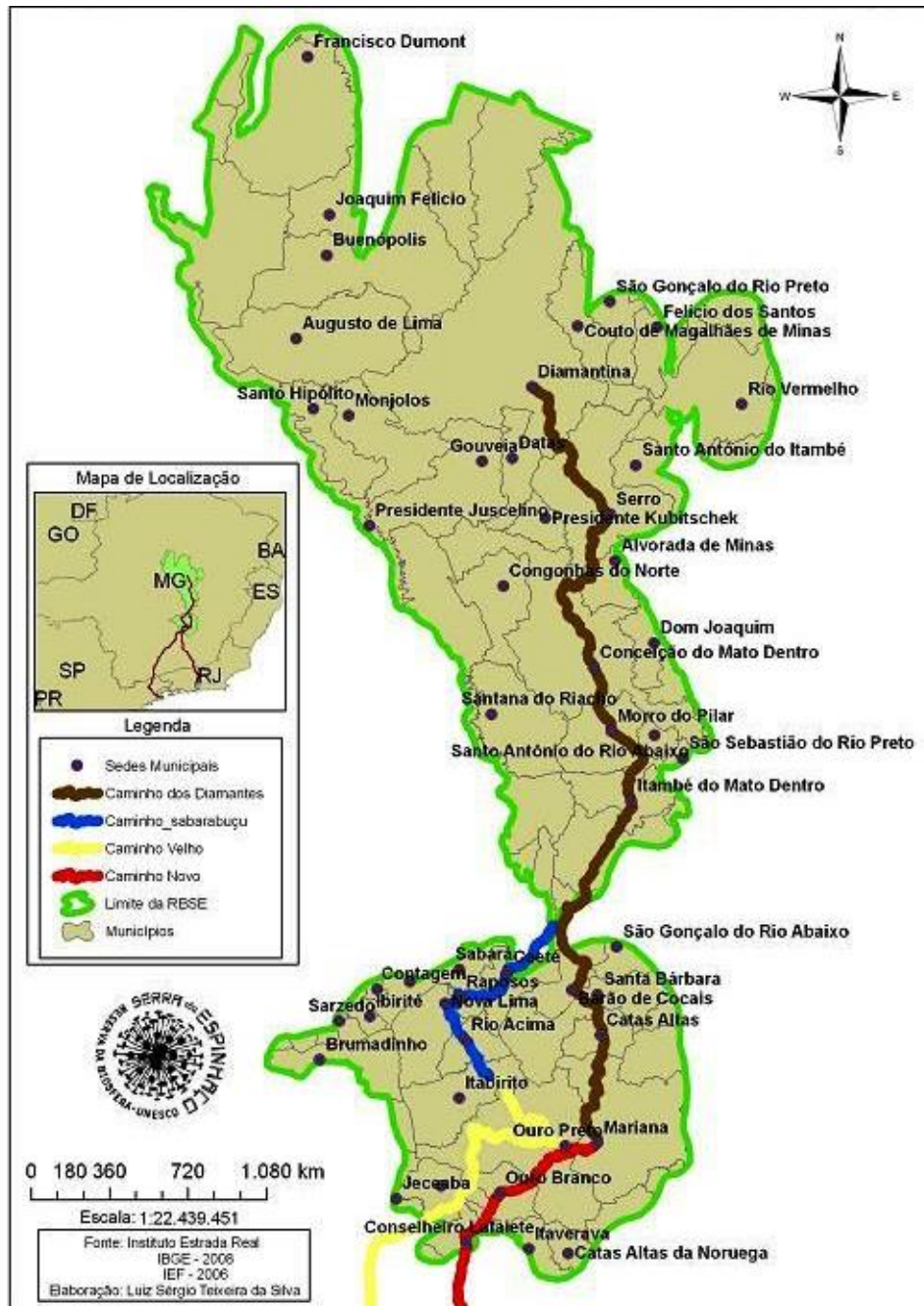
A região de Ouro Preto foi uma importante zona de exploração mineral e ainda seus arredores o são. Como dito, a história se relaciona muito com a geografia e geologia do lugar.

De acordo com Scalco (2009, p. 52), “O Supergrupo Rio das Velhas, predominante na área, constitui as formações metassedimentares mais antigas do Quadrilátero Ferrífero. As rochas deste Supergrupo são economicamente importantes devido à ocorrência de jazidas de ouro e de manganês”. Em menor escala, mas muito importante, na área existe o Supergrupo Minas, que é o mais estudado do Quadrilátero Ferrífero, devido à presença do ferro (SCALCO, 2009).

No Mapa 3 é possível observar que estão presentes na APA em estudo o Supergrupo Rio das Velhas e o Supergrupo Minas, que, conforme descreveu Scalco (2009), são economicamente relevantes e, por isso, são áreas que estão marcadas por exploração.

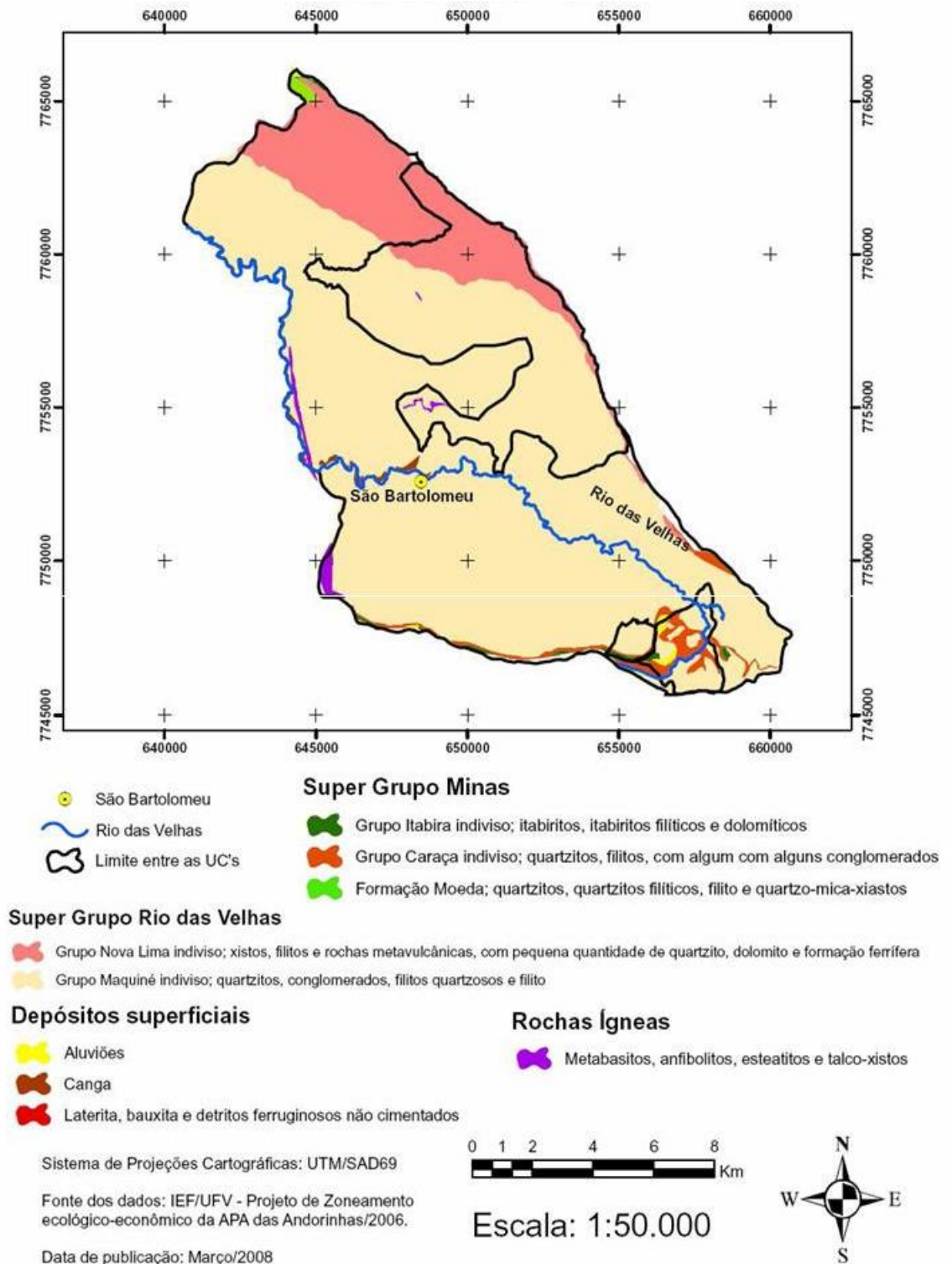
Ouro Preto, em seus aspectos tanto urbanos como rurais, tem muita história: foram centenas de anos de práticas sociais que marcaram as pessoas e os espaços. Parte dessa história está claramente registrada nas paisagens naturais e urbanas. Exemplo de registro na área de estudo é o Parque Arqueológico Morro da Queimada (em implementação). De acordo com Oliveira (2009), o antigo Morro Paschoal, ou Arraial do Ouro Podre, foi um dos primeiros a ser povoado em Ouro Preto com objetivo de exploração mineral (MATTOS, 2008). Em 1720, no entanto, foi destruído pela coroa portuguesa como resposta à revolta de Felipe dos Santos (OLIVEIRA, 2009).

MAPA 2 – Estrada Real na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço



Mattos (2008), elaborando um histórico sobre a área da Serra de Ouro Preto em que se localiza o Parque Arqueológico, fala sobre a existência no subsolo e na superfície das marcas de exploração. A autora fala que com o declínio da mineração, a região ficou abandonada. No último século, no entanto, voltou a ser ocupada em decorrência do aumento da população, implicando em reocupação de determinadas áreas como expansão urbana. Mais recentemente ainda, é possível observar novas e maiores construções, atendendo a uma classe média que, suponho, tem ido em busca das paisagens daquela Serra.

MAPA 3 – Geologia da APA Cachoeira das Andorinhas Ouro Preto – MG



Um importante marco geográfico que conduz a história na região é o Rio das Velhas. Ele nasce no distrito sede do município de Ouro Preto, local compreendido pelo Parque

Natural Municipal das Andorinhas e flui de sudeste a noroeste da APA Estadual Cachoeira das Andorinhas, em Ouro Preto, passando pelo distrito de São Bartolomeu.

Apresentando um pouco do contexto do vale onde está localizado São Bartolomeu, considero alguns relatos de viagem explorados em Murta (2009) e algumas observações de campo.

Há uma relação muito forte entre o distrito-sede de Ouro Preto, antiga Vila Rica, e o distrito de São Bartolomeu. No passado, Ouro Preto era extremamente dependente desse distrito que aparecia como abastecedor. Durante o período áureo do distrito sede, e aqui a locução adjetiva faz-se literal, a preocupação em se produzir alimento era mínima, uma vez que não era rentável comparado com a exploração mineral.

Grandes males sofreram os primeiros aventureiros mineiros, pois tantas mãos se empregaram na busca do ouro que ficaram muito poucas para cultivar o solo e prover às necessidades da vida [...] (GRAHAM, 1956, p. 36)

A imaginação nos sugere a ironia que confirma o dito popular: dinheiro não mata a fome. Não é difícil imaginar que à hora do almoço, um mineiro confundido pelo tilintar do ouro nos bolsos também tivesse a barriga a roncar de fome. Ora! Embora a gastronomia contemporânea discorde, ouro não se come!

No princípio do século XVIII a exploração de ouro era intensa e a de alimentos não tinha lugar nem a atenção devida. Desencadeou-se então a crise da fome que fez com que surgissem arraiais nos arredores de Ouro Preto.

Os anos de 1700-1701 foram no entanto calamitosos. O mesmo horror que havia experimentado o arraial do Carmo anos de 97-98, o flagelo da fome, produziu na serra de Ouro Preto a debandada dos moradores, igualmente cegos pelo ouro, esquecidos dos comestíveis. Alguns retiraram-se para São Paulo. [...] O Alcaide-mor e seus sobrinhos Tomás, João e Fernando Lopes de Camargo foram se estabelecer no córrego e sítio do arraial, que deles adquiriu o nome plural dos Camargos, a 4 léguas distante de Ouro Preto; e bem assim na mesma direção em menos distância, Antônio Pereira Machado, natural do Reino abaixo da serra que traz o seu nome dando princípio ao arraial do Bonfim de Mato Dentro, mais tarde conhecido também por arraial de Antônio Pereira [...] Tiveram também sua origem desta calamidade, pelos moradores espalhados, os arraiais do Campo, a Cachoeira, São Bartolomeu, a Casa Branca [hoje Glaura], e muitos outros (VASCONCELOS, 1923/1974, p. 177).

Especialmente no caso de lugares próximos nos quais não foi encontrado muito ouro, a paisagem se transformava em plantações para prover alimentos para regiões mineradoras. Isso não quer dizer que essas áreas nunca tenham sido bulidas na procura pelo afamado e valorizado metal. Até mesmo São Bartolomeu chegou, por um tempo, a ser importante zona de exploração mineral, como mostra Scalco (2009) recorrendo às contribuições de Rayel (2001): “Com o crescimento de Vila Rica (atual Ouro Preto) surgiu uma grande demanda por produtos agropecuários que passaram a ser produzidos na região. Essas duas atividades deixaram

suas marcas de degradação, tendo contribuído para o início de um processo cultural de utilização insustentável dos recursos naturais” (SCALCO, 2009, p. 15). De acordo com Oliveira (1999), ao analisar inventários do período de 1700 a 1750, a região de São Bartolomeu era marcada pela presença de plantações de milho e de feijão. Além disso, mais recentemente, no século XX, explorou-se o carvão na área, atividade extremamente degradante, principalmente quando não se faz o manejo adequadamente.

Essas práticas econômicas fizeram com que a degradação naquela região se intensificasse principalmente da Mata Atlântica, tendo em vista a lei que protege esse bioma. No contexto de proteção, justamente essas áreas de Floresta Estacional Semidecidual Montana passaram a compor áreas de proteção ambiental.

Em decorrência dessa história de degradação, a região abriga algumas unidades de conservação estaduais e municipais. O foco desta pesquisa está nas áreas protegidas cuja propriedade deve ser do Estado, salvo exceções para o caso de haver comunidades tradicionais: Floresta do Uaimii; Parque Natural Municipal das Andorinhas e Parque Arqueológico Morro da Queimada. No entanto, é necessário dizer que as UCs estão contidas na Área de Proteção Ambiental Estadual das Andorinhas e o Parque Arqueológico é vizinho a essa UC. Embora a APA não componha o foco da pesquisa, é necessário falar um pouco sobre ela para que seja possível entender algumas relações do que alguns gestores e autores chamam de mosaico de UCs, assunto que abordaremos mais adiante.

4.1 Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas

O artigo 15 da Lei nº 9.985/00 dispõe sobre a Área de Proteção Ambiental. Esta é uma categoria de uso sustentável, em que a área geralmente é ampla e integrada por propriedades privadas e públicas. Embora haja atividades econômicas variadas, alguns cuidados são necessários ao trabalhar espaços que estão inseridos em APAs, o que muitas vezes é motivo de conflito. De acordo com o artigo 15 do SNUC:

Art. 15 - A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§1º - A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§2º - Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§3º - As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§4º - Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§5º - A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

Justamente por ser de uso sustentável e envolver interesses dos mais diversos, propriedades do governo, de pessoas jurídicas e pessoas físicas, esse tipo de UC geralmente é representado por conflitos entre interesses que algumas vezes ficam em latência, outras vezes são percebidos na prática, seja por meio de discussões ou de agressões a pessoas ou ao espaço (principalmente por meio de queimadas). No caso da APA Cachoeira das Andorinhas, não é diferente: há conflitos entre interesse que são percebidos por atores em todas as circunstâncias. O atual gestor dessa APA, empossado em 2010, já manifesta essa negociação de interesses como desafio característico de seu trabalho:

Ela (APA) é uma gestão diferente de unidade de proteção integral. Para começar, ela não é uma unidade do Estado. Entendeu? Então você vai administrar uma unidade que... uma área protegida que na verdade os donos são terceiros. [...] Vários donos e com intenções diferentes. [...] Preservar e explorar ao mesmo tempo. Tem propriedades particulares, tem plantio de eucalipto, tem exploração de candeia nativa. (E01)

Em 1989, por meio do Decreto nº 30.264, foi criada a Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeira das Andorinhas. Essa UC foi criada em um contexto em que no Brasil começava a preocupação com as áreas protegidas, mas, a escolha, delimitação e definição de normas era a partir da imposição, sem participação das comunidades, como mostra Scalco (2009). A APA foi criada com o principal objetivo de preservar as nascentes do Rio das Velhas.²⁰ Essa área tem ao todo 18,7 mil hectares, ocupando 14,8% do município de Ouro Preto, segundo consta no *site* do Instituto Estadual de Florestas (IEF). Até consulta feita em Abril de 2011 no *site* do IEF, essa é uma das 15 APAs do estado.

Segundo Scalco (2009), o fato de a área ter sido criada por meio de um decreto, e considerando-se o contexto da época, em que a criação de UCs ocorria sem participação das comunidades envolvidas, configura-se como problema que pode gerar um conflito. Neste caso, como observaram Scalco (2009) e Murta (2009), há conflitos que permeiam a criação tanto da APA, como da Floresta do Uaimii, sendo a emergência desses conflitos a principal justificativa para a escolha dessa área de pesquisa.

²⁰ O Rio das Velhas é um importante curso d'água, cuja nascente é a Cachoeira das Andorinhas, localizada em Ouro Preto (MG). Esse rio é de grande importância não apenas local, mas regional. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, capta-se água do Rio das Velhas.

A criação da APA se deu com um decreto²¹ e eu acho que estas coisas não se fazem com um decreto. Tem que ter uma articulação com a comunidade, uma preparação, um trabalho de informação até para poder justificar o que está sendo feito. Se não vira uma reação em cadeia contra o que está sendo feito com a melhor das intenções. (Representante da Câmara Municipal de Ouro Preto, entrevista realizada em 17/07/08, citada por SCALCO, 2009, p. 83)

Conforme observado por Murta (2009) nas falas em que aparecia a questão ambiental, APA e Floresta se confundiam sempre. Não havia nos discursos uma separação clara a respeito do que era relativo aos limites da APA e do que era relativo aos limites da Floresta.

Essas unidades não estão isoladas, estão em um contexto econômico e social de seu entorno. Assim, é a partir de algumas comunidades próximas a essas UCs que buscaremos as representações sociais do ambiente protegido. Mas não poderíamos falar apenas em ambiente protegido sem entender o contexto dessas representações, ou seja, as próprias representações do espaço vivido.

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. (AGEE; EVANS, 1972, citado por CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2003, p. 31)

Como é do cotidiano que partimos, não podemos deixar de iniciar a análise com um pouco do que é esse cotidiano e de quem são essas pessoas. Começaremos com a comunidade escolhida do entorno da Floresta do Uaimii, São Bartolomeu.

A interpretação dos dados relativos às áreas protegidas diretamente será dividida em duas etapas, para facilitar as análises. A primeira será sobre a Floresta Estadual do Uaimii, apresentando dados provenientes majoritariamente dos campos realizados em São Bartolomeu, mas também com algumas contribuições de respostas de questionários e entrevistas feitas na Serra de Ouro Preto. Em seguida, as análises referentes ao Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e ao Parque Arqueológico Morro da Queimada serão feitas, compondo as análises da área da Serra de Ouro Preto.

²¹ Decreto nº 30.264, de 16 de outubro de 1989.

5 PERFIL DOS VIZINHOS DAS ÁREAS PROTEGIDAS

5.1 São Bartolomeu

São Bartolomeu é distrito de Ouro Preto e está localizado a 13km do distrito-sede, na porção nordeste do município. Um antigo povoado, carregado de história nas suas paisagens, arquitetura, livros e memórias das pessoas, seja memória do vivido ou uma memória indireta, de lembranças dos outros. O distrito comporta uma população de 233 pessoas, assim distribuídas, segundo sua idade:

TABELA 2 – População total de São Bartolomeu por idade

Idade	%	Número Absoluto
Até 14 anos	25.3%	59
15 a 17	4.7%	11
18 a 29	17.6%	41
30 a 39	13.7%	32
40 a 49	13.3%	31
50 a 59	6.4%	15
acima de 60	18.9%	44
Total	100%	233

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Censo IBGE (2000)

Como dito na introdução, considerando que a autora também escreveu uma monografia no distrito entre 2008 e 2009, muitas vezes usarei o recurso de comparar os períodos pesquisados.

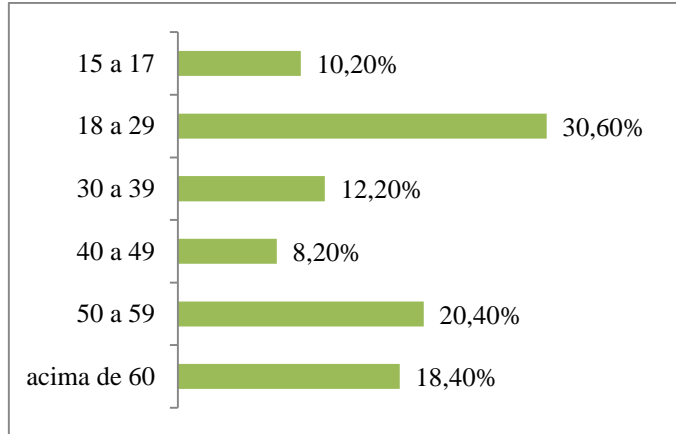
Em São Bartolomeu, foram realizadas 23 entrevistas gravadas. Estas foram transcritas e, algumas, tinham mais de um entrevistado. Entre os entrevistados há pessoas articuladas e com envolvimento político e há aqueles que são mais quietos e que têm dificuldade em expressar suas opiniões. Algumas entrevistas foram mais extensas, outras mais curtas, mas, com praticamente todos os entrevistados, os momentos pós-entrevista foram extremamente importantes. Sem o gravador e a cada dia, foram me apresentando com mais detalhes o contexto das questões com as quais estou trabalhando.

Quanto aos questionários, 49 pessoas de casas diferentes responderam. A abordagem era relativamente fácil, a única dificuldade consistia em entrevistar pessoas muito mais velhas e com baixo nível de educação formal. Optei, nesses casos, por estabelecer uma conversa

informal, em detrimento de responder ao questionário, no qual não obteria os dados que me interessavam e perderia a oportunidade de sentir a espontaneidade dessas pessoas e ouvi-las.

Entre as 49 pessoas, 39 são de São Bartolomeu ou da região da APA e apenas 10 vieram de outros lugares. No segundo semestre de 2011 foi difícil encontrar sítiantes disponíveis para responder aos questionários, já que vão para o lugar para descansar e geralmente estão em família nos finais de semana.

GRÁFICO 1 – Idade dos entrevistados de São Bartolomeu



Fonte: Pesquisa de campo, 2011
Pergunta: *Qual sua idade?*
Resposta única (espontânea)

Foi possível entrevistar pessoas com todos os níveis de formação. O número ínfimo de entrevistados com ensino superior completo ou incompleto está relacionado com o contexto local: dificuldade de acesso à educação de nível superior não por causa da distância real, mas pela potencialização da distância, ocasionada pela precariedade da estrada que daria acesso à educação no distrito sede; elevado custo para essa formação e pouco campo de trabalho na região para pessoas com curso superior.

TABELA 3 – Escolaridade dos entrevistados de São Bartolomeu

Escolaridade	%	Número Absoluto
Ensino fundamental incompleto	36,7	18
Ensino fundamental completo – médio incompleto	12,2	6
Ensino médio completo	40,8	20
Ensino superior incompleto	4,1	2
Ensino superior completo	2	1
Pós-graduação	4,1	2
Total	100	49

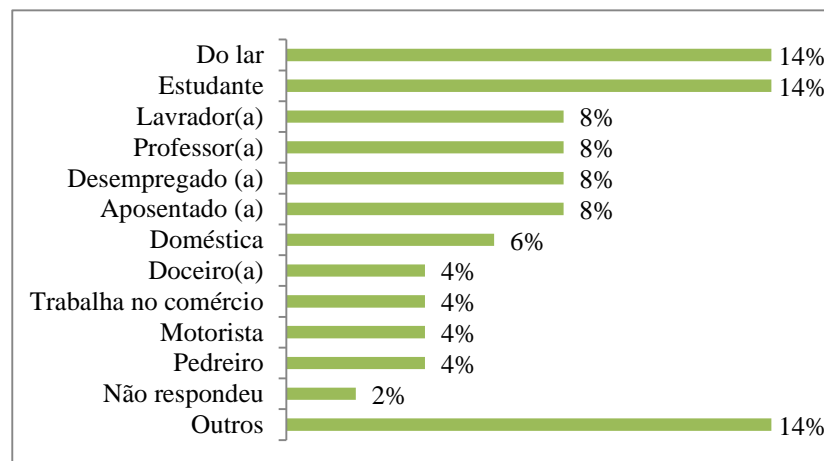
Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Qual a sua formação?*
Resposta única (espontânea)

Esse pequeno distrito é pouco movimentado e tem muitas pessoas ainda desempregadas. Há aquelas que se assumem como “do lar” e essa pode ter sido uma opção, como também uma condição.

Para o Gráfico 2, as ocupações representadas por “outros” são aquelas que apareceram apenas uma vez. As profissões que apareceram duas vezes ou mais, e que são separadas por gênero em São Bartolomeu, são: “do lar” e “doméstica”, sempre mulheres; e “pedreiro”, sempre homens. Mas é interessante que na cozinha de fora das casas, ou na cozinha da culinária não-cotidiana, a presença dos homens é marcada, a exemplo dos doceiros em São Bartolomeu. Falando de um distrito reconhecido pelo doce, pode haver algum estranhamento em relação ao fato de apenas dois dos que responderam o questionário serem doceiros. Ocorreu que alguns outros foram entrevistados e, como era uma pessoa por residência, podia ficar enviesada por um grupo, ainda mais sendo os doceiros reunidos por uma associação. Levando-se em conta que pessoas organizadas em associações em geral conversam frequentemente sobre o lugar, há uma tendência maior ao consenso já que são unidas por um objetivo semelhante.

GRÁFICO 2 – Ocupações em São Bartolomeu



Fonte: Pesquisa de campo, 2011
Pergunta: *Qual a sua profissão?*
Resposta única (espontânea)

Essas pessoas, tanto os entrevistados, como os respondentes dos questionários contribuíram para as análises que se seguem. Iniciamos com as representações do lugar onde vivem, posteriormente, elementos do contexto ambiental serão o foco e ao final retornaremos

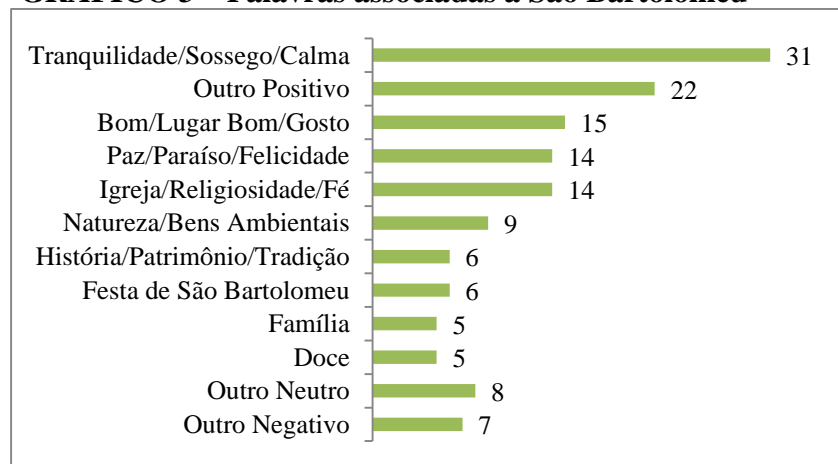
às análises relativas a São Bartolomeu, sem excluir, é claro, a UC, mas sem colocar sob ela os holofotes.

5.1.1 São Bartolomeu: as representações de um “lugar do estático” condutor da mudança

Nas evocações de palavras para o lugar onde moram — São Bartolomeu — os respondentes tenderam a evocar palavras positivas para descrever São Bartolomeu (Gráfico 3). As evocações de palavras nesse lugar foram as mais rápidas de serem feitas e onde houve o maior número de evocações, o que permite inferir que estamos próximos de um consenso no que seria a representação de São Bartolomeu. Um lugar tranquilo, calmo, sossegado, bom de viver. Apenas sete evocações foram negativas e oito foram neutras.

Essas evocações representando positivamente o lugar são coerentes com a nota geral atribuída ao lugar pelos respondentes. Foi possível observar uma satisfação geral em morar em São Bartolomeu. A nota média para o distrito foi 8,12, mas muitos dos 49 entrevistados (32,7%) deram nota 10 para o lugar.

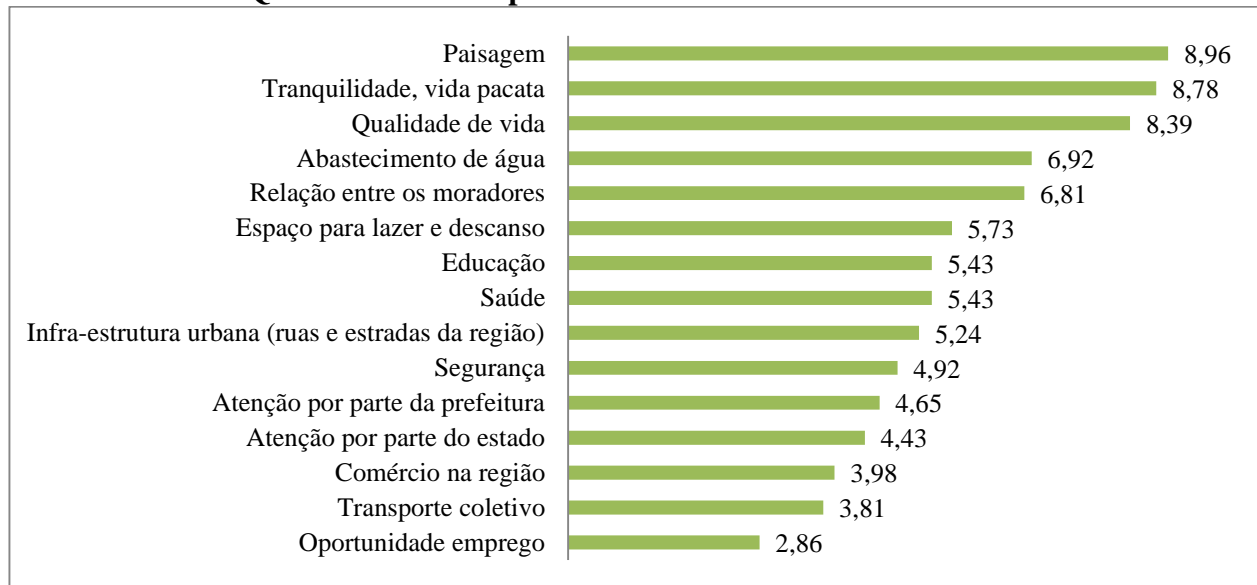
GRÁFICO 3 – Palavras associadas a São Bartolomeu



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “São Bartolomeu”?*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3palavras)

No intuito de apresentar um panorama das avaliações de cada um dos quesitos, apresento abaixo o Gráfico 4 completo com as notas médias por quesito, ordenadas da maneira decrescente. Destaco, contudo, que alguns desses dados aparecerão separadamente mais adiante, em diálogo com os dados qualitativos.

GRÁFICO 4 – Quesitos avaliados pelos moradores de São Bartolomeu

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Agora, por favor, dê uma nota de 1 a 10 para os seguintes quesitos em relação ao lugar onde vive?*
Respostas única

Destaquemos a nota mais baixa, a “oportunidade de emprego” (nota média = 2,86) e a terceira nota mais baixa “comércio na região” (nota média = 3,98). Ambas estão ligadas à economia de São Bartolomeu, que é um dos temas que mais são trabalhados numa primeira análise sobre o lugar. Como relata Marková (2006), a economia é um dos condicionantes de discursos e práticas, mas não necessariamente estaríamos falando de uma representação. No entanto, essa condição é importante para chegarmos a entender as representações.

Antigamente os principais trabalhos eram no cultivo do alho e no feitiço do doce. A primeira atividade já não existe mais: por causa de uma doença dessa hortaliça, o alho não teve mais sucesso a partir de uma determinada época. O preparo do doce teve o número de sujeitos empregados reduzido, o que pode ser explicado pela diminuição na fabricação. Essa diminuição tem entre seus motivos: maior controle das condições de trabalho, começo de um controle de vigilância sanitária e menor demanda por doces, diante de um contexto de elevação dos casos de obesidade e diabetes e de cuidado com estética:

Não. Não tem diferença não, continua a mesma coisa. Só que diminui o doce, né? Que as goiabas foram acabando, igual o alho aqui, que era coisa segura de trabalho aqui, todo mês, de fevereiro, março, abril, o que era força de trabalho aqui era o alho. Aí no acabar, o doce já tinha... o doce toda vida teve, hoje ainda continua, mas só que agora é menos, né? [...] Diminuiu por causa do negócio de fiscal, negócio de trabalhador, né? O pessoal foi todo indo embora. Eu mesmo tenho nove filhos, não tem nenhum comigo mais. (SB12)

Com a redução dessas oportunidades de trabalho, ainda que tenham surgido outras aberturas econômicas, os mais novos passam a ver uma saída para sua sobrevivência fora do

distrito. Isso também pode ser explicado pelo fato de o trabalho rural ser desvalorizado no contexto global.

Apesar de serem frequentes as reclamações no que tange à economia e à falta de oportunidades, observamos também falta de mão de obra em São Bartolomeu, o que implica em uma análise de mudança nos interesses dos grupos que habitam o lugar. Essa análise é feita qualitativamente, a partir das entrevistas, mas, também a partir dos questionários, já que como vimos acima, “oportunidade de emprego” e “comércio na região” são respectivamente a primeira e a terceira piores notas.

Na verdade, esses dois quesitos poderiam ser entendidos também como opostos que se anulariam. Caso houvesse um comércio mais bem desenvolvido, com mais oferta, mais pessoas estariam empregadas ou seriam autônomas. O abastecimento de produtos beneficiados, principalmente em alimentação, é escasso. O contexto é de transformação dos hábitos alimentares: as pessoas querem cada vez mais coisas práticas, sendo que a população busca por produtos prontos, que geralmente são comercializados por padarias. Quem vai se preocupar em fazer a broa de panela ou o bolinho de São Bartolomeu? Ouvi apenas de uma pessoa a ideia de fazer uma padaria ou de trabalhar na confecção dos produtos, sendo justamente quem já tem muitas atividades e tem dificuldade em arrumar tempo para outras. Fato é que, ultimamente, poucos moradores têm interesse em trabalhar o alimento, principalmente os jovens. Esse poderia ser um negócio promissor na localidade.

Aí eu fazia rosquinha... Por isso que eu falo com as pessoas daqui, qualquer coisa que você fizer, você vende. Eu fazia rosquinha de nata, eu fazia bolo, eu sei fazer uma rosca doce, que eu comecei fazendo... um quilo de farinha dá quatro roscas, aí eu começava fazendo quatro, numa semana oito, depois 16, 20 e aí eu estava ficando... porque eu não dava conta de fazer. (SB18)

Para uma moradora jovem, com menos de vinte anos, São Bartolomeu é um lugar calmo, de família, bom de se viver, mas que não oferece oportunidades aos mais novos. Nesse sentido, embora fale o tempo todo em permanecer no local por causa da família, às vezes demonstra seu desejo de sair para conquistar o novo, para estudar e se desenvolver mais.

Eu gosto daqui, porque é super tranquilo, não tem... Eu posso sair na rua na hora que eu quiser, que eu sei que não vai acontecer nada. Essa é a parte boa. Só que falta oportunidade, pra jovem assim, principalmente. Se não tiver emprego aqui, é muito difícil de arrumar. Nem para estudar mesmo, não tem oportunidade. Aí se você quiser estudar, você tem que se deslocar. É melhor você mudar mesmo, porque não adianta, é melhor mesmo, do que você ficar indo e voltando, aí não compensa mesmo não. Morar em Ouro Preto, Itabirito... É melhor. (SB10)²²

²² Os trechos transcritos serão grifados para enfatizar determinados aspectos do discurso e facilitar a análise.

Atualmente, São Bartolomeu conta com internet, mas apenas algumas casas utilizam esse serviço. Por enquanto, esse fato é motivador até da integração de alguns moradores, que acabam indo à casa de outros para o uso.

Mexo muito pouco na internet. Aqui em casa a gente tem oportunidade de ter internet, mas aqui não é todo mundo que tem. Mas eu não mexo muito, porque eu não ligo mesmo. Igual eu não tenho nada desses trem de Orkut, eu tenho facebook, mas eu nem mexo, eu nem ligo para essas coisas não. (SB10)

A associação conseguiu também alguns computadores, que ficam na Casa da Festa e podem ser usados por toda a comunidade. Recentemente a associação está com planos de cobrar uma taxa por uso que seria destinada ao pagamento de energia e, possivelmente, também à manutenção dos computadores.

Há algum tempo que se observa em São Bartolomeu o esvaziamento do lugar. Na verdade, aumenta-se a quantidade de casas, mas diminuem-se as pessoas morando, mais ainda no caso de jovens.

Olha eu vou começar de quando eu conheci São Bartolomeu, quando eu vim morar aqui, a maioria, praticamente todas as casas que hoje estão fechadas elas tinham pessoas que moravam. (SB23)

A explicação para a saída das pessoas é a falta de emprego no local. Isso foi observado nas falas, durante as entrevistas, e corroborado na etapa quantitativa, quando pudemos observar que o quesito “oportunidade de emprego” foi o que teve a pior avaliação entre todos, com uma nota média de 2,86, sendo que 51% deram nota mínima para o item avaliado:

TABELA 4 – Avaliação de “oportunidade de emprego” em São Bartolomeu

Nota de 1 a 10	Frequência de respostas	Total de respondentes
1	25	
2	4	
3	3	
4	5	
5	6	
6	1	
7	2	
8	1	
9	0	
10	2	
Nota média	2.86	49

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: Nota de 1 a 10 para “oportunidade de emprego”

Resposta única

Diante desse cenário de desemprego, e do desejo de trabalhos que exijam menos esforço físico, que sejam mais reconhecidos por parte da sociedade, a faculdade torna-se o símbolo de sucesso para os jovens que moram ali, assim como tem sido essa uma ideia generalizada na contemporaneidade. Está cada vez mais difícil encontrar pessoas que não queiram fazer faculdade e assim é também no caso dos jovens de São Bartolomeu. A diferença é que pela dificuldade de acesso físico às escolas e faculdades, muitos jovens não estão dispostos a seguir os estudos se não puderem se bancar fora.

Surgiu uma oportunidade para jovens de fazer o curso de restauração. Moças e rapazes estão inscritos, frequentam o curso, mas em apenas dois dos inscritos, ambos homens, observei real interesse pelo curso e não alternativa paliativa à falta de opção.

Ah, tipo assim, a gente nunca quer o que é o pequeno. A gente sempre sonha com o melhor, o maior. O meu sonho mesmo é fazer faculdade. Eu nem... eu nunca interessei por restauração mesmo não. Nunca pensei nesse tema mesmo, como profissão. Mas eu acho que a gente tem que aproveitar as oportunidades que vão surgindo, entendeu? Eu não podia abrir mão, já que eu não estava estudando. Como eu sempre gostei de estudar, eu falei: vou fazer. E eu não me arrependo. Não me arrependo. (SB10)

É evidente o esvaziamento de São Bartolomeu, mas mais recentemente, no último ano, entretanto, algumas poucas pessoas que saíram retornaram, depois de terem observado as condições de trabalho das grandes cidades, pelo fato de perderem tempo e dinheiro no trânsito e por causa do mais elevado custo de vida, muitas vezes os trabalhos encontrados pelos migrantes não proporcionavam condições de vida almejadas. Tendo vivenciado o contexto do emprego na capital e frequentando São Bartolomeu, alguns já perceberam que no distrito os salários estão melhorando justamente por essa “falta de mão de obra” já mencionada para determinados tipos de trabalho (construção civil; caseiro, etc.) e, embora o tipo de trabalho não seja o desejado pelo baixo *status*, essas pessoas aceitaram enfrentar o *status* pelo reconhecimento financeiro:

Nós temos aqui hoje 75 a 80% de casas com... só de fim de semana. Não tem morador. Você pode contar as casas aqui, era 70% na pesquisa, hoje já está mais, o pessoal quer cidade, quer trabalhar pouco e ganhar muito, entendeu? Eu tenho vários exemplos de amigos meus que foram para Belo Horizonte ganhar R\$1.000 lá, hoje ele voltou e está ganhando R\$2.000 aqui. De servente de pedreiro e hoje já é pedreiro. Entendeu? (SB09)

Embora o morador aponte para vários problemas que constituem o cotidiano no distrito, percebemos já algumas transformações que indicariam a valorização da vida no local e com isso novas ofertas de emprego: a construção de casas, o uso turístico do lugar, a inserção de novas pessoas, a chegada de cursos e a introdução da unidade de conservação.

Com isso, surge também a demanda por caseiros e por faxineiras para as casas e sítios de finais de semana e por pedreiros para as novas construções, entre outras coisas.

No entanto, em meio a essa dinâmica, o lugar permanece estático, porque a economia é estática e porque os moradores veem movimento apenas no externo, ou seja, nas cidades vizinhas. A dinâmica em São Bartolomeu acontece basicamente nos finais de semana, quando os proprietários de casas vão ao lugar. Mesmo assim, a maioria dos habitantes não se sente no movimento, o vê de longe, porque dele não fazem parte. O morador em muitas circunstâncias faz parte do cenário, mas não da atividade da visita. Isso tem mudado aos poucos, com outros perfis de visitantes, embora o turismo ainda seja uma atividade muito recente.

E ainda tem o pessoal de fora que está vindo, e vem com mais grana. Geralmente quem vem tem uma estrutura financeira boa, aí fica aquele negócio, o pessoal também... sabe, por ter grana, tudo, começa a ter um grupinho... Vai formando aqueles grupinhos, sabe? Grupinho dos amigos dos ricos (risos). [...] Os grupinhos que envolvem menos, e tudo. Quem vem pra cá são sempre pessoas boas, graças a Deus, vêm pessoas boas pra cá que querem ajudar o local. Mas são mentalidades diferentes, e já vão fazendo, né? E fomenta muito o lado de bebida; eu acho que aqui tem um problema sério com bebida. (SB21)

Como brevemente dito, esse novo contexto é também marcado pela escassez de mão de obra. Faltam pessoas que atuariam como caseiros. Não se encontra pessoas para trabalhar com essa função, o que seria justificado pela necessidade de afastamento do núcleo e relativo isolamento, já que a pessoa estaria em um sítio cuidando da casa e possivelmente até da criação. Atualmente, os principais empregos em São Bartolomeu são os de faxineira, empregos públicos (poucos), na fabricação de doces (sazonais), caseiros e construção civil. Na construção civil, com a criação de uma empresa no local, alguns têm sido empregados:

Aqui a gente ainda tem, da economia aqui, que a gente está tendo hoje, os doces que ainda mantêm um pouco a economia, a limpeza das casas, as faxineiras, que é uma fonte de emprego. [...] Caseiros e as faxineiras. E os serviços públicos que são poucos. E agora o que está dando muito emprego aqui são as obras que a prefeitura mesmo contrata, a firma das obras. Antes tinham muitos homens ociosos aqui, hoje graças a Deus você não vê. Eles fazem trabalho de pedreiro. (SB21)

Mas também nessa área os proprietários da empresa relatam que acabam precisando buscar profissionais em outros lugares, já que em São Bartolomeu alguns trabalham por conta própria, outros não se adequam às condições de trabalho oferecidas pela firma. Apenas uma pequena parcela efetivamente encontrou nessa empresa a possibilidade de um trabalho seguro.

Além dos finais de semana, uma dinâmica observada na economia de São Bartolomeu está relacionada com a valorização imobiliária. Com a compra de muitos terrenos e o uso do lugar como segunda residência, a elevada demanda por lotes fez com que os preços de oferta aumentassem.

Olha, com essa fama aí, aumentou muito o preço. Tem pouca maneira de crescer, lote, casa, tudo valorizou, porque muita gente que vem que tem um dinheiro sobrando “ah, vou comprar uma casa, para uma vez por mês vir aqui”. Tem gente que vem uma vez por ano. Comprou uma casa aí de... 100 mil, pode deixar aí. Aí vem uma vez no ano, ah, dá uma arrumada aí, passa um final de ano só e esquece... tem uma vida, assim... Então ficou caro, não tem onde você construir, ali para os cantos, entendeu? E, quando tem lugar nos cantos aí, não tem acesso de carro. Choveu? Acabou. Então é muito difícil, valorizou muito. São Bartolomeu hoje está valorizado. (SB09)

Essa valorização imobiliária e o reconhecimento que São Bartolomeu tem tido estão relacionados aos quesitos mais bem avaliados pelos moradores. Nesse sentido, observamos também que os moradores, embora desejem estar em contato com mais movimento, com uma vida mais agitada, conforme observado na etapa qualitativa, reconhecem o valor de um lugar tranquilo e agradável que é São Bartolomeu. Para “tranquilidade”, “paisagem” e “qualidade de vida” as notas foram muito elevadas, gerando médias acima de 8 e, nos três casos, a moda²³ é nota 10, ou seja, a maioria das pessoas deu nota dez para os três quesitos.

TABELA 5 – Atributos mais bem avaliados de São Bartolomeu

Nota	Tranquilidade, vida pacata	Paisagem	Qualidade de vida	Total de respondentes
1	1	0	1	..
2	0	0	0	
3	0	0	0	
4	0	0	1	
5	4	3	5	
6	2	3	3	
7	1	1	1	
8	8	7	9	
9	4	5	6	
10	29	28	23	
N/R	0	2	0	
Média	8.78	8.96	8.39	

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Agora, por favor, dê uma nota de 1 a 10 para os seguintes quesitos em relação ao lugar onde vive.*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3 palavras)

Considerando essas breves análises, temos um lugar que passa por uma dinâmica — a dos novos moradores, de novas casas, de mudanças na economia e de valorização do lugar. Contudo, em meio a essa dinâmica, a representação social de São Bartolomeu é de um lugar

²³ A moda, na estatística descritiva, é o elemento de um conjunto que aparece com maior frequência. No caso das notas, a moda representa a nota conferida pela maioria das pessoas.

parado no tempo, estático e, por isso mesmo, atualmente atrativo para quem é de fora e reconhecido pelos próprios moradores como um lugar bom para se morar, embora tenha vários quesitos para melhorar.

As transformações citadas pelos entrevistados, referentes à economia e à necessidade de transformação de algumas maneiras de sobrevivência; a valorização da paisagem local e a chegada de pessoas para morar nesse lugar, estão de maneira indireta associadas à unidade de conservação criada ali. Dessa maneira, como um dos elementos centrais deste trabalho, a seguir analisaremos a inserção da Floresta Estadual do Uaimii e suas principais implicações na vida cotidiana em São Bartolomeu. O objetivo é tentar apresentar como essa área protegida é representada pelos habitantes desse lugar que está no entorno da UC.

5.1.2 A goiabada cascão de São Bartolomeu no contexto da patrimonialização

O conceito de preservação está intrinsecamente relacionado à noção de limites e de mudanças de hábitos. Em quaisquer das situações, a representação social da preservação do patrimônio é apresentada como antinomia à mudança de hábitos. Se a noção de preservar existe, é porque se observa uma mudança que não se quer, portanto, que deve ser controlada, minimizada ou paralisada, como querem alguns. Assim, sejam patrimônio material, ambiental ou imaterial, a representação social é muito semelhante para os três. Obviamente que suas peculiaridades chegam ao nível econômico e das práticas cotidianas, mas o seu cerne é o mesmo.

O registro do doce de São Bartolomeu como patrimônio imaterial é percebido positivamente por diferentes grupos de entrevistados mas, principalmente, pelos próprios doceiros. Esse seria um atributo reconhecido no mercado, que é objeto de *marketing* espontâneo. À medida que repórteres vão até São Bartolomeu para fazer matérias sobre o doce ou sobre a localidade (apresentando o doce como um de seus atrativos), os doceiros ganham em divulgação espontânea que lhes custaria muito, caso fosse algo demandado por eles.

A gente tem o selo de patrimônio, que é outra coisa; o selo de patrimônio foi um trabalho da Secretaria de Cultura e Turismo... de cultura, né? Que fez um inventário dos doces, né? E comprovando que o doce, e todo o processo do modo de fazer o doce, que ele é, né? Centenário, tem mais de 200 anos que o pessoal faz doce, esse modo de fazer é bem tradicional, familiar, se mantém de geração para geração, e diante disso conseguimos o tombamento do doce como patrimônio imaterial de Ouro Preto. Então hoje, o doce de São Bartolomeu é muito valorizado por isso. Ele está no livro de saberes de Ouro Preto, e isso dá um valor, um acréscimo de valor ao nosso doce, né? (SB21)

Essa mídia espontânea aparece na maioria das vezes para divulgar o que é considerado patrimônio mineiro. Observou-se também a perspicácia de alguns entrevistados, que negociam com os repórteres uma fala controlada. Observamos que não há nos moradores de São Bartolomeu uma ingenuidade que os pesquisadores esperam encontrar em distritos. Esses entrevistados são tão perspicazes que, às vezes, recorrem ao discurso de distrito para persuadir o interlocutor, fazendo-o incorporar ao seu próprio discurso, muitos de seus anseios como morador de um distrito.

Ô foi bom demais pra nós, né? [...] São Bartolomeu sobrevive de doce, né? Algumas famílias aqui, as mais tradicionais, sobrevivem do doce. E... dando esse patrimônio, igual deu para a gente, a venda nossa de doce, melhorou, assim, muito... muito... [...] [Melhorou a venda na porta] Aqui na porta, venda em porta. Eu quero parar mais em casa, porque eu quero abrir a minha portinha, para eu poder vender meu doce aqui na porta, para a pessoa entrar aqui, para poder ver onde que eu faço o doce, essas coisas assim. (SB18)

Após o registro do doce, os produtores passaram a ser convidados para mais eventos, representando Ouro Preto e sentiram que a arte que fazem é uma das características do lugar, sendo um dos atrativos turísticos.

Eu falo de São Bartolomeu, o pessoal liga a doce. E agora não, além de ser reconhecido pelo doce, esse doce é um patrimônio, é uma arte do lugar, é um dom. (SB21)

Para os doceiros o IEF, que inicialmente era percebido como um entrave para a economia do doce, atualmente é tido como um aliado, o que aconteceu depois de um trabalho de estímulo aos doceiros, a partir da cessão de lenha e de ajuda na confecção dos selos. Mais recentemente, a ajuda se estendeu também para auxílio de participação em eventos e comercialização dos doces. Essa parceria é vista por alguns como muito forte, mas por outros como básica, sendo que poderiam atuar ainda mais em prol de melhores condições para a confecção do doce.

Outra contribuição do IEF, quando demandada, é na concessão de mudas de frutas para os pomares visando à matéria prima do doce. Um dos entrevistados vai além: gostaria que o IEF oferecesse cursos ou auxílio aos que plantam para cuidar da produtividade do pomar. O saber formal é então desejado e, como não poderia ser diferente, é reconhecido.

Assim, questão do IEF, a gente não tem cobrado muito. Mas se a gente for lá, pedir muda, eles estão prontos para... goiaba, manga, tem vários tipos de fruta lá que eles podem doar, mas eles não têm outro incentivo de maneira certa de plantar, como cultivar... acompanhamento... isso eles não têm. Mas muda, essas coisas... parceria da lenha, eles têm envolvido, mas não envolvido uns 100%. Seria aí uns 70% do IEF em parceria. (SB09)

Na opinião de um dos entrevistados, o registro do doce contribuiu não somente para uma atividade das pessoas que já estavam estáveis, mas também auxiliou no fortalecimento de uma atividade que já estava terminando por causa da almejada vida na cidade e desejo de que os filhos tivessem trabalhos muito diferentes de seus pais. O reconhecimento do trabalho do doceiro contribuiria, desta forma, amenizando a ânsia de sair do distrito em busca de outros trabalhos.

Outro auxílio dado pelo IEF, mas citado apenas por uma entrevistada, é que o mesmo acabou facilitando a participação direta ou indireta dos doceiros em alguns eventos, visando à comercialização do doce e, indiretamente, à demonstração do produto em uma vitrine, que desencadearia em divulgação do produto:

Foi um sucesso esse ano. Todo mundo vendeu doce demais. Mas porque o IEF ajudou muito. Ajudou muito. Nós, né? Eu e o outro menino. (risos) [...] É porque ajudou financeiramente. E o IEF, de um jeito ou do outro, assim, para a associação dos doceiros, sempre quando tem algum evento, igual, vai ter um evento no Expominas, a gente já está mais ou menos sabendo. O Expominas é muito bom. Então eles sempre dão um toque na gente, convida para a gente ir. (SB18)

Tendo sido o doce reconhecido como patrimônio, oportunidades se abriram aos doceiros. A parceria com o IEF acaba por ser relacionada ao “selo” de patrimônio. O limite imposto pelo patrimônio ambiental sobreporia a atividade do fazer o doce, se não fosse pelo fato de este também ser um patrimônio e, portanto, deve ser preservado. O choque de limites para a proteção aos patrimônios ambiental e imaterial, identificado em 2009, encontra um caminho em parcerias. Essas parcerias, todavia, são vistas como mínimas pela população. Os doceiros são gratos, mas não doceiros criticam a atuação do órgão destacando que não há uma justa compensação econômica.

Agora, olha para você ver que absurdo [fato de não poder pegar lenha], sendo que a vida inteira, né? Sobreviveu de doce, deu trabalho para as pessoas, né? Isso está atrapalhando e atrapalha mesmo, né? Porque fica caro também, uai. Né? (SB04)

Como dito, todas as formas de patrimonialização apresentam limites e regras para sua proteção e não é diferente no caso do patrimônio imaterial. Há ainda uma crise desse próprio patrimônio: a proteção da arte do fazer *versus* vigilância sanitária. Se de um lado o selo de patrimônio é um valor agregado e gera divulgação espontânea, de outro, há também as exigências da contemporaneidade: a vigilância sanitária que exige um padrão de fabricação que está muito distante daquele que representava a arte de fazer de muitos anos. O doceiro sente, então, a necessidade de adequar seus modos de fazer, para fortalecer a economia do doce, mas ao mesmo tempo teme, considerando um investimento de risco.

Está sendo muito cobrado do patrimônio, essas coisas. Eu acho que teria que ter mais parceria... prefeitura... eles estão querendo ajudar, emprestar dinheiro, para... o pessoal organizar... ser mais higiênico a área do doce, mas só que o pessoal, todo mundo fica com medo de pegar empréstimo. Melhorar a qualidade, melhora o preço, melhora tudo. (SB09)

Em um jornal local de Ouro Preto, observa-se uma crítica à patrimonialização da Goiabada Cascão de São Bartolomeu:

A Marmelada

A prefeitura ganhou um prêmio por ter tombado a goiabada de São Bartolomeu como patrimônio imaterial. Quem a premiou deve entender tanto de doce quanto de folclore ouro-pretano. Ou seja, nada.

Goiabada é doce fajuto, todo mundo faz. Basta ir no mato, colher goiaba e, com bicho e tudo, jogar no tacho. Chama-se cascão. Se quiser mais refinada, refine-a. Não tem segredo, nem arte, não tem história, como a marmelada. A marmelada de São Bartolomeu era um dom que Deus lhe deu. Uma fonte de renda extraordinária para os moradores. Uma das glórias financeiras de Ouro Preto. Citada como a melhor do Brasil, disputadíssima nas mesas e nas lojas. Vendiam-na em caixetas.

Os marmeleiros são de difícil trato. Em minha casa, em criança, havia um, tratado como se fora um Deus. A tradição era arroz com marmelo, já comeu? Uma delícia.

Por que acabaram com o plantio de marmeleiros em São Bartolomeu? Para que o rio das Velhas leve água farta e limpa para BH. Só isso? É, e isso não se faz.

Que retornem os pés de marmelo.

2012

O direito de expressão é o princípio e o fim de toda a arte. Goethe

Ato Administrativo 01/2011
Comunicado - Convocação
Associação Atlética Aluminas, pelo seu Presidente Félix Teodorico dos Reis e com base no Artigo 19 do seu Estatuto, comunica aos Associados que a eleição para a Presidência, Diretoria Geral e Conselho Fiscal desta entidade será realizada no dia 31 de outubro do corrente ano, na sede da Associação e no horário das 09:00 às 18:00 horas, devendo as chapas completas serem apresentadas na Secretaria do Clube para exame e registro até às 18:00 horas do dia 29 de Setembro. Maiores informações na sede da entidade.
Ouro Preto, 30 de Julho de 2.011
Félix Teodorico dos Reis - Presiden

Jornal OURO PRETO (Oi, Vizinho!), 25 de Agosto de 2011 - Página 12

De fato, a marmelada em seu tempo esteve muito presente nas mesas mineiras. Relembremos as análises feitas no trabalho anterior:

Dos tempos mais próximos, meus entrevistados dizem que o alho era o principal produto comercializado, depois o milho (faziam também o beneficiamento dele, nos moinhos d'água, alguns dos quais ainda figuram na paisagem). Faziam lá também velas de cera de abelha, que eram usadas tanto para iluminação como para rituais. Para adoçar a vida dos mineiros da região e aproveitar as frutas de época para tempos vindouros sem frutas, os habitantes de São Bartolomeu faziam doces (cristalizados, pastosos ou de compota). O mais afamado de todos era a marmelada, pois lá havia marmelos dulcíssimos. (MURTA, 2009, p. 71)

O fim dos pés de marmelos, todavia, ao contrário do que é colocado na crítica acima, não se deu para a proteção do rio. E, nesse sentido, nos voltamos para esse discurso que, como observamos ao longo do trabalho, é muito comum: a representação da proteção ambiental é necessariamente de privação de “práticas culturais”, de uma cotidianidade. Se

começamos por analisar a crítica ao “doce fajuto” registrado como patrimônio imaterial, temos aí uma crítica a um processo recente, que é de proteger as artes do fazer cotidiano.

Por que não preservar uma arte do fazer ordinário? Qualquer um faz? Possivelmente, qualquer um que se dê o trabalho de colher a goiaba ou de outra forma fazê-la chegar, que limpe a goiaba, que a lave e que fique ali por muito tempo mexendo um tacho de cobre sobre a lenha, controlando a fumaça para não dar gosto ruim ao doce e que ainda acerte o ponto, seja para a geleia, para comer de colher ou para partir. Infelizmente, ainda observamos que “as práticas culinárias se situam no mais elementar da vida cotidiana, no nível mais necessário e mais desprezado” (GIARD, 2003, p. 218). Uma comida não pode ser fajuta, isso seria se já viesse pronta e que para levá-la à mesa bastasse acrescentar água e levar ao fogo por 5 minutos. Não estamos falando de um preparado controlado, testado em laboratório. A goiabada cascão, assim, como inúmeras outras artes do ordinário da cozinha, demanda do artista, memória, agilidade e muitas vezes criatividade. O mais interessante é que algo tão necessário e tão imerso em nosso cotidiano, quando devidamente analisado, apresenta uma mescla de tempos. Assim, faço a crítica à crítica ao “doce fajuto”:

Desde que alguém se interessa pela arte culinária, pode constatar que ela exige uma memória múltipla: memória de aprendizagem, memória dos gestos vistos, das consistências, por exemplo para saber o momento exato em que o creme inglês está no ponto e retirá-lo do fogo para não derramar. (GIARD, 2003, p. 219)

Outro aspecto interessante, que o texto publicado no jornal de Ouro Preto nos traz para reflexão, é o quanto há que se discutir a relação entre patrimonialização, como conservação de um estado/ambiente/modo de fazer, e sua relação com o tempo. Eternizar, obviamente, não é possível, e isso já temos claro. A busca pela vida selvagem, no caso das unidades de conservação, ou pela manutenção de um modo de fazer de cem anos atrás, é impossível, pois com as mudanças de tempos e de ambientes, novas práticas são construídas e passam a serem necessidades.

Desde 2008, a menção sobre a possibilidade da formação de uma associação de doceiros era recorrente nas entrevistas e nas conversas informais, durante as pesquisas ali realizadas. Como uma ideia sem dono, que não se sabe ao certo como surgiu, foi sendo alimentada ao longo desses quatro anos, sendo que atualmente formaram a associação. Entretanto, essa organização ainda não é forte, pois são poucos os integrantes realmente preocupados em torná-la efetiva. Há muita desconfiança por parte de alguns doceiros, no que tange à finalidade real da associação. E outro fator que justifica o pequeno número de

doceiros realmente envolvidos é o fato de alguns fazerem e comercializarem muito doce e outros terem uma produção menor.

Estratégias têm sido definidas a fim de lograrem mais oportunidades de crescimento econômico e desenvolvimento das atividades no local. Uma delas é a de ter registrado a associação também como sendo de agricultores familiares. Embora haja dificuldade no cadastro dos agricultores familiares, o fato de a associação envolvê-los dá muita chance de desenvolvimento, uma vez que há programas em nível federal para este grupo.

Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de São Bartolomeu, a sigla é ADAF. Por que agricultor familiar? Porque com a agricultura familiar, hoje a gente tem muitos campos abertos de financiamento e de colocar o produto no mercado. Só que por enquanto está mais os doceiros, e muitos doceiros já, ou já têm uma aposentadoria, já têm outra renda, então não têm... (SB21)

Com isso, poucas são as pessoas que seguem baseando a maior parte da renda nos doces. Um entrevistado de fora, doceiro, faz questão de destacar a importância desse “saber-fazer”. Tendo chegado a São Bartolomeu, aprendeu a arte e atualmente comercializa os doces. O comentário de que fica triste com a situação de poucos filhos darem continuidade a esse trabalho permite inferir que SB21 tem uma percepção diferenciada. Com outra socialização, fez o caminho inverso, saiu da cidade e foi morar no distrito, valorizando saberes-fazeres dali. E, nesse sentido, percebe e lamenta que as pessoas busquem tanto as cidades e fiquem tão focadas em atividades profissionais centralizadas na contemporaneidade.

Me sinto até triste, os doceiros estão ficando velhos, e os jovens não estão continuando, né? Então os filhos estão indo pra fora estudar, trabalhar... (SB21)

O doce faz parte também da história de muitas famílias no âmbito afetivo. Na época do doce, havia muita imigração temporária para São Bartolomeu, muita gente se deslocava dos distritos e até de municípios vizinhos para trabalhar no doce. Com isso, algumas famílias foram formadas a partir da união pelo doce:

Ela [esposa] veio trabalhar aqui no doce de Goiaba. Veio ajudar a fazer goiabada aí, aí eu conheci ela. (SB12)

Como maneira de valorizar o trabalho da produção dos doces e também como fortalecimento da comercialização *in loco*, os integrantes da associação estão pensando em implementar a fabricação e comercialização coletiva. Esse é um projeto que ainda não tem diretrizes, pois não há experiência com esse tipo de ação coletiva na localidade. Com a ajuda da EMATER, os integrantes pretendem não apenas fazer um pomar coletivo e vender em quantidade para outras cidades, mas também trabalhar a comercialização em São Bartolomeu, voltada para o turista. O doce, como patrimônio que já é reconhecido, passaria a ter suas

características como atrativo turístico fortalecidas, na medida em que o visitante poderia ir até o local onde se produz o doce, conhecer o processo e ali mesmo comprar.

E o... o lugar pra o coletivo de doce, pra produção do coletivo de doce, a gente está pensando numa área perto do campo de futebol novo, que é da prefeitura, e tem uma área lá que sobrou e é um ponto mais central, porque a gente não queria um ponto muito longe; e nessa área de produção de... [...] E pra ter acesso, a pessoa ir lá ver fazendo doce, e também de ter uma lojinha de ponto de venda dos doces. Ter um ponto de venda dos doces, porque a gente não tem um ponto de venda dos doces aqui em São Bartolomeu ainda. [...] É, pro turismo mesmo, a pessoa vai vendo... Vai ser tudo já pensando no turismo, pensando numa forma da pessoa entrar e ver né? De perto a produção de doce, porque em doce não pode ficar entrando muita gente, tem que ter uma... Esse processo todo. (SB21)

Num contexto brasileiro recente, em que o turismo gastronômico vem ganhando espaço, a abertura aos turistas das cozinhas, que são espaços tão íntimos e tão cheios de segredos, pode configurar uma forte estratégia para melhorar a atratividade do local. A ideia do grupo que compõe a associação, especificamente de algumas pessoas, é bastante interessante e já conhecida no Brasil. O exemplo do Mercado Municipal de São Paulo, em que uma das bancas faz massas e outra faz queijos em uma vitrine no mercado, atrai a atenção do comprador-turista, que desfruta não só os sabores, mas o deleite de conhecer o modo de preparo, como ao resgatar o tempo de criança, quando se está na cozinha enquanto a mãe ou a avó exibem a destreza daquilo que mais tarde se torna estética, sabor, cheiro e nutrição.

Já para quem não é doceiro e observa de longe, o doce em si é importante para o turismo na localidade, mas seu registro como bem imaterial não teria influenciado muito na comercialização ou na atratividade turística.

Não, é importante, né? Porque, tipo assim, mais época de goiabada, porque dá serviço para muita gente, por causa da goiaba, tirando disso, eles fazem doce, mas não é, assim, falando que dá serviço que dá emprego para as pessoas, né? Mas é importante porque é alguma coisa que, né? É importante para o lugar, para as pessoas estarem vindo, porque divulgou né? Por meio do doce, aí vai passando mais gente, aí é bom. (SB04)

5.1.3 Patrimônio material em São Bartolomeu e a relação com as áreas protegidas

A valorização de São Bartolomeu como lugar para segundas residências tem feito com que haja um crescimento desordenado. Segundo um dos moradores, é necessário um planejamento urbano. As casas antigas vêm sendo fiscalizadas pelo patrimônio, para evitar transformações que prejudiquem as características estéticas e patrimoniais. Para SB21 parece uma incoerência, tanto cuidado na fiscalização de reformas na parte central e um desleixo quanto à organização da estrutura urbana das novas ruas.

O patrimônio também é outra coisa que precisava olhar com mais carinho. [...] Continua assim, por exemplo, aqui foi tombado, mas na rua está conseguindo manter, o pessoal está aceitando mais. [...] Mas você vê construindo casas para cá, tudo sem noção nenhuma. Não quer construir uma cidade bonitinha? Então vamos fazer um alinhamento, vamos fazer um plano de urbanização legal, pras casa terem uma construção, uma entrada. Ai fica uma casa de um jeito, outra de outro! Fica aquela bagunça. Igual aquele alto beleza de cachoeira? Que é um ponto lindo, porque a vista ali é linda. (SB21)

A falta de padronização das ruas é um registro da história. É certo que seguir a lógica do não planejamento seria anacrônico, se consideramos o idealizado contexto nacional. Mas não interferir também quer dizer respeitar o tempo próprio do distrito, que é reconhecido por sua peculiaridade arquitetônica e urbanística.

Há uma diferença quanto aos anseios por proteção do patrimônio e relação de habitação. Enquanto um sujeito concorda com a proteção de um desenho arquitetônico e urbanístico, objetiva uma padronização das próximas organizações do desenho urbano. Há uma diferença entre o que se deseja para contar a história e o que se quer para a vida cotidiana, a vida da praticidade. Outro exemplo, nesse sentido, está relacionado com as reformas dos locais tombados como patrimônio. No excerto a seguir, observamos SB04 contar sobre a reforma de uma das igrejas de São Bartolomeu que desagradou algumas pessoas, por apagar uma história impressa nos tacos de madeira. Por outro lado, os materiais modernos são mais coerentes com o estilo de vida que se almeja, com o estilo de vida que se divulga e que tende à homogeneização.

Não está aquela igreja de Nossa Senhora das Mercês? Não mudou o assoalho dela? Então, ele [pai da entrevistada] não queria que tirasse a madeira, ele falou que ia mudar daqui de São Bartolomeu por causa disso. Teve uma reunião, o pessoal juntou tudo, falou lá que ficava mais fácil para limpar, olha para você ver, olhando pelo lado de limpar, ao invés de preservar aquilo que é antigo, né? Que agora, também, ficou parecendo até igreja de crente. Nossa! (SB04)

No âmbito da vida privada, o fato de ter sido tombado como patrimônio fez com que fosse mais difícil, para as famílias de baixa renda, fazer reformas para melhorar o conforto ou para arrumar problemas estruturais nas casas. Isso, porque há muitas exigências que são feitas que demandam um poder aquisitivo que essas famílias não detêm. Na verdade, não haveria necessidade de muitos recursos, caso não houvesse as proibições ambientais relativamente recentes. Isto porque a maioria das casas ali construídas, segundo informam os habitantes, tiveram os materiais vindos da própria região e, muitas vezes, as madeiras que compunham a armação do telhado, os marcos, portas e janelas não tinham nenhum custo para o morador. Em um dos casos, uma família optou por vender a casa herdada, porque além de o imóvel

representar muitos custos para reforma, haveria dificuldade em adequá-lo às exigências patrimoniais e ainda agradar a todos os herdeiros.

Tanto que nós vendemos até a casa do meu pai, porque a gente não ia ter dinheiro para fazer da forma como o patrimônio queria. Aí a gente teve que abrir mão. (SB04)

5.1.4 Lazer em São Bartolomeu

Ao analisar o uso dos espaços públicos e as formas de lazer das pessoas, estamos trabalhando com cotidianidades muito diferentes das nossas, como pesquisadores e moradores de grandes centros urbanos. O discurso de que a população deixa de usar espaços de lazer por causa do turismo deve ser cuidadosamente analisado. Muitas vezes, esses discursos são apenas reproduzidos, sem uma relação verdadeira com o cotidiano.

Em São Bartolomeu, esse discurso recente existe e se confirma. Alguns pais não gostam de deixar seus filhos, especialmente moças, irem para o rio quando o distrito está muito movimentado. Mas esse é um contexto muito recente e influenciado por uma interação de cotidianos. A geração de mulheres que hoje tem 30 anos ou mais não foi frequentadora, por exemplo, do rio em São Bartolomeu, embora isso não se aplique à população masculina:

Não tinha esse costume, nunca tivemos esse costume. Nunca tivemos! Agora quantas pessoas que vêm de fora, vêm de especial, só para tomar banho e voltar e nós não queremos... nós não somos chegados nisso não. (SB13)

Os jovens do local, atualmente apenas, mostram muito interesse em frequentar o rio, mas como SB21 diz, confirmando a fala de SB13, esse não era um costume no local. Essa maneira de lazer não era algo comum e passou a sê-lo apenas para as adolescentes e jovens de hoje, influenciadas por pessoas de fora que trazem esse valor das áreas naturais como áreas de lazer.

A gente gostava muito de ir para o rio, nadar. O pessoal não tinha muito costume de nadar, o pessoal não entrava no rio. Comigo é que o pessoal começou a ir, a gente ia no rio nadar, hoje o rio é muito usado, antigamente ninguém ia pro rio. (SB21)

Mas é curioso lembrar que São Bartolomeu é um espaço de lazer e descanso para muitos visitantes e sitiantes. Já para os moradores, o item lazer e descanso é um dos precários.

TABELA 6 – Avaliação de “espaço para lazer e descanso” em São Bartolomeu

Nota de 1 a 10	Frequência de respostas	Total de respondentes
1	12	
2	2	

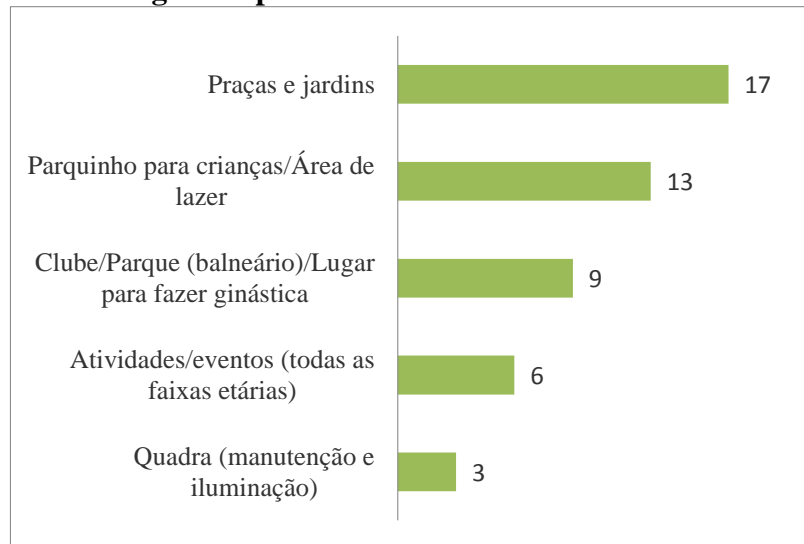
3	1	
4	0	
5	7	
6	4	
7	1	
8	8	
9	4	
10	9	
N/R	1	
Nota média	5,73	49

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Agora, por favor, dê uma nota de 1 a 10 para os seguintes quesitos em relação ao lugar onde vive:*
Resposta única

A média de avaliação para espaços de lazer e descanso em São Bartolomeu foi bastante baixa (5,73) em relação à média de avaliação do lugar onde vive (8,12). A maioria das pessoas atribuiu ao item “espaço para lazer e descanso” a nota 1, o que é muito expressivo e aponta para o quanto estão insatisfeitos.

É interessante ver o choque de cotidianidades. Enquanto o turista vai em busca do lugar tranquilo, da beleza cênica, da comida simples e do banho de rio; o habitante de São Bartolomeu, embora reconheça a beleza do lugar onde vive e goste do lugar, almeja como lazer espaços artificiais, desenhados e concebidos pelo homem. Com base nisso, observamos que o lazer é a fuga do cotidiano, é entrar em outra vivência, desfrutar do diferente. Na análise a seguir, temos as principais palavras que apareceram para listar o que gostariam que tivesse no lugar onde moram para lazer e descanso. Dos 49 respondentes, 41 fizeram pelo menos uma e até três sugestões, corroborando a baixa nota para esse item.

GRÁFICO 5 – Sugestões para lazer e descanso em São Bartolomeu

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *O que você gostaria que tivesse para Lazer e Descanso em São Bartolomeu*
Respostas múltiplas (espontâneas)

Inclusive, o fato de não haver pagamento para o uso do rio, do campo e da biblioteca, nos deixa intrigados quanto ao uso mínimo desses espaços: não seriam essas as formas de lazer que atrairiam a população? Ou a pouca perspectiva de interação com o diferente estaria repelindo a população?

E aqui é fácil, eu... vejo assim, eu falo muito com meus colegas. Em Belo Horizonte, você vai num banheiro, é R\$0,60, entendeu? Eu jogo bola às vezes lá em Belo Horizonte, tudo você vai pagar aí é R\$10, R\$15, um absurdo! Aqui a gente joga bola de graça, nada de graça, pesca de graça, até caminhar, certos lugares aí, você tem que pagar. (SB09)

5.2 A comunidade entre-parques: Morro São Sebastião; Morro São João, Morro Santana e Morro da Queimada

Nesses bairros, história e paisagem têm relação intrínseca. A proximidade com a água e as características geológicas explicam os registros no espaço de tempos passados. As características atuais do meio ambiente no local muito têm a ver com a história de exploração. É por isso que vejo a importância da análise nesses bairros que entre parques vivem o tempo presente das proteções, na tentativa de eternizar memórias e bens ambientais.

A importância de entender esses bairros é compartilhada por alguns grupos, inclusive, o de pessoas envolvidas na idealização do Ecomuseu²⁴ Serra de Ouro Preto. Sendo uma área

²⁴ O Ecomuseu Serra de Ouro preto é uma experiência nova, é um museu de percurso. Não é considerado uma área protegida. Em alguns momentos deste trabalho, a menção ao projeto acontecerá, pois ao dar início à pesquisa foi possível observar na fala dos moradores o reconhecimento do grupo que trabalha com essa ideia. Mais tarde, haverá uma descrição sobre o projeto, pois este foi visto como uma possibilidade de

tão rica em história, registros e cotidiano, fazê-la valorizar-se e mostrar-se a outros, conferindo-lhe importância como patrimônio, é uma prática contemporânea que pode ser vivenciada no local. A área é testemunho da exploração de ouro e de um tempo importante para Minas Gerais. Mas não é apenas no subsolo que estão as marcas desse tempo, elas também estão à vista na paisagem, sob resquícios da ocupação urbana do século XVIII.

Depois do auge do ouro houve o período da crise na região. Com isso, houve o esvaziamento da área e o lugar por muitos anos foi tendo as marcas da ocupação e exploração aurífera esmaecidas pelo tempo e pela falta de manutenção. Mais recentemente, a partir da década de 1940, o lugar vivenciou nova ocupação, o que contribuiu para a reescrita de uma história sobre o espaço. Ficaram apagadas algumas marcas do século XVIII e registradas as do século XX.

Com o declínio da produção aurífera o local ficou abandonado, em ruínas, por quase duzentos anos. Uma nova ocupação, porém, vem se verificando há pouco mais de um século, incentivada de início pela própria Câmara Municipal. [...] Paulatinamente, desde o final da década de 1940, começa a surgir novo povoamento, desordenado, nos antigos territórios mineradores de Pascoal. Impulsionado até então pela ausência de políticas públicas preservacionistas, por políticos inescrupulosos, pelo aumento da população e sua consequente necessidade de moradia, vai se adensando, circundando o perímetro urbano tombado da cidade de Ouro Preto. (MATTOS, 2010, p. 9-10)

Essa ocupação se deu de forma irregular e, em alguns casos, bastante perigosa. Em terrenos muito íngremes e suscetíveis a deslizamentos estão várias casas. Mas isso não ocorreu apenas por causa da desinformação da população. Houve, de certa maneira, o consentimento do poder público. Além disso, boa parte desse grupo é bastante passivo, com poucas atitudes para transformação, portanto, muito vulneráveis às mudanças que lhes são colocadas. São comunidades que apenas recentemente estão mudando essa postura, que começam a se organizar em associações e efetivamente participar delas.

Num passado mais recente, quem morava na Serra de Ouro Preto era quem não tinha condições de arcar com a terra “na rua”, como eles dizem.²⁵ Quem morava na Serra, morava no “Morro”, e tinha que ir à rua para resolver suas necessidades de cidadão. Quem morava ali trabalhava nas mineradoras, extraía pedras nas Camarinhas,²⁶ ou descia para a rua para lavar roupas nas repúblicas estudantis, ou ainda trabalhava na roça, coletando esterco, catando

aproximação das pessoas em relação às áreas protegidas (PNM Cachoeira das Andorinhas e Parque Arqueológico Morro da Queimada).

²⁵ Na rua” é uma expressão muito comum para marcar o lugar com infraestrutura e com os serviços básicos ao cidadão.

²⁶ A região das Camarinhas está próxima ao PNM Cachoeira das Andorinhas, depois do Morro São Sebastião. Era a região onde havia um grupo grande de extratores de pedras.

lenha, macela, entre outras atividades. Algumas dessas atividades, como analisaremos adiante e como aparece no excerto seguinte, hoje são proibidas, respeitando as normas da proteção ambiental.

Era buscando lenha, buscando esterco, mexendo com horta, assim que a gente trabalhava. [...] No parque das Andorinhas, pelo parque afora... aí tudo a gente buscava esterco, buscava lenha para a gente vender, para poder... para pegar um trocadinho para se virar, hoje não pode isso mais, né? (OP05.1)

Mais recentemente, nos quatro bairros, observou-se o aumento da população. São pessoas que vieram da zona rural de Ouro Preto e, em alguns casos, até de outros estados. A escolha da Serra para morar se deu pelos custos baixos, se comparados à média ouropretana. O perfil dessas pessoas é apresentado nesta pesquisa com base no censo de 2000. Uma vez que até o momento do início do campo quantitativo, os dados completos referentes a 2010 ainda não estavam disponíveis por setor censitário.

Compunham, em 2000, a comunidade “entre-parques”, 4126 pessoas. Entretanto, a amostragem desta pesquisa, considerou as acima de 15 anos, que totalizavam 2840.

A Tabela 7 apresenta a distribuição populacional por setor censitário e faixa etária. O setor 27 corresponde a uma parte do Morro Santana; o setor 10 abrange uma pequena parcela do Morro São Sebastião, todo o Morro São João, uma porção do Morro Santana e o Morro da Queimada e, por fim, o setor 9 compreende a maior parte do Morro São Sebastião.

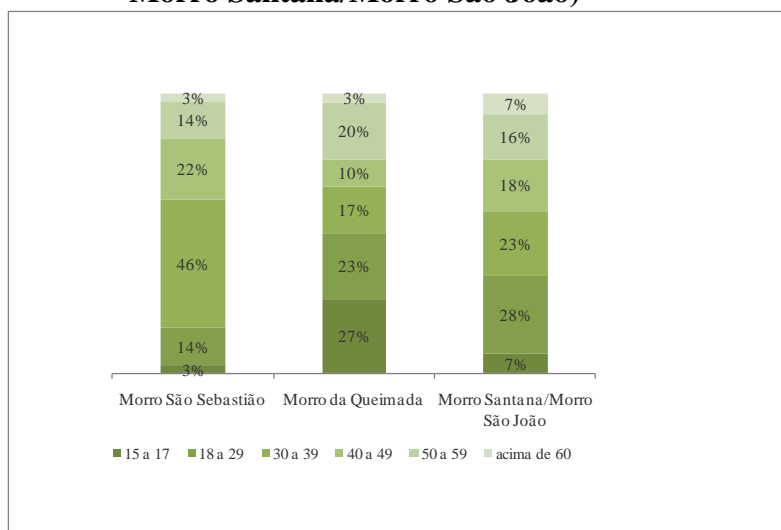
TABELA 7 – População total da Serra de Ouro Preto, por idade e por bairro

Idade	Setor 27	Setor 10	Setor 9	Serra de Ouro Preto	%
Até 14 anos	496	427	363	1286	31,2
15 a 17	89	80	71	240	5,8
18 a 29	332	355	279	966	23,4
30 a 39	195	212	230	637	15,4
40 a 49	134	191	144	469	11,4
50 a 59	84	107	74	265	6,4
acima de 60	60	92	111	263	6,4
Total	1390	1464	1272	4126	100

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Censo IBGE (2000)

Os Gráficos 6 e 7 apresentam, respectivamente, a distribuição da amostra, por bairros, segundo a faixa etária e a escolaridade dos entrevistados.

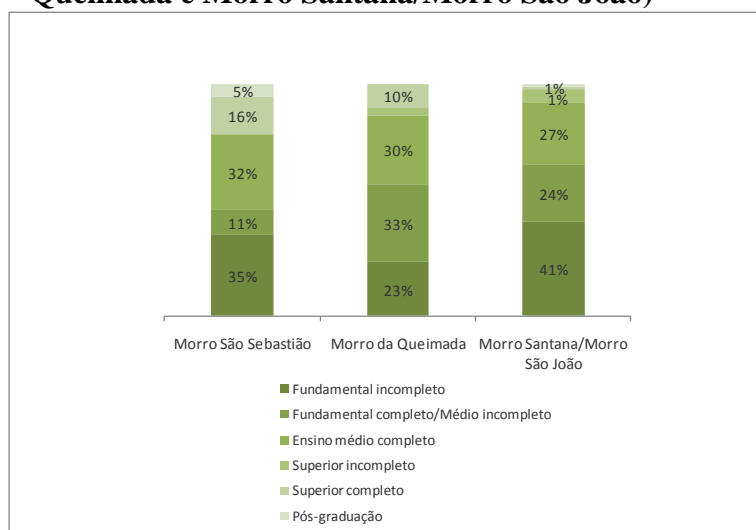
GRÁFICO 6 – Idade dos entrevistados (Morro São Sebastião, Morro da Queimada e Morro Santana/Morro São João)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011
Qual a sua idade?
 Resposta única espontânea

A escolaridade dos entrevistados, mais especificamente nos morros da Queimada, Santana e São João, é muito baixa. 59% não completaram o ensino médio e 36% sequer terminaram o ensino fundamental. Em decorrência dessa característica da amostra, houve dificuldade na aplicação dos questionários, principalmente na escala de concordância.

GRÁFICO 7 – Escolaridade dos entrevistados (Morro São Sebastião, Morro da Queimada e Morro Santana/Morro São João)



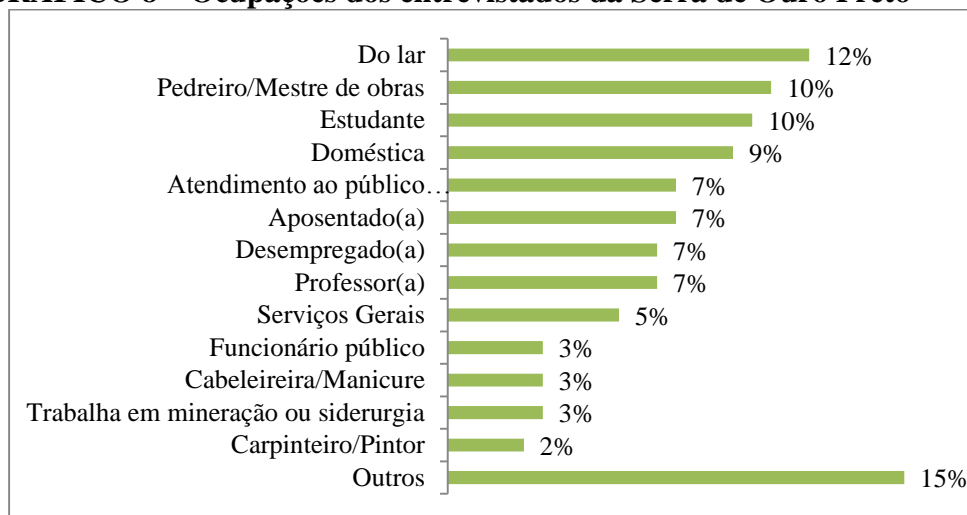
Fonte: Pesquisa de campo, 2011
Qual a sua formação?
 Resposta única espontânea

Essa região tem grande quantidade de crianças, o que se refletiu inclusive na evocação de palavras para o lugar onde moram, como veremos mais adiante. Na etapa qualitativa,

observei muitas crianças por família e muitas famílias com mães extremamente jovens. Não é raro encontrar jovens de 18 a 23 anos com três ou quatro filhos.

A maioria dos habitantes que trabalha nessa região, trabalha na “rua”. São, principalmente, pedreiros, domésticas e funcionários do comércio, conforme Gráfico 8.

GRÁFICO 8 – Ocupações dos entrevistados da Serra de Ouro Preto



Fonte: Pesquisa de campo, 2011
Qual a sua profissão?
 Resposta única espontânea

Apenas duas pessoas mencionaram o trabalho na área rural (agrupados em “outros”). Embora não apareçam na etapa quantitativa, há mulheres “do lar” e “aposentadas” que são ou foram lenheiras. A omissão dessa atividade se deu primeiramente porque temiam que o “meio ambiente”, como chamam os funcionários da “Secretaria Municipal de Meio Ambiente” ou do “IEF”, indiscriminadamente, as reconhecesse e punisse. E o segundo motivo é que ser “lenheira” é uma atividade complementar, geralmente as lenheiras são também “do lar” ou ainda “trabalham com horta”. O número não é expressivo. Durante a pesquisa conversei com mais ou menos dez lenheiras e algumas responderam os questionários, mas é uma atividade que está muito relacionada ao PNM Cachoeira das Andorinhas, como veremos a seguir.

Já há bastante tempo que lenheiras viram-se impedidas de cortar madeiras verdes. Mas há dois anos, porém, que a fiscalização ficou mais pesada e nem a lenha seca estava sendo liberada. Conforme conversas informais com funcionários, o grande problema é que algumas pessoas estavam cortando madeira e deixando secar para depois buscar.

O fato é que essa área, repleta de história, começou a viver uma política de preservação apenas muito recentemente. Embora o Parque das Andorinhas tenha sido criado

em 1968, efetivamente só se tem uma política de preservação e fiscalização no século seguinte.

Antes de nos aprofundarmos nas análises referentes à UC e ao Parque Arqueológico, conheçamos um pouco das representações do espaço vivido entre-parques. Como há diferenças consideráveis nas *themata* da representação do lugar onde vivem, as análises foram separadas por bairros, apenas o Morro São João e Morro Santana ficaram juntos pela proximidade das representações dos mesmos.

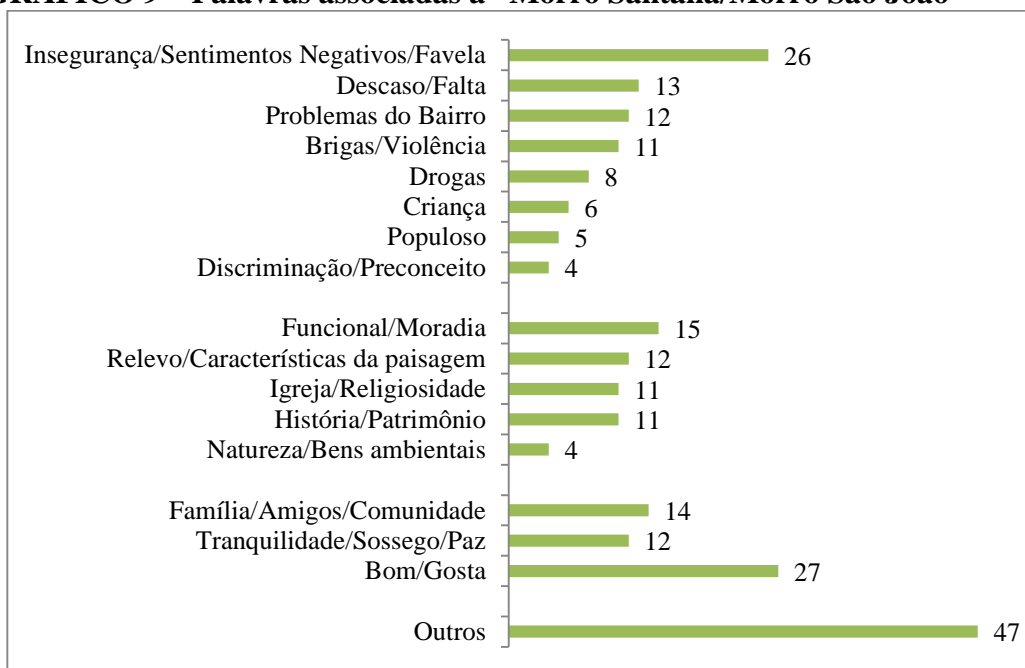
5.2.1 Morro Santana/Morro São João

Esses dois morros, cuja divisa é praticamente impossível de precisar (os próprios moradores se confundem quanto aos limites), são demograficamente densos. São muitas pessoas por casa, muitas crianças e baixo nível de escolaridade. Essa densidade resulta da migração de pessoas de distritos de Ouro Preto e de cidades menores, e com menos opções de trabalho, para um lugar que tem na extração mineral sua sobrevivência e campos de trabalho disponíveis. Muitas pessoas foram morar ali em condições bastante precárias e foram construindo sua vida no bairro. Seguiram tolerando as condições, buscando trabalhar para melhorar o cotidiano, servindo-se do básico da prefeitura e, aos poucos, conseguindo conquistar melhores condições, como calçamento, linha de ônibus e abastecimento de água entre outras.

As entrevistas confirmam o relatório de Hugues de Varine de 2008, sobre o crescimento da população local. Nos últimos 20 anos muitas casas foram construídas em lugares perigosos, inclusive. Estão ali há 30, 40 anos e hoje gostam do lugar onde moram, mas criticam a violência que se alastra.

Aqui, antigamente, há uns 50 anos atrás tinha mais ou menos, aproximadamente, umas 20 casas só. [...] Ah, esse pessoal foi chegando né? Eles veem o bairro crescer, vem... chega com um... antigamente eles vinham com... carregava o burro né? Com uma lata, fazia assim, daí eles iam... era uma coisa interessante, aí migrava, ia migrando... [...] Ah, vem muita gente! Aqui tem gente que a gente não sabe a identidade dele né? É porque, geralmente, quando uma pessoa sai lá do Rio para vir ficar aqui... coloca sua mente para funcionar, algo tem né? (OP06)

Alguns desses temas podem ser visualizados na evocação de palavras. A pergunta feita aos moradores foi “Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo ‘Morro Santana’/ ‘Morro São João’”, de acordo com o bairro onde declarava morar.

GRÁFICO 9 – Palavras associadas a “Morro Santana/Morro São João”

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “Morro Santana/São João”?*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3 palavras)

A separação de grupos de categorias no Gráfico 9 é apenas para facilitar a leitura e análise. Um dos sentidos mais evocados foi o de “bom” — gostar do lugar (evocada 27 vezes). De fato, a Serra de Ouro Preto permite uma vista belíssima e, associado a outra evocação, relativa aos laços estabelecidos com as outras pessoas no lugar, gostar é bastante compreensível. Outro conjunto de palavras evocado 12 vezes foi “Tranquilidade, sossego e paz”, que, na verdade, se choca com o primeiro grupo de categorias. Esse choque é compreensível se tomamos a análise qualitativa de que existem alguns espaços do bairro bastante tranquilos, de fato.

O segundo grupo é composto por evocações que têm um caráter neutro e descritivo. Foram usadas basicamente palavras descritivas em relação ao bairro. Recorreu-se a elementos tangíveis, na maioria das vezes a descrições físicas, exceto pelo grupo de evocações que compõe a categoria “funcionalidade/moradia”. Esta categoria parece uma forma dos respondentes se manifestarem como se não houvesse afetividade em relação ao espaço, é apenas o lugar do morar.

O primeiro grupo é composto por evocações cuja conotação é negativa. “Criança”, evocado seis vezes, mostra que existem muitas crianças no bairro, o que já havia sido identificado por meio do dado do IBGE (2000) de população total dos bairros estudados. A elevada quantidade de crianças é um fator negativo, pela falta de cuidados necessários, muitas

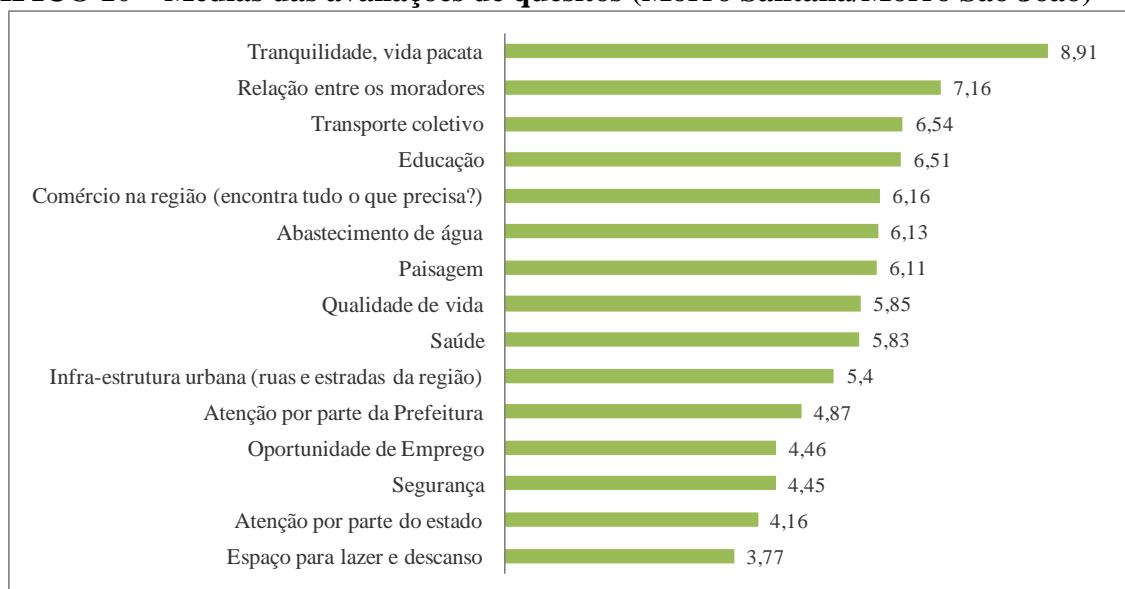
vezes em famílias pouco estruturadas. Drogas, brigas, violência, insegurança, sentimentos negativos e favela é um conjunto que denota a insatisfação contemporânea dos habitantes em relação à criminalidade no local, que tem aumentado. Somando-se à essa criminalidade, outros fatores desagradam os moradores, como o descaso por parte do poder público, as necessidades de estruturas de serviços básicos ao cidadão e problemas do bairro. Ser muito populoso é também um problema. Finalizando as evocações de conotação negativa, temos discriminação e preconceito, evocadas quatro vezes e relativas às pessoas que moram naqueles dois bairros. Por fim, “outros” traz 47 evocações que cujas palavras não tiveram muitas repetições.

Observamos que há identificação das pessoas com o bairro, gostam dele, apesar dos problemas, o que é reafirmado pela nota geral média que conferem ao bairro, que é 7.11. Com isso, apreendemos a importância que os espaços têm para as pessoas, ainda que muitos elementos negativos sejam apontados em relação ao bairro. Ainda que tenhamos uma questão extremamente importante sendo criticada — a segurança — a história de vida no bairro, as relações com as pessoas e o cotidiano no espaço estabelecem uma identidade para a pessoa. Para quem mora há muito tempo, acima de qualquer problema que pode ser resolvido no futuro, sua vida no lugar tem grande importância e representa um hábito e, como sabemos, as mudanças de hábitos tendem a gerar instabilidade.

A quase paradoxal relação “tranquilidade *versus* segurança” é novamente percebida quando analisamos as notas conferidas a cada um dos quesitos. A segurança é avaliada negativamente, com nota média de 4.45, enquanto a “tranquilidade, vida pacata”, é bem avaliada, com nota média de 8.91.

Na avaliação de quesitos, observamos que o lazer é o item mais mal avaliado, com nota média de 3.77. As principais sugestões para lazer e descanso nos bairros (Gráfico 11) são: parquinho, praças e jardins. Chamou a atenção a repetição também da sugestão de melhorar a segurança nas praças, para que possam de fato serem apropriadas para lazer e descanso. Atualmente, as pessoas evitam ficarem sentadas na pracinha, que não tem nenhum atrativo para as tantas crianças do bairro. Outro elemento interessante para lazer dos adultos foi repetido sete vezes: praça de esportes/área de lazer, que seriam espaços destinados aos exercícios físicos, como a praça que fizeram na Bauxita, mencionada como exemplo.

GRÁFICO 10 – Médias das avaliações de quesitos (Morro Santana/Morro São João)

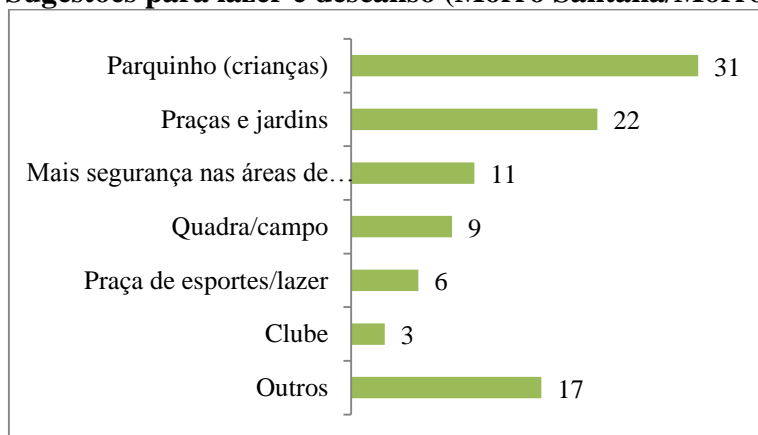


Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Agora, por favor, dê uma nota de 1 a 10 para os seguintes quesitos, em relação ao lugar onde você vive:*

Resposta única

GRÁFICO 11 – Sugestões para lazer e descanso (Morro Santana/Morro São João)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *O que você gostaria que tivesse para lazer e descanso?*

Respostas múltiplas e espontâneas

Atualmente, o principal lazer para os jovens (homens) é representado pelo campo de futebol e pelas quadras. Nesses bairros, o lazer é um problema. No Morro Santana, que conta com um campo mal estruturado, as mulheres ficam sem lazer e a demanda passa a ser basicamente praça, parquinho para crianças, quadra, sua manutenção e segurança, verbalizadas em iluminação e vigilância. Os moradores estão insatisfeitos com alguns vizinhos que depredam os espaços de lazer.

Manutenção do campo de futebol; Mais coisas para crianças, evitando, assim, problemas com violência, drogas e roubo. (Codificação retirada)

O investimento em lazer nesse bairro é percebido pelos moradores como uma possibilidade de se desenvolver o lugar e as pessoas: fazer com que as pessoas tenham oportunidades e possibilidades. O esporte frequentemente é visto como uma forma de combate aos problemas sociais, principalmente as drogas.

Um morador do Morro Santana comentou sem que fosse estimulado, sobre o Parque das Andorinhas, como um território retirado das mãos dos habitantes. Alguns moradores sentiram-se desterritorializados²⁷ no seu lazer, porque atualmente não podem mais acampar e fazer os churrascos na área do Parque.

O único que tinha, acabaram. Antes tinha a Cachoeira das Andorinhas, tinha liberdade para ir. Hoje só quem tem direito para ir é turista.

A priori, temos nesses dados sobre lazer uma oportunidade de aproximação das comunidades com as áreas protegidas e a inferência de que elas não atendem. Mas sobre o tema, falaremos adiante, quando estivermos analisando as áreas em si.

Embora ambos sejam bairros pobres de Ouro Preto, visitando as casas é possível observar que as condições de vida não são miseráveis, como se poderia pressupor. As pessoas têm equipamentos eletroeletrônicos de custo considerável, usam roupas da moda e têm celulares bastante modernos. Embora ainda em fase de coleta de dados, os integrantes do Projeto Ecomuseu confirmaram essa percepção.

Mas o [pesquisador] detectou uma coisa muito interessante, que ele já passou, que as pessoas lá têm um poder aquisitivo não é tão ruim não. E que a gente não sabe ao que isso é atribuído. Entende? Porque lá todo mundo tem bens, bens de consumo, todo mundo tem celular, o seu computador e a gente achava que não. (E05)

Na aplicação dos questionários, não foi possível observar uma relação direta das áreas protegidas com a valorização imobiliária. Talvez porque a pergunta direta estivesse relacionada à renda, mas também porque essa não seja uma relação que surge tão espontaneamente. Na etapa qualitativa, já foi possível observar essa relação, mas ela é pouco reconhecida pelos moradores de maneira geral. No Morro Santana/São João, apenas algumas pessoas que têm lotes vizinhos ao parque percebem algo nesse sentido. O proprietário de um lote vizinho ao parque observa esse momento de valorização por vivenciá-lo no seu cotidiano, quando lhe pedem que venda seu terreno e por observar as novas casas que estão surgindo.

Cada vez mais a gente tem uma valorização imobiliária. [...] Aqui da entrada do parque, tem condomínio que já tem morador médico, professor da universidade, mudando muito. [...] Claro, achando uma delícia, trazendo mais gente, sabe, sou

²⁷ Destacaremos essa desterritorialização adiante, quando o assunto for estritamente o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas.

assediado, assim, diuturnamente pra vender meu lote lá. [...] O pessoal ficou satisfeito com essa história de reserva, acabar com as pedreiras, e tal. (OP08)

Observamos, nesse sentido, que há um grupo definitivamente interessado na conservação da natureza. Segundo OP08, nesse caso o grupo é composto por pessoas com boas condições financeiras e que estão abandonando o centro e se aproximando das áreas verdes da cidade. Assim, a relação de áreas protegidas com a valorização imobiliária é algo possível de se observar também no Morro Santana, em relação ao PNM Cachoeira das Andorinhas.

Lembremos também que o Morro Santana é o mais acessível de todos, praticamente todas as ruas têm calçamento e a principal, XV de agosto é asfaltada. Tem maior quantidade de ônibus, pois os que sobem para o Morro São Sebastião também servem aos Morros Santana e São João.

5.2.2 Morro da Queimada

O Morro da Queimada é representado, basicamente, pelo seu patrimônio histórico. Essa representação, remetendo ao passado, é explicada pelas recentes conversas sobre o Parque Arqueológico. Foi possível observar que, efetivamente, as ruínas e a memória de sofrimento do lugar perduram entre aqueles que tomam o *topos* do sofrimento para sua vida e que refletem sobre esse passado. Lembremos que muitos passaram a habitar o lugar como falta de opção, por ter sido o lugar mais barato e próximo dos empregos para se construir.

Uma escarpa tão íngreme é um lugar da habitação funcional, é “apenas um bairro”, representada como lugar da casa e, em muitos casos, uma falta de opção, mas que hoje já é tomado como lugar que ancora identidades — amigos; pertencimento; história; memórias.

Necessidade. Não tinham onde morar. Não tiveram foram invadindo. Passou por cima da história. A necessidade falou muito mais alto do que a história. (OP17)

O reconhecimento desse lugar histórico que ocupam, observado no Gráfico 12, por meio das 24 evocações referidas à história do bairro, pode estar relacionado ao projeto do Parque Arqueológico. É uma representação bastante forte e com possibilidade de vir a ser positiva, embora atualmente seja neutra ou negativa. A oportunidade de ser positiva está associada à integração daquele lugar ao corpo do patrimônio de Ouro Preto. Poucas palavras com conotação positiva e de pertencimento foram evocadas para associação com o bairro. Essas compreendem as três categorias do segundo conjunto representado no gráfico. Já palavras com conotações negativas foram as mais evocadas e ajudam a explicar a baixa

estima que os moradores têm em relação ao lugar onde vivem. Pelo fato de o acesso ser ruim e por julgarem parecer uma “favela”, alguns moradores não gostam de morar no bairro. Essas evocações ajudam a entender também o reconhecimento do Morro da Queimada, pelos moradores de outros bairros, como sendo um lugar perigoso e ruim de se viver. Por fim, estão as categorias mais neutras, incluídas como “outras” e como elementos da natureza, que nada mais eram que menções a características do bairro, sem uma atribuição positiva ou negativa.

GRÁFICO 12 – Palavras associadas a “Morro da Queimada”

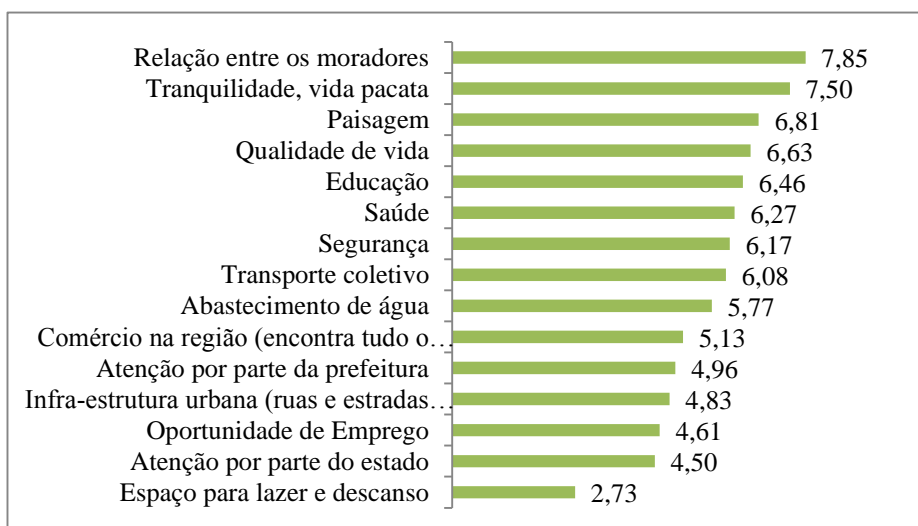


Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “Morro da Queimada”?*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3palavras)

Embora nas evocações não tenhamos uma representação muito positiva, a nota geral para o bairro foi boa, com média 7.13. Se a nota geral para o bairro equivalesse à nota dos quesitos disponíveis no Gráfico 13, a nota geral média do bairro seria 5.75. Assim, constatamos que o espaço vivido não pode ser avaliado tão objetivamente — há elementos que têm mais valor.

GRÁFICO 13 – Médias das avaliações de quesitos (Morro da Queimada)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Agora, por favor, dê uma nota de 1 a 10 para os seguintes quesitos, em relação ao lugar onde você vive:*

Resposta única

Observemos que os itens mais bem avaliados são “qualidade de vida”, “paisagem”, “tranquilidade”, “vida pacata” e “relação entre os moradores”. São esses, portanto, os que têm maior peso na avaliação, especialmente os dois mais bem avaliados, cuja nota média equivale à nota média atribuída ao bairro. Os itens mais mal avaliados são justamente aqueles que dependem do poder público, exceto pelo quesito “oportunidade de emprego”, que não necessariamente é dependente do poder público, mostrando uma insatisfação em relação à atuação do mesmo no bairro. Oportunidade de emprego está mais associado ao fato de o bairro ser residencial e de baixa renda, fazendo com que sequer haja disponibilidade de emprego como doméstica, por exemplo.

O que ocorre é que estamos falando de uma ocupação irregular que já fora legitimada pela prefeitura. Cidadãos que são, os habitantes do Morro da Queimada pagam hoje IPTU, pelo serviço de tratamento de água e outros impostos. Portanto, também gostariam que seus impostos fossem investidos no lugar onde moram. Vivem uma decepção, não apenas com relação à proposta do Parque Arqueológico Morro da Queimada, mas também no que tange às promessas políticas. Tanto no Morro Santana, como no Morro da Queimada, a frase “político só sobe o morro em época de eleição” foi repetida várias vezes, com pequenas variações sintáticas.

No excerto seguinte, o entrevistado manifesta sua insatisfação em relação ao poder público usando a 3ª pessoa no discurso, na tentativa de mostrar que essa é uma posição não apenas sua, mas de todo o grupo de moradores do Morro da Queimada:

Eles estão vivendo sonhos, decepcionados. Houve um vereador que chegou à presidência da Câmara com os votos daquela comunidade. E na época, ele prometeu um cinema na cabeça do pessoal. Um Disney. Falou que ia fazer quadra pra eles, falou que ia fazer pra eles escola, prédio e tal. Chegou lá encima e não fez nada. (OP17)

O Morro da Queimada é o que tem pior infraestrutura, onde mais falta água, alguns ainda usam água de mangueira e proveniente das minas, sem qualquer tratamento. O acesso a muitas casas se dá por meio de escadas e algumas até de trilhas, que na época das chuvas ficam extremamente escorregadias e perigosas. As ruas estão em péssimas condições e nenhuma linha de ônibus adentra o bairro.

Talvez por causa da precária infraestrutura, esse é um bairro mal visto pelos moradores de bairros vizinhos e, segundo os entrevistados do Morro da Queimada, é um bairro discriminado no contexto de Ouro Preto.

Nós temos que descobrir. Porque esse preconceito. Tirar da alma deles lá. Por quê? Tem vergonha de morar no Morro da Queimada, por quê? (OP17)

Segundo o atual presidente da Associação de Moradores do Morro da Queimada, o bairro estava, de fato, perigoso nos últimos tempos. Nesse sentido, é possível compreender o por quê desse “preconceito” e “discriminação” em relação aos moradores do Morro da Queimada e ao bairro — preconceito esse que me fez deixar esse bairro por último na pesquisa quantitativa. Entretanto, lá chegando, a surpresa foi positiva. Segundo o presidente da associação, isso aconteceu por certa mobilização do grupo, que passou a buscar mais melhorias, trazendo, com isso, mais confiança e reconhecimento para os moradores.

O Morro da Queimada quando eu peguei lá, estava pior do que o Morro Santana. Estava começando a colocar fogo no carro das pessoas e pixando as ruas, os muros de pedra. X9 é que manda, um menor. (Codificação retirada)

O resultado é que a avaliação do quesito “segurança” foi, comparado ao Morro Santana (4.45), bem avaliado, com nota média de 6.17.

Quanto às sugestões para lazer e descanso, percebemos no Morro da Queimada um consenso. Gostariam que tivesse parquinho para crianças, praças e jardins para pessoas de todas as idades e quadra. Como no caso do Morro da Queimada, algumas pessoas também sugeriram que tivesse a praça de esportes e essa pode ser uma oportunidade para o Parque das Andorinhas, talvez muito mais do que para o Parque Arqueológico. Também foi sugerida a criação de um espaço comunitário onde seriam ministradas oficinas e onde poderiam ser feitos bailes e outros eventos.

Alguns moradores do Morro da Queimada citaram como possibilidade de lazer a criação efetiva do Parque Arqueológico, pois têm a expectativa de que haja espaço para diferentes formas de lazer. Um deles citou inclusive que houvesse uma biblioteca nesse Parque, cumprindo assim, função educativa e de distração. Durante a aplicação dos questionários, várias vezes apareceu o comentário de que um lazer de qualidade possibilitaria às famílias criarem melhor seus filhos. Acredita-se que o lazer fará com que haja menos criminalidade no futuro.

GRÁFICO 14 - Sugestões para lazer e descanso (Morro da Queimada)

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *O que você gostaria que tivesse para lazer e descanso?*
Respostas múltiplas e espontâneas

No relatório produzido em 2008, sobre o desenvolvimento do Ecomuseu, o pesquisador francês Hugues de Varine falou da necessidade de uma presença física do Ecomuseu que ajudasse a estabelecer uma relação mais forte da comunidade com a proposta desse museu de percurso. Como vimos no Gráfico 14, essa casa-referência seria muito bem aceita pela comunidade, pois poderia cumprir o papel também de “salão comunitário”. Nesse sentido, observamos novamente a relação entre o espaço, a identidade e o poder. A referência espacial é de suma importância para o desenvolvimento de um projeto como o do Ecomuseu, que trabalha a valorização do patrimônio e do espaço vivido.

Uma sede oficial e funcionando regularmente, sem dúvida o centro comunitário há muito pretendido pelos moradores do Morro da Queimada, único bairro a não ter um ainda. [...] Proponho trabalhar com a associação dos moradores do Morro da Queimada e com os serviços da Prefeitura, para encontrar rapidamente, no bairro, um local provisório, mesmo pequeno e pouco confortável, que ostentaria o logotipo do ecomuseu e anteciparia o futuro. (VARINE, 2008, p. 9)

Em um dos últimos campos tive oportunidade de participar da entrega de uma casa pela prefeitura à Associação de Moradores do Morro da Queimada. A casa não foi entregue com o objetivo de ser uma das sedes do Ecomuseu, mas o presidente da associação manifestou que a casa estaria disponível para que o projeto do Ecomuseu tivesse, naquele bairro, um local para reunião, realização de oficinas e outras atividades. Nessa posição da Associação, foi possível observar o efetivo desenvolvimento do Ecomuseu. Foi a comunidade quem abriu, nesse sentido, o espaço comunitário para uma integração com o Ecomuseu e não o contrário. Com isso, uma das demandas da comunidade está em vias de ser cumprida.

5.2.3 Morro São Sebastião

Imagine... Morro São Sebastião era longe da “rua”, hoje muita gente segue dizendo que é distante, mas tem ônibus, carro e asfalto. O encurtamento da distância é óbvio. Eram poucas casas no bairro, distante, zona rural mesmo, quem morava ali, trabalhava na roça, como tropeiro, lenhador. A rotina rural foi aos poucos cedendo lugar à vida urbana, a terra substituída pelo calçamento e os trabalhos, aos poucos, sendo trocados. Em uma ou outra casa ainda sentimos cheiro de outros tempos, mas é justamente nessas casas e na vida dessas pessoas que estão alguns dos conflitos com as unidades de conservação — uma ideia moderna.

Ah, depois que chegava da rua, da cidade, desarriava os animais, tratava deles, aí tinha dia que nós ainda fâmos no mato arrumar lenha para o outro dia ainda, parava quase escurecendo, é uai, só folgava, assim, a gente folgava nessa época, assim, de um dia santo, um dia santo a gente respeitava, não trabalhava em dia santo não. (OP10)

Um dos aspectos que evidenciam a modernização da vida no bairro é o aumento de casas e os tipos de construções. Antes, segundo pessoas que sempre moraram lá, eram poucas casas e quase todos familiares. Nos últimos dez anos o bairro foi crescendo, as casas foram mudando. Das antigas casas com área de terra na frente, horta e jardim conjugados, casas simples de portas e janelas de madeira e cuja divisa com a rua era uma cerca e o portão uma cancela ou um colchete, passamos a observar habitações com cores neutras, estilos mais modernos, inserção do metal nos portões e construções de muros.

Aqui era quase... quase tudo era mato só. Tinha poucas casas quando eu mudei para aqui. Hoje tem... muitas casas bonitas aí, casa grande, movimentou demais, né? E foi de quanto tempo para cá? Que aumentou o número de casas aqui? Ah... Ah, já deve ter uns 10 anos para cá que... lá vai multiplicando mais. (OP13.1)

Com isso, os moradores observam também o aumento dos custos dos lotes e das casas. A valorização imobiliária é abrupta nos últimos anos. Para alguns moradores, isso está atrelado também à criação do Parque das Andorinhas. Já para outros, essa relação não é tão óbvia ou preferem não mencioná-la. Um entrevistado comentou, inclusive, que está acontecendo o processo de especulação imobiliária, sendo que algumas pessoas que são do lugar venderam terrenos e se arrependeram.

Agora, o pessoal vai chegando, dá vinte mil num lote, pra quem ganha quinhentos reais, vinte mil é muito dinheiro. Aí vende, aí assusta, aquilo vale cem. Então esse processo tá rolando, e vai acelerar, inclusive. (OP08)

E quais são os atrativos do bairro? O principal é a tranquilidade, como veremos nos Gráficos 15 e 16. O Morro São Sebastião é reconhecido pelo ambiente familiar, pela

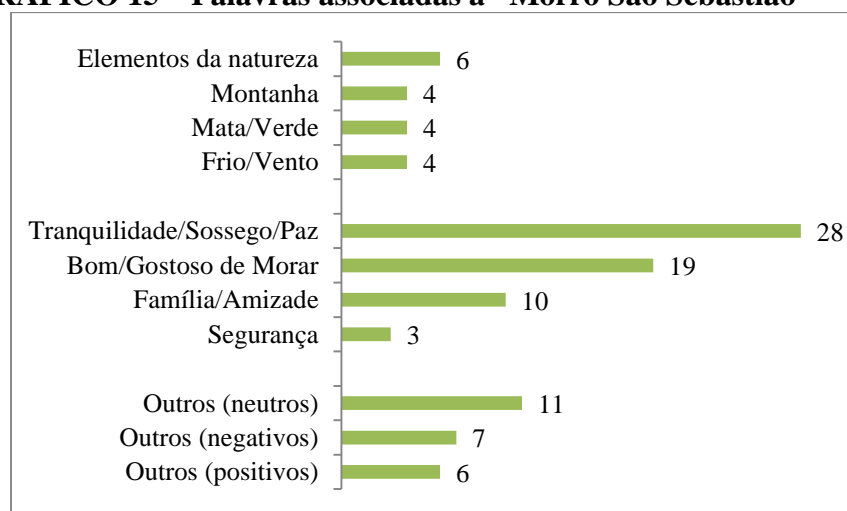
proximidade com a natureza e pelo sossego. O sossego está sempre como antinomia da violência dos bairros próximos e do movimento do centro de Ouro Preto. Estar no Morro São Sebastião é como se tivesse saído mesmo da cidade. É também um lugar mais claro, mais vivo, com menos tensões aparentes.

Porque é um local tranquilíssimo. [...] Pode estar tendo carnaval, foguetório e tudo na praça, principalmente esta parte de cá onde nós moramos aqui, você não escuta nada. Parece que não tem nada. Você escuta isso aí ó [cantar de passarinhos ao fundo], passarinho cantando, não é OP13.1? Vento... Você não ouve nada, uma tranquilidade só, ar puro. Daqui para baixo é só mato. [...] Por isso que valorizou muito aqui, valorizou muito depois que foi criado o Parque de preservação. (OP13)

Quem está escolhendo morar no bairro é quem tem condições de pagar os atuais preços dos lotes, famílias com escolaridade mais elevada e mais exigentes. Nesse sentido, várias melhorias têm sido implantadas no local, atendendo a demandas da classe média que consegue chegar até o poder público e fazer-se ouvir.

É fácil entender porque as pessoas têm desejado morar no Morro São Sebastião: esse é um bairro representado pela tranquilidade e característica familiar, associada à natureza.

GRÁFICO 15 – Palavras associadas a “Morro São Sebastião”



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “Morro São Sebastião”?*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3 palavras)

Enquanto São Sebastião é representado como local da tranquilidade, os morros Santana e São João são representados pela violência.

80% do pessoal que está na cadeia hoje é do Santana. Entendeu? E por que? Porque a coisa pluralizou muito. E o São Sebastião é um morro estritamente familiar, onde as famílias se casaram entre si. (OP14)

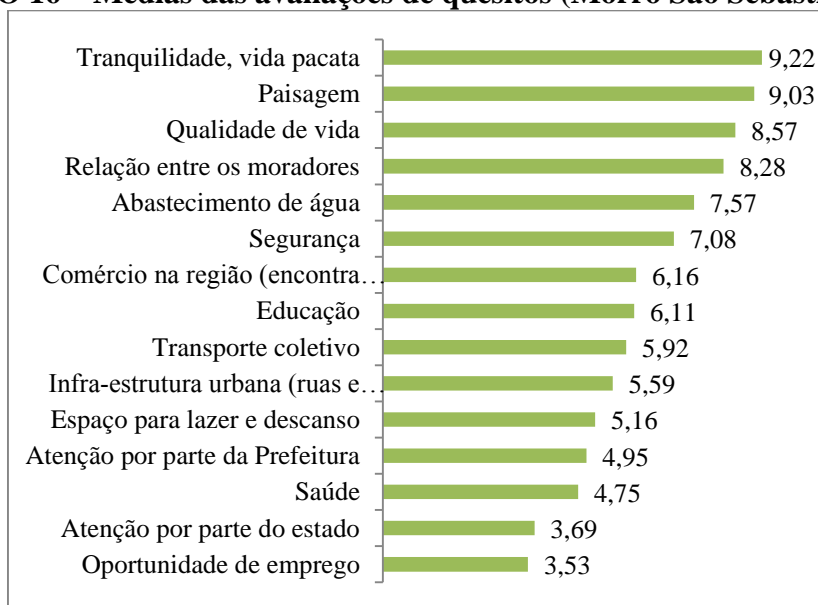
Enquanto o Morro São Sebastião é mencionado como um dos melhores locais de Ouro Preto para se morar, o Morro Santana e São João são duramente criticados tanto por quem mora no local como por quem apenas passa pelo bairro:

Não tem violência, não tem gangue, não tem chapéu virado, ontem teve uma festa no São João, deram um tiro na cabeça de um menino lá. (OP11)

A nota geral média para o Morro São Sebastião foi 8.78, coerente com o que dizem os moradores nas entrevistas. Foi comum durante as entrevistas as pessoas dizerem “dou 9, porque sempre dá para melhorar”, mostrando-se bastante críticas. Mas se fôssemos considerar que a média das notas dos quesitos corresponderia à nota média geral, teríamos o resultado de 6.37. Assim, identificamos que os quatro quesitos mais bem avaliados [relação entre os moradores; qualidade de vida; paisagem; tranquilidade, vida pacata] são os que estão mais relacionados à satisfação em relação ao lugar onde moram.

A infraestrutura é boa, mas precisa melhorar, principalmente as ruas do bairro e em algumas regiões ainda tem problema de abastecimento de água, embora tenha melhorado muito nos últimos anos. Esse é o bairro onde as casas são mais afastadas umas das outras, não é extremamente denso, como o Morro da Queimada e os Morros Santana e São João. O acesso até a entrada do bairro é por asfalto e as ruas do bairro são calçadas com atendimento de ônibus. A avaliação por quesito no bairro é assim dada:

GRÁFICO 16 – Médias das avaliações de quesitos (Morro São Sebastião)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Agora, por favor, dê uma nota de 1 a 10 para os seguintes quesitos, em relação ao lugar onde você vive:*

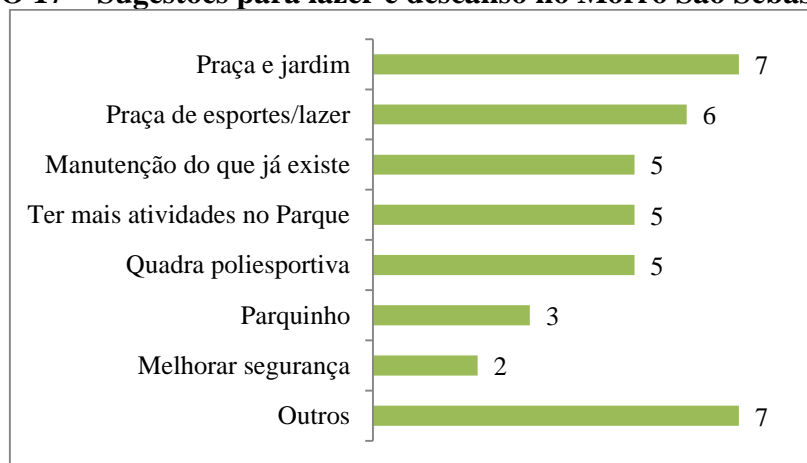
Resposta única

O “espaço para lazer e descanso”, como nos outros bairros, é mal avaliado, mas melhor se comparado aos outros lugares. Observamos que os habitantes do Morro São Sebastião desfrutam muito mais do PNM Cachoeira das Andorinhas como espaço para lazer, o que se confirma nos dados quantitativos, já que 59.5% dos entrevistados frequentam o

Parque de vez em quando e 27% sempre, embora não seja o bairro mais próximo da sede do Parque.

Nesse sentido, entre as sugestões para lazer e descanso, duas são diretamente relacionadas ao Parque. A primeira é melhorar a segurança e a segunda oferecer mais atividades na UC, desde caminhadas ecológicas até eventos esportivos e outros. Outra sugestão que se diferencia um pouco em relação aos demais bairros é o pedido de “manutenção do que já existe”, denotando que há de fato uma estrutura de lazer melhor, se comparada aos outros bairros do distrito-sede. Novamente a praça de esportes/praca de lazer apareceu como sugestão, assim como nos outros bairros. Este equipamento de lazer é, portanto, uma tendência e que, embora não tenha sido relacionada ao Parque, pode ser desenvolvida naquele local. As demais sugestões são semelhantes às dos outros bairros.

GRÁFICO 17 – Sugestões para lazer e descanso no Morro São Sebastião



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *O que você gostaria que tivesse para lazer e descanso?*
Respostas múltiplas e espontâneas

6 ÁREAS PROTEGIDAS EM CONTEXTO: A VIVÊNCIA DO ENTORNO

As áreas protegidas serão analisadas a seguir no contexto de sua inserção, ou seja, na relação com a comunidade do entorno pesquisada. No caso da Floresta do Uaimii, as principais referências serão à comunidade de São Bartolomeu. No caso do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e do Parque Arqueológico Morro da Queimada, a comunidade do entorno pesquisada foram os bairros Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São João e Morro São Sebastião.



6.1 Floresta Estadual do Uaimií

A Floresta Estadual do Uaimii foi criada em 21 de outubro de 2003, por meio de um decreto sem número, sendo uma de duas florestas estaduais localizadas no Estado de Minas Gerais. Antes de sua criação, a proposta para a área era de criação de um Parque Estadual, o que caracterizaria proteção integral. Todavia, várias manifestações por parte da comunidade que habita a área ou os arredores foram contrárias à criação de um Parque. Foi elaborado um abaixo-assinado e houve mobilização em outras direções, no sentido de recusar a concepção de Parque para aquela área, que, segundo os entrevistados, interferiria muito e negativamente na economia do local e, por conseguinte, na vida das pessoas que ali vivem.

De acordo com o SNUC, a Floresta Estadual tem as mesmas características da Floresta Nacional, diferenciando-se apenas em relação a quem foi o criador da UC, se o município, o Estado ou o país. Como se pode observar no artigo 17, parágrafo 1º, a Floresta Estadual é de posse e domínio públicos.

Art. 17 - A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§1º - A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

A principal característica que diferencia essa UC de um parque é a possibilidade do uso sustentável. A visitação pública também é permitida, como no Parque, podendo, portanto, ser desenvolvida como atrativo turístico também.

§2º - Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§3º - A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§4º - A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§5º - A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§6º - A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal. (Lei nº 9.985/00)

Embora seja uma área de uso sustentável, atualmente a política é de uso restrito e isso tem incomodado muitos moradores dos arredores. Por quê? Como eles reagem? Essas são perguntas que tentarei responder com base nas falas dos sujeitos desta pesquisa.

Uma das famílias que morava na área da Floresta conta sua história de saída. Essa família não teve nenhum problema com o deslocamento, pelo contexto em que isso aconteceu. Além de ter sido compensada financeiramente, já que alguns membros da família passaram a trabalhar para o IEF, ganharam uma casa para a vida nova. Essa é uma história de desterritorialização aparentemente bem sucedida. Durante praticamente toda a entrevista, a mulher mostra que não houve nenhum conflito no processo, que participaram de todos os passos da criação.

É entre uma conversa e outra, depois de já se criar um clima de confiança durante a conversa, que o marido menciona sua insatisfação, como será visto mais adiante. Observamos aqui o contexto do *topos* no discurso. O lugar de onde fala o casal entrevistado é de alguém que foi beneficiado pela conservação de uma área. Ainda que tenha interferido nas relações da família com o espaço e, nesse sentido, também influenciado na identidade dos sujeitos, as oportunidades para os filhos, tanto pelo trabalho no IEF, como de moradia no núcleo urbano, em detrimento da área rural, faz com que desenvolvam um discurso de gratidão que faz, na verdade, o papel da multiplicação. Ou seja, à medida que a UC dá uma contrapartida importante para o sujeito, ele se alia a ela e torna-se um multiplicador.

O discurso tende a ser coerente com esse lugar de onde enuncia, aqui remetendo à teoria da análise do discurso referente aos *topoi* de enunciação. Contudo, numa longa conversa em que várias questões são consideradas e quando há espaço para a afetividade e para as histórias, alguns elementos permitem analisar a interferência na cotidianidade e na identidade do sujeito. O entrevistado demonstra não entender o fato de não poder tirar o “pau seco” para lenha, mas cede às falas dos demais membros da família, muito menos socializados com esse trabalho e com essa necessidade, e “deixa como está”.

Eles não falaram nada comigo que ia fazer casa nem nada, [...] Nós chegamos e sentamos lá, na [nome de local] então a pergunta que ele me fez é essa: “tem um papo, seu SB14.1, que o senhor não sai daqui, não sei o que, tem direito aí..”. Eu falei “olha rapaz, eu, até hoje, não falei não”. Porque eu não tinha falado mesmo, aí isso era brincando comigo para ver o que eu falava, né? Aí nós batemos um papo e tal, tudo bem, aí ele foi embora. Quando ele voltou, ele voltou com a liberação de fazer a casa “ah, nós vamos fazer uma casa para vocês”. Mas a gente não deve ignorar muita coisa sem saber como que é o fim, né? Mas Deus ajudou que foi tudo bem. Graças a Deus. (SB14.1)

O objetivo primeiro da criação da UC foi a proteção da candeia²⁸ e das cabeceiras do Rio das Velhas. Essa área era muito utilizada para a produção do carvão, mas havia

²⁸ A candeia (*Eremanthus erythropappus*) “é uma espécie arbórea cuja madeira, pela sua durabilidade em contato com o solo, é tradicionalmente usada para a construção de cercas e edificações rústicas. Pelo seu alto poder calorífero, é também muito usada como lenha, em residências. Existe ainda uma crescente pressão de

remanescentes de floresta estacional semidecidual (Mata Atlântica), sendo a proposta da Floresta Estadual o uso sustentável da candeia. Isso ainda não ocorre — até o momento há conflitos por não se poder utilizar madeira, como mostra Scalco (2009). Nesta pesquisa, trago algumas vozes que evidenciam também onde estão os aspectos que geram conflitos: enquanto alguns deles já foram minimizados, outros ainda não. Tendo sido evidenciados os discursos, a possibilidade de encontrar um caminho para minimizar esses conflitos pode ser delineada.

A população sabe qual foi o objetivo da chegada do IEF — a proteção da candeia. E inclusive estão de acordo. Embora alguns tenham participado do desmatamento para comercialização da madeira, reconhecem a importância da proteção em relação a esse desmatamento massivo que acontecia e reconhecem também a melhora da paisagem, com a chegada do órgão. Contudo, sentem também um incômodo em relação à aplicação da norma tal como lhes foi colocada. Acreditam que a norma merece exceções, não era a lenha usada nas residências a responsável pelo desmate da floresta.

O IEF veio para aqui porque tinha, como é que fala? Tinha muito roubo de candeia, né? Tinha gente que vinha de fora, montava barraca no meio das matas aqui, para cortar candeia, para fora... vinha caminhão carregar candeia aqui todo dia de noite. Aí depois que o IEF veio para cá que fizeram essas guaritas é que barrou isso. Vinha caminhão para levar candeia até para Lagoa Dourada, São João del Rei, por aí afora tudo. (SB12)

Observa-se, na leitura de trabalhos e na fala de moradores dos arredores que, embora a área seja de uso sustentável, tem sido gerida como sendo de proteção integral, na prática aproximando-se da noção de Parque. A justificativa para essa atitude preservacionista é que o Plano de Manejo ainda não está concluído, o que regulamentaria as formas de uso da área. De acordo com o gestor da APA Cachoeira das Andorinhas, o Plano de Manejo da Floresta do Uaimii deveria ter sido validado há um ano, mas o resultado do trabalho não está satisfatório, tendo sido adiado para que o documento fosse reformulado. Segundo consta em Ata da Quinta Reunião do Conselho Consultivo, realizada em 2009, o Plano de Manejo teria prazo de cinco meses para sua finalização.

Assim, estamos diante de um documento de caráter diagnóstico e com propostas, cuja coleta de dados se deu já há algum tempo. Considerando que esse documento tem validade de cinco anos e que já completou dois anos e meio de atraso, como pode esse instrumento ser realmente eficaz para a gestão dessa UC? Possivelmente, muitos dos dados estão desatualizados. Levando em conta que a gestão tem conhecimento do texto, poder-se-ia

exploração da espécie, para a extração das resinas, de uso crescente pelas indústrias cosmética e farmacêutica” (IBAMA, 2002).

pensar em já desenvolver projetos com base em resultados preliminares, contudo não é isso o que acontece. Para que os projetos saiam, o Plano de Manejo deve ser oficialmente divulgado, seguindo normas e caminhos burocráticos. Paralelo a todo esse caminho, segue a morosidade e a intensificação de conflitos velados.

Já está desatualizado. Na verdade, assim, a cada revisão que eu faço eu tenho que colocar uma observação entendeu, “isso já não é mais assim”, né. [...] Então você tem várias coisas, o próprio socioeconômico se você viu o que era no começo e hoje já é diferente. (E06)

Pelo fato de o Plano de Manejo não ter sido apresentado à comunidade ainda, os habitantes de São Bartolomeu que estiveram envolvidos em reuniões, que tinham expectativas e chegaram a acreditar nessa ferramenta de gestão, passaram a ficar desacreditados da ferramenta por causa do processo de elaboração ainda não terminado. Essa descrença gera um clima de conflito velado, traduzido pela falta de confiança na instituição e no processo de proteção ambiental proposto para o lugar. A expectativa é de que o Plano de Manejo seja apresentado ao público em breve. Contudo, uma hipótese que lanço é que a finalização do Plano de Manejo pode chegar a intensificar os conflitos, ao invés de mitigá-los. Isso porque o Plano de Manejo, além de instigar a descrença, pode romper com várias expectativas das pessoas, sob vários pontos de vista, como o territorial, mas especialmente do ponto de vista econômico. Como algumas falas nos permitem interpretar, suponhamos que o Plano de Manejo indique para a impossibilidade de um manejo, como fora previsto; o que fazer na UC? Seria o caso de retornar à ideia de Parque, como proposto inicialmente e veementemente rejeitado pela população? Baseando-se no apoio científico, a importância da criação de um parque sobreporia à necessidade de um grupo e o desenho de um território?

Eu acredito que não vai ter manejo no Uaimii.

Você acha que não? E vai virar parque?

Eu acredito... Tudo depende da visão do Estado. Isso é complicado a gente afirmar. Mas com um Plano de Manejo e um parecer desfavorável à exploração de candeia, por exemplo, fica muito difícil. Qualquer gestor ou qualquer diretor tomar... passar por cima da opinião do Plano de Manejo. O Ministério Público está aí para fiscalizar, ué, vai achar que ele tem algum interesse. Mesmo, particular. Então é muito complexo. Tudo o que a gente faz hoje você tem aquele laço muito grande tanto que no conselho consultivo a gente tem o corpo técnico que tira parecer, um professor da UFOP. Isso dá um resguardo muito grande para a gente. Porque qualquer coisa... é fácil as pessoas afirmarem alguma coisa, sendo que... sabe? Você não tem nenhum interesse pessoal naquilo, você quer ajudar as pessoas mesmo, levar o desenvolvimento. (E03)

Já fora afirmado por um dos entrevistados que uma das coisas que a população mais aguarda (beneficiamento do óleo da candeia) será impossível na Floresta do Uaimii. Contudo, a população ainda não está ciente da situação, o que veremos mais adiante, no momento de

analisar as falas sobre as expectativas de uma compensação econômica para a proteção ambiental. Nesse sentido, essa situação pode se constituir um choque e a eclosão de um conflito em latência, caso no Plano de Manejo não sejam apresentadas propostas tão promissoras quanto as previstas. A mitigação de conflitos com o Plano de Manejo poderá ser feita com uma proposta tão boa quanto a do óleo de candeia, que faça com que a população compreenda a necessidade de substituição.

Eu acredito que não sai tão fácil [manejo florestal]. E a tendência agora é o subbosque avançar, o eucalipto ser suprimido, ser substituído, né? No dossel, vai dar o tempo dele. E candeia também, o Plano de Manejo também afirmou que não tem, né? Então eu não acredito em exploração ali. Pelo menos a curto e médio prazo. (E03)

Já é sabido, no âmbito da gestão, sobre a impossibilidade do trabalho com o óleo da candeia, mas ainda não se tem a estratégia para uma substituição de uma atividade econômica sustentável para a floresta.

Se pensou que tinha candeia. Que a gente ia fazer um trabalho com candeia e com óleo. Então. A gente viu que não tem o tanto de candeia que falaram. Já tiraram. Entendeu? Então, a gente ainda está discutindo qual seria esse trabalho. (E06)

O lugar onde a inserção da noção de preservação gerou mais problemas foi na área chamada de Ajudinha, que está na porção norte da Floresta, próxima da entrada do Brás Gomes.²⁹ Isso porque aquela é uma área em que houve ocupação, os moradores usufruíam da terra, corte de madeira para carvão, coleta do mel de abelha, criação de gado ou extrativismo. Contudo, os moradores da área não portavam os documentos de posse. Assim, por interferir na sobrevivência dessas pessoas, afetando, na maioria dos casos, a estabilidade das famílias, o conflito passou a se materializar entre a gestão da UC e os moradores da Ajuda. Essa desestabilização conduzida pelo processo indica para o resultado de uma mudança na terra que habitavam/habitam as pessoas, nas relações com os vizinhos ou na atividade que exercem/exerciam. Segundo pessoas envolvidas na criação da UC, o grande problema é que os moradores da Ajuda acabaram por apropriar-se de uma área muito grande na Floresta, que não lhes corresponderia.

Teve vez de nós acharmos até um monte de candeia que eles tinham tirado, aí a gente ligava, porque eles estavam na beira da estrada, né? Se não complicava até nós. (SB17)

É, o direito delas ali, na verdade, seria só mesmo onde que eles estão... onde que eles exploram e eles têm um tanto a mais, eles querem fazer divisa com a Vale. Aquela cerca ali tudo, eles falam que é deles. Na época, fomos lá e desmanchamos, porque a cerca e... eu não sou bem vindo lá não. (SB24)

²⁹ Veja Mapa 1: Povoados e pontos relevantes na APA Cachoeira das Andorinhas.

Segundo funcionários do IEF, a questão territorial está mais no nível econômico que no nível simbólico. No simbólico poder-se-ia pensar em um termo de convivência, tal como proposto pela gestora da UC. Entretanto, segundo os funcionários, o grande problema recente é a venda de terrenos dentro da Floresta do Uaimii. Os novos proprietários não podem construir, nem desmatar, o que inviabiliza qualquer compra. Já há casos em que um comprador de cidade grande adquiriu um terreno com interesse de construir uma casa e estar impossibilitado de fazê-lo, o que gerou um processo judicial.

Nesse conflito surge a questão das unidades de conservação sem presença humana. Embora a Floresta Estadual permita a moradia de comunidades tradicionais e ainda que seja uma área de uso sustentável, indicando proximidade com o conceito de conservação e não de preservação, o que se observa é, no caso, a tendência ao preservacionismo. Nesse período em que não se tem o Plano de Manejo, instrumento básico para a gestão, observa-se a restrição completa das atividades na área. Acompanhado dessa prática completamente restritiva, observa-se a tentativa de (re)criação de um ambiente selvagem, onde o homem interage num momento planejado de lazer/turismo, circunstância esta que conduz a uma análise de um espetáculo do retorno, de uma vida diferente da vida moderna das cidades, um reduto natural para aqueles de uma intensa vida urbana. Nesse caso em que está parcialmente negociada a permanência de uma família na área, é necessária a elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), previsto pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. A necessidade desse termo é observada pela gestão da UC:

A gente tem é que chegar num Termo de Convivência: o que pode fazer e o que não pode fazer. Mas, eu acho que isso... Lá no caso, eles, assim... O problema que a gente tem é essa questão de vender área, não é? (E06)

Na fala do funcionário do IEF, um termo de convivência seria possível e o que é pedido aos moradores é que qualquer interesse em alterar o ambiente seja avisado ao IEF. A questão levantada informalmente por um entrevistado — com o gravador desligado e que solicitou que não houvesse identificação — é que, muitas vezes, não é produtivo pedir autorização, pois há uma morosidade inviável dos processos que, na maioria das vezes acabam sendo impossibilitados. Nesse sentido, há uma dificuldade em aceitar que a vida cotidiana seja gerida por um órgão, não é apenas uma questão de desterritorialização, mas de cessão da vida privada. E aqui adentramos uma problemática que pode ser trabalhada no âmbito do direito: os princípios da democracia e a socialização da política e da importância de se conhecer direitos e deveres condicionam a vida do cidadão.

A rechaça em relação à noção de preservação surgiu principalmente pela ameaça às práticas da sobrevivência das famílias que estavam ali. Não poder criar gado, não poder cortar candeia, dentre outras atividades, eram ameaças às famílias que dessas atividades dependiam. O fato de não terem o documento de posse intensificou os conflitos. E como resposta à ameaça, as práticas eram de afronta, ao mesmo tempo em que gerariam alguma receita: o corte de candeia ou o fogo.

Se consideramos a importância da proteção ambiental e as políticas de conservação previstas, temos nesses conflitos os moradores da área como vilões. Que alternativas efetivamente têm essas pessoas? Pessoas cuja mobilidade foi mínima ao longo da vida e que tiveram uma socialização de trabalho restrita àquele microespaço e, quando muito, aos arredores conquistados em montaria e, apenas mais recentemente, aos arredores, em carro? A questão aqui não é por assim dizer de julgamento quanto ao certo e errado, mas de uma análise das transformações.

Aparentemente, os conflitos têm diminuído. Algumas pessoas, inclusive, conseguem enumerar motivos que mostram como a relação entre o IEF e a comunidade tem melhorado. O reconhecimento da melhora dessa relação está intrinsecamente relacionado com o fato da diminuição de práticas de resistência.

Ano passado acho que pegou bastante fogo na floresta, esse ano pegou pouco. Acho que o pessoal está mais consciente, que teve menos problema. [...] É, [no ano passado] tacou fogo meio revoltado, porque era só... seria mais proibição do que ajuda. Esse ano aí... de ano passado para cá, eles estão mais com parcerias, conscientização, estão dando mais apoio, aí o que acontece? O pessoal já pôs mais consciente, porque eles chegaram aqui: “que não pode fazer isso, que não pode, que não pode, que não pode”. E não preparou o povo, por que não pode? Qual o outro meio que a gente vai buscar? Então muita gente revoltou contra isso. Agora o pessoal já está mais consciente. Já ajudou, igual na lenha, arrumaram lenha, frutas, sempre tem mudas de doação. (SB09)

É fato que em relação aos anos de 2008 e 2009 o clima de hostilidade em relação à postura do IEF vem se mostrando menos intenso. Mas há temas nas falas dos sujeitos que permitem inferir ainda uma representação negativa em relação à conservação ambiental, uma vez que ela proíbe, mais do que oferece alternativas, pelo menos até o momento.

Junto com a apresentação da proposta da Floresta do Uaimii para proteção das candeias, veio uma proposta de desenvolvimento econômico para um lugar que estava economicamente decadente. A abrupta queda da produção de alho e doce, que moviam a economia local e o contexto da saída constante de moradores mais jovens em busca de oportunidades fora, fez com que muitos moradores sonhassem com a prometida fábrica de óleo de candeia, produto valorizado e que faria com que São Bartolomeu voltasse a ter

prosperidade econômica. Entretanto, essa promessa, ao longo dos anos, se converteu em uma frustração para muitos, apresentada frequentemente nas entrevistas.

A proteção ao meio ambiente ainda é vista como uma prática que desterritorializa. Ainda que os sujeitos envolvidos na proteção ambiental estivessem, por muito tempo, tentando minimizar essa sensação por parte dos moradores, a falta de retorno (econômico e de comunicação, esclarecendo o processo) depois de tanto tolhimento em hábitos como o de buscar lenha ou de usar a madeira da região na construção civil ou nas cercas, faz com que a representação das práticas de proteção ainda seja de desterritorialização.

Saiu uma conversa aí, que ia fazer um tal de óleo de candeia, então quando é que esse IEF veio para aqui para preservar as matas, né? [...] E agora diz que está saindo candeia aí mesmo, para fazer óleo, daqui do Chapéu do Sol, eu ouvi dizer que está saindo candeia... (SB12)

Apenas com objetivo de contextualizar, o Chapéu do Sol está localizado na APA e, segundo esclarecimentos dos gestores de UCs, essa exploração é feita com base em um manejo. A população, no entanto, não entende porque já não se dá início a uma fábrica de óleo que trabalharia com a produção, tanto da APA quanto da floresta.

A ideia inicial era montar uma fábrica aqui mesmo em São Bartolomeu, para o pessoal daqui, era até bom para dar emprego, né? Depois mudou tudo, agora eles estão vendendo candeia aí... e eu acho que é lá para Santa Bárbara. Se fosse aqui, seria melhor né? Agora vender para fora? Porque o pessoal daqui, a revolta daqui é que não pode nem fazer plantação. Nem catação de lenha pode tirar... Porque a lenha seca é que vira adubo, né? (SB26)

A crítica, nesse sentido, não termina na não conclusão de um projeto para elaboração do óleo de candeia como um fator que contribuiria para a economia local. Ou seja, não é apenas a decepção de uma promessa não cumprida. Algumas pessoas criticam a permissão do corte da candeia em alguns lugares, além da comercialização da mesma. E não é apenas o fato de ter sido liberado o corte da candeia em determinados locais, mas também pela ausência de beneficiamento do óleo na região, o que representaria a indignação das pessoas quanto à retirada da matéria bruta do lugar em contraposição ao seu valor exponencialmente elevado em outro lugar.

A liberação do corte da candeia foi dada em algumas propriedades privadas da região, contudo, o fato das pessoas apenas verem sair a madeira, sem saberem do que está acontecendo, gera desconfianças e críticas por parte da população em relação à prática do órgão.

Igual eu falei com meu marido: aqui não está podendo cortar candeia de modo algum, agora tem... os terrenos tudo aqui estão liberados [estrada para Ouro Preto]. O IEF... para cortar candeia para fazer óleo lá em Santa Bárbara, na usina. (SB26)

Devemos lembrar que a comunidade de São Bartolomeu combateu o projeto de criação de um Parque Estadual, mas aceitou a criação de uma Floresta Estadual sob a promessa de um manejo sustentável. Essa rechaça em relação à unidade e ao fato de a preservação representar limitação intensa fica, assim, justificada. Como o Plano de Manejo já está bastante atrasado, o descumprimento das promessas é parcialmente justificado à comunidade, mas isso a faz desacreditar. Por outro lado, considerando o discurso dos que representam a preservação ambiental, tampouco observamos uma prática correspondente a uma Floresta Estadual e que não seria aceita em um Parque. O trecho seguinte está em um contexto de inexistência do Plano de Manejo. Entretanto, não foi apresentada até o momento nenhuma possível proposta e, uma vez diagnosticada a impossibilidade de trabalhar o óleo da candeia, imagina-se que pudesse ter sido apontada qualquer direção de manejo sustentável.

A gente está um pouco limitado nessa questão [manejo de bens ambientais para atividade econômica]. Mas, o turismo é um ponto que a gente vai trabalhar, né. Isso é uma coisa certa. Tem é... Tem eucalipto, mas, é pouco. Também, não dá para fazer o trabalho de é... Para doar igual estava pensando. Para os doceiros porque a gente tem quarenta famílias. Então, isso tudo é um processo assim que é um pouco complicado porque a gente tem que dar um direcionamento, né. Um planejamento para a unidade, sendo que ela não tem, né. Hoje, assim, o perfil dela está um pouco... Mas, aí, a proposta é entregar o plano esse ano. Acho que até o meio do ano já vai ser aprovado o plano. Aí, a gente vai desenvolvendo. Tem outras atividades que a gente pode tentar. Mesmo que não seja dentro da sua unidade, mas, que seja no entorno. (E06)

Com base nesse excerto, podemos observar já uma tendência por parte da gestão da UC em tratar de fato a Floresta como Parque. Notemos que a garantia de se trabalhar com o turismo, ou o uso público, é também prevista nos parques, e que esse definitivamente não é um ganho considerável para uma unidade de uso sustentável, mas o mínimo esperado para esta categoria. O segundo fragmento do excerto grifado também deixa pressuposto que a unidade não teria condições de um manejo. A não conclusão da frase permite várias inferências, uma delas, a de que a unidade teria um perfil muito mais associado ao do Parque. A interrupção da fala é tomada por uma justificativa burocrática, de que a finalização do plano indicará o que acontecerá.

Vale considerar que E06 já teve acesso aos textos e é responsável por ponderar e criticar informações dos mesmos. Ao final, como forma de amenizar a notícia, trazendo possibilidades de ganhos econômicos para a população, fala em outras atividades no entorno, o que deixa pressuposto que, de fato, as atividades na própria unidade estão sendo aos poucos descartadas, configurando-se, por conseguinte, a idealização de uma UC de proteção integral.

É diante desse contexto que podemos compreender o porquê dos rumores sobre a recategorização de floresta para parque e, com isso, a decepção e o sentimento de os moradores terem sido enganados e, assim, desterritorializados novamente. Novamente porque já foram uma vez sendo que os fizeram acreditar que não.

6.1.1 Floresta Estadual do Uaimii: uso público

A Floresta Estadual do Uaimii está incorporada ao cotidiano dos moradores do distrito. Jovens, adultos e idosos conhecem a UC, sabem qual é seu papel e a maioria já visitou a área. Apenas dez pessoas nunca visitaram, e dessas, apenas quatro não têm interesse em visitar.

TABELA 8 – Proximidade em relação à Floresta Estadual do Uaimii (São Bartolomeu)

Opções de resposta	%	Número Absoluto
Nunca ouviu falar	0,00%	0
Nunca visitou e não tem interesse	8,16%	4
Nunca visitou, mas gostaria de ir	12,24%	6
Já visitou uma vez	20,41%	10
Visita de vez em quando	28,57%	14
Visita sempre	24,49%	12
N/R	6,12%	3
Total	100%	49

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Sobre o seu envolvimento com a Floresta Estadual do Uaimii, você...*
Respostas única

A nota média para a Floresta é 7.70, nota boa considerando o discurso de desterritorialização. As possibilidades de melhora são as possíveis contrapartidas para a comunidade. Essa seria a chance da UC passar a ser representada como uma aliada dos habitantes na vida cotidiana. Isso, principalmente, destacando aspectos econômicos, condição que, como vimos na representação do lugar, é muito importante, além dos aspectos relacionados ao lazer, já que este quesito também tem nota relativamente baixa (5.73).

TABELA 9 – Avaliação da Floresta Estadual do Uaimii (São Bartolomeu)

Nota de 1 a 10	Frequência de respostas	Total de respondentes
1	1	1

2	0	0
3	0	0
4	1	1
5	4	4
6	1	1
7	5	5
8	9	9
9	4	4
10	8	8
N/R		16
Nota média	7.70	
Total de entrevistados		49

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Que nota de 1 a 10 você dá para a Floresta Estadual do Uaimii*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3palavras)

Apenas 24 pessoas das 49 deram dicas para melhorar a UC e, indiretamente, melhorar a relação da gestão com os moradores do entorno. A primeira sugestão mais citada é o desenvolvimento de mais atividades com os moradores, mas essas atividades devem ser frequentes e interessantes. Poderiam ser feitos mais convites aos moradores para passeios, trilhas e atividades de lazer, obviamente que sem deixar a responsabilidade da educação ambiental. Dar ao morador a possibilidade de encontrar naquela área protegida um espaço de lazer, descanso e descontração pode ser um dos aspectos que mais contribuam para a apropriação da área da maneira como é proposta pelo IEF: como UC e não como meio de sustento. A segunda sugestão é melhorar o acesso — a qualidade da estrada é frequentemente criticada pelos moradores e também por alguns turistas que visitam a área.

A sugestão de “proporcionar contrapartida econômica” está basicamente relacionada à coleta de lenha seca, mas, como é muito citado no discurso dos moradores, o ideal é que o empreendimento — UC — tenha uma contrapartida, na forma de trabalho para uma população que tem seu pior quesito de avaliação — oportunidade de emprego. Por fim, a última sugestão, objetiva e repetida, é “permitir liberdade de acesso”. As pessoas se incomodam de terem que se identificar para adentrar a floresta e de se sentirem muito controladas pelos funcionários. Criticam a necessidade da identificação num contexto em que todos conhecem a todos. Ademais, embora não tenha sido dito, quem em São Bartolomeu fica andando de um lado para o outro com documentos? Os documentos são usados basicamente quando se vai para Ouro Preto. Dessa maneira, a unidade de conservação entra novamente como mudança dos costumes. Esse não é necessariamente um fato ruim e, muito menos

errado, a lei é aplicada, mas a norma ainda não foi incorporada aos costumes, o que deve ser feito aos poucos, a fim de evitar conflitos.

TABELA 10 – Sugestões para melhorar a Floresta Estadual do Uaimii (São Bartolomeu)

Sugestões	Frequência
Ter mais atividades/envolver mais a comunidade	7
Melhorar acesso	6
Proporcionar contrapartida econômica	2
Permitir liberdade de acesso	3
Outros	3
Não deu sugestão objetiva	3
Total de sugestões	24

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *O que poderia ser feito para melhorar sua nota?*

Respostas múltiplas e espontâneas

É interessante que a Floresta do Uaimii seja conhecida basicamente por seus habitantes do entorno imediato. Fazendo as mesmas perguntas aos moradores da Serra de Ouro Preto, observamos que a maioria deles nunca ouviram falar daquela Floresta. Embora tenham ouvido sobre os parques próximos da Serra de Ouro Preto, o reconhecimento de unidade de conservação é mínimo. O nome “parque” é a generalização para áreas protegidas e o reconhecimento permanece em relação àqueles localizados na Serra onde moram, à Estação Ecológica do Tripuí e ao Parque Estadual do Itacolomi.

Entre os 165 respondentes dos questionários, moradores da Serra de Ouro Preto, 84.4% nunca sequer ouviram falar da Floresta, sendo, assim, um dado importante para a análise de áreas protegidas. O fato de não estar no distrito-sede faz dela já um pouco desconhecida no lugar. Nesse sentido, é de fato a área protegida uma possibilidade de lazer para os moradores que estão próximos? Ou é ela criada para atender majoritariamente a um público das grandes cidades, buscando sanar sua necessidade de “fugir”?

TABELA 11 – Proximidade em relação à Floresta Estadual do Uaimii (Serra de Ouro Preto)

Opções de resposta	Morro São Sebastião	Morro da Queimada	Morro Santana/Morro São João	%	Serra de Ouro Preto total
Nunca ouviu falar	27	26	86	84.24%	139
Nunca visitou e não tem	2	1	6	5.45%	9

interesse					
Nunca visitou, mas gostaria de ir	5	2	4	6.67%	11
Já visitou uma vez	0	0	0	0%	0
Visita de vez em quando	3	0	0	1.82%	3
Visita sempre	0	1	0	0.61%	1
N/A	0	0	2	1.21%	2
Total de respondentes				100%	165

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Sobre o seu envolvimento com a Floresta Estadual do Uaimii, você...*
Resposta única

A seguir serão destacadas algumas das mudanças desencadeadas pela presença do órgão IEF, que acaba por ser o elemento de representação em si, em detrimento das áreas protegidas. APA ou Floresta são materializados em seu representante — o IEF — que muitas vezes é personificado na figura de seus gestores.

6.1.2 A Floresta e a APA: conduzindo transformações na vida cotidiana do entorno

A primeira grande mudança em São Bartolomeu, com a criação da unidade de conservação, foi abolir uma atividade que era um dos principais itens da economia de São Bartolomeu: o carvão. A maioria das pessoas tem pelo menos um familiar que dependia do carvão. Obviamente, essa é uma atividade extremamente degradante, por ser feita em larga escala e usar todo tipo de madeira, sem preocupação com o manejo.

Tudo o que era madeira servia para carvão. A não ser o jacarandá, né? Porque isso aí sempre... Porque o Jacarandá sempre foi uma madeira muito difícil de ser cortada né? Por causa da dureza e outra coisa, por causa da qualidade dela. Ela sempre ficou mais preservada, né? [...] Folha miúda, Jacaré, Salgueiro, Carvalho, Goiabeira, Peroba, tudo isso. [...] Ah, para fazer carvão, o que não é bom mesmo é só a tal de embaúba, né? Porque você deixa o forno esfriando dois dias e quando você abre o forno ainda tem fogo. [...] Então você faz o final do forno, que é a tal de barrela, na hora de abafar todo, para não ter respiração nenhuma, não entrar ar nem sair, para o fogo morrer ali dentro, e o fogo continuava. (SB12)

A implicação é que algumas pessoas mudaram de trabalho e permaneceram na região, mas outras não tendo encontrado trabalho, se mudaram em busca de novas oportunidades. As pessoas que trabalhavam com o carvão já estão mais velhas e, por isso, a resistência em relação a essa atividade é menor. Se a atividade não tivesse sido barrada, familiares daqueles que faziam carvão possivelmente continuariam a trabalhar na atividade, contudo, o desenvolver dessa história não é responsável hoje por um conflito. As pessoas observam quão prejudicial era a atividade para a paisagem e para a própria qualidade de vida do local.

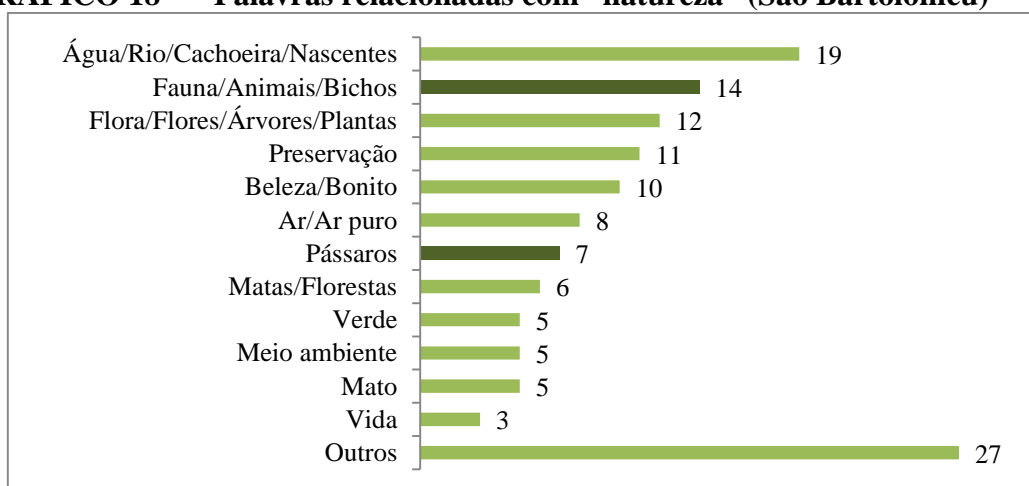
Até pouco mais de dez anos atrás, era comum em São Bartolomeu as pessoas saírem para caçar. Essa era uma prática de diversão, basicamente. E visitantes que iam a convite de pessoas que tinham casa na localidade também o faziam. Com a lei dos crimes ambientais, lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, ficou proibida a caça. Não necessariamente a proibição por lei representou o limite efetivamente imposto na localidade. Com a chegada da UC é que a proibição legal tornou-se limite efetivo.

A proibição da caça foi algo quase não falado. Nos poucos casos, quando mencionado, tendia-se ao elogio dessa prática de preservação. Nesse sentido, a negação “não matar” (proibição/limite) é bastante aceita na comunidade. Matar animais, ir contra o direito dos animais parece algo mais palpável, uma causa justa. O reconhecimento de justiça com os animais é percebido também na evocação de palavras, o que pode ser um sinal de comunicação em educação ambiental.

Não, o que atrapalhou a vida do morador a não ser a lenha, que eu saiba, não. Aliás, o IEF foi até bom, né? Eu não falei no princípio aí da entrevista, que é bom o IEF ter vindo para cá? O negócio de caçar, esses trem assim, acabou tudo. (SB12)

Focar em cadeia alimentar e na relação entre animais e *habitat* pode ser um meio eficaz para falar em educação ambiental. Dos 49 respondentes, 21 evocaram alguma palavra relacionada à fauna: fauna, animais, bichos e pássaros. Dentro dessa categoria, separou-se os pássaros, pois por terem sido evocados sete vezes, e recorrendo às observações, os pássaros são hoje bastante percebidos no cotidiano de São Bartolomeu: soltos. Até mesmo em algumas gravações o canto deles está presente.

GRÁFICO 18³⁰ – Palavras relacionadas com “natureza” (São Bartolomeu)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “Natureza”?*

³⁰ O Gráfico 18 é utilizado aqui apenas para ilustração relativa ao reconhecimento da importância da proteção aos animais. Mais adiante esse mesmo gráfico será apresentado acompanhado de uma análise mais detalhada.

Respostas múltiplas e espontâneas (até 3palavras)

O uso do fogão a lenha era uma necessidade em São Bartolomeu há alguns anos, seja pelo preço do gás, pela dificuldade de transporte e até pelo preço do fogão a gás, a maioria das pessoas tinha esse tipo de fogão para as tarefas da cozinha. Em algumas poucas casas, o fogão contribuía no aquecimento da água para o banho, por serpentina. Hoje o fogão a lenha é utilizado apenas como necessidade de reduzir os custos apenas em algumas casas. Em algumas residências, embora tenham também o fogão a gás,³¹ as mulheres dizem que para muito do que é o hábito da cozinha, o fogão a lenha é que responde às necessidades: o cozimento do feijão, o cozimento das carnes, o bambá de couve, a água para o banho, a broa de panela, dentre outras várias coisas.

Em outros casos, famílias mais novas, para as quais o fogão a lenha remete à casa dos pais, ele é uma referência ao sabor do passado. Contudo, o mais interessante é que, implícita ou explicitamente, o fogão a lenha é também uma prática de resistência. Em algumas casas novas, o fogão a lenha foi colocado ou pretende ser colocado como uma crítica, como uma resistência à maneira da proteção e também como uma resistência identitária:

Eu ainda vou fazer uma cozinha de fogão a lenha e eu vou pegar minhas lenhas. Pois a gente mora na roça, você quer um fogão a lenha, não é? A comida da minha mãe era tão gostosa que a gente comia a vida inteira, tudo cozinhava em fogão a lenha. Aiii tão bom! [...] Por estarem tirando a lenha, porque eu acho que foi o que mais revoltou a população de São Bartolomeu foi isso, né? Porque todo mundo tinha fogão de lenha, hoje em dia são poucas casas que têm. Se tem também, quase não usa. Eu mesma ia fazer, mas eu falei com o marido, com essa dificuldade de lenha, para que? (SB04)

Nesse excerto, observamos que, inicialmente, a entrevistada fala que ainda terá um fogão a lenha e essa fala é em tom de ameaça, demonstrando resistência. Não necessariamente suas práticas da cozinha dependem desse aparato, sua mãe recorria ao fogão a lenha, mas ela optou pela praticidade do fogão a gás desde o início do seu casamento. Nesse sentido, observamos um caminho que é uma tendência no Brasil, a substituição do fogão rústico pelo moderno e mais fácil de limpar. Mas como implicitamente o fogão a lenha passa a ser proibido no lugar, as pessoas sentem o incômodo da proibição e, ameaçados, fortalecem ou revivem uma identidade. Um tempo depois na conversa, ainda falando sobre a dificuldade de se conseguir lenha, relata que seu marido até se propôs a fazer um fogão a lenha, mas que ela optou por deixar para depois, já que a dificuldade era muita, não valeria o esforço.

³¹ O fogão a gás vem sendo cada vez mais utilizado no Brasil. O fogão a lenha tem perdido espaço porque “empreta” as panelas, é difícil de limpar, é difícil de acender e é complicado obter lenha.

Assim, a lenha permanece sendo um dos pontos mais críticos. Ao longo desses quase nove anos de implementação da Floresta Estadual do Uaimii, essa problemática permanece sendo a mais citada. E, em tempos de modernidade na cozinha, há quem duvide da veracidade dos sentimentos quanto ao uso do fogão a lenha. Seria só uma questão de economia? De sabor? Ou de resistência a uma maneira de desterritorialização simbólica?

Eu faço no fogão a gás, eu gosto de fazer merenda, de fazer um leite, coar um café, um trem assim. Não gosto de ficar sem ele. Mas e outros também, no dia que a turma reúne, as panelas são meio educada, sabe? [risos] Aí fica... É difícil... Aí eu já não posso fazer panela pequena. O gás vale assim, igual, está aí, panelinha pequena. Mas muita gente? Não tem jeito, ué, conforme a hora, ela toma o fogão todo. Então eu já gosto do fogão de lenha. (SB14)

Em um estudo na França, Giard (2003) fala sobre a ritualização e a importância do espaço na cozinha para a mulher, no caso a partir de uma pesquisa realizada dentro de um contexto cultural. Trazer a análise da autora para contribuir neste trabalho merece uma ponderação:

Com seu alto grau de ritualização e seu considerável investimento afetivo, as atividades culinárias são para grande parte das mulheres de todas as idades um lugar de felicidade, de prazer e de invenção. São coisas da vida que exigem tanta inteligência, imaginação e memória quanto as atividades tradicionalmente tidas como mais elevadas, como a música ou a arte de tecer. (GIARD, 2003, p. 212)

Sem dados para confirmar a questão da felicidade e do prazer da invenção sentidos pela mulher na cozinha em São Bartolomeu, voltemo-nos para uma discussão do ritual e da relação entre a comida e a mineiridade. A atividade do nutrir é de fato bastante ritualística também em São Bartolomeu, e uma mescla de passado e presente. Nesse sentido, o fogão a lenha dificilmente será completamente abolido, sendo influenciador de vários aspectos na arte da cozinha. Além disso, outro elemento é apresentado no excerto de SB14, o “cozinhar para”. A arte de nutrir geralmente está associada à convivência no comer e para uma cultura mineira, em que o fogão a lenha é usado para o cozimento de alimentos em grande quantidade, também pela característica das famílias que ainda têm o padrão numeroso, no caso da zona rural. Essa temática corrobora a observação de Abdala (2007) que foi uma das justificativas para sua pesquisa sobre a cozinha e a imagem do mineiro. Para a autora:

A observação dos rituais relativos à farta exposição e oferta de pratos por ocasião de festas, visitas, assim como nos momentos mais corriqueiros do cotidiano, nos entusiasmou no sentido de refletir sobre a cozinha como espaço privilegiado de convívio e relações sociais. (ABDALA, 2007, p. 24)

Nesse sentido a cozinha aparece como um elemento definidor da identidade e justificativa para práticas de resistência à proibição da lenha, que neste caso aparece como um elemento identitário da mineiridade e da ruralidade.

Cozinhar no gás na roça? Não tem jeito não, uai. (SB12)

A lenha e o fogão passam a configurar uma identidade também das pessoas com um hábito de vida e com um lugar, baseado na memória das famílias. É por isso que, embora muitos tenham entendido o porquê de não usar a lenha da Floresta, não consigam compreender a proibição de um mínimo de uso da madeira seca. Mesmo pessoas que auxiliaram o IEF, e participaram ou participam da instituição, têm dúvidas quanto à necessidade da proibição total, tal como hoje é feita.

Nossa! As reuniões então que o IEF faz aqui, como que fica aquela polêmica, né? Porque eu acho que a lenha seca... eu sei que ela tudo... para adubar a terra, mas eu acho que tinha que tirar uma parte dela um pouco. (SB26)

Para poucas pessoas a lenha não é um problema, seja porque compram, seja porque buscam em outros locais. Em pesquisa anterior, foi identificada uma crise que dizia respeito à vigilância frequente que proibia as pessoas até de transitarem com lenha. Mesmo que não tivesse sido tirada na Floresta, as pessoas encontradas portando lenha eram barradas e avisadas. Nestes últimos dois anos, entretanto, isso parece não ter ocorrido, o que configura um avanço na relação entre instituição protetora do meio ambiente e moradores do distrito.

A lenha também é muito utilizada para a fabricação do doce, o qual, inclusive, foi registrado como patrimônio imaterial, tema que será especificado mais adiante. A lenha não era usada somente no âmbito da cozinha do cotidiano, mas também para o feitiço do doce, um dos elementos da economia que precariamente, por diversas razões, sobrevive.

Saindo da cozinha, a madeira teve o uso intensificado na década de 1990 e se estendeu até o século XXI. Como nos mostra SB18, pessoa bastante crítica, retirar a madeira para comercialização da candeia era o furor econômico do início do século XXI em São Bartolomeu. Era um recurso fácil para todos. Agora ficou mais difícil ganhar dinheiro, ainda mais com essas proibições de catação de lenha e de retirada de candeia, o que não quer dizer impossível. Só que para fazê-lo, é necessário esforço e o que a entrevistada critica é que estariam todos aguardando que as coisas lhes fossem entregues de mão beijada. SB18 critica, ainda, a passividade e a falta de criatividade da população. É certo que não se pode continuar numa posição completamente paternalista, mas propor alternativas pode ser uma forma de compensação econômica válida.

É, o IEF existe há sete anos [em São Bartolomeu] e eu tenho nove anos de casada. Quando eu cheguei aqui, eu achava que minha casa ia cair, porque passava caminhões... todo mundo aqui ganhava muito dinheiro cortando candeia ilegal. A gente morava aqui. Inclusive, até eu no dia peguei a Kombi e falei: “todo mundo está ganhando dinheiro” vou lá também. Aí nós cortamos umas candeias lá, pusemos na Kombi e carregamos para cá para a gente vender também. Mas só uma vez. Aí

depois, aí chegou o IEF aí, quando chegou, foi todo mundo a maior rixa né? Por causa das pessoas, falam que não podem tirar lenha, não é nada disso, todo mundo pode tirar sua lenha, um pouquinho de lenha não faz ninguém ser denunciado, fala que o IEF veio aqui e proibiu tudo. As pessoas quiseram mostrar que faz parte ter no lugar uma área de preservação, aquela coisa toda, né? Mas quem tem seu terreno e coisa... é tanto que a gente tem até uma lenha doada pela Gerdau e as pessoas não têm nem o interesse de arrumar um caminhão para buscar a lenha. Quer tudo de braços cruzados, que a prefeitura arrume, falta só pôr no forno, né? (SB18)

A unidade de conservação foi implementada em um momento oportuno. Depois de tantos problemas de corte de candeia, da saída de caminhões de madeira, caso o IEF não tivesse chegado em tempo, possivelmente a Floresta não estaria como está hoje, já bastante protegida. Contudo, passado o período crítico, o ideal, a fim de estabelecer uma parceria com a comunidade do entorno, é trabalhar o manejo e considerar a aplicação da norma ao cotidiano da região. A catação de lenha seca para a cozinha do cotidiano pode ser um tema repensado e melhorar a agilidade nos processos de avaliação de licença para corte, no caso da APA.

Um das questões que muito incomoda é o fato de, na propriedade privada, os proprietários não terem de fato domínio sobre os bens naturais ali existentes. Ter que pedir permissão ao IEF seria contraditório do ponto de vista de muitas pessoas. SB23 não tem nenhuma área rural, sendo assim, incorpora um discurso que na verdade é de outro grupo. Toma para si uma posição de embate que representa a solidariedade, compartilha uma identidade de morador de São Bartolomeu. Assim, faz uma crítica aos movimentos de desterritorialização.

É questão assim, se você tem um mato, se tem uma lenha, assim, uma árvore caída lá, o mato é seu, você paga imposto, você não pode tirar aquela lenha que está caída. Que que é isso? (SB23)

Um proprietário de sítio faz a mesma crítica. Entende a proibição na área da Floresta mas não se satisfaz com o processo exigido para autorização de uso da madeira em sua propriedade. Este enunciatador fala no *topos* do doceiro, que precisa de lenha para elaboração de seu produto, ademais do uso na cozinha do cotidiano. Nos terrenos particulares ter que pedir autorização ao IEF para o uso de madeira seca para lenha lhe parece um absurdo, mas aí ponderamos sua fala e questionamos até onde vai a ética do sujeito de usar de fato a lenha seca? Toda a família desenvolveu a prática de usar os horários de não trabalho dos funcionários do IEF para a catação da madeira. Entendendo que não há nada de errado em fazê-lo e que a burocracia do pedido é o que mais incomoda, além do fato de perceber a diminuição de seu poder sobre o território, algumas pessoas assumem que subvertem a ordem

burocrática da preservação, embora se sintam como pessoas que contribuem para a conservação da natureza.

Tem um povo lá que passa dificuldade. Por causa disso daí. Eu mesmo, ultimamente, que a gente tem uma mata que sempre tirava lenha lá. Agora para tirar lenha lá está complicado. Mas sempre evitando, né? Tem que ser sempre horário que não passa carro do IEF, por causa disso. Porque fazia, mexia com doce de goiaba, aí complicou porque não tinha lenha suficiente para a gente fazer goiabada. [...] Mas eu nunca fui lá pedir autorização, porque você vai complicar mais ainda, vai complicar porque eles vão te enrolar, você não vai poder tirar lenha... (SB17)

Por causa dessa dificuldade, o esvaziamento do campo tem acontecido, o que é um agravante que também deve ser considerado. Com as áreas protegidas e a falta de perspectiva de muitos que atuavam na região, que não encontram uma saída produtiva e interessante para a terra, seja porque não têm recursos para investimento, seja porque não detêm conhecimento sobre atividades prósperas na área, ocorre a migração:

Se você tem uma candeia no seu terreno, igual meu pai tem uma candeia no terreno dele, que é registrado e tal, você não pode tirar a candeia para você fazer um... uma cerca ali. Para você tirar, você tem que ir ali, pedir licença para... acaba ficando caro, onde você tem que comprar. Onde que o pessoal está desistindo de roça e indo para a cidade. Está achando que vai melhorar... Está acontecendo isso. Meu pai mesmo já vendeu uma parte da terra e já colocou duas partes pra vender. Que ele falou, “ah, não compensa mais não”. (SB17)

Outra influência na vida das pessoas do lugar diz respeito à construção e à reforma das casas, principalmente daquelas tombadas pelo patrimônio histórico. Antes era muito comum as pessoas buscarem nas matas da região madeiras para a construção e reforma de suas casas. Com a proibição do corte, ficam tolhidas de fazê-lo e têm que comprar, o que acaba saindo muito caro, motivo pelo qual algumas casas muito antigas estão em mau estado de conservação.

Para uma das entrevistadas, valorizar os usos dos bens ambientais pode ser um caminho para o fortalecimento do compromisso das pessoas para com a proteção ambiental. Acrescentando à posição dela, podemos observar que, na evocação das palavras, vários termos se relacionam à linguagem da educação ambiental. Se consideramos apenas a evocação das palavras, tenderíamos a dizer que a “preservação ambiental” seria representada como a proteção, como a salvaguarda dos bens e não necessariamente com o aspecto da proteção ambiental que se relaciona diretamente com o cotidiano dos entrevistados. Já nas entrevistas, as representações estão mais próximas da crítica aos métodos de preservação e da preservação como noção de privação.³² Essas duas abordagens, tão distintas para um único

³² De fato, se consideramos o termo preservação a representação corresponde ao conceito. Embora tenhamos usado a expressão “preservação ambiental” para o trabalho de evocação, o fizemos por ser o termo

estudo em representações sociais feito ao mesmo tempo, indicam para um caminho de transformação das representações. As pessoas começam a incorporar um discurso, mas não o praticam. Talvez o que esteja acontecendo é que o discurso não é o que está no cotidiano dessas pessoas. Aproximar a noção de preservação da vida cotidiana, mostrando onde essa prática supre as necessidades dos homens: de abastecimento de água, qualidade do ar e outros bens ambientais, pode ser um caminho muito mais eficiente.

Um exemplo citado por SB21 é que se a noção de proteção ambiental estivesse na prática associada aos usos dos bens ambientais, exemplo do patrimônio material, a noção de proteção tocaria positivamente o cotidiano dessas pessoas que facilmente passariam a ser aliadas das UCs. A grande problemática é a dosagem, do que é uso cotidiano e do que é uso lucrativo e chegar a tocar as discussões do que seria justo ou não.

A mesma coisa com meio ambiente. A pessoa tem que sentir o valor dentro dela! Pra dar valor. E é o pessoal mais pobre, e construção dentro de patrimônio é mais caro. Tem que usar madeira, tudo mais caro! [...] Então, essas coisas tinha que ter! “vamos fazer construção de casa? Vamos na mata tirar madeira de lei?” são essas coisas que eu discordo. Eu acho que não altera nada na natureza, você usar a madeira pra construir a sua casa. Altera o desmatamento, se você vender. Então não altera nada você pegar pra construir um móvel pra sua casa. (SB21)

Se uma representação social do meio ambiente é a apropriação e transformação dos bens ambientais para necessidades básicas, como a alimentação e a moradia, por exemplo, por que a noção da conservação não permeia essa concepção? É possível que uma revolução na noção de unidades de conservação, que traga efetivamente a importância da relação entre homem e meio ambiente, fortaleça os projetos de unidades de conservação no Brasil. Claramente o caminho do equilíbrio é o mais difícil, mas, pode ser o modelo que venha a ter êxito.

Sabemos que o que estava acontecendo em São Bartolomeu era o uso da madeira para fins comerciais e para atender a siderúrgicas e grandes empresas. Todavia, justificado pelo uso indevido e desmatamento tal como ocorria, as UCs, APA e Floresta, sintetizados na presença do IEF, acabaram por interferir também na vida dos habitantes. É precisamente essa problemática que, no estágio atual da UC, deve ser considerada para discussão e amadurecimento de um projeto importante — o das áreas protegidas no Brasil e a relação com o entorno.

Por exemplo, assim, igual, é bom, que eu acho que tem que preservar mesmo, né? Num certo ponto atrapalha, vamos supor, igual eu, eu queria pôr um telhado aqui na minha casa, se fosse permitido tirar uma madeira, que eu acho que seria para fazer

mais utilizado no distrito, mas estamos falando de uma unidade de conservação de uso sustentável, que indicaria a noção de conservação, em detrimento da noção de preservação.

isso, né? Para mim seria mais fácil do que comprar, porque eu não tenho dinheiro para estar comprando para fazer, então, assim, há uns anos atrás as pessoas doavam, né? As madeiras, a pessoa ia e tirava, quem era dono. E hoje em dia não pode. Então eu acho que tem que ter um balanceamento. [...] Isso, é igual, assim, ninguém vai desmatar. É só mesmo para uso, né? Para estar fazendo o que a pessoa necessita, porque tem que preservar também, mas tem que liberar alguma coisa, né? Para as pessoas também sobreviverem. Porque tem gente que tem dinheiro, tem outros que não têm. (SB04)

Ainda que pouco citado e, algumas vezes, até criticado, o IEF teria trazido alguns aspectos positivos para a cotidianidade de São Bartolomeu. Um ponto não consensual, mas citado por alguns foi que o IEF trouxe empregos. Ainda que para poucas pessoas e de baixa remuneração, o fato de se ter empregados do local responderia a uma das contrapartidas da instalação de uma UC.

Eu acredito que sim, porque querendo ou não, o IEF trouxe emprego, para muita gente que não tinha, o IEF trouxe emprego. [...] Isso, igual, duas pessoas daqui de cima trabalharam no IEF, além da [nome de funcionária]. Isso com certeza modificou a vida deles, porque querendo ou não, tem o salário no fim do mês. E a gente não pode ser hipócrita, é claro que melhorou a vida deles. Igual a [ex funcionária] trabalhou lá, ela era jovem, teve oportunidade. (SB10)

Outro aspecto positivo está relacionado ao resultado estético da proteção da mata. Mesmo que pouco citado nas entrevistas gravadas, durante a aplicação dos questionários, esse foi um ponto comentado por várias pessoas que identificavam fragmentos da paisagem que estão completamente arborizados e que já estiveram quase pelados no passado.

A posição dos mais velhos mudou muito ao longo desses anos de contato com a região. Como pesquisadora, entretanto, há algumas posições que ainda chamam a atenção, no que tange à aceitação de um processo de proteção ambiental e seus resultados visíveis aos sujeitos:

Outro dia eu vi uma, de uma pessoa mais velha dizendo assim “que nascente é muita água, depois que parou de cortar árvore, que está deixando a nascente com pouca água, as árvores estão bebendo a água da nascente toda”. (SB21)

Há uma associação entre a chegada do IEF para proteção das matas e a diminuição do fluxo de água na região. Essa associação às vezes é feita com a explicação de que com muitas árvores, haveria mais consumo de água. Essa análise também é feita por moradores do Morro São Sebastião e do Morro Santana e sobre o tema falaremos mais adiante. Essa fala sobre a diminuição da água, contradizendo os preceitos da proteção ambiental, pouco aparece e quando acontece emerge de pessoas mais velhas. Mudar esse discurso é imprescindível, mas, para tanto, é necessário socializar determinados conhecimentos e métodos de se ler a paisagem. Uma vez que o sujeito está acostumado a interpretar a paisagem de uma forma: sem árvores, água corre mais rápido, infiltra menos no solo, vê-se um volume de água

considerável. Quando a mata ciliar e a mata do entorno se revigora, é possível que se veja menos água, mas o fato de que ela percola o solo não é considerado por quem não está acostumado a essa leitura.

A seguir falaremos sobre como a população e os próprios funcionários vivenciam a gestão da Floresta Estadual do Uaimií.

6.1.3 Gestão da Floresta Estadual do Uaimií

Quanto às posições em relação à gestão, estas variam bastante de sujeito para sujeito. Embora quem esteja na gestão da UC não perceba conflitos atualmente, dizendo que a UC já teria superado esse período característico de implementação, não é exatamente isso que observamos do outro lado, do lado da vida cotidiana do morador e até mesmo de alguns funcionários no trabalho.

O IEF é entendido na região como um interventor na vida dos moradores que habitam os arredores da Floresta Estadual do Uaimií. A crítica que fazem à instituição se refere ao fato de ela ter tolhido a ação de vários dos moradores. Nesse sentido, o que os moradores esperam é que uma contrapartida lhes seja oferecida. No entanto, o que ocorre é que houve um afastamento nos últimos dois anos do IEF. Enquanto antes a presença do órgão era muito marcada pela circulação de carros e presença na escola, por meio da sala verde, atualmente a sala fica em Cachoeira do Campo e pouco se vê o movimento dos funcionários.

Frequentemente a gestão da Floresta Estadual do Uaimií é criticada. Muitas vezes, os habitantes rompem com algo que observamos na maioria das vezes quando o assunto é unidade de conservação. Enquanto na maioria dos lugares observamos que as pessoas associam a qualquer unidade de conservação o nome **parque**, em São Bartolomeu esse fenômeno não é generalizado. Até acontece, mas muito raramente, pois as pessoas manifestaram-se contrárias à criação de um parque, mas não rejeitaram a criação de uma Floresta Estadual, embora a tenham aceitado com dificuldades. A aceitação de uma e não da outra categoria se justificaria com base nas possibilidades de desenvolvimento sustentável. Assim, as pessoas criticam a gestão dessa unidade, dizendo que se trata atualmente a unidade como se fosse parque, sendo que é Floresta.

Um tema problemático na gestão, por parte dos moradores que fazem a crítica e da gestão que tem dificuldade em controlar algo necessário no âmbito da UC, é o da presença e trânsito de animais. Os moradores criticam a proibição do trânsito de animais em uma estrada

que historicamente era usada para o trânsito, de São Bartolomeu a Capanema. Novamente o confronto entre espaço público e uso privado emerge no discurso.

E teve uma época que eles não queriam nem que passasse com cavalo, com burro na estrada aí. A estrada é pública, não é não? O IEF manda na estrada? É ruim hein! Eu não enfio nessas coisas, no meio não, porque para mim não dá. (SB04)

De outro lado, há pessoas que compreendem que a maneira como essa proibição é colocada pela gestão da UC é apenas uma resposta a uma ordem de um chefe. Não acatá-la geraria um problema para a gestão. Seria o caso repensar a lógica da instituição? Sabemos que modelos são bastante difíceis de serem aplicados, uma regra geral para um Estado da dimensão de Minas Gerais dificilmente será aplicada de maneira devida e minimamente justa. Todavia tampouco poderíamos sinalizar para a busca da completa falta de padronização, o que destruiria a ideia de uma categoria de proteção ambiental. Repensar o modelo e a flexibilização pode ser um caminho para um diálogo mais rico na construção de uma nova maneira de proteção ambiental, que, inclusive, iria ao encontro de uma autonomia desejada pela gestão e de mais envolvimento com as comunidades do entorno.

Embora muito mais difícil, uma gestão de UC com as características que se configuram naquele território deve englobar a população, suficientemente esclarecida e com potencial de engajamento. Por meio das falas dos moradores, observamos que a população almeja uma compensação econômica para o estabelecimento da unidade de conservação. Caso os moradores tenham oportunidade de participar ativamente do processo, logrando resultados, as pessoas alcançariam sua principal demanda e, com isso, haveria maior chance de legitimação de uma gestão na UC.

A gestão de unidades de conservação, segundo os entrevistados, deve estar atenta ao relacionamento interpessoal, visando negociações. É preciso que a gestão seja firme, mas que os envolvidos tenham tato ao trabalhar questões complexas e que consiga de fato envolver as pessoas no projeto da unidade.

Outra crítica dos habitantes em relação à gestão se refere à ausência da gestão da Floresta no entorno da unidade, ou seja, nas comunidades vizinhas à Floresta. Essa crítica é frequentemente feita pelos habitantes de São Bartolomeu, que veem uma incoerência no que tange a essa postura. No início o IEF estava muito mais presente e com uma postura muito rígida, o que fazia com que os habitantes ora o temessem ora o enfrentassem. A postura inicial do IEF desencadeou um conflito aparente, enquanto a súbita ausência do órgão tem conduzido à invisibilidade do conflito que já se havia entabulado, conquanto estabelecesse uma nova dinâmica de conflito, dado pelo afastamento do escritório do órgão.

O afastamento do órgão de São Bartolomeu é justificado, basicamente, de duas formas. A primeira é de fato afastar-se para não ter que enfrentar a rejeição e ter apenas como contatos os funcionários da Floresta que vivem no lugar; e, de outro lado, uma justificativa pragmática: teria saído dali, porque a logística em São Bartolomeu seria bem pior do que na outra entrada da unidade.

Para a gestão, o motivo da saída foi, basicamente, as necessidades de comunicação que não eram atendidas. Serviços como internet, telefone fixo e celular eram precários ou não existiam, mas eram de suma importância para o trabalho da gestão da UC. E se de um lado moradores e funcionários encaram esse afastamento de maneira negativa, a gestão o encara de maneira positiva, como a possibilidade de diminuição de conflitos.

Eu acho que teve [implicação] positiva. [...] Porque, você quando você está muito perto você... é mais fácil de ter conflitos. (Codificação retirada)

Quanto ao Plano de Manejo, é possível observar uma conversa entre dois entrevistados. Um deles se mostra completamente descrente, pelo fato de até hoje não saber dos resultados do trabalho. SB26 é menos crítica e pondera, apesar, de não saber o que tem acontecido, relata sua participação em reunião anterior:

Que Plano de Manejo? Isso não existe não! (SB19)

[A última reunião que participou] foi esse negócio de divisão de manejo mesmo, foi há muito tempo. Uns cinco anos né? E eles não deram a resposta não. E depois teve uma outra reunião desse... (SB26)

Isso aí é uma palhaçada para... tentar... assim, enganar as pessoas que vão fazer alguma coisa...(SB19)

Os moradores de São Bartolomeu têm opinião formada sobre a atuação do IEF e discutem aspectos tanto positivos como negativos de sua atuação na região. São também politizados e querem que as opiniões sejam consideradas nas discussões. Um exemplo é que, como veremos mais adiante, o conselho consultivo acaba sendo criticado pelos moradores, por não funcionar como seria esperado.

Outra crítica em relação à gestão da UC diz respeito aos empregados que são de São Bartolomeu. Uma prática que, *a priori*, contentaria várias pessoas do lugar, acaba por ser criticada. As críticas têm três motivações, sendo as duas primeiras as mais repetidas. A primeira é que esses funcionários, que hoje estão na Floresta, seriam os que mais teriam prejudicado a área com práticas incoerentes com o que se conhece como proteção ambiental. A segunda é que os funcionários não estariam preparados para trabalhar com pessoas, não estariam preparados inclusive para o poder que lhes foi conferido, abusando às vezes. A

terceira evidencia que os funcionários estariam ali apenas para ganhar dinheiro sem, verdadeiramente, identificarem-se com o trabalho e com a causa da proteção ambiental.

A primeira motivação de críticas é facilmente combatida e diz respeito à outra crítica às UCs: fazer com que pessoas que antes dependiam da lenha ou do carvão, por exemplo, passem a trabalhar na preservação é uma forma de contrapartida, é uma forma de dar-lhes alternativa econômica para a sobrevivência. Pelo menos teoricamente, já que mais adiante falaremos da precarização do trabalho.

Lá era muito criticado antes, que... “ah, o IEF está contratando gente que era candeeiro antes”, eles falavam, mas isso não é, necessariamente, um erro, isso é estar dando opção para quem... É porque, na verdade, essa história dessa esperança, de que o IEF ia levar o desenvolvimento para lá. (E03)

Os funcionários devem passar por constantes treinamentos, a fim de que se tenha um reconhecimento de sua competência e de forma que eles alcancem legitimidade na prática do trabalho.

É, não tem condições nenhuma, entendeu? Acho que a pessoa tem que ser... do IEF, um pouco mais preparada, espiritualmente, com mais respeito e... aí anda dando muito problema com essas pessoas porque o nível... ignorante, parece que não assiste nem televisão, não vê qual é o sentido da coisa. (SB09)

Ter-se como funcionários de unidades de conservação, moradores dos arredores é uma ideia que sempre é apresentada em trabalhos acadêmicos. No entanto, não consideramos muitas vezes qual é o tipo de trabalho, qual o nível de maturidade dos funcionários e qual a possibilidade de conferir autonomia a esse grupo, como multiplicadores de uma ideia de proteção ambiental. O caso da Floresta do Uaimii apresenta um corpo de funcionários que é do lugar. Estes, entretanto, são terceirizados, não mantendo vínculo direto com o IEF, mas com empresas que acabam por precarizar o trabalho desses sujeitos que recebem baixos salários. Eles podem ser tecnicamente treinados com suficiência, mas não estão preparados para uma atuação de forma madura. A ponte entre o órgão e a comunidade não pode ser feita por esses funcionários que, em sua maioria, ao trabalharem na unidade, incorporam o papel do punidor, algumas vezes indevidamente, e muitas vezes se esquecem dos seus pares, além de acabarem usando do equipamento da unidade para diferenciação social.

A ausência do IEF na localidade suscita o conflito sobre a maneira como se deu o afastamento desse instituto, creditado ao mau relacionamento entre IEF e população local. A própria noção de preservação restringe-se, desse modo, ao breve legado do IEF. Nesse sentido, a preservação fica reduzida à experiência vivida, a representação da preservação é

assim ancorada no cotidiano dos sujeitos e objetivá-la é expressar o discurso incorporado desse órgão no que tange à preservação — atuação do IEF e restrições.

Não gostam muito do povo de São Bartolomeu. Eu sinto isso, isso é pessoal meu. Tinha uma época que o pessoal vinha trabalhar aqui com um raminho de arruda na orelha! [...] Aí depois foram e distanciaram. Aí distanciaram, a postura distante, uma postura muito fechada, se eles pudessem fechar a Floresta, eles fechavam. (SB21)

A presença constante acompanhada de fiscalização acirrada e abordagem que muitas vezes desagradava o habitante, fez com que a resistência fosse muito intensa quando da realização da primeira pesquisa em 2008 e 2009. Inclusive, nos primeiros campos de 2011, com os ânimos das pessoas mais calmos em relação ao tema, cheguei a pensar que todo aquele conflito havia se dissipado. Na verdade, ele permanece em latência e as práticas cotidianas pouco direcionam para ele, porque o contato com a materialidade do IEF não se dá no cotidiano mais. A ausência de um escritório do IEF no local fez com que os discursos ficassem mais brandos, mas não por isso inexistentes.

Recentemente, houve um evento que influenciou na avaliação da gestão da UC, diante da finalização de um contrato da Floresta do Uaimii com uma prestadora de serviço que tinha como contratados alguns moradores de São Bartolomeu e de alguns subdistritos. O clima em São Bartolomeu, com essa notícia, não era muito bom. De um lado havia a crítica ao IEF, que sequer conseguiria manter a unidade. Esse tipo de crítica vinha daqueles que criticam a unidade pela proibição considerada infundada de se catar a lenha seca. De outro lado, observava-se o temor de funcionários que estavam sob aviso prévio para demissão. Esse temor certamente está relacionado com a renda, mas também com o trabalho que vinham fazendo. A ausência dos funcionários representaria um rompimento do caminho que haviam traçado, o que seria muito ruim. Segundo um dos funcionários, se isso acontecesse, perderia-se um trabalho que estava começando a ter resultados. Todavia, quando o funcionário diz que isso se daria por romper um trabalho de conscientização, o que observamos é simplesmente a possível inexistência de um poder coercitivo. Caso esse trabalho de “conscientização” tivesse de fato sido feito, uma interrupção nas atividades não representaria uma ameaça à unidade, mas um período em que as práticas seriam autônomas.

Todos os funcionários foram mandados embora. Cumpriu o aviso até hoje. Aí conseguimos outra firma. Amanhã a gente volta. [...] É tão difícil para as pessoas conscientizarem, quando consegue, para tudo? Aí volta tudo ao normal. (SB15)

Outro ponto que mostra o conflito entre moradores e a instituição é a rechaça que os pais têm em relação à parceria da escola com o IEF, mesmo que a instituição não seja responsável pelas práticas de educação ambiental recentes, porque, na verdade, pouco tem

atuado nesse sentido. A associação de atividades educativas a atividades ambientais, sendo representadas como resultado da inserção do IEF e sendo essas práticas criticadas, mostra como muitos adultos percebem a instituição.

Eles não gostam do IEF, não gostam mesmo. Na reunião de pais que eu tive uma vez na escola, porque a gente trabalha o meio ambiente demais na escola. Aí o pai questionou, porque eu fiz uma reunião falando que o IEF era parceiro, e tudo, aí o pai questionou, falando que a escola não deveria ficar visitando nascente, fazendo isso, fazendo aquilo. Aí eu falei, a gente está dentro de uma região de APA, São Bartolomeu é tombado, a gente tem obrigação de trabalhar o patrimônio natural, cultural e histórico aqui da região. E isso está dentro da grade curricular, né? [...] Porque eles têm resistência, eles acham que não têm que fazer essas coisas, tem muita resistência ainda com o IEF. Mas o IEF criou resistência à comunidade também. Hoje o IEF não envolve, nessa gerência atual. (SB21)

De outra perspectiva ainda, não haveria conflitos explícitos na gestão da UC, uma vez que não haveria contato verbal direto. Segundo representante da floresta, uma medida tomada para “evitar o conflito” foi ter cercado uma área. Assim, haveria respeito ao limite proposto, sem haver necessariamente uma discussão.

Você tem que tomar posse do que você tem que tomar e organizar, né? Não digo assim... A simples cerca que eu fiz ali já... Entendeu? As pessoas já começaram a perceber. Não precisou eu chegar: “não entra aqui não”, entendeu? Eu fiz uma cerca. Né? O gado entrava e tudo. Então a cerca já... (Codificação retirada)

Todavia, temos que levar em consideração que um (re)desenho na paisagem, ou a colocação de uma cerca, traz um discurso sob outro signo (a materialidade da cerca diz da proibição). Os conflitos ficam ocultos, mas existem.

Considerando as respostas dos questionários, avaliando qual a relação da comunidade com o IEF, observamos que a comunidade, de maneira geral, sabe o que é o IEF, já que apenas uma pessoa não soube dizer como era a relação. Nesse quesito não há um consenso da comunidade, há quase um equilíbrio entre as percepções positivas e negativas do relacionamento. Com isso, coadunamos a análise qualitativa, de que de fato há conflitos ainda não solucionados. E considerando-se que há muitos que estão ocultos, uma parcela daqueles que responderam que a relação é boa pode estar se referindo à diminuição dos conflitos aparentes.

TABELA 12 – Relação da comunidade de São Bartolomeu com o IEF

Opções de resposta	Respostas	%
Ótima	2	4.1%
Boa	24	49.0%
Ruim	19	38.8%

Muito ruim	3	6.1%
Não sei falar	1	2.0%
Total de respostas	49	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011
 Pergunta: *A relação da comunidade onde mora com IEF é...*
 Resposta única

Embora a maioria dos entrevistados tenha dito que a relação é boa, quando questionamos o porquê, a maioria das respostas que trazem argumentos se refere à percepção de uma relação negativa. Além disso, há uma parcela dos entrevistados que acredita que o problema está na própria comunidade, que não se abriu para receber um novo conceito e é resistente a ele.

TABELA 13 – Descrição da relação entre a comunidade e o IEF em São Bartolomeu

Categorias	Frequência	%
IEF impôs limites e proibições	13	26.5%
Opinião neutra	8	16.3%
Falta de interesse ou entendimento por parte da população	6	12.2%
IEF gerou empregos	4	8.2%
Outro motivo positivo	4	8.2%
Falta diálogo	4	8.2%
Outro motivo negativo	4	8.2%
Não justificaram	4	8.2%
Cumprir função de preservar	2	4.0%
Total	49	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011
 Pergunta: *A relação da comunidade onde mora com o IEF é... Por que?*
 Respostas múltiplas e espontâneas

Por parte dos gestores, outro entrave se apresenta no exercício: as empresas mineradoras. Estão sendo feitos estudos na região da APA, mas há empresas interessadas em fazer sondagens na própria Floresta, o que não é coerente com as características da unidade.

É, eu para você ter ideia eu tenho uma empresa que ela está meio criando caso com a gente assim por causa da floresta, porque a gente ali assim, pelas pesquisas a gente está em cima de ouro né, eu fico brincando com os meninos a gente está em cima de ouro. A empresa ela queria fazer pesquisa dentro da Floresta, então a gente... E aí a gente deu né, falando que não autorizava né, esse, esse tipo de pesquisa porque era uma unidade de conservação. (E06)

Outra situação complicada para ser gerida no âmbito da Floresta é o uso da área para trilhas de motoqueiros. Antes havia outros problemas, em 2008, na primeira etapa da pesquisa. As gaiolas³³ ainda eram questionadas e algumas vezes havia pessoas da escalada e do rapel que representavam um incômodo para gestores e funcionários. Atualmente, apenas as motos seguem sendo um entrave na gestão.

6.1.4 Turismo em São Bartolomeu e sua relação com a Floresta do Uaimií

O que motiva o turismo em São Bartolomeu? As falas são diversas sobre o tema. Às vezes os doces aparecem, noutras momentos a Floresta é um motivador, em outros a tranquilidade e ainda a Estrada Real e o patrimônio que existe no lugar, já que muitos chegam pelas estradas para a prática de atividades com carros e motos. Fato é que as pessoas não estão muito seguras dessa informação sobre qual a motivação do turista em São Bartolomeu. Em busca de quê está ele? Como ele conheceu a localidade? Provavelmente o turista está em busca de algo diferente do que ele vive, paisagens, alimentação e atividades diferentes das que têm contato no seu cotidiano.

Ah, eu nem sei se as pessoas vêm aqui para ver o mato, sabe? Eu nem posso afirmar, assim, com certeza que as pessoas... Eu acho que o lugar é atrativo mesmo pela tranquilidade. Pela segurança que aqui traz. Porque as pessoas, igual, é assim, a pessoa vem uma vez, gosta, aí aluga uma casa, ou então constrói uma casa, muita gente constrói casa aqui, de Belo Horizonte. (SB10)

Se consideramos turistas os que estão em busca do diferente da sua rotina, que são aqueles que se dispõem a percorrer a estrada de terra que conecta Ouro Preto ao distrito ou Cachoeira do Campo ao distrito, São Bartolomeu tem grande potencial para atender a esse público. Os atrativos turísticos do distrito são o justo oposto da vida na cidade, em vários dos aspectos já evidenciados anteriormente:

Apenas entrevistados que tinham alguma relação direta com a Floresta disseram que o motivador do turismo em São Bartolomeu é ela. Com isso, observamos que o morador de São Bartolomeu não vê na Floresta uma atratividade real, mas é possível observar que ele vê nela um potencial. Aliás, algumas pessoas, interessadas em trabalhar com o turismo, veem na UC um potencial para seus negócios.

Eles ficam mais na Floresta do que aqui em São Bartolomeu. [...] Tem dia da gente receber uns 400 visitantes. [...] No calor, época de calor a gente... às vezes a gente não tem tempo para almoçar... (SB15)

³³ Gaiolas são carros adaptados para trafegar em terrenos como lama e areia, são mais leves e variam quanto ao motor e à tração.

No que depender da gestão da Floresta, o turismo será bem desenvolvido na UC. Na verdade, parece que o turismo será o carro chefe dessa UC de uso sustentável. Até o momento esse foi o único projeto com possibilidade de proporcionar também desenvolvimento econômico ao lugar. No entanto, vale destacar que em parques, de proteção integral, isso também é permitido.

Em 2011 o fluxo turístico na Floresta foi muito baixo em relação a 2010, justificado pelo fato de as condições de recepção desse público estarem precárias.

Ano passado ainda não porque a gente teve alguns problemas no IEF e a gente reduziu quadro, então a gente meio que fechou a Floresta, né, assim, para visitação. Mas, ano retrasado a gente recebeu vinte e cinco mil pessoas. Então, o turismo já é forte, entendeu? Põe a proximidade de Belo Horizonte... (E06)

Para o desenvolvimento do turismo e parceria da UC nesse projeto, seria interessante um movimento centrífugo da Secretaria Municipal de Turismo de Ouro Preto. Falta muito investimento em pessoas, em infraestrutura e informação relacionada aos distritos de Ouro Preto. Embora seja um município com muitos anos de experiência na área do turismo, esta se restringe ao centro histórico e a um tipo de turismo com foco excursionista.

O próprio morador faz a crítica sobre o desenvolvimento da atividade turística no distrito. Ele critica a estrutura de atendimento ao turista, tanto no que concerne aos meios de hospedagem, como a serviços de alimentação e de passeios. Agora há divergência de opiniões no que tange à demanda do turista. Se há demanda por um serviço *standard* ou por um serviço pessoalizado e relacionado à identidade mineira. A minoria diz que o problema de São Bartolomeu é não ter um serviço padronizado e equivalente ao de outros lugares. Essa minoria acredita que os restaurantes em São Bartolomeu devem trabalhar com bufete, devem oferecer a comida que está no cotidiano do turista.

São Bartolomeu, hoje, o cara chega aqui, vai lá na rua e vai embora porque não tem... Ninguém quer vir aqui para ficar comendo bolinho não, gente. Entrar dentro de um restaurante, o restaurante parece um copo sujo lá da rodoviária. A pessoa quer vir, o turista quer vir aqui, chegar num lugar, olhar uma mesa assim, aí tem peixe, tem carne, tem frango, tem picanha, tem isso, tem batata, ah, tem isso. O menino tá lá brincando em um lugar, em um brinquedo, entendeu? Ajudar essa pessoa que quer vir fazer isso, que tem dinheiro, trazer essa pessoa para cá. Procurar, oh fulano, você quer? Lá na prefeitura tem um terreno ali, o Estado tem um terreno ali, você vai empregar tantas pessoas do município e você vai ter um desconto x, x, x para você fazer uma... Têm vários caminhos para trazer grandes empreendedores aqui. (SB07)

SB07 acredita no potencial de um serviço voltado para dar ao turista aquilo a que ele está acostumado no seu cotidiano. Possivelmente o entrevistado tenha se baseado em seus desejos, já que não é natural de São Bartolomeu e no de seus amigos. Contudo, considerando a pesquisa anterior (MURTA, 2009), as análises qualitativas e as falas da maioria dos

entrevistados, os turistas que visitam São Bartolomeu não esperam o bufete e a comida que conseguem comer nos restaurantes da capital. SB07 fala, inclusive, que a possibilidade de desenvolvimento do turismo na localidade poderia ser facilitada por meio de redução de impostos, a inserção de restaurantes já consolidados em outros locais. Essa proposta do entrevistado está relacionada ao turismo que, discutido na academia, não é desejado. Esse turismo tende a gerar renda, efetivamente, para pessoas de outros lugares e não para os moradores, é basicamente um turismo que reparte o ônus e que direciona o bônus a pequenos grupos.

As pessoas que acreditam na existência de uma demanda por uma gastronomia nada diferente do cotidiano do turista, não analisam um contexto já existente na localidade. Um dos restaurantes oferece comidas que estão longe de carregar a mineiridade. Alguns moradores, e até mesmo eu, nas minhas visitas esparsas, observamos que alguns turistas estão em busca do diferente. Ainda que mineiros, tendo-nos sido retirados do cotidiano pratos tradicionais, seja pelo teor de gordura, seja pela dificuldade de preparo, queremos, ao visitar um distrito tipicamente mineiro, encontrar opções para reviver a memória ou incitar o imaginário, ao desfrutar uma coerência gastronômico-paisagística.

Mas é pouco ainda... tem que pedir restaurantezinho...Restaurante mesmo! Assim, porque eles gostam de comida caseira, do lugar. Eles não gostam de lasanha, esse negócio, peixe, não! Eles querem comida daqui. Costelinha, coisa da região, né? Às vezes chega lá, tem um macarrão, eles não comem também. “Ah, porque você não fez um bambá?” eles gostam disso! Coisa da região, né? É um bolo, um negócio, uma mandioca frita, uma carne frita com mandioca...Essas coisas assim. (SB16)

Ao recorrer ao discurso do turista “ah, porque você não fez um bambá”, o entrevistado implicitamente mostra seu conhecimento empírico sobre o tema.

Não é verdade? [O turista] quer comer angu, frango com quiabo, eu oferecia na casa da minha sogra, a gente fez para uma TV, um pessoal que... (SB18)

Quem já trabalha de alguma forma com o turismo, sejam donos de pousada, funcionários de pousada, doceiros e donos de restaurante já identificaram esse interesse do turista pelo que é comum para os moradores, mas diferente para os turistas: o bambá de couve, a costelinha com umbigo de bananeira, carne moída com umbigo de bananeira, frango com ora-pro-nóbis, feijão tropeiro, etc.

Outra questão que precisa ser trabalhada para o desenvolvimento do turismo na localidade é a falta de oferta complementar para o turismo. Passeios, visitas a locais de mais difícil acesso, apresentação da história do lugar, etc. Por meio das pousadas, ou de divulgação externa, é possível estimular uma demanda para esses serviços. Entretanto, embora moradores

sugiram a necessidade de ter um serviço de guia de turismo na localidade, os jovens não têm o conhecimento e não são autônomos na busca dele. Os jovens em São Bartolomeu são pouco empreendedores, mas estão disponíveis para o que lhes é oferecido, tanto é que o curso de restauração está sendo feito, embora apenas um ou dois dos participantes realmente tivessem um desejo anterior à oferta de trabalhar na área.

Um curso de guia de turismo poderia ser oferecido aos moradores, não somente de São Bartolomeu, mas também de outras regiões, estimulando o turismo em várias áreas que já estão inseridas no circuito turístico, seja por meio da Secretaria de Turismo de Ouro Preto, seja por um estímulo da Estrada Real.

Pegar um mirim até 16, 17 anos e instruir eles. Montar um curso pra guia turístico. Isso que falta aqui, mais nada! [...] Quer dizer, um dia desses, anda com o pessoal e é uns 50 reais. Um menino desse aí. Anda duas horas de passeio, ir e voltar! (SB16)

Quando questionado aos jovens sobre a possibilidade, dizem que pode ser bom, mas não se mostram muito entusiasmados com a ideia, talvez por não saberem exatamente como funcionaria ou talvez por estarem, de fato, sujeitos às condições que o ambiente oferece. Foi inclusive ofertado em Ouro Preto curso para guias, mas essa informação, ou não chegou aos jovens de São Bartolomeu ou, se chegou, não lhe creditaram a devida importância.

Teve até um curso recentemente, mas nem ganhei diploma nem nada... [...] Atendimento ao turismo. Em Ouro Preto, de graça. Mas as pessoas querem de graça, mas... [...] Por causa de 2014 por causa da copa. E vai ter vários outros, vai ter até de inglês. (SB18)

Por trabalharem no IEF, alguns funcionários ficaram sabendo e foram incentivados pela gestão da Floresta a fazerem. Esse incentivo, contudo, poderia ter sido dado num âmbito mais amplo para os habitantes da região, que veem o turismo chegar e não têm participado ativamente.

Outra questão observada é a sazonalidade. O turismo em São Bartolomeu funciona durante os finais de semana. Mesmo assim, o que tenho observado é que diminuiu a ida de turistas. Em 2008, observava mais pessoas indo com mais frequência, tanto na época de frio, como de calor. Dessa queda do turismo, poucas pessoas falaram. A expectativa é de que a atividade cresça, motivo pelo qual os sujeitos seguem vendo no turismo uma oportunidade de desenvolvimento da localidade.

Deu uma parada boa. Sempre vinha, mas agora deu uma paradinha boa. Inclusive, toda semana eu alugava, 5, 6 casas. Agora está tudo fechada, não está alugando nenhuma. Está com uns 6 meses que eu aluguei uma casa aqui. (SB16)

O potencial para a atividade turística é praticamente um consenso em São Bartolomeu. Tanto pessoas que são do lugar, como sitiantes e moradores mais novos, falam sobre as

potencialidades. Entendem que é um belo lugar e mostram que as possibilidades de ter no turismo uma atividade econômica relevante para o distrito não estão distantes, desde que sejam feitas melhorias na oferta. Embora não tenham dito, seriam necessárias também melhorias na divulgação, considerando-se que na Secretaria Municipal de Turismo de Ouro Preto não existem informações sobre o distrito.

Agora, aqui tem tudo, para futuramente ser bom aqui para o turismo. Tem as cachoeiras para visitar, né? Tem... o doce. Aqui vem gente demais, né? Vem. Aqui passa muita gente por causa da Estrada Real, né? Passa muito jipeiro, muito motoqueiro, de vez em quando tem aquele negócio de *cross* ali, né? E... então fim de semana sempre vem muita gente ali no Bar do [Nome do bar]. Vem muita gente ali para nadar no rio, né? (SB26)

Já há alguns negócios que têm sua rentabilidade associada à movimentação turística, sendo os casos das pousadas, restaurantes e da sorveteria, principalmente. Mas o fluxo turístico atual não é capaz de sustentar as pessoas envolvidas na atividade, uma vez que elas dependem de atividades complementares, na maioria dos casos.

Eu não preciso nem de falar, né? Eu dependo do turista! Do turismo. Eu vendo sorvete, as pessoas têm que estar aqui para comprar na minha mão. E, por exemplo, assim, aqui não tem onde trabalhar, a gente estava até pensando em mudar, né? (Codificação Retirada)

Possibilidades de desenvolvimento de produtos turísticos há em São Bartolomeu: a integração entre patrimônios, ambiental, material e imaterial pode proporcionar uma rica visita turística. História e meio ambiente, quando integrados, podem desencadear um produto coeso e interessante. O uso de relatos de viajantes, associados às paisagens contemporâneas e às práticas cotidianas dos habitantes, também podem atrair um grupo de turistas que já visita o local.

Na Floresta, um exemplo que poderia ser trabalhado é citado por um entrevistado. Falar sobre a proteção ambiental e explicar sobre os vários usos da vegetação ajudam a entender uma história recente e a valorizar a preservação ambiental.

E, o cara passa, o cara passa lá na cachoeira, ele não tem aquele turismo, assim, do cara querer conhecer, falar assim, ah, aquilo ali é um cedro, aquilo ali é um jacarandá. Aquele é um pé de goiabeira, aquilo é uma canela. Ou entrar no meio do mato e pegar uma embira, uma árvore e falar assim. Isso aqui, antigamente, o pessoal usava isso aqui para fazer corda. Para amarrar burro, entendeu? Para amarrar uma cangalha, você não tinha corda. Então, não tem uma pessoa, hoje, aqui, nem o turista vem aqui querendo saber dessas coisas. Ah, essa mata é tal, é assim, assim. Tem tal, tal, tal espécie aí. Você entendeu? (SB07)

6.1.5 O futuro no entorno da Floresta: os desejos para São Bartolomeu

Ao questionar o que os entrevistados desejam para o futuro de São Bartolomeu, as questões que têm lugar central são relativas à estrutura de atendimento ao cidadão. Saúde,

educação e transporte são os enfoques da maioria. Um futuro ideal no lugar quer dizer desenvolvimento, sem demasiado crescimento. Ou seja, visam um lugar tranquilo. Mesmo muitos jovens, ao contrário do que se poderia supor, reconhecem como um dos principais atrativos e pontos positivos do local a tranquilidade. Obviamente, desejam confortos de lugares maiores, mas que a tranquilidade não se esmaça com isso. Quem é de São Bartolomeu reconhece também a diversidade dos anseios. De um lado, quem sempre morou ali, quer os confortos e a estrutura de cidades mais desenvolvidas. De outro, mostram que quem saiu de cidades grandes para morar em São Bartolomeu, não quer que o distrito mude muito.

São Bartolomeu? Ah, eu queria São Bartolomeu assim, com uma farmácia, um lugar melhor para a gente estar consultando com os médicos adequados que estivessem aí, com mais oportunidade de trabalho, essas coisas assim. Eu pensava assim, mas bonitinho. Sem uma droga, sem roubo... [risos] Imagino São Bartolomeu assim, a gente podendo viver melhor, mas com o sossego que a gente tem. [...] Esse pessoal que mora aí e vem de fora, você acha que eles querem isso para São Bartolomeu? Não querem. Eles fugiram da cidade, eles querem que São Bartolomeu cresça e fica assim? Vem para cá porque os meninos podem ficar à vontade, brincar e tudo, mas, para nós que moramos, se crescesse um pouquinho, seria bom. Mas sem as coisas ruins, né? (SB04)

Os anseios e os medos correspondem à vida moderna, assim como as formas de lazer que já começam a se inserir na vida dos moradores, seja pelo desejo, ou pelo efetivo uso mais recente do rio, por exemplo, como vimos.

A questão da infraestrutura é, talvez, a mais importante quando se fala em futuro em São Bartolomeu. Ao questionar os moradores sobre como queriam o distrito no futuro, as falas voltavam-se quase que na maioria das vezes para a questão da infraestrutura e dos serviços ao cidadão. O asfalto, por exemplo, é um tema que será tratado mais adiante e que teve muita importância no discurso dos sujeitos.

Uma das grandes queixas dos habitantes diz respeito aos serviços de saúde. Com a baixa frequência dos médicos no local, o que desejam é um atendimento especializado e com mais frequência.

Um ou dois médicos aqui, mais frequente, né? Vem uma vez por semana. É difícil marcar consulta, muita gente e os médicos são poucos, né? E tem horário... e às vezes tem gente que quer marcar consulta e não tem horário, não tem nem como, a gente tem que ficar adiando. (SB25)

O transporte é um ponto crítico do lugar, tanto pelo acesso como pela disponibilidade de transporte coletivo, que não é satisfatória. O acesso ruim acaba gerando uma crítica aos serviços de educação e saúde. Isso porque, no caso da educação, apenas de 1ª a 4ª série há turmas. Um caso bastante comum em Minas Gerais, a solução passa a ser o transporte para

escolas em distritos vizinhos. Todavia, as condições de acesso são muito ruins, fazendo com que os alunos se canssem no transporte, principalmente, na época de chuvas. Às vezes os alunos perdem aulas, porque não conseguem chegar a tempo:

Ah, teria que melhorar, né? Acho que teria que ter um colégio, que não precisasse deles saírem daqui e estudarem em cachoeira, em Casa Branca, a [filha] sai daqui todo dia seis horas e chega uma hora da tarde, todo dia. Acho que teria que melhorar a parte de educação. (SB15)

Para o habitante de São Bartolomeu que não tem carro, é sempre complicado ter que sair de lá no ônibus das 7h30 e retornar às 15h30. Para algumas situações, como de exames médicos, o horário de saída do ônibus é muito tarde. Para outras situações, como o uso de agência bancária, o horário de saída é muito cedo. Para algumas circunstâncias, o retorno muito tarde é uma perda de tempo e para outras é demasiado cedo e as pessoas acabam tendo que procurar por uma carona, dormir no distrito sede ou pagar um táxi.

Também para o turismo, os horários de ônibus não são satisfatórios. Uma integração, por exemplo, via Secretaria de Turismo, não parece viável, considerando as condições de transporte. Imagine o turista ter que tomar o ônibus de 15h30, querendo ficar apenas uma noite no local: neste caso, retornar às 7h30 é um desperdício de dinheiro com poucas chances de desfrutar a paisagem e os atrativos locais. Outra crítica ao transporte é o fato de não ter ônibus no domingo. Sair para um passeio no distrito sede ou mesmo em outros municípios e distritos da região se configura como algo muito difícil para aquele que não tem carro próprio. A oferta de pelo menos dois horários de ida e dois horários de volta parece uma solução viável, até mesmo uma solução que poderia estimular a minimização das migrações do local, já que os jovens poderiam trabalhar nas redondezas, e se manteriam nas suas habitações em São Bartolomeu.

Se tivesse condições de pedir [...] mais horários de ônibus, né? Que não fosse um ônibus, mas um microônibus, dois, três horários [...] Se tivesse um microônibus já atendia bem, pelo menos dois horários, né? (SB25)

O acesso ruim também prejudica a limpeza urbana. O serviço de coleta de lixo em São Bartolomeu acontece uma vez por semana, o que incomoda muito os moradores. A produção de lixo tem aumentado muito, mas a coleta permanece sendo feita apenas uma vez por semana. Em semanas comuns é até aceitável, embora não seja considerado ideal. Mas durante finais de semana prolongados e festividades, os habitantes desejam que o lixo receba atenção especial. Ao menos duas vezes por semana.

Eu acho que São Bartolomeu merece muita atenção na parte de segurança pública, coleta de lixo, sabe? [...] Olha sugestões, a gente tem muitas, por exemplo, não adianta você acondicionar o lixo em latões, eu acho que... Por ser um distrito

pequeno e nos finais de semana, principalmente, a quantidade de pessoas é bastante, né? Eu acho que o caminhão deveria vir, pelo menos umas duas vezes mais, pelo menos nos feriados prolongados, né? Aconteceu a festa de São Bartolomeu esse ano e aqui na rua estava um lixo. (SB23)

O futuro de São Bartolomeu, para algumas pessoas, depende dos mais tradicionais do lugar. Segundo algumas poucas pessoas, São Bartolomeu não se desenvolve pelo fato de haver pessoas muito tradicionalistas que bloqueariam o desenvolvimento. Essa é uma posição que deve ser cotejada com as demais e ponderada. Cada enunciador tem suas características e desejos. Analisemos o *topos* de onde fala SB07, o fato de ser jovem e não ser do local faz com que almeje muitos confortos e lazeres com os quais estava acostumado no lugar onde morava, e o faz acreditar que a noção de progresso passa necessariamente pelo que lhe era ofertado onde vivia.

A turma nova que está aí gosta. Eles gostam que as coisas aconteçam. Mas, ainda, existem pessoas bloqueadoras, ainda, aqui dentro. Por isso que São Bartolomeu... Para São Bartolomeu crescer tem que morrer umas quatro, cinco pessoas ainda. [...] Infelizmente para... E ainda está arriscado os filhos que vão administrar as terras que estão aqui ainda, vão bloquear ainda isso. Mas... (SB07)

Os habitantes falam sobre o interesse de mineradoras e demonstraram, na maioria dos casos, medo de um futuro de exploração mineral para o lugar; noutros casos, menos frequentes, esperança de desenvolvimento econômico e, assim, de ressurreição de São Bartolomeu, enquanto agente econômico. Representantes do IEF na região também têm se preocupado com o interesse das mineradoras e o poder político que detêm.

Seria coerente uma exploração mineral em São Bartolomeu? Sendo um lugar que se tenta preservar, tanto ambientalmente como paisagisticamente (arquitetura e paisagem natural), como poderia a exploração mineral ameaçar a integridade desse patrimônio? Quando é lançado esse tema, a população recorre ao discurso do patrimônio como proibição e limite, a fim de persuadir o interlocutor denotando que este é o momento de o “ser patrimônio” interferir em ameaça de transformações bruscas e materializar limites.

Mas nas montanhas aqui nós não vamos deixar não. Assim, explorar lá na Mutuca lá, lá para longe. Que dá divisa lá para Ouro Preto, para o asfalto de Ouro Preto. Mas aqui nós não vamos deixar derrubar uma mata nem nada não. E nem o governo vai deixar, você acha que vai deixar? Uma mata preservada, se achar numa mata da Floresta? (SB20)

Os medos de uma exploração mineral estão relacionados à cotidianidade das pessoas e à paisagem do local. Preocupações coerentes com os quesitos mais bem avaliados no lugar: “paisagem” e “tranquilidade, vida pacata”. A exploração mineral é, portanto, compreendida como ameaça à “qualidade de vida” que hoje é bem avaliada em São Bartolomeu. Transformações na paisagem estão relacionadas com a atividade em si de minerar, ou seja, as

escavações, a retirada de vegetação e a destruição de marcos físicos da paisagem. No que tange à cotidianidade, ademais da paisagem que também interfere, o medo está relacionado com as transformações na vida dos habitantes. Essas transformações envolvem, principalmente, a chegada de grande quantidade de pessoas, em sua maioria homens, com outros costumes.

Vai vir a empresa que vai fazer aquele estrago que vai deixar só aquela broca, aquela catástrofe aqui dentro e vai deixar aquele lugar. Aí, São Bartolomeu já era. [...] Isso vai ser igual aqueles filmes da cana. É da cana que tem São Paulo, da colheita de cana que vai para mulhezada lá e ele sai transando com as mulheres do lugar e depois vai embora. São Bartolomeu vai gerar os filhos do minério. (SB07)

O asfalto continua sendo uma questão polêmica, tal como era na pesquisa anterior. Os medos da chegada dele estão relacionados com o fácil trânsito de pessoas de má índole, que poderiam ir ao local tanto para roubar das pessoas, como para aproveitar da “tranquilidade do local” para o uso de drogas e outros tipos de diversões que ficariam escondidas em um lugar “calmo”. O asfalto é o símbolo do encurtamento das distâncias e da maior aproximação e integração com a modernidade e todas as suas repercussões. Sob essa perspectiva, nem a internet teria tanto poder quanto o asfalto. Mas, ao mesmo tempo que isso pode ser ruim, é visto como grande oportunidade para os habitantes, seja porque crianças, adolescentes e jovens vão estudar fora com mais conforto, seja porque os serviços de atendimento médico de urgência serão mais eficazes, ou porque haverá mais possibilidade de disponibilização de dois horários de ônibus, entre outras questões.

A gente precisaria de uma boa estrada, uma boa conserva, uma boa capacidade de chegar e ir... porque você viu... choveu aqui por Ouro Preto não passa. Você tem que dar a volta por Cachoeira. Choveu mais de uma semana, começa a agarrar em Cachoeira, então não tem uma pessoa para olhar a estrada, está chovendo, aí começa a chuva a cortar a estrada toda, aí eles vêm passam a máquina, não resolvem. [...] Um asfalto, a polícia vem com dez minutos. A ambulância vem com dez minutos, você adoeceu, sai mais rápido, as pessoas podem trabalhar fora e voltar, né? (SB09)

A recusa do asfalto muitas vezes é relacionada às pessoas que não são de São Bartolomeu. Em muitos casos, os entrevistados julgaram que optar por não ter asfalto na localidade é uma posição comum apenas entre os proprietários de sítios. Os moradores julgaram que os proprietários de sítio gostam de ter a estrada de terra. Essa atração pela estrada de terra pelos sítiantes pode estar relacionada à memória do rural, associada à perspectiva da fuga do lugar cotidiano para o diferente. A estrada, assim, seria um elemento atrativo para o sitiante e para alguns tipos de turista.

O medo do asfalto acaba sendo associado, conforme dito, à massificação do turismo: à ida de pessoas de má índole ou à facilidade de acesso aos aspectos da modernidade que se

chocam com o tradicional. Frequentemente, essa chegada do asfalto e sua associação aos aspectos negativos é relacionada com o medo de transformação de São Bartolomeu em outra Lavras Novas.³⁴

Hoje, eles [comunidade de São Bartolomeu] têm medo de virar uma Lavras Novas. Então, o tempo todo o pessoal fala, né. Então a gente, até o próprio turismo, receber o próprio turismo, a gente está tentando trabalhar pra eles que tem jeito de fazer organizado. Não é um atendimento diferenciado de Lavras Novas, né. Então, hoje, eles têm um certo receio como turismo. Além dessa questão da unidade. (E06)

Muitas vezes, quando o assunto era investimento em turismo, observamos que Lavras Novas era mencionada. No sentido comum é possível entender: os sujeitos dizem que não gostariam de ver São Bartolomeu com tanto movimento nos finais de semana, com elevação dos preços e com tanta gente de outros lugares comprando casas e as transformando em pousadas. Era basicamente isso o que entendia quando recebia como resposta algo semelhante a “gostaria que desenvolvesse o turismo aqui, mas não queria que virasse uma Lavras Novas” ou: “o asfalto ia ser bom, mas não poderia ficar igual Lavras Novas”.

Contudo, para minha surpresa, quando perguntei o que significaria transformar-se em “Lavras Novas”, e mais, quando instiguei o debate questionando o quê de Lavras Novas as pessoas não gostavam, as respostas eram brandas e muitas vezes pouco fundamentadas. Em algumas poucas situações ousei perguntar se a pessoa conhecia, de fato, o distrito em discussão e a resposta foi negativa.

Nesse sentido, uma hipótese com bastante chance de ser acertada é de essa fala, de que o asfalto ou a turistificação levaria a caracterização de São Bartolomeu como uma Lavras Novas, talvez venha de turistas ou de sitiantes, estes sim, buscando sempre o bucólico, o resgate de uma infância, resgate esse que deve ser feito na busca de um lugar “parado no tempo”. Novamente constatamos que São Bartolomeu se encaixaria nessa relativa anacronia. No excerto seguinte, a conversa entre dois entrevistados mostra como essa questão do mito de Lavras Novas é vivenciada no local:

SB04: Asfaltando também eu acho que pode vir coisas assim, igual ficar uma Lavras Novas, eu não queria isso para São Bartolomeu não. Nunca! E a tendência de São Bartolomeu, se coisar, é ficar uma Lavras Novas mesmo. Eu acho. Entendeu? Que aqui não tem nada... Só turismo. Só... não tem muita coisa.

³⁴ Lavras Novas é outro distrito de Ouro Preto, também um lugarejo bastante antigo, do século XVIII. Segundo Cordeiro (2008) o turismo se iniciou na localidade a partir da década de 1970. E o resultado dessa atividade foi de novas configurações socioespaciais, sendo essas novas configurações as que geralmente são criticadas e, por conseguinte, não desejadas: “Privilegiam os ganhos econômicos em detrimento dos grandes impactos sobre o meio natural, a cultura e as relações socioespaciais que ali existem e que tornam a localidade tão peculiar. [...] Destruir estes signos, através da descaracterização espacial, degradação ambiental, desvalorização da cultura local, dentre outros, afeta não somente o modo de vida do outro, mas contribui com uma homogeneização de culturas”. (CORDEIRO, 2008, p. 82)

Marido: Mas você não conhece lá, você nunca foi lá.

SB04: Ah, mas não precisa nem conhecer, pelo que eu vejo os outros falando, eu não tenho curiosidade, entendeu?

Alguns entrevistados, falando sobre o futuro, também enfocam a questão do turismo como uma saída econômica para um distrito parado no tempo. Por parado no tempo, leia-se, tombado pelo patrimônio histórico e preservado por interesses ambientais.

Assim, o que aparece muito na hora de apontar os desejos para o futuro de São Bartolomeu é o surgimento de pousadas e restaurantes. Isso acontece possivelmente por causa das críticas que os moradores recebem dos turistas. E vale destacar como elas ficam arraigadas no discurso dos sujeitos. É possível que essa resposta me seja dada pelo fato de muitos saberem que sou turismóloga, mas considero mais plausível, conhecendo algumas pessoas que falaram sobre o tema, o fato de o arraial ser frequentemente criticado por não ter uma oferta turística consolidada.

O que tem acontecido, nesse sentido, é que pessoas “de fora” têm investido na localidade, abrindo restaurantes e construindo pousadas. Com isso, embora a população autóctone seja contemplada, se consideramos o discurso enunciado, se analisamos de perto as conversas de rua e de quintal, na verdade há uma crítica a essa situação de as pessoas de fora serem as que verdadeiramente lucram com o turismo. Muitos sentem que estão trilhando um caminho em direção ao que hoje é Lavras Novas, ainda que repitam todo o tempo não desejarem isso.

Uma coisa que os moradores de São Bartolomeu sempre citam é a falta que sentem de ter uma praçinha, que seria um espaço de socialização para todas as idades como também um elemento que comporia a estética do distrito, tornando-o mais alegre, se feito com um projeto de jardinagem que incorpore flores.

Uma rara posição é a holística, que mencione melhores condições de vida para o habitante, tanto do ponto de vista econômico, como ambiental e social. Apenas SB21, entre todos os entrevistados, ao falar de futuro mencionou vários aspectos em uma frase curta: o que deseja é o princípio da integração e convivência.

Eu sonho de ser uma comunidade mais unida. As pessoas valorizando um ao outro, não só um ao outro, mas como o lugar que você mora, desde os bichinhos, plantinhas, meio ambiente como um todo! Isso eu sonho. (SB21)

Nesse princípio da convivência o ponto chave é a integração entre as pessoas e o meio ambiente. Com isso, aparece também o desejo da mitigação dos conflitos existentes hoje e o reconhecimento de que a proteção ambiental contribui de fato para a melhora na qualidade de vida, desde que o respeito seja desenvolvido.



6.2 Áreas protegidas da Serra de Ouro Preto: Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e Parque Arqueológico Morro da Queimada

As análises referentes a essas duas áreas são feitas a partir dos dados coletados na Serra de Ouro Preto. Em alguns casos ficam evidenciados os dados por bairro, a fim de apontar para as relações específicas que cada um dos bairros do entorno estabelece com as áreas protegidas. Sobre essas áreas também foram ouvidas pessoas de São Bartolomeu que têm algum relacionamento ou que simplesmente conhecem os Parques, e alguns formadores de opinião que vivem no centro, mas que têm alguma relação com as referidas áreas.

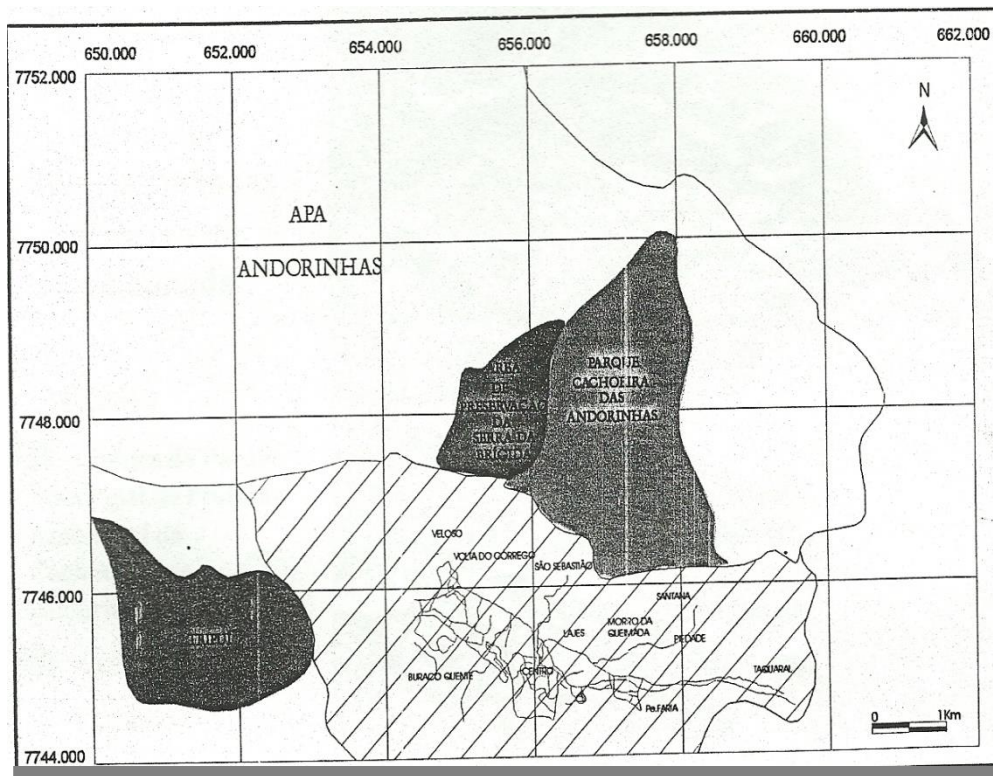
O Parque Natural Municipal das Andorinhas está contido na APA Cachoeira das Andorinhas. Já a área proposta para o Parque Arqueológico Morro da Queimada está adjacente a ela, estando este último localizado na vertente sul da Serra de Ouro Preto, portanto bacia do Rio Doce. Embora essa segunda área protegida não esteja contida na APA, e ainda que tenha objetivo diferente, o estudo de seu entorno ajuda na identificação de posições em relação a diferentes categorias de preservação.

Em 2001, o Município de Ouro Preto propôs, inclusive, a criação de um único parque, considerando que haveria em ambas as áreas o mesmo caráter de preservação, pesquisa e visitação (OURO PRETO, 2001). No início foi proposta apenas uma unidade, mas com dois grupos de trabalho diferentes:

As áreas são contíguas (separadas pelo divisor das bacias, a Serra de Ouro Preto) e o interesse pela preservação de ambas é convergente, não justificando a criação de duas unidades de conservação distintas. No entanto, as características de cada uma das áreas em termos de dimensão e problemas enfrentados motivou a separação do grupo de trabalho em duas equipes que trataram especificamente, mas de forma integrada, cada um dos locais. (OURO PRETO, 2001, p. 5)

No documento que justifica a criação dos parques, os elaboradores mostram que as principais dificuldades na delimitação da área são as áreas povoadas. Isso ocorre principalmente no Morro da Queimada, que teve ocupação irregular, mas também no Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas, pois há propriedades produtivas na área.

MAPA 4 – Área do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e vizinhança



Fonte: Ouro Preto (2001)

Os projetos, inicialmente pensados juntos, foram separados com o passar do tempo. As reuniões, segundo informaram, aconteciam já separadamente. Associando a esse fato a crença de que seria mais fácil conseguir financiamentos para áreas menores e por objetivo (preservação arqueológica *versus* preservação ambiental), colocou-se em votação e foi aceita a separação:

São objetos, assim, totalmente diferentes. A Cachoeira das Andorinhas, ela é exclusivamente uma unidade de conservação ambiental. O Morro da Queimada, ele envolve conservação ambiental, mas o objeto de estudo, e o objeto em si é a preservação do patrimônio histórico. Entendeu? Então, assim, uma coisa não tem nada a ver com a outra. (E05)

Outra cisão foi feita: antes, o Parque Arqueológico e o Ecomuseu que eram trabalhados conjuntamente, se desmembram, para que o Ecomuseu tivesse mais autonomia. Atualmente, podemos considerar o Ecomuseu como o potencial de integração dos parques, tendo a comunidade entre-parques como seus principais atores.

A seguir será feita a análise relativa ao PNM Cachoeira das Andorinhas. Esta é, entre as duas, objeto desta pesquisa, a UC que se localiza no distrito-sede, sendo a mais antiga. Em seguida, será feita a análise em relação ao Parque Arqueológico. Essa última área protegida que compõe este trabalho ainda está no projeto, não havendo demarcações ou estruturas no

local. As pesquisas arqueológicas sequer foram iniciadas. Dessa maneira, as análises do Parque Arqueológico não trazem tantas informações como as referentes à Floresta e ao PNM Cachoeira das Andorinhas. Isso se justifica porque, sendo muito recente e ainda não implementado, essa área protegida ainda não está inserida no cotidiano da maioria dos habitantes de seu entorno. É, portanto, a não existência (a promessa), como veremos mais adiante, que constitui a representação dessa futura área protegida.

6.2.1 Parque Natural Municipal das Andorinhas

Por meio da Lei municipal de nº 305 de 1968, Ouro Preto criou o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas. Inicialmente, abrangia uma área de 3,14km²: “A área do Parque será delimitada por uma circunferência que terá como centro a Cachoeira existente no citado local, tendo 1(hum) quilômetro de raio”. (OURO PRETO, 1968) Isso significa que houve um aumento considerável da área do Parque desde sua criação, de 314 hectares para os atuais 565 hectares. A proposta desse aumento foi feita em 2001 em audiência pública. A justificativa principal era a preservação das nascentes altas do Rio das Velhas. Segundo Mattos (2010), nova audiência foi feita em 2003 para apresentar o resultado do estudo técnico para nova delimitação da área, realizado por atores como: IPHAN, UFOP, o atual CEFET-OP, IEF, CODEMA-OP, Projeto Manuelzão, AMA-OP, APAOP e pela Associação de Bairro do Morro São Sebastião.

Embora tenha sido criado há muitos anos, apenas recentemente o espaço dessa UC tem sido vivido tal como previsto no SNUC. As mudanças, o controle e a abertura ao público estão acontecendo também pela injeção de capital proveniente de compensação ambiental. Como é possível observar a seguir, a Samarco, como medida compensatória por danos ambientais de seu empreendimento em município vizinho, aplicou R\$2.857.974,24³⁵ na região do Espinhaço, sendo que a maior parte foi destinada ao Parque Natural Municipal das Andorinhas.

Durante o período que envolveu projetos e financiamento para implantação do Parque Municipal das Andorinhas, houve reação relativamente positiva por parte da população dos bairros vizinhos, especialmente dos morros São Sebastião e São João. Corrêa (2008) fez uma

³⁵ Termo de Compromisso nº 010505206 assinado em 20 de abril 2007. Empreendedor – SAMARCO Empreendimento – Segundo Concentrador de Germano – Valor da Compensação – R\$2.857.974,24. A ser aplicado pela empresa em:

- Sistema de áreas protegidas do Espinhaço Meridional – R\$250.000,00;
- Implantação do Parque Natural Municipal das Andorinhas – R\$2.225.000,00;
- Repassado ao IEF R\$382.977,86 – para serviços de Georeferenciamento do PE Itacolomi.

pesquisa com parte da população, almejando saber quais suas expectativas em relação ao “Novo Parque”, e concluiu que a população tinha grandes expectativas, acreditando em mudanças positivas no perfil socioeconômico local. Isso porque a abertura do parque à visitação e sua gestão implicariam em aumento considerável de empregos que a população vizinha poderia suprir. Nesse caso, a UC é percebida como motivadora de melhoria econômica via atividade turística, principalmente, mas também por meio de empregos, como guarda-parque, serviços gerais etc.

A categoria Parque Natural Municipal é de proteção integral, semelhante à categoria Parque Nacional, com relação às características que se aplicam. A diferença é apenas o domínio e a gestão, que são do poder público municipal:

Art. 11 - O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§1º - O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§2º - A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§3º - A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§4º - As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. (Lei nº 9.985/00)

Esse era um parque de papel. Não se fazia a proteção ambiental, não havia limites claramente definidos e não se cumpriam as normas propostas para parques. Espaço “largado de antigamente, configurava-se como um local sujo e perigoso”, disse Corrêa (2008, p. 25), certamente considerando as duas últimas décadas.

A área do Parque era também muito importante para a renda dos moradores dos arredores, segundo mostra Scalco (2009), e reafirma o supervisor do Parque. Antes havia muita exploração de bauxita e quartzito naquela área, contribuindo para o assoreamento de cursos d’água e desmatamento, principalmente na área que chamam de Serra das Camarinhas. A exploração nesse local foi proibida já há algum tempo, mas as marcas na paisagem ainda permanecem. Na tentativa de transformar a paisagem, e como atividade econômica que substitui a exploração mineral, foi criada a “Associação Flores nas Pedras das Camarinhas” que, em parceria firmada com a Prefeitura Municipal de Ouro Preto (Convênio nº 080/2010), passou a ter como responsabilidade a educação ambiental comunitária e a recuperação da

vegetação nativa local. Esse convênio atende às expectativas do programa maior “Flores e Águas das Nascentes do Rio das Velhas” proposto pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto. O projeto foi aprovado em 28 de março de 2008, garantidos recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO). Embora o recurso tenha sido aprovado em 2008, é em 2011 que se observam as obras para a construção dos viveiros e organização da infraestrutura para produção de “mudas de nativas”.

O Parque atualmente tem como principais comunidades do entorno o Morro São Sebastião, o Morro São João, Morro Santana e o Morro da Queimada. Em um jornal da associação comunitária do Morro São Sebastião, assuntos relativos ao Parque chegaram a aparecer. Como exemplo, reproduzo o trecho do jornal da associação que menciona o Parque como um parceiro que pode contribuir no controle da violência na região, deixando pressuposta a noção de que aquela área tem problemas de segurança. Em uma das mensagens, constava no jornal que o Parque agora teria um corpo de vigilância, o que os sujeitos identificam como um fator positivo que contribuiria para a própria comunidade e para os visitantes.

Localizada na região norte da cidade no parque com o nome, a Cachoeira das Andorinhas passa a ter vigilância das 6 às 18 horas, diariamente. Uma empresa especializada foi contratada pela prefeitura e mantém quatro guardas no local.

Além de cuidar da segurança dos visitantes, a guarda atua na proteção do meio ambiente, evitando depredações, e a poluição dos cursos d’água. Uma guarita foi instalada para servir de abrigo e posto de observação.

De acordo com o secretário de meio ambiente, Guilherme Pontes, esta é a primeira etapa de várias intervenções a serem feitas para revitalizar a área. A instalação de um *camping* e criação de atividades de eco-turismo, como passeios a cavalo, são algumas das propostas, “vamos ocupar a área com a oferta turística”, disse o secretário, acrescentando já estar em contato com os proprietários de hotéis próximos e com o *camping* clube do Brasil.

Outra ação importante na região é a ampliação da área de preservação. Está prevista a anexação ao parque do sítio arqueológico do Morro da Queimada. Assim, sua extensão passará dos atuais 314 hectares para 713, um projeto de lei nesse sentido está em fase final de elaboração pelo executivo municipal.

A proposta tem como base relatório elaborado em 2001 por um grupo técnico formado por membros de instituições de ensino, entidades de proteção ao meio ambiente e associações comunitárias. Os estudos de proteção apontam a necessidade de proteção da região, ameaçada por invasores. (Fonte: Jornal da associação comunitária do Morro São Sebastião)

Quanto à questão da segurança, muitos moradores ainda dizem que é preciso melhorar, o que podemos observar, por exemplo, nas respostas aos questionários e, como vimos, até mesmo quando o assunto foi lazer, já que os moradores sugeriram que “melhorassem a

segurança” para que o Parque pudesse ser mais desfrutado. Alguns entrevistados destacam que já é possível perceber uma melhora nesse quesito, mas quem destaca essa melhora fala sobre estar no Parque, e muitas pessoas ainda temem o caminho até o Parque.

Mas de mais a mais o que eu vejo é o seguinte [...] pessoas falar bem porque hoje com o guarda-parque lá dentro lá, é dia e noite, então você pode sair e chegar lá seis horas da manhã. [...] Mas então hoje você tem mais tranquilidade de ficar ali dentro do Parque, né? (OP15)

A criação dessa UC foi marcante para algumas pessoas dos arredores e até mesmo o foi para os que moram há mais de 40 anos no entorno. Para aqueles que se mudaram recentemente, sua criação não interferiu muito e nem é tão marcante. Para esses, o Parque é, na verdade, uma maneira de valorizar seu imóvel.

É antigo, porque o Rio das Velhas nasce aqui, então tinha que preservar a nascente, então pra preservar a nascente, tinha que fazer o Parque, evitar o desmatamento, e tal. A extração de pedra, quartzito, que era tirada aqui, né? (OP04)

OP04 lembra da criação do Parque há mais ou menos trinta anos, na década de 1980. E algo que usa para resgatar a memória do parque é, em primeiro lugar, seu objetivo: o da preservação da nascente, algo que até hoje é lembrado institucionalmente. Por conseguinte, não é possível inferir se essa referência diz respeito à memória do vivido pelo entrevistado ou acessada indiretamente, por meio da instituição. O que conseguimos observar é que o morador relembra de sua criação como algo antigo, por um resultado econômico negativo para os moradores daquela região, já que muitos viviam da extração de pedras.

O reconhecimento da criação do Parque como tendo sido na década de 1960 é mais frequente entre as pessoas que extraíam pedras pois, efetivamente, apenas essa atividade econômica sofreu de maneira direta logo na sua criação. O prefeito em 1968, em entrevista, menciona que a ideia de criar o Parque estava em consonância com a política estadual e que considerava importante proteger aquela cachoeira. Foi também um governo que criou uma secretaria específica para o patrimônio da cidade. Embora tentasse compreender melhor o contexto, a situação, parece que houve apenas uma sucessão de títulos de áreas e monumentos protegidos. A Cachoeira das Andorinhas foi mais um deles, em um município que já há muitos anos institui patrimônios.

Naquela ocasião, eu já pensava na preservação. Sabe? Porque eu acho que é uma necessidade de todos nós preservarmos aquilo que os nossos antepassados deixaram né? Então não era favor nenhum, era só para ter cuidado. (E07)

Sua fala não esclarece bem o tema, o Parque teria sido criado, mas não gerido, talvez seja o motivo para não ter destacado.

Outras marcações temporais da criação do Parque estão associadas à criação do grupo de Amigos do Meio Ambiente (AMA) e aos conflitos de terra que envolveram proprietários e a gestão do Parque.

OP11, embora nunca tenha trabalhado com extração de pedras, tendo sido prejudicado por ter terra que passou a ser incorporada pelo Parque, falou também, sob a forma de denúncia de uma injustiça, que tiraram os trabalhadores sem uma preparação.

[O Parque] foi empurrado. Primeiro eles pegaram um pessoal que tirava pedra, o pessoal que trabalhava tirando pedra, falaram, “ah, nós vamos aposentar vocês”. Tiraram tudo aqui, “ah, agora acabou”. Nem nada, nem uma notícia, porra nenhuma. (OP11)

Essa fala pode ser parcialmente combatida, se levamos em conta o trabalho da Associação Flores nas Pedras das Camarinhas. Antiga associação dos extratores de pedras da região, seus integrantes buscaram alternativas econômicas. A mudança no nome da associação indica a mudança na atividade dos associados.

Esse local lá [onde trabalhavam extraindo pedras] se chama Camarinhas. Então como tem muita orquídea, aliás, bromélia em cima das pedras e várias espécies de orquídea, então ai... E muita pedra, que é o lugar que nós extraímos o quartzito. (Codificação retirada)

Inicialmente foi proposto ao grupo uma aposentadoria, mas muitos não aceitaram, mostrando que aquele recurso financeiro seria insuficiente para o padrão de vida ao qual estavam acostumados. O trabalho era duro, mas a recompensa financeira era considerável.

O argumento de OP11 pode ser combatido justamente porque a associação prosseguiu. Contudo, os associados mudaram, ficaram apenas três que eram da pedreira, e tiveram que convocar outras pessoas da região para o projeto.

Muitas pessoas que moram no entorno do Parque acabavam de alguma forma dependendo da área. Atividades econômicas para várias pessoas foram desenvolvidas naquela região, seja de forma autônoma ou como contratado. Um exemplo é OP04, que como funcionário de empresa em prestação de serviço para um órgão público acabou sendo responsável por muita degradação na área, era *braster* e trabalhava com dinamite preparando terreno para exploração.

A análise se confirma mais adiante na entrevista, quando OP04 associa a necessidade de proteção da Cachoeira, como discurso institucional, à atividade exploratória que havia naquela localidade:

Mas começou a extrair pedra cá embaixo, aqui. Perto da cabeceira do rio. Então foi preciso criar o Parque pra ter como proteger, né, a nascente. Então deve ser por causa disso. (OP04)

O uso da expressão de inferência, “deve ser por causa disso”, permite pensar que a relação entre atividade econômica e unidade de conservação talvez seja uma das mais fortes. Assim, é esse tipo de evento relacionado à sobrevivência que é usado como recurso de memória para falar de histórico de UCs, no contexto da comunidade do entorno.

Ao analisar logicamente a construção de toda a estrutura do Parque, podemos dizer que ela beneficiaria a comunidade do entorno. Foram feitos: quadras, banheiros e bebedouros disponíveis para o visitante que vai desfrutar de uma manhã ou tarde no Parque. Na verdade, poucas pessoas se lembraram, durante as entrevistas, do recurso investido e a situação de financiamento por parte de uma empresa. Durante a aplicação dos questionários alguns criticaram as construções feitas no Parque, já outros elogiaram:

Não sei se é verdade isso, é uma compensação ambiental da Samarco, um investimento de três milhões e tal, né? Então, não deixa de ser importante para a comunidade, porque todo lugar com estrutura é muito melhor para você ir. Em vez de você ter que carregar uma parafernália para questão de alimentação, essas coisas, já tem tudo lá, você chega lá e só... né? Faz a sua visita, faz o que você tem que fazer e tem a infraestrutura lá, isso é importante, com certeza! (OP13)

Contudo, há um conteúdo simbólico implícito nessa estrutura, ainda não socializado e, por isso, ainda não desfrutado ou apropriado pelo grupo do entorno.

Uma moradora de São Bartolomeu há mais de vinte anos, mas que já morou em Ouro Preto, faz uma análise de três tempos em relação ao Parque. No primeiro tempo, o uso do espaço para lazer, para os *picnics*, para os passeios, e com o sentido da tranquilidade do lugar. Depois vem o período do uso do lugar como refúgio ou como armadilha. Um lugar no qual se manifestava a violência. Por fim, o terceiro momento é marcado pela institucionalização do Parque e, com isso, um fechamento tanto físico como simbólico, que marcou o espaço, que fez com que houvesse a diferenciação do que é natureza e do que é pessoa:

Chegávamos lá e levava um lanchinho, ficava ali numa pedra, não tinha problema nenhum. [...] Aí, uns 28 anos atrás eu já fiquei sabendo de coisas que já estavam acontecendo, eu acho que devido à extensão de moradias, de pessoas, tipo favelas, não é favela, são casas que as pessoas não têm como construir, vão construindo lá, aí houve a falta de infraestrutura, falta de até mesmo de serviço, começou as drogas, invadiram os morros de Ouro Preto, então eu acho que lá ficou muito a desejar. Então fechou-se o Parque, mas ficou um lugar triste. Entendeu? Ficou um lugar triste. (SB23)

A crítica ao fechamento da área está relacionada com a *themata* controle/falta de controle. Embora o espaço esteja fisicamente fechado, o fato de ter-se tentado simbolicamente fechá-lo também, denotando a ideia de um espaço institucionalizado para a preservação, gera um incômodo. Entretanto, com esse fechamento físico, há práticas de resistência ao

movimento de territorialidade, denotadas por algo que era costumeiro de ser feito por muita gente: o registro nas rochas de nomes, tempos, declarações, etc., como vemos na Figura 1.

FIGURA 1 – Rocha avistada da trilha que dá acesso à Cachoeira das Andorinhas.



Fonte: Arquivos da pesquisa (2010)

A crítica de SB23 então é: por que fechar se não é possível de fato organizar o espaço? Por que fechar quando o espaço perde em qualidade paisagística? O fechamento, a delimitação, muitas vezes, são interpretados como uma ameaça que é respondida com alguma forma de violência para exercer o controle sob o território.

E aí? Para quê que tem uma área fechada? Talvez, se estivesse aberta, não teria... Porque eu acho, assim, que o brasileiro, quando fecha uma porta para ele, ele abusa de outra forma. É minha concepção, meu modo de pensar, né? (SB23)

A época da criação da UC ficou marcada principalmente por causa dessa relação econômica e do que ela gerou: conflito ambiental de práticas. Nesse caso, o conflito se deu principalmente entre pessoas que dependiam da área para a catação da lenha e para a extração de pedras:

O conflito que teve, foi que tiraram, foi pego quem trabalhava na extração de pedra, né? Que desocuparam a área do Parque, né, então o conflito era pra quem trabalhava lá. Não era o meu caso, que eu morava aqui. Mas quem trabalhava lá, teve que desocupar a área, né. (OP04)

Como foi questionado sobre a existência de “conflito”, o uso direto dessa palavra remeteu à lembrança do entrevistado de situações conflituosas, mas logo depois ele faz questão de destacar que o conflito esteve relacionado apenas à situação de usos, de perda de sustento. Não necessariamente haveria violência e, nessa fala, percebe-se uma tentativa de aclarar a situação pensando nos sujeitos que cuidavam da extração das pedras. Na fala do

entrevistado, é possível observar um cuidado em tratar desses sujeitos envolvidos pelas UCs de forma a não creditar-lhes qualquer categorização que porventura venha a gerar desconforto. Esse cuidado de amenizar a palavra conflito no discurso foi observado mais tarde quando lhe foi pedido o contato de algum desses sujeitos para que também participasse da pesquisa. OP04 não passou nenhum contato e destacou que houve passividade dos sujeitos “desterritorializados”, portanto não teria ocorrido nenhum “conflito sério”.

Não foi conflito sério, não. Só perdeu o sustento deles e eles tiveram que parar, não foi mais nada. (OP04)

Entretanto, quando questionamos aos entrevistados ou aos respondentes do questionário se a criação das UCs influenciou na renda da pessoa ou da família, a maioria responde que não, como observamos na Tabela 14:

TABELA 14 – Influência das áreas protegidas na renda da família (Serra de Ouro Preto)

Opções de resposta	Morro São Sebastião	Morro da Queimada	Morro Santana/Morro São João	%	Número absoluto
Sim, positivamente	3	4	7	8.5%	14
Sim, negativamente	3	1	6	6.1%	10
Não	31	25	85	85.5%	141
Respondentes					165

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *As áreas protegidas (APA Cachoeira das Andorinhas; Parques ou Floresta) influenciam na sua renda ou na de sua família?*

Resposta única

A maioria aparentemente não seria prejudicada economicamente, mas não é isso que podemos ver no discurso, nos implícitos subentendidos e pressupostos. O mesmo entrevistado, por exemplo, que alertou sobre o trabalho daqueles que exploravam pedras, que falou sobre ter que vender seu gado por causa da proibição de deixar animais soltos no Parque, foi também quem disse que não houve nenhuma influência na renda:

Não. Ah, assim, influencia na qualidade de vida, né. O ar é puro, você está entendendo? É diferente, a água é pura, o ar é puro, então realmente, né, é mais longo, né, é mais, uma avaliação maior, mais ampla, né, na qualidade de vida, na qualidade da água, sim. (OP04)

Nessa resposta, o entrevistado inclusive incorpora o discurso das organizações preservacionistas, dizendo que a qualidade de vida melhorou. Há nesse sentido um reconhecimento de uma situação de prazer que não era tão reconhecida: a da proximidade

com a natureza e de relação intrínseca dela com a qualidade do ar e das águas. Quando questionado sobre o fato de ter sido privado da criação de gado, diz que na verdade sua criação não era algo de que dependia economicamente, já que era empregado. Sua criação seria uma forma de lazer e não de sobrevivência. Convém questionar, entretanto, por que 40 cabeças de gado comporiam uma atividade de lazer e se isso não afetaria de alguma forma a economia da família. O entrevistado, nesse sentido, esforça-se em dizer que não sofreu nenhuma influência econômica, entretanto na ênfase que dá a essa colocação, observamos o contrário.

Eles fecharam o Parque. Não era essa a necessidade, né. A necessidade do Parque era proteger contra depredadores, que é o ser humano, não animais. A lenheira continua lá, a lenheira busca lenha todo dia lá. (OP04)

Quando questionado sobre se o Parque não teria sido positivo por se tornar um lazer para os habitantes do entorno e para outros visitantes, OP11 novamente critica: o problema seria o tamanho dessa UC e a quantidade de áreas protegidas no município. Segundo ele, os espaços estão ficando muito restritos no município e a forma como apresenta essa colocação representa um movimento de territorialidades, uma vez que o controle de crescimento das casas se daria pela criação de UCs.

Eu concordo, eu concordo. Só que, mas desse tamanho? Seis hectares. Não tem mais lugar nenhum em Ouro Preto. Olha lá. Não pode construir mais uma casa, lá. Olha só. Cheio de Parque lá. Lá é APP, aqui é APA. (OP11)

A criação do Parque influenciou na vida de muitas pessoas. Entre essas, a maioria almejava uma alternativa de sustento para sua família e para a vida com a qual estavam acostumados. Exemplo dessas pessoas eram os integrantes da antiga associação de extratores, hoje Associação Flores nas Pedras das Camarinhas, queriam justamente o que muita gente do entorno menciona: uma alternativa. Tendo sido socializados em um tipo de trabalho, criar, sem ter conhecimento, um novo caminho de trabalho é muito difícil. Primeiramente porque o trabalho é um dos elementos que constitui a nossa identidade: o local do trabalho, a rotina, o saber fazer e os companheiros de trabalho representam parte da identidade da pessoa. Quando lhes é tirado isso, a instabilidade pode inclusive fragilizar a tomada de decisões, pode fazer com que conflitos intrafamiliares se estabeleçam, uma vez que a sobrevivência foi afetada, entre outras coisas. Nesse sentido, não é uma posição paternalista oferecer alternativas e socializar essas alternativas.

Então deram para gente lá na época trezentos reais por mês e uma cesta básica. [...] E disse para eles, falei: “Olha, nós precisamos do campo para trabalhar, nós somos homens fortes. Cesta básica é para uma pessoa humilde. [...] Uma pessoa que está lá acamada ou talvez está numa cadeira de rodas”. Não é orgulho nosso não. Cesta

básica nossa, a gente entra no supermercado é dois, três carrinhos. A gente pega as coisas de qualidade para gente. Não maldizendo do que eles deram para gente, não é? (codificação retirada)

O entrevistado, representante do grupo, diante de autoridades da justiça e dos gestores manifestou sua preocupação — almejavam uma alternativa de trabalho, que gerasse uma renda pelo menos próxima da que tinham e que tivessem esse resultado de seu próprio trabalho. Alguns grupos aceitaram os R\$300 por mês, mas outros não se acostuariam com esse rendimento e tinham fôlego para novas experiências. O resultado é que hoje a associação, com poucos perseverantes e novos integrantes, conseguiu financiamento de um projeto do FHIDRO e estão em fase de finalização de um campo de trabalho — produzirão mudas de espécies nativas e exóticas. O rendimento não é equivalente ao da pedreira, mas melhor que o salário mínimo. Cada associado recebe proporcional aos dias trabalhados e, além disso, consegue fazer trabalhos externos, na maioria dos casos na construção civil. Com essa alternativa, os associados estão tendo acesso a cursos e desenvolvendo outra cultura de trabalho. O mais interessante é que o fato de estarem conseguindo sucesso não faz com que eles sejam completamente passivos em relação aos caminhos da preservação, apresentam pontos de concordância e discutem elementos dos quais discordam, ainda que sua voz tenha pouca amplitude.

A associação tem obtido muitos logros, mas, assim como seu nome, sua base também mudou muito. Dos 25 associados que extraíam pedras, apenas três permanecem hoje. Os demais conseguiram emprego em pedreiras legalizadas ou passaram a trabalhar na construção civil.

A associação pretende trabalhar também com flores e plantas medicinais. A ideia é produzir mudas de bromélias e orquídeas da região, que, aliás, foram ao longo do tempo sendo roubadas da paisagem, onde hoje é o Parque, para compor quintais e jardins de moradores e de visitantes. O projeto com plantas deve vir em parceria com a escola de farmácia da UFOP, para pesquisas de possibilidades da região e do trabalho.

Flores também, flores também a gente vai fazer. Vamos trabalhar com a bromélia, que é lá da região mesmo, a orquídea, que é da região e talvez também, espero que sim, vamos conhecer plantas medicinais que têm muito lá e talvez, talvez não, vamos trabalhar com isso aí lá também. (codificação retirada)

A associação, é, portanto, uma parceira bastante importante do Parque. No futuro, poderá contribuir não apenas no fornecimento de mudas, como também em projetos de educação ambiental e que viabilizem a inserção de jovens nesse tipo de trabalho.

6.2.2 Principais problemas vivenciados na gestão do PNM Cachoeira das Andorinhas

De acordo com os gestores do PNM Cachoeira das Andorinhas, os principais problemas enfrentados são: regularização fundiária (ainda há moradores que não foram indenizados, um deles pedindo R\$1.000.000,00); presença de animais de fazendas vizinhas ou de propriedades inseridas no Parque; roubo de orquídeas e catação de lenha, entre outros.

Segundo um dos representantes da Secretaria de Meio ambiente, um dos problemas que a instituição tem com a comunidade é a diminuição do número de orquídeas, em função do roubo para comercialização. Infelizmente não foram encontrados os poucos jovens de 15 anos que tivessem essa prática para falar sobre o tema.

E a gente tem muito problema também com menores que extraem orquídea. [...] Comercialização de dois reais cada orquídea. [...] Raridade. Então [...] mas, toda hora você tem que ficar correndo atrás de menor aqui. Toda hora. [...] Ah, varia. Tem menor de 9 anos, 8 anos. Vai até 16. (E01)

Essa prática pode ser interpretada de duas maneiras: a vontade de ter dinheiro disponível e relativamente fácil e a resistência à tentativa de controle do Parque, não como uma crítica baseada em reflexões. Nesse sentido, uma representação que observamos, mesmo em casos como esse, de implícito subentendido, é que as áreas protegidas têm um caráter restritivo, uma de suas representações é a do limite e então essa prática poderia ser entendida como um desafio àquele que controla o limite. Nesse sentido, haveria também uma demonstração de um território de múltiplos controles.

Na cara de pau. Aí, polícia prende, leva em casa o danado do menor. Infelizmente, ultimamente é assim. É... saindo um pouco do Parque. Essa parte aqui tem bastante extração de madeira. (E01)

A necessidade da lenha também continua sendo um dos problemas. Considerando a proibição, embora o discurso da preservação ambiental seja bastante repetido, como veremos adiante, há práticas que sugerem, paradoxalmente, a rejeição das mesmas. O enfrentamento ocorre tanto quando OP05.1 diz que apanha lenha e deseja ser encontrada transportando-a, como quando critica a pouca capacidade de controle de algo tão importante — incêndio. A crítica se dá porque seria um absurdo controlar algumas pessoas que cortam lenha para uso, sendo que não conseguem controlar a perda de um incêndio provocado, que é muito maior.

Não, sempre eles incomodaram, assim, mas para a gente tirar lenha verde, para tirar graveto, esses trem assim seco, eles não incomodavam não. Mas agora, ultimamente, eles não estão querendo que saia com nada. [...] Agora, uma coisa que eu acho errada é que, na hora, eles puseram fogo lá na cachoeira e na cachoeira tem guarda-parque. Então, eu acho assim, se eles querem preservar, eles tinham que olhar para não pôr fogo, você concorda? Porque se pôs fogo, a lenha não vai fazer mais nada

não, minha filha, a lenha pode tirar. Eu sou doida que eles me cercam aí, eu ainda carrego também num cavalo. (OP05.1)

A gestão do Parque transferiu essa tarefa de fiscalização a quem tem poder de cobrar multa — a polícia. Deixou assim de ser um dos atores do conflito, distanciando-se do mesmo, mas fazendo ainda parte dele.

A comunidade no entorno aqui cresceu. É muito difícil você chegar e falar assim, não pode. Primeiro porque você tem... um monte de madeira. Falei, gente não pode. “Mas, isso aqui pode?”. Falo, ah, eu prefiro que não. “Liga pra polícia?”. Tirando madeira do meio do mato. Aqui não pode, aqui é Parque. “Aqui também?”. Falei, é. Por que vocês estão tirando madeira? [...] Falei, não pode. Aí, você tem que ficar... tem dois anos e meio já isso. (E01)

Algumas pessoas com quem conversei informalmente, ou que me concederam entrevistas, dizem que a lenha ainda é um problema e que não conseguem compreender por que uma marcação tão cerrada para a catação de lenha, quando deveriam se preocupar com questões maiores que têm uma interferência maior na UC.

Quando questionado sobre conflitos com os usuários de lenha da região que buscavam o recurso na área, E04 diz que nessa relação não haveria conflito, já que até hoje as pessoas vão até lá e saem com feixes de lenha. O entrevistado omite o horário que isso é feito, geralmente antes do expediente dos funcionários do Parque. Nesse sentido, entende que isso não comporia um conflito já que haveria um “acordo” implícito entre as partes. Todavia, podemos dizer que esse seria um conflito latente.

Não, porque nunca mexeram com a sustentabilidade, né, então não foi necessário, né. Porque tira lenha até hoje, no Parque, né? Ninguém nota, porque é só nas costas, né, na cabeça. Só as lenheiras, então não tem esse problema. (OP04)

Logo depois, quando pedido um contato de uma lenheira, o entrevistado hesita e diz que não sabe se ela aceitará falar comigo. Nesse sentido, é possível identificar de maneira mais clara o conflito latente. Ele não existiria, para OP04, porque não tem acontecido qualquer discussão. Mas no discurso observamos um implícito subentendido que representaria esse conflito, a possível não aceitação de um dos envolvidos em falar de um tema que seria complicado.

Um entrevistado que tira e transporta lenha também indica a existência de um conflito latente, que para eclodir basta que coincidam os horários de trabalho dos fiscalizadores e o dele. O desejo deste é que cada um fique no seu canto, na sua profissão e que não haja brigas, assim, o melhor é evitar o encontro mesmo.

Eu passo assim, no horário que eu passo assim, eu... rezo, como diz o outro, para o meu santo, na hora que eles passam eu já estou em casa, tchau para eles, é ou não é? [risos] Então o negócio... Eu também não vou andar de bandeira... Eu sei o que é que

polícia é, polícia... é o tipo da coisa, não desfaz quem é policial não... Cada um está na profissão, né? Mas... O cara sabe que eles não têm dó de ninguém, né? (OP10)

Uma entrevistada pensa bem diferente. Sente-se injustiçada. Continua trabalhando, mas registra que quem fiscaliza a catação de lenha e graveto deveria se preocupar com questões maiores.

Um outro entrevistado, ao falar sobre a inserção da comunidade na unidade de conservação, das relações de uso, tendo sido a questão da lenha abordada na entrevista, explicita que este já não seria mais um problema vivenciado pelos gestores da UC, já que com o uso recorrente do eucalipto para esse fim, esse problema teria sido sanado. E ao responder essa pergunta, introduz uma questão que traduz um conflito existente na localidade.

Aqui na nossa região? Eu acho que não tem muito problema não [com roubo de madeira para lenha], pelo menos eu não tenho visto falar muito disso não. Porque hoje em dia tem muita plantação de eucalipto, né? Eucalipto já é uma lenha... uma madeira que é plantada para aquilo, né? Para aquilo... Então preserva a outra parte. Agora, questão de candeia, essas coisas, eu não tenho esse tipo de conhecimento, por aqui não, né? Pelo menos por aqui não. (OP13)

No segundo fragmento sublinhado, ao lançar espontaneamente outro tema e ao negar conhecimento da situação, o entrevistado já apresenta o contexto de conflito, procurando isentar-se de qualquer fala sobre o tema, o que denota um medo em desenvolver o assunto, enfatizando o caráter de conflito. Ademais, a introdução do assunto feita por ele mesmo permite inferir que pressupunha seu interesse em saber sobre tal.

Essa relação entre caminhões de candeia (registrados ou não) *versus* catadores de lenha é muito frequente e ilustra o conflito.

Eles vão para lá, olha lá rapaz, tem documento tudo em dia, [...] mete a motosserra e corta mesmo e sai caminhão. Agora, só para o pobre é que não tem. Não sei como é que consegue. Quem tem [sinal com os dedos] eles liberam, agora quem não tem... quer proibir o cara, quer que o cara não faça é nada... (OP10)

Uma relação negativa entre a Secretaria de Meio Ambiente e alguns grupos das comunidades do entorno foi declarada, principalmente nas conversas informais, mas também nas entrevistas e em alguns poucos questionários. Nos questionários o que observava era o temor de que a pesquisa fosse para algum dos órgãos e, nesse sentido, as pessoas hesitavam muito em responder. Mas o fato é que há sim um conflito e também com o IEF, se consideramos pessoas que têm sítios nos Mendes e em outras áreas compreendidas pela APA. Ainda que esses conflitos, no caso da APA, estejam menos evidentes nos últimos tempos, ainda acontecem, segundo alguns entrevistados. O principal motivo para esses conflitos é a falta de fluidez na comunicação entre os grupos. Sendo interesses muito distintos, já temos aí um problema, mas o fato de envolver política faz gerar outro problema. Diante das nossas

frustrações com a política brasileira e a descrença em relação a nossos representantes, vários órgãos perdem reconhecimento e respeito. Para OP15, um caminho para a solução dos principais conflitos seria a melhoria na comunicação e essa melhoria passa por escutar mais ao habitante, e por trabalhar para uma negociação eficaz:

Eu vou te explicar para você o porquê que a relação da comunidade com o meio ambiente, o IEF, vamos dizer “meio ambiente” né, não é boa. Porque o pessoal precisa de ser educado. Com uma boa conversa acredito que chega num bom consenso. Porque hoje a comunidade acha que é chegar e desmatar, e não é por aí. Então se libera uma lenha seca para eles “tira” em uma parte que caiu aqui. Libera uma lenha seca para eles “tira” eles vão e “corta” a lenha verde para ela secar. (OP15)

O que algumas pessoas reclamaram foi da falta de esclarecimento. Alguns discursos estão sendo incorporados e algumas representações transformadas, com base nas novas vivências, mas o que falta é a socialização dos porquês. Limitam-se os usos, mas as explicações não são dadas de maneira completa e o desconhecimento implica na não sensibilização. O que deveria ocorrer é o intercâmbio de conhecimentos, do senso comum e da ciência, entrelaçamento esse que, já sabemos, é muito difícil.

Outro problema sazonal e que vem diminuindo são as queimadas. Um exemplo forte de afronta às UCs e ao conceito de preservação ambiental é o fogo. Embora E03 não tenha mencionado, o tema do enfrentamento é algo que deve ser considerado. Recentemente, o fogo é ateadado mais como forma de enfrentamento e para burlar as regras e não tanto para “renovar o pasto”. Se é assim, um trabalho muito mais profundo deve ser feito, no sentido de apreender as representações, para conduzir à reflexão em busca da transformação de uma prática.

Aqui em Ouro Preto a gente tem muito problema com fogo, né? [...] Eu não acredito em combustão espontânea. Tá, existe, mas não é o caso aqui. A gente tem muito... vários focos e é... São pessoas que o tataravô dele colocava fogo para o capim vir bonito. Então ele nunca entende que ele está jogando carbono na atmosfera, que ele está destruindo... a umidade do ar está baixando mais ainda, que ele está jogando partículas sólidas no ar e todo mundo respira mal, que está destruindo nascente, ele não entende isso, ele não consegue... (E03)

O uso da área do Parque como local para soltura de animais é um problema já conhecido e analisado. Nas unidades de conservação, equinos e bovinos geram muita degradação e, por isso, são retirados. Próximo à Cachoeira das Andorinhas, historicamente viu-se a soltura de animais como uma prática comum. Aqueles que não tinham pasto viam naquela área um caráter de uso público. Diante da proibição, alguns grupos retiraram seus animais e fizeram um pasto, outros venderam e outros infringem a norma, tornando difícil a relação entre funcionários e proprietários de animais:

Na realidade o problema de animais é o mesmo. Não diminuiu, são sempre os mesmos donos. Até identifiquei alguns. Mas, é aquilo que eu te falei. Se não tiver

como diminuir as entradas pra esses animais, porque eles já entram sozinhos. Foram criados aqui. 70 anos, 80 anos. O pessoal cedia terra pra comunidade criar. Aí, se a gente não fizer esse tipo de embaraço, aí não tem jeito. (E01)

FIGURA 2 – Animal solto na área do Parque.



Fonte: Arquivos da Pesquisa (2011)

Outro problema enfrentado na gestão do Parque, mas que não foi mencionado por ninguém da comunidade, é a pesca.

É que vem umas pessoas para poder pescar e não pode né? [...] No pocinho ali em cima e aqui embaixo. A gente tem que estar falando para não pescar, para não mexer. E é só. (E02)

Nas críticas que são feitas à forma como se faz a preservação, observamos também alguns conflitos. Quando o sujeito critica, muitas vezes ele traz seu problema para uma análise geral:

Proibiram, fecharam tudo, então não tem como, né? Preocupado em fechar da criação dos animais, que só come o capim e mais nada, e bebe a água. Tinha que cercar do povo, que o povo é que estraga. Depreda carro, destrói instalações, né, arrebenta alambrado, põe fogo no mato, tira lenha, então, polui a água, né, mas fazer o que? Cada um tem sua maneira, né? (OP04)

Por fim, temos o problema fundiário. Ainda há um sitiante que frequenta a propriedade no interior do Parque todos os dias. Segundo o gestor, essa família é causadora do principal conflito com a gestão do Parque. De seu lado, a família trabalha uma horta e comercializa os produtos, tem as criações de animais para alimentação e, nesse trabalho, a manutenção de uma identidade:

Eu aposentei foi em 91. [...] Aí quando eu aposentei, eu comprei esse terreno, que eu falei assim, para mim ficar assim, no meio de rua assim, eu não tenho paciência não. Eu... Não sei se a ignorância até ajuda também, né? Mas eu não aguento, assim, ficar na rua. (OP06)

Embora parecesse inicialmente que só havia um sitiante com problemas no relacionamento com o Parque, mais tarde outros envolvidos apareceram e um deles se mostrou muito indignado. Ele, quando comprou o terreno, já sabia do Parque com sua área compreendida por 1km de raio. Sua área seria, assim, vizinha à do Parque e, com isso, na forma como falava, foi possível observar interesse em trabalhar na atividade turística. Agora se vê em uma situação que não lhe agrada: a oferta de uma indenização muito baixa.

Eles invadiram minha área, só isso. Me falaram que é Parque. Isso não existe, não. Ah, eu comprei a área tem muitos anos atrás. Tem quase trinta anos. [...] Não, não fiz nada. Fiquei com a área. Comprei a área e, e... são duzentos hectares e eles invadiram a parte debaixo. A prefeitura e depois pegaram o Parque por motivos meramente políticos, o Parque é um quilômetro de raio, lá da Pedra do Jacaré, e jogaram até aqui dentro do morro. (OP11)

Ambos entrevistados que têm terras no Parque criticam o valor oferecido para a indenização, que não aceitarão.

Aí quiseram me pagar vinte e dois centavos o metro quadrado. Quer dizer, cada mil metros quadrados dava duzentos e vinte reais. Você compra isso onde? Mil metros quadrados por duzentos e vinte reais. (OP11)

A insatisfação de alguns entrevistados é tamanha que a maneira de falar sobre algumas pessoas envolvidas na gestão de unidades de conservação da região acaba se mostrando muito agressiva. Há casos, inclusive, em que a unidade de conservação é personificada na figura de um dos representantes das políticas de proteção.

6.2.3 Preservados territórios móveis

O começo é uma etapa extremamente importante, mas difícil, marca mais as pessoas e tem mais capacidade de mobilização. Começar é sempre um risco. Falar sobre o início dessas áreas protegidas neste trabalho visa a análise de um contexto que possa servir para que outras áreas protegidas sejam criadas com maior previsibilidade dos entraves e, com isso, mais chances de acertar na resolução dos problemas, embora cada caso seja único e cada contexto mereça uma análise. As pessoas na região não se inteiraram do processo no seu início, nem de todo o projeto, fato que é comprovado em algumas entrevistas e mencionado em várias conversas informais, após aplicação dos questionários. É possível também que o grupo todo tenha sido convidado para participar das decisões iniciais, mas considerando que não temos o hábito de acompanhar de perto a política e as transformações institucionais que são feitas mesmo em nosso território, pode acontecer de as pessoas de alguma maneira serem convidadas, mas de não participarem do processo. Despertar o interesse em participar e contribuir poderia ser a primeira etapa da criação de uma UC e de programação para uma

gestão democrática. O caso do PNM Cachoeira das Andorinhas, por exemplo, teve pouca participação das comunidades no período inicial. Um dos funcionários do Parque, sendo morador de Ouro Preto e já trabalhando na área de meio ambiente, não sabia do projeto do Parque e conta sobre a não participação da população do entorno imediato:

Eu não conhecia. Não sabia que estavam construindo o Parque. Pra você ter uma ideia. E muita gente questiona até hoje que eles não entenderam como foi o processo. Porque muita coisa aconteceu que eles não sabiam. [...] [Apesar de ter sido] consulta pública. Mas, ficou muito fechado pra Associação de Bairro. Eu não acompanhei o processo diretamente, então, eu estou te falando o que o pessoal me conta, tá? (Codificação retirada)

As poucas pessoas que se disponibilizam a participar das reuniões, se não estão envolvidas diretamente em algum tipo de decisão, acabam desanimando por muitas vezes estarem presentes, mas não conseguem falar ou, quando falarem, não serem ouvidas. Segundo um entrevistado que participou de uma reunião do projeto, no início e nas tomadas de decisão posteriores, nas reuniões poucos são ouvidos. As reuniões seriam pró-forma, pois as decisões já teriam sido tomadas o que desmotivaria alguns moradores a participar e motivaria a des-democratização, por uma descrença nos processos ditos democráticos:

Não, não. Toda reunião que eles fazem aqui [governantes municipais e relacionados com o Parque], eles é que falam, eles não pegam a opinião do povo nem nada e vai fazendo desse jeito aí, igual fez o... colocou aquele negócio ali, não é cerca? Como é que fala, ali no Morro São João. (OP10)

O Parque ainda está muito distante da comunidade, fato comprovado, por exemplo, com o pouco prestígio da festa de inauguração diante dos habitantes do entorno. Mas, se de um lado um entrevistado diz que houve pouco prestígio, de outro, habitantes dizem que não ficaram sabendo e nem foram convidados:

Outro dia teve inauguração lá, eu falei “de que?”, nem a gente ficou sabendo. Nós ficamos sabendo porque fomos na rua e alguém comentou que não sei o que ia ter no Parque das Andorinhas. Eu falei, “uai, mas eu não estou sabendo disso não”. (OP03)

Outra maneira de identificar certa rechaça, por parte de alguns moradores dos arredores, é o fato das pessoas terem praticamente boicotado a inauguração do Parque. Tal evento foi criticado por alguns entrevistados e por algumas pessoas que responderam ao questionário. Alegaram que as pessoas não quiseram ir ao evento porque o lugar foi inaugurado sem ter sido terminado e porque não estariam satisfeitos com a estrutura montada. Pelo menos no Morro São Sebastião, algumas pessoas demonstraram ter visto o convite, mas optado por não ir.

OP11: Não, ninguém tá... aqui no bairro, você pode fazer uma pesquisa aí que você vai ver. Ninguém tá concordando com aquele negócio que fizeram lá em baixo, não. Fizeram uma, uma monstruosidade. Daqui uns dias nem morador daqui vai poder entrar lá.

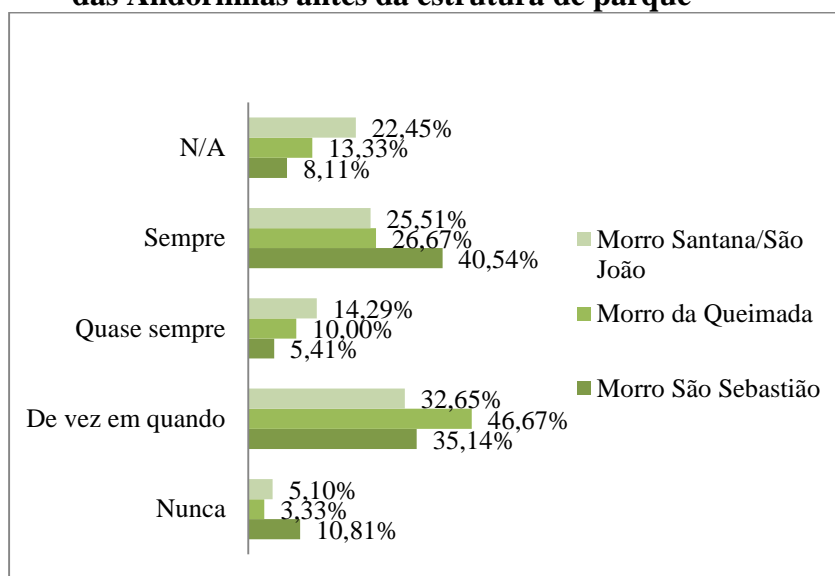
Vizinho de bairro: Ninguém nem vai lá, quase.

OP11: Ninguém nem... Inauguraram lá, não tinha ninguém do Morro lá. [...] Ah, eles [moradores do entorno] não estão nem aí pro Parque. Porque não era isso o que eles [gestores] queriam também? Queriam o Parque mais natural...

O que poderia ser caracterizado como um boicote, segundo os entrevistados, seria algo desejado por aqueles que defendem esse tipo de UC. Nesse raciocínio, a diminuição das visitas dos moradores ao Parque estaria associada a um mecanismo da gestão para afastar essas pessoas. Relembramos, assim, a crítica à higienização a partir de processos de proteção/valorização de espaços. Os parques sem gente, tão falados na literatura, são percebidos por alguns moradores. A tentativa de construir a ideia do “*wilderness*” é percebida não só pelos estudiosos do tema, mas também por aqueles que vivem de perto a criação de UCs, especialmente, a de parques.

Os Gráficos 19 e 20 mostram a mudança na frequência dos moradores “entre-parques” na UC em questão. As perguntas feitas, respectivamente, foram: “Antes de ser Parque, com que frequência você visitava a área?” e “Depois de ser Parque, com que frequência você visita a área?”. Para ambas as perguntas, as opções de resposta foram “Nunca”, “De vez em quando”, “Quase sempre” ou “Sempre”. O objetivo dessa pergunta era verificar justamente o grau de envolvimento dos moradores com a área antes e depois do Parque. “Ser parque” para a população está relacionado com a construção do receptivo e do fortalecimento das políticas e punições que atendem à “preservação ambiental”. Assim, lembramos que essa pergunta tem uma referência relativa à percepção da criação do Parque e, não necessariamente, à data em que foi criado no papel. Com base nesses gráficos, observamos a diminuição expressiva do número de pessoas que visitam o Parque quase sempre ou sempre, exceto pelo grupo de moradores do Morro São Sebastião, que manteve o percentual de quase sempre, dado coerente com as informações qualitativas que indicam maior apropriação do Parque por eles. Aumentou o percentual de moradores do Morro Santana/São João e do Morro São Sebastião, que vão ao Parque de vez em quando, mas até mesmo nessa frequência houve diminuição em relação aos que são do Morro da Queimada, sugerindo assim insucesso em despertar o interesse do entorno.

GRÁFICO 19 – Frequência dos moradores da Serra de Ouro Preto no PNM Cachoeira das Andorinhas antes da estrutura de parque

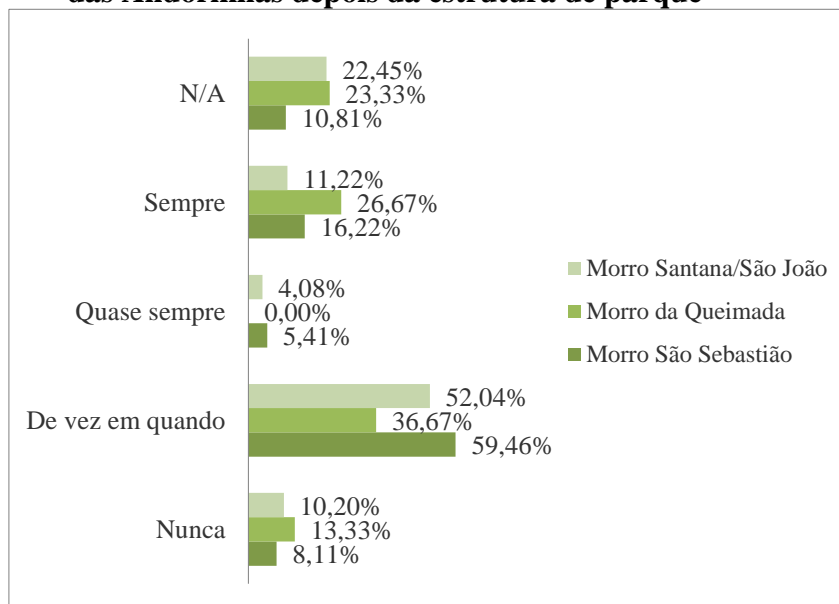


Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Antes de ser Parque, com que frequência você visitava a área?*

Resposta única

GRÁFICO 20 – Frequência dos moradores da Serra de Ouro Preto no PNM Cachoeira das Andorinhas depois da estrutura de parque



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Depois de ser Parque, com que frequência você visita a área?*

Resposta única

Um entrevistado mostra que esse afastamento se dá porque a gestão do Parque não estaria direcionada para o envolvimento e participação da comunidade na gestão do mesmo. Acontecem eventos que podem ser considerados atrativos, formas de lazer para a

comunidade, mas ela não se sente contemplada, porque é convidada a participar como uma espectadora, para assistir a algum evento e não para integrá-lo efetivamente:

Eu me lembro há um certo tempo atrás, que teve um evento de *mountain bike* aqui, disseram que era para a comunidade participar e tal, para a comunidade ver, mas, no final das contas, o que aconteceu? A comunidade ficou olhando, atrás de uma fita os profissionais lá e tal e todo aquele aparato. Os profissionais fizeram um evento, como se fosse um brinquedo de... de corda. O brinquedo fez o trabalho dele todo e a criança, que seriam as pessoas, ficaram vendo. (OP13)

Dessa maneira, outra perspectiva que temos que analisar é a do território. Resgatando trabalho anterior (SOUZA *et al.*, 2007), observamos que o sentimento de pertencimento de um sujeito a um grupo e do grupo a um espaço é um importante definidor do que é a territorialidade. O território também contribui para a formação da identidade, na medida em que traz símbolos e imagens:

que materializam a identidade e tais elementos são incorporados pelos sujeitos que nele se relacionam. Dessa forma, cria-se entre aqueles que dividem o mesmo território uma tomada de consciência política, fundada em um sentimento de cumplicidade e de identificação (SOUZA *et al.*, 2007, p.6).

Quando são mudados os símbolos e as imagens de um lugar, é possível também que este deixe de ser uma referência para algum grupo e que, de repente, possa ser uma referência para outro. A área da Cachoeira das Andorinhas, ainda que tenha sido decretada como Parque, em 1968, até o início do século XXI não havia passado por muitas transformações. A partir do momento em que se geram as mudanças é que a territorialidade fica móvel. Os sujeitos que haviam se apropriado do espaço são desterritorializados. Há tentativa de conduzir a uma re(apropriação), contudo, da maneira como é feita, há um uso, mas não uma (re)territorialização, ou seja, com relativa estabilidade. Dessa maneira, há uma dinâmica territorial no contexto de uma estabilidade do espaço, que é conduzida pela conotação do ambiente preservado. A reterritorialização do espaço pode ocorrer, entretanto, este ainda não é o contexto do Parque.

Antigamente havia muitas famílias que frequentavam a área da Cachoeira das Andorinhas, nos finais de semana e feriados, como lazer familiar e de amigos. Depois de um tempo, o lugar foi desterritorializado. As famílias saíram e jovens passaram a frequentar e ter o poder sobre os usos das cachoeiras e o desfrute da paisagem, muitas vezes interessados no uso de drogas e álcool. Outro grupo moveu esse território e o deixou completamente instável — pessoas da região ou de outras regiões passaram a assaltar turistas e moradores em visita ao lugar, fazendo com que se criasse, inevitavelmente, uma rechaça ao mesmo, que passaria a ser o lugar da violência.

Embora funcionários e gestor digam que não, a imagem permaneceu. Usando dessa imagem, muitas vezes a gestão da UC é criticada. Enquanto deixariam um problema como esse acontecer, outras coisas que supostamente teriam menor importância seriam tolhidas, como é o caso da soltura dos animais:

É. Eles tão preocupados em guardar o Parque de animais, e animais irracionais, né, mas tinha que guardar dos animais racionais, que assaltam turistas... (OP04)

Nesse sentido, a retomada do projeto de UC para a recuperação da área em termos de controle e a criação de uma estrutura de apoio ao visitante, aparentemente, representariam a retomada de uma área de lazer por parte da comunidade. Algumas pessoas percebem essa estrutura como um atrativo a mais para a área, que facilitaria a preparação para a visita.

Tem o vestiário masculino, tem feminino, que você pode tomar seu banho lá nas águas lá já vir para cá, quando você for embora, tomar seu banho, colocar sua roupa e você sai bonitinho até para uma festa, né? [...] E tem bebedouro que antes não tinha, colocaram também. Melhorou muita coisa ali, tem lá espaço lá dentro para, para reuniões, tem sala, não sei se você já esteve lá? (OP15)

No entanto, às vezes essa retomada é percebida como uma forma de “higienização”, de uma valorização de um espaço para tornar-se território de outro grupo. Seria análogo ao investigado por Paes-Luchiari (2006) em contexto urbano de patrimonialização.

Assim, muitas pessoas, conforme observamos nos questionários e na avaliação do Parque, justificam sua ausência nessa que seria uma área de lazer daquela região, por causa da falta de segurança e da violência atribuídas ao local. Mas há algumas pessoas que manifestaram também insatisfação em relação à maneira como o morador é tratado, se comparado ao turista. Haveria certa desconfiança em relação ao morador quando entra na trilha, o que seria justificado pela violência vivida naquela região. Uma moradora do Morro Santana critica a forma como os funcionários do Parque tratariam os moradores, o que poderia ser observado pela forma como recebem, por olhares de repressão ou até mesmo pela maneira como falam o que pode ou não ser feito. A entrevistada se sentiu, algumas vezes, humilhada e prefere usar os feriados para ir, por exemplo, a Lavras Novas, onde se sente mais bem recebida. Seus filhos não têm aproveitado a área do Parque como ela costumava fazer quando tinha a idade deles. A diferença de frequência por gerações se dá tanto pelo fato de a família socializar uma “não aceitação” do morador no Parque, como por causa da violência, já que a trilha para chegar à cachoeira representaria periculosidade.

O Parque das Andorinhas hoje é para o povo de fora, não o povo da cidade. Porque antigamente a gente tinha liberdade, a gente podia sair, passear, aproveitar, ver a família. Hoje em dia a gente vê que o povo de fora tem mais oportunidade que nós mesmos da cidade. Aí eles falam que o povo da cidade não procura. Quando procura, a gente é tipo... humilhado. [...] Eles só olham a gente como se a gente

fosse marginal. Tem marginal? Tem. Como em qualquer lugar, mas todo o mundo não é igual. (OP07)

A mesma entrevistada mostra que essa diminuição da frequência de moradores nas áreas protegidas é generalizada no município. Embora fora do escopo deste trabalho, o Parque do Itacolomi é um exemplo, onde o problema por parte do morador teria avançado ainda mais, com a limitação financeira, pois o morador tem que pagar para entrar. Nesse sentido, observamos uma pré-crítica da entrevistada, que se adianta em dizer também: imagina se o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas passasse a cobrar entrada dos moradores.

Mas assim, aqui no caso, a gente não tem liberdade. Eu acho muito triste, que nem no Parque do Pico do Itacolomi, quando não era Parque, a gente ia à vontade, a gente passeava lá. Hoje em dia, para entrar, você tem que pagar. Eu acho o ó, você da cidade, ter que pagar para entrar num lugar que é da cidade. (OP07)

Vejam os que diz, sobre o mesmo tema, um entrevistado com mais instrução e recursos financeiros, de Ouro Preto, que tem casa no condomínio vizinho ao Parque:

As pessoas daqui não vão investir num biquíni legal, numa roupa de caminhada legal, e elas vão se retrair quando... porque tá começando a acontecer já, nas caminhadas aqui, você encontra a elite ouropretana. Isso vai começar a distanciar as outras pessoas. Aí aquilo que seria pra ser um bem da comunidade e que viria pra melhorar a cabeça das pessoas, eu vou sempre tocar na questão da autoestima, não vai se transformar nisso, por causa, existe até uma auto, auto, é... [...] Segregação. Sabe? Mas isso, sabe, tem que ter alguém de sociologia, pra falar, perai, a gente tem que repensar pra isso não ocorrer dessa maneira, né. (OP08)

Contribuindo para compreender os pontos positivos e negativos da presença da UC na região, os moradores da Serra de Ouro Preto responderam à pergunta “Qual a nota de 1 a 10 você dá para o PNM Cachoeira das Andorinhas?” A nota média atribuída ao PNM Cachoeira das Andorinhas, por parte dos moradores da Serra de Ouro Preto, foi 7.29. Embora os habitantes do Morro São Sebastião sejam os que mais frequentam o Parque e o reconhecem como equipamento de lazer, são os que conferem menor nota, o que permite inferir que são mais exigentes, já que também são os que elogiam.

TABELA 15 – Nota para o PNM Cachoeira das Andorinhas (Serra de Ouro Preto)

Nota de 1 a 10	Morro São Sebastião	Morro da Queimada	Morro Santana/Morro São João	Serra de Ouro Preto
1	1	0	1	2
2	0	0	3	3
3	0	0	2	2
4	2	0	2	4
5	6	2	6	14

6	5	2	10	17
7	6	3	7	16
8	7	7	21	35
9	2	5	10	17
10	5	2	9	16
N/R	3	9	27	39
	6.91	7.81	7.15	7.29

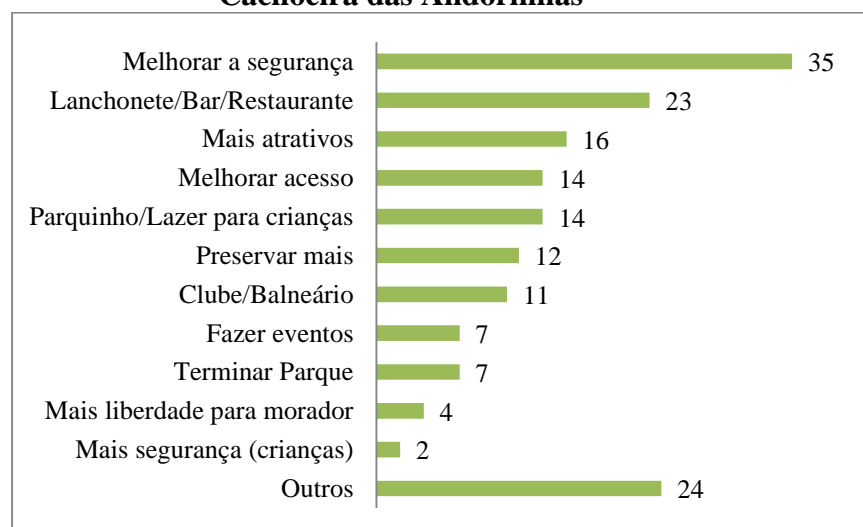
Respondentes 165

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Que nota de 1 a 10 você dá para o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas*
Resposta única

As principais sugestões para melhorar o Parque são apresentadas no Gráfico 21:

GRÁFICO 21 – Sugestões dos moradores da Serra de Ouro Preto para melhorar o PNM Cachoeira das Andorinhas



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *O que poderia ser feito para melhorar a sua nota?*
Respostas múltiplas espontâneas

Tal como dito por professoras de São Bartolomeu, também nos questionários respondidos em Ouro Preto duas pessoas sugeriram que melhorasse a segurança na estrutura do Parque, principalmente com o objetivo de conceder mais liberdade às crianças, com menos risco. “Mais liberdade” para o morador, está relacionado a dois aspectos: liberdade para catação de lenha; e para visitar. “Fazer eventos”, citado sete vezes, proporcionaria mais envolvimento da comunidade no Parque. Inclusive, uma das pessoas citou que poderia haver até escolinhas no Parque, aumentando o uso. Também mencionado sete vezes, “terminar o parque” significa terminar a estrutura e cumprir com as promessas feitas. As pessoas criticam muito a morosidade dos processos na região e o Parque se tornou um desses elementos críticos. “Trabalhar o Parque como se fosse um clube ou balneário” é uma sugestão que está

relacionada com as demandas por um “clube”. As populações sentem falta da época em que manejavam as pedras para represar água em um poço, sendo que um entrevistado exemplifica com a fala de conversão ideal do Parque em equipamento de lazer para a comunidade, como fizeram em Congonhas no Parque da Cachoeira. Sabemos que não é o caso, por ser uma unidade de conservação, mas a gestão do Parque deve entender esse interesse para que possa oferecer algo relacionado. “Preservar mais” foi uma crítica disfarçada de sugestão, por meio da qual as pessoas deixavam pressuposto que a Secretaria de Meio Ambiente ainda não cuida de maneira ideal do Parque, sugestão que pode ser interpretada como uma forma de desafiar os gestores. A sugestão de “melhorar acesso” vem acompanhada em alguns casos de “disponibilizar transporte”. As pessoas acham o lugar distante e avaliam a estrada negativamente. Para alguns, podia até ser asfaltada e, nesse caso, estender a linha de ônibus do Morro Santana ou do Morro São João seria tarefa fácil. A sugestão de se criar uma linha de ônibus associada à melhora do acesso é coerente com a sugestão, repetida 35 vezes, de melhorar a segurança. O problema pode até ser que não considerem necessariamente distante, mas devido à “insegurança” relacionada ao caminho, haveria essa sensação. “Ter mais atrativos” foi mencionado 16 vezes, variando os tipos de atrativos: trilhas ecológicas, bancos para sentar, apreciando a natureza e desfrutando a companhia de um grupo entre outras. “Parquinho/lazer para crianças” pode também ser entendido como “melhorar atrativos”. No entanto, por ter sido especificado 14 vezes, essa sugestão também compõe o gráfico e está coerente com a sugestão da maioria das pessoas do entorno para lazer e descanso no bairro, como vimos. “Serviço de alimentação” é outra demanda da população, ainda mais porque a estrutura para a lanchonete já estaria pronta, e também devido ao fato de acharem o Parque muito distante. “Melhorar a segurança” como vimos em alguns recortes de entrevistas, ainda é uma demanda. Mesmo que os gestores afirmem a melhora considerável nesse aspecto, a população reconhece que no Parque está tranquilo, mas que o caminho é perigoso.

Ao citar os aspectos de melhora, principalmente, ao citar “terminar parque”, “preservar mais” e “mais atrativos”, as pessoas tendiam a fazer outras críticas, atribuindo a lentidão da efetivação do Parque à politicagem.

Sujeitos envolvidos na preservação ambiental também fazem críticas às políticas de proteção ambiental. Um entrevistado mostra como a criação de UCs é usada no *marketing* político, que funcionaria apenas para um grupo de pessoas, principalmente o das grandes cidades. Para os habitantes do entorno de UCs, esse tipo de estratégia atualmente

representaria um ponto de conflito: ora as UCs são boas para a população, ora são restritivas a ponto de incomodarem muito.

Não... eu... infelizmente, meio ambiente virou um meio de *marketing* político. Eu vi uma vez um discurso de um governador, falando “criamos não sei quantos mil hectares de áreas protegidas”. Só que sabe como ele cria? Ele pega uma área e fala assim: “isso aqui é um parque”, decreta, aí não põe nada, não estrutura, não faz nada. É porque isso dá ibope para ele no discurso, mas agora estruturar aquilo lá, colocar gestor, agente ambiental, agente trabalhando ali, ele não aparece. (E03)

Apenas com a comunidade do Morro São Sebastião, podemos falar que a gestão do Parque tem, de fato, uma parceria.

A comunidade de São Sebastião principalmente. [...] Tomam conta mesmo. (E01)

O Parque, que teve como principal objetivo de sua criação a preservação da Cachoeira das Andorinhas, tem seus usos, obviamente, relacionados à água. Além dos banhos como lazer, que aliás têm sido pouco desfrutados, a área também seria usada para rituais religiosos de diferentes crenças, como batismo.

Então, eles usam aqui pra batismo. Então, de vez em quando... Teve um dia que teve aí três igrejas, duas evangélicas e uma católica. Pra você morrer de rir. Eles têm um ciúme... (E01)

Desperta a atenção o fato de a população do entorno não ter mencionado esse uso, mas sim pessoas que trabalham no Parque. Isso pode ter acontecido, provavelmente, por a UC não ter interferido nesse uso e, portanto, não ter gerado nenhum incômodo.

6.2.4 Turismo no Parque

Morador, sempre próximo do Parque, OP06 observa que as pessoas que mais visitam o Parque são turistas, a população ouropretana pouco tem desfrutado da UC. Apesar disso, não podemos dizer, de maneira alguma, que esse seja um atrativo turístico forte do distrito sede, já que tem estado bastante vazio.

Não, esse pessoal... mais que visita lá mais é pessoal de fora, né? As pessoas, assim, de fora, é que sempre mais visitam. (OP06)

Estando sempre nos dois albergues mais populares de Ouro Preto, cujo público é geralmente reconhecido como mais interessado em um conhecimento transversal dos lugares que visita, pude fazer uma análise sobre o turismo no Parque. Em conversas informais com vários turistas, brasileiros e estrangeiros, pude observar que as áreas protegidas e o turismo de natureza despertam interesse, sendo menos para os brasileiros. No entanto, a fama de Ouro Preto pelo barroco e pela arquitetura urbana ofusca a mínima visibilidade, tanto do Parque Estadual do Itacolomi, quanto do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas.

Os turistas, principalmente europeus, sempre comentavam que de Ouro Preto buscariam algum lugar com cachoeiras, perguntavam por sugestões, comentavam as sugestões presentes em seus guias (Caraça, Lavras Novas e Serra do Cipó entre outros). Em seus guias, Ouro Preto era destaque apenas pelo patrimônio histórico-arquitetônico. Tampouco nas informações turísticas, recebiam indicações para visitar esses dois parques. Quando comentava com eles sobre a pesquisa e sobre as UCs, principalmente com estrangeiros, o interesse em conhecer os parques e até ficar um dia a mais na cidade ficava evidente. Em alguns casos, inclusive, estrangeiros e uma brasileira me acompanharam em campo e me pediram para levá-los até a “tal Cachoeira das Andorinhas”. As pessoas realmente gostavam, achavam lindo, mas retornavam comigo, não ficavam, também porque apenas em um desses casos houve de fato uma recepção.

Da perspectiva de quem preserva, a visitação não ocorreria tanto porque os guias não estariam preocupados, como pelo fato de que não haveria uma demanda por esse tipo de atrativo. Contudo, o que observei é que há uma demanda potencial que pode ser minimamente estimulada, seja por meio do serviço de informações turísticas ou por guias e pousadas. Com esse estímulo, o turista permaneceria mais tempo em Ouro Preto ou retornaria em outra ocasião para visitar os atrativos naturais. O mais interessante de Ouro Preto é que é um lugar em que facilmente pode ser observada a relação intrínseca que há entre história e meio ambiente. Trabalhar o turismo histórico-arquitetônico associado ao turismo de natureza tornaria o produto mais complexo e mais atrativo, além de também ter um efeito multiplicador no que tange à educação ambiental.

Hum... fraco. Só o patrimônio histórico assim, que eles focam. Não levam...

Por que eles não sabem? Por que os turistas não querem?

Eu acho que os dois. Porque aqui eu acho que acaba sendo caro a visita e quem vem, vem pelo patrimônio histórico mesmo. Aí, como não tem demanda, não tem procura por parte deles... (E03)

Há também outra atividade que atrai turistas: a escalada. Esta se configura como uma dificuldade para a gestão do Parque, já que há a responsabilidade por parte da UC sobre as pessoas que estão na área, e porque haveria algumas pessoas que além de ir para escalar acabam por prejudicar o ambiente, pegar mudas etc.

Mas ali é muito gostoso viu menina, tem o pessoal que está, que vem de fora né, fazer escalada lá. (OP15)

FIGURA 3 – Escaladores de outro Estado na área do Parque



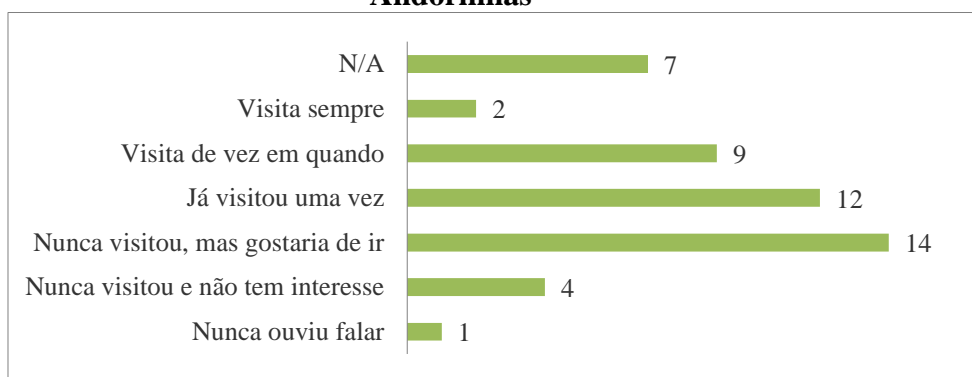
Fonte: Arquivos da pesquisa, 2011.

Na foto acima observamos dois escaladores que se deslocaram de Brasília para escalar na Serra de Ouro Preto. Saíram de Brasília de carro, com todo o equipamento para passar um dia inteiro escalando³⁶ na área do Parque. Quando questionados se sabiam que estavam em uma área de Parque, disseram que não e que muitas vezes chegam em locais para escalar. Quando são abordados por alguém, é que descobrem que é área de Parque. Isso acontece, segundo eles, por não haver sinalização adequada e pouca divulgação de áreas de escaladas em Parques.

Quanto ao turismo regional, entre as três áreas protegidas — Parque Arqueológico; Floresta do Uaimii e Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas —, este último é certamente o mais conhecido em todo o município. Em São Bartolomeu, apenas 8 das 49 pessoas nunca ouviram falar do Parque ou não responderam a essa questão. 23 dos 49 entrevistados já visitaram pelo menos uma vez e 18 nunca visitaram, sendo que desses 18, quatro têm interesse em ir.

³⁶ O que eles fazem é o tipo *boulder*, caracterizado pelo não uso de cadeira e cordas, sendo o único equipamento de segurança os colchões, denominados “*crash pad*”.

GRÁFICO 22 – Frequência dos moradores de São Bartolomeu no PNM Cachoeira das Andorinhas



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Sobre o seu envolvimento com o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas, você...*
Resposta única

A nota média atribuída, por parte dos moradores de São Bartolomeu, ao Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas foi 7.53, entretanto, essa média foi calculada com base apenas em 19 respondentes.

Assim como na avaliação por parte da comunidade do entorno imediato do Parque, aqui também a sugestão mais frequente é cuidar da segurança. Definitivamente, o caminho para o Parque é reconhecido como inseguro.

TABELA 16 – Dicas para melhorar o PNM Cachoeira das Andorinhas (São Bartolomeu)

Opções de resposta	Frequência de respostas
Outro	1
Melhorar segurança (aspectos físicos)	2
Melhorar divulgação/atividades	2
Espaços para lazer/lanchonete	2
Melhorar segurança (policimento)	10
Não Respondeu	32
Total	49

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *O que poderia ser feito para melhorar a sua nota?*
Respostas múltiplas

6.2.5 Oportunidades para o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas

Um dos entrevistados diz que uma de suas principais críticas é a falta de visão de oportunidades relacionadas com o Parque. As comunidades do entorno, que sofrem muito

com violência e desigualdades sociais, poderiam ter no Parque uma oportunidade de emprego, de lazer e um espaço de sociabilidade e de educação. Para ele, por exemplo, poderiam ser oferecidos cursos de guia de turismo.

Eu acho que, por exemplo, o caso da Cachoeira das Andorinhas, está muito mal explorado. Assim, vem sendo feita alguma coisa, melhorou um pouco, só que tinha que formar os meninos pra serem guias, sabe, é esse incômodo que eu tento passar para os políticos daqui, para as pessoas, sabe. (OP08)

Nessa fala poderiam surgir críticas à forma paternalista de “oferecer” cursos. Entretanto, o que se tem observado é que o desconhecimento das oportunidades simplesmente não conduz a novas práticas. Difundir possibilidades e oferecer cursos, exigindo contrapartidas daqueles que se inscrevem, seria uma política interessante para formar a mão de obra para o turismo no atrativo. O Ecomuseu pode ser um caminho de integração, que ainda é pouco explorado e se apresenta como uma forte oportunidade, discutida adiante.

O que acontece nesses bairros é uma inércia, comprovada inclusive na aplicação dos questionários. A crítica de OP08 às pessoas que não buscam oportunidades de trabalho, que continuam com a bolsa família, dependendo de alguém, parece coerente quando analisamos a postura de muitas pessoas ao responderem o questionário. No momento de avaliar a estrutura do bairro, por exemplo, de falar do lazer, já que as notas eram sempre muito baixas, ao pedir que sugerissem, a resposta saía, mas como se fosse automático na maioria das vezes e pouco refletiam. As automáticas eram: uma pracinha; parquinho para as crianças brincarem e também o campo de futebol. Intrigou-me a invisibilidade das necessidades de lazer das meninas e das mulheres. São pessoas que não estão acostumadas também a serem ouvidas, o que contribui para o comodismo e pouca exigência. Estimulá-los a pensar sobre o lugar onde vivem e suas necessidades, juntamente com apresentar alternativas, pode ser uma maneira de estreitar os laços. Surpreender, por exemplo, com sugestões de lazer destinado a mulheres, grupos de ginástica, cursos de guias, entre outras coisas pode ser bastante interessante para o relacionamento do Parque com a comunidade do entorno, em um trabalho de integração das UCs na vida cotidiana de seus vizinhos.

Elas [pessoas dos bairros] acham que o mundo começou assim e vai terminar assim. Aquela coisa do destino estar traçado. Uma coisa incomoda demais até. E muita gente se aproveita disso, é claro. (OP08)

Uma ideia de um entrevistado, que não trabalha em unidades de conservação, mas que se mostrou bastante crítico em relação à formação para preservação, é de que a comunidade seja convidada para eventos dos quais façam, efetivamente, parte. Um exemplo interessante seria das incursões em unidades de conservação, em que se proporcionaria um aprendizado

sobre o lugar que está sendo preservado, características físicas, ambientais, usos culturais etc. Poderiam ser convidadas pessoas da comunidade e externas, mas que tivessem conhecimentos de usos de plantas medicinais ou que tivessem histórias relacionadas com os lugares visitados, para que fossem compartilhadas.

Por que a gente tem tanta área ambiental aí? Tanta área com matas aí? Porque que... não precisa de montar uma estrutura permanente para isso. De vez em quando pode chamar a comunidade de um certo bairro, igual aqui mesmo e, de repente, vir com profissionais, as pessoas se disponibilizarem a fazer os passeios ecológicos, com explicação, mostrando os locais, tipo vegetação, fauna, flora... [...] Se você conhece melhor o local onde você está, a fauna e a flora, você preserva melhor. Tem profissionais habilitados pra isso. (OP13)

6.3 Parque Arqueológico Morro da Queimada: um projeto parado no tempo da comunidade

*Quando um dia fores grande,
e passares por ali,
Dirás: “Morro da Queimada,
como foste, nunca vi;
Mas, só de te ver agora,
ponho-me a chorar por ti:*

*Por tuas casas caídas,
pelos teus negros quintais,
Pelos corações queimados
em labaredas fatais,
- Por essa cobiça de ouro
que ardeu nas minas gerais”.*
(Romanceiro da Inconfidência, Cecília Meireles)

Em 19 de dezembro de 1996, foi aprovada a Lei Complementar Municipal nº 01/96, que instituiu o Plano Diretor do Município de Ouro Preto e deu outras providências. Nesse documento, foi prevista a criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, na Seção II – Das Zonas de Proteção do Distrito Sede. (OURO PRETO, 2001)

A área destinada a esse Parque seria a parte mais a montante da Serra de Ouro Preto, por ser a menos povoada. Embora a Serra de Ouro Preto seja considerada um grande sítio arqueológico, devido ao adensamento populacional não seria conveniente uma proposta de um parque muito grande. Foram registradas na área destinada ao Parque 16 moradias, sendo que cinco delas foram construídas rapidamente, depois que já haviam iniciado o projeto de criação do Parque Arqueológico.

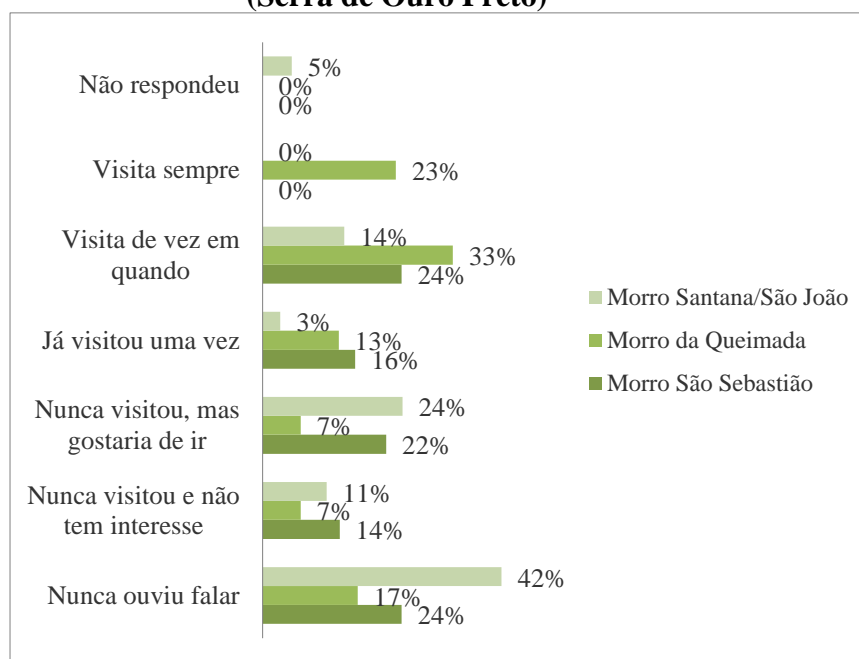
Em 2005, o projeto do Parque Arqueológico foi aprovado, de maneira independente ao Parque Natural Municipal das Andorinhas, que já era legalmente instituído, embora existisse somente no papel. O ato foi publicado no *Diário Oficial da União*, seção 1, nº 244, página 39, em 21 de dezembro de 2005, conforme descrito na introdução da página disponível na

internet do referido parque. De 2005 até 2009, conforme é descrito na página *web*, algumas ações foram estabelecidas no sentido de regularizar e implementar estrutura de um Ecomuseu. É possível observar, nesse sentido, a independência completa do Parque Arqueológico (nesse momento juntamente com o Ecomuseu) em relação ao PNM das Andorinhas. O andar junto do Parque Arqueológico e do Ecomuseu é percebido quando acessamos os documentos disponíveis no *site*. Mas se nos atentamos um pouco, percebemos que a partir do final de 2008 a participação do Ecomuseu no *site* deixa de ser destacada.

Uma das diferenças dessa área protegida, se comparada às demais, é que pelos trabalhos publicados pela comissão envolvida no processo de criação do Parque Arqueológico e do Ecomuseu há participação direta de pessoas da comunidade vizinha. A própria noção de Ecomuseu, segundo Mattos (2008), envolve a participação comunitária em pesquisa e visitação. No entanto, em campo, constatei que houve uma cisão e que essa característica tão importante da participação comunitária é intrínseca apenas ao Ecomuseu.

Conforme observamos nos resultados da etapa quantitativa, e com base nas informações obtidas em entrevistas e conversas informais, a comunidade da Serra de Ouro Preto que mais está relacionada com a área onde será o futuro Parque Arqueológico é o Morro da Queimada, já que é o que tem maior percentual de pessoas que visitam a área, de vez em quando ou sempre.

GRÁFICO 23 – Proximidade em relação ao Parque Arqueológico Morro da Queimada (Serra de Ouro Preto)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Sobre o seu envolvimento com o Parque Arqueológico Morro da Queimada, você...*

Resposta única

Aliás, o futuro Parque Arqueológico, que era quintal comunitário das várias casas do Morro da Queimada, passará a ser o núcleo e o bairro seu quintal, segundo algumas manifestações de moradores. Depois, o Morro Santana e o Morro São João são os que têm mais relação e, por fim, o Morro São Sebastião é o que tem menos ligação com as ruínas e mais ligação com o Parque das Andorinhas.

Vai ser ótimo se fizerem o Parque, mas não fizeram nada ainda. Melhorar o acesso, arrumar estrutura para a gente sentar lá. Só que a gente vai ser só fundo, quem vai se beneficiar mesmo é o Morro São João e Morro Santana, porque a entrada vai ser por lá. Muita gente nem sabe porque foi desapropriado, não tem nada até hoje. (Codificação retirada)

Mas esse argumento de um suposto favorecimento de um dos bairros em detrimento dos outros é combatido por quem está envolvido desde a idealização, até a captação de recursos do projeto. O Parque teria capacidade de contribuir para todos os bairros do entorno. Se consideramos o uso por parte das pessoas para lazer, é possível que sim. Mas se levamos em consideração o comércio já existente, possivelmente haveria intensificação do fluxo no Morro São João, já que ali será a entrada principal. Falar em uma contribuição igualitária não parece prudente nesse caso.

Eu acredito que vai atender a todos, por quê? Por ficar exatamente no meio, né? O Parque, então, por exemplo, a capela de Santana, que é pouco visitada por turista, a capela de São Sebastião, a capela de São João... Tudo isso vai acabar é... O Parque vai acabar desencadeando mais visitação para essas regiões. (Codificação retirada)

Nas primeiras audiências públicas, em 2001 e em 2005, foi possível aos presentes inteirar-se de um contexto muito importante para análise em um município onde a política preservacionista praticamente abrange todo o território. Como observado em São Bartolomeu também, os bairros entre-parques temiam muito a interferência do IPHAN, reconhecido como uma das instituições que mais tolhe a vida dos moradores de Ouro Preto, como uma das que mais invade a propriedade privada. A associação direta do Parque Arqueológico com o IPHAN, como um pré-requisito legal, considerando-se que todo patrimônio arqueológico deve ser reportado à Nação, pode ter feito com que inicialmente se vivenciasse a resistência por parte da comunidade em relação a essa área protegida, além do fato de que logo no início foram feitas as considerações sobre desapropriação, intensificando a imagem negativa do IPHAN e responsabilizando a instituição por isso.

O IPHAN era o bicho papão. O IPHAN era o bicho papão que não deixava nada, não deixava construir nada e sabe? [...] Era o Parque, mas virou para o IPHAN, o IPHAN era o bicho papão. (E05)
Ainda hoje, se você requerer alguma coisa do patrimônio aqui, fica anos lá sabe? Agora, não é... que eles ficam esquecidos não, porque eles têm fiscais, se você

começar a fazer uma coisa errada, eles vêm e embargam. Mas não deram uma definição, se podia ou não e como deveria fazer. (E07)

O Parque Arqueológico foi um assunto muito comentado no Morro da Queimada, principalmente no ano em que surgiu para a comunidade (2005). Foram feitas reuniões, houve envolvimento da associação de moradores, inclusive uma moradora registrou em seu caderno vários temas discutidos, relacionados ao Parque: projetos de criação de gincana educativa, planejamento para desapropriações e lançamento de ideias para visitação do Parque.

Depois disso [desapropriações] aqui é nosso informe que tava vendo que, estava com ele, aí não participei mais não, aí morreu. [...] O trem não saía de jeito nenhum, estava falando [o idealizador] estava preocupado só com esse Parque aí, tanta coisa pra preocupar ele preocupava só com esse Parque. (OP03)

O momento das desapropriações e da destruição das casas foi bastante forte para os desapropriados e também para a população do entorno. É interessante como um entrevistado explica empiricamente a desterritorialização e a instabilidade que o processo gera:

Eles indenizaram eles com dinheiro. Coisa que fizeram errado. E as pessoas se perderam. Algumas pessoas até morreram. Gastou dinheiro com outras coisas, depois ficou sem moradia. [...] E a parte psicológica nossa é muito sensível. Qualquer coisa derruba você. (OP17)

A questão das desapropriações e das áreas protegidas sem gente passa a ser um t pico de análise também na questão do patrimônio material. Há pessoas que defendem a possibilidade de, por exemplo, um Parque Arqueológico com pessoas. Certamente   muito mais complicado, considerando a necessidade de haver escavações, mas esse ponto foi destacado apenas para mostrar como a rela o entre pessoas e patrimônio, e sua suposta “incompatibilidade”, aparece também nesse caso.

Concordar com que eles saíssem de lá, eu nunca concordei. Eu acho que poderia tentar aliar as duas coisas, mas por lei... [...] E eu era totalmente a favor de deixar as pessoas lá e fazer com que elas mesmas fossem cuidadoras lá do parque. Mas, igual a gente falou, a legisla o não permite! Como que você vai contra uma legisla o federal?  , se você vai atender um Parque tem que atender a legisla o. (Codifica o retirada)

Com o recurso que conseguiram, foram tomadas as decisões de investimento. Foram feitas: as desapropriações, a cria o de um *site*, a pesquisa histórica, aerofotogrametria e, via boatos, o financiamento de viagens para apresenta o do projeto em outros países. No entanto, o Parque Arqueológico pouco tem saído do papel e a desmotiva o em rela o a ele já   bastante perceptível ao conversar com a popula o e com formadores de opinião.

R\$600.000. Para fazer esse planejamento da estrutura do Parque... A pesquisa histórica, junto com a prefeitura, a remo o das famílias que estavam no perímetro do Parque, isso foi uma coisa muito dolorosa [...]. Então fizeram um *site*, fizeram um levantamento topográfico, fizeram uma aerofotogrametria, que essas coisas

todas têm que ser feitas né? Mas não fizeram... para mim, o que primeiro tinha que ser feito também era o trabalho com os arqueólogos, né? (E05)

O Parque, que teria sido recebido com resistência, principalmente pelos moradores de seu perímetro, mas que depois passou a ser motivo de entusiasmo sob a promessa do desenvolvimento baseado em um turismo de morro, foi enfraquecendo. Isso por causa de conflitos de interesses, de maneiras de preservar e, segundo entrevistados, também por causa de interesses políticos.

Houve uma expectativa muito grande nos moradores do Morro da Queimada de que o Parque conduziria o bairro ao desenvolvimento. Muitas pessoas participaram no início e sabem inclusive o porquê da criação de um Parque Arqueológico. Esse conhecimento está relacionado também com as desapropriações, que mobilizou muita gente, não apenas as famílias desapropriadas. O motivo da criação do Parque era sempre mencionado, mas de maneira sucinta.

Partiu esse Parque Arqueológico pelo que eu sei, mais ou menos, é, é por ser tempo da escravidão, segundo o que eu ouço falar. Porque aqui tem muitas ruínas, tem o “buraco sari” que se chama suspiro de mina. Eles vinham, os escravos vinham tirando ouro né, dentro da mina e de distância em distância... Eles abriam um buraco, profundo mesmo. (OP15)

A explicação sobre o motivo da criação do Parque Arqueológico indica para uma possível transformação nas representações do lugar vivido. A quantidade de vezes que palavras relacionadas a história e escravidão foram evocadas pelos moradores do Morro da Queimada (Gráfico 12) permite subentender que, de fato, o processo tem alterado as significações do bairro para os moradores.

A maneira sucinta como falavam sobre o porquê da criação de um Parque Arqueológico é justificada pelo relativamente pouco conhecimento da história da área. As referências à importância histórica do lugar foram passadas recente e reduzidamente. Muitos moradores já até usaram a área das ruínas para lazer, onde as crianças iam brincar, mas não se sabia a história. Nesse sentido, a categorização do lugar como atrativo turístico e histórico pode ser um trabalho bastante interessante, inclusive desde o ponto de vista da valorização do *topos*, da valorização da identidade dos moradores com o lugar, principalmente no caso do Morro da Queimada, onde se vê um sentimento de discriminação, o que é corroborado inclusive, qualitativamente, pelas recomendações que as pessoas me davam quando dizia que ia fazer pesquisa no Morro da Queimada. Os próprios moradores conhecem pouco a história do lugar onde moram porque, na maioria das vezes, são pessoas que trabalham muito e que

não tiveram acesso a esse conhecimento na escola. Muitos sequer passaram do ensino fundamental.

Pelo que me falaram né, que eu moro aqui já há trinta e cinco anos, mas sei pouco. [...] O tempo da gente é só trabalho, não é? Igual você vê, um dia de domingo é dia da gente estar descansando mas... (OP15)

Um guia local, que acredita no potencial do Parque Arqueológico para visitação, embora esteja desanimado com o caminho e a morosidade do processo, diz que pretende contribuir com a idealização das formas de visitação na área. Uma ideia que tem, por exemplo, é o uso da poesia para ajudar a contar a história do Morro da Queimada. Inclusive, ele menciona esse tema para dizer que há várias maneiras de se interpretar uma área protegida e que o Parque das Andorinhas peca em não oferecer ao visitante caminhos diferentes e criativos de se vivenciar a UC.

Porque o [Parque Arqueológico] Morro da Queimada quando estiver funcionando, eu vou levar lá pra cima. Peças Teatrais, poesias. Por isso vai descendo, vai descendo e cada local que vai passar da mina, vai fazer uma poesia pra ele. (Codificação retirada)

Durante a aplicação dos questionários, muita crítica surgiu sobre o futuro Parque Arqueológico. Perguntavam, ironicamente, com frequência: “que Parque?”.

Não tem nada, é só um monte de pedra empilhada. (Morro São Sebastião)
Não tem nada, só tirou os moradores, uma covardia que só. (Morro Santana/Morro São João)

Comentavam que os idealizadores do Parque haviam recebido um dinheiro que a comunidade não viu aplicado, que o projeto estava parado, que a comunidade não era envolvida. A sugestão mais repetida foi justamente a que aparece no projeto do Parque. As pessoas mencionavam: fazer mirantes, limpar trilhas, fazer estrutura de receptivo com banheiro e lanchonete, entre outros itens que vão servir aos visitantes, moradores ou turistas.

GRÁFICO 24 – Sugestões para o Parque Arqueológico Morro da Queimada (Serra de Ouro Preto)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011
 Pergunta: *O que poderia ser feito para melhorar a sua nota?*
 Respostas múltiplas e espontâneas

Algumas falas sobre as expectativas em relação à estrutura do futuro Parque Arqueológico, associado a seu uso e repercussão para os moradores do entorno, são a seguir copiadas na íntegra dos questionários. A primeira fala mostra a preocupação com a relação entre ônus e bônus gerados pela atividade turística e pela própria noção de preservação. Foi uma das poucas pessoas que, implicitamente, manifestou ponderar a relação entre aspectos positivos e negativos de se desenvolver o Parque Arqueológico.

Desde que traga bom convívio com a comunidade vai ser muito bom. Desde que com o bônus não venha também o ônus. Vai atrair turista para nossa região também. (Morro da Queimada)

Na fala seguinte, o respondente do questionário comenta que há expectativa em se desenvolver o turismo também no seu bairro. Implicitamente há aí o interesse dele em fazer com que seu bairro seja também reconhecido como corpo do patrimônio ouropretano.

Implantação de passeio turístico. Trazer turistas para cá, afinal, o começo da cidade foi aqui. Ia trazer renda para as pessoas da comunidade. (Morro da Queimada)

Mas enquanto há as pessoas esperançosas, mas que não se envolvem, há também aquelas que já se desiludiram com a criação do Parque Arqueológico. Algumas criticam a postura dos idealizadores, por não terem dado sequência, e especulam inclusive que esteja acontecendo beneficiamento de algumas pessoas com esse projeto. Há outras ainda que têm uma expectativa bastante elevada de que o Parque Arqueológico aconteça e que seja efetivamente uma oportunidade de desenvolvimento econômico para o lugar. Esse desenvolvimento seria associado à valorização do modo de vida dos moradores, tal como entendido por Certeau, Giard e Mayol (2003), ou seja, o cotidiano, envolvendo trabalho, alimentação e moradia:

E eu espero que vai trazer renda né, espero que vai trazer renda para comunidade aqui, porque segundo o que eu ouço falar, que vai dar prioridade mais para a comunidade, trabalho né. E igual você vê meu ranchinho aqui... Você vê meu ranchinho aqui, eu tenho um porão aqui em baixo que dois quartos que tem cabe cinco camas de solteiro cada um, sala, cozinha. [...] Então eu tenho a intenção né, de alugar em baixo, alugar aqui e fazer uns quatro cômodos em cima para mim mais minha companheira e talvez colocar um “restaurantzinho” aí, uma comida para buscar lá no fogão mesmo, um franguinho com quiabo. (OP15)
 Inclusive, ele está até... Eu estou fazendo uma pousada na minha casa. Ele está fazendo tipo um restaurantezinho na casa dele. Quer dizer, pousada, comida e dormida. Eu quero que a coisa dá certo pra todo mundo ganhar dinheiro, so. (OP17)

Segundo o entrevistado OP15, as pessoas que estão à frente do Parque Arqueológico, sabendo de sua ideia, o incentivaram.

Me incentivaram para fazer isso ai, porque eu fui fazendo devagar, aliás, estou fazendo devagar, mas com boa estrutura que você pode colocar mais andar em cima. (OP15)

O único aspecto que merece ser considerado é que esse incentivo tem chances de gerar mais frustrações. Considerando-se que não há previsão para a montagem do Parque e, menos ainda, para sua abertura ao público, em se tratando de patrimônio arqueológico, a situação pode se complicar ainda mais que nas unidades de conservação. Os representantes do Parque dizem que estão evitando gerar mais expectativas. Isso aparece se consideramos a maioria das pessoas que já estão descrentes, mas não é coerente com o que dizem algumas poucas pessoas que vivem bem próximas das ruínas.

A ideia de um serviço diferenciado de aproximação com o cotidiano é que a comida seja preparada no ambiente onde geralmente se faz aquela comida, e comer no lugar onde geralmente se come, o que seria bem diferente se comparamos à oferta dos restaurantes do centro histórico. Mas há que cuidar das expectativas, para que elas não sejam inatingíveis. A ideia é bastante interessante e coerente, inclusive, com a proposta do Ecomuseu. No entanto, é preciso que se planeje com cuidado, para que erros comuns estudados na área do turismo não aconteçam também em uma proposta tão nova.

Uma coisa diferente, né? Às vezes eles não conhecem nem um tropeiro. Não conhecem ai um franguinho com quiabo, não conhece um “labrobro” que eles fala, um ora-pro-nóbis com uma carne né? (OP15)

Alguns acreditam que haverá uma valorização da comunidade e do próprio lugar como lugar de moradia. Se antes ele era um destino para os que não tinham opção, agora terão suas casas valorizadas economicamente e, por consequência, estarão em um lugar menos discriminado, já que a principal causa da discriminação de seus moradores é justamente a ocupação irregular e o nome do lugar, ainda que algumas pessoas sequer saibam o porquê do nome.

A casa da comunidade agora, hoje, que valia vinte mil reais que eles achavam que era muito, hoje, hora que tiver um parque, a casa vai valer oitenta, cem mil que nem lá em Lavras Novas. (OP17)

Entrevistando moradores e formadores de opinião, quando o assunto era o Parque Arqueológico, encontrei pessoas extremamente críticas ao projeto, pelo fato de ter havido uma suposta participação da comunidade, que aparecia minimamente e que efetivamente era quase inexistente.

Já veio uma grana incluída para o projeto. Tudo sabe que rola dinheiro mesmo. Certo? Só que tem que naquele projeto, eles não incluíram a comunidade. Eles estavam visando só pegar a história, deixar ela no ar e usar o dinheiro para gastar ali, dentro ali e pronto. Eu fiquei muito decepcionado. (OP17)

A grande explicação para o projeto do Parque Arqueológico ainda não ter saído é o custo do mesmo. Entretanto, para algumas pessoas da população essa justificativa não deveria ser tão levada em consideração, já que Ouro Preto é um município rico e com várias empresas que deveriam dar contrapartidas. Para algumas pessoas, a morosidade do projeto está relacionada com o suposto caráter político.

Por exemplo, se a Samarco desse cinco milhões e a Vale desse cinco milhões, nós conseguiríamos terminar esse projeto, correto? O que não é nada! O que? O que eles devem ganhar isso em menos de uma hora. (OP16)

Diante das falas que soaram à comunidade como promessa de desenvolvimento, aqueles que ainda têm expectativa de que ele chegue estão em um grupo no qual algumas poucas pessoas falam em começar a trabalhar um turismo de maneira autônoma, independente da estrutura do Parque. Essa ideia, de outro lado, é criticada por quem está envolvido com o Parque Arqueológico. Embora a justificativa seja plausível, trabalhar o turismo na comunidade não choca com a construção do Parque. A questão é que as posições acabam se tornando muito políticas e desencadeando em conflitos, na maioria das vezes já saindo do estado de latência, sendo, inclusive, verbalizados em público.

Aí, um sujeito chega perto de você e vira para o cara: “nós temos que trazer o turista para comer uma broa, que vai visitar aqui, que vai fazer isso, que vai fazer aquilo... Nós vamos fazer igual faz lá na rocinha, em BH, aquele tipo de turismo, comunidade...” Uai, objeto diferente, a coisa é totalmente diferente. A palavra que eu tenho para isso é ignorância. Sabe? (Codificação retirada)

Foi possível constatar que o Parque Arqueológico ainda está longe de ser implementado da maneira como foi proposto. Com as promessas a população inicialmente se envolveu e pôde falar sobre o projeto brevemente e carregando sentimentos de esperança ou frustração. Estando já há dois anos pelo menos muito parado, sem realização de reuniões e sem um *feedback* por parte dos idealizadores, as falas dos entrevistados foram sobre o “não parque”.



7 EM BUSCA DOS CONCEITOS NA VIDA COTIDIANA

As análises que se seguem são referentes às representações sociais da “preservação ambiental”, da “natureza” e do “meio ambiente”. As interpretações das categorias foram separadas de acordo com a inserção dos sujeitos. Isso porque foi percebida a diferença nessas representações, entre as que emergem dos moradores de São Bartolomeu e aquelas que emergem de quem vive na Serra de Ouro Preto (bairros Santana, São Sebastião e Morro da Queimada). Essa diferenciação foi relacionada ao contexto em que vive, no primeiro caso tipicamente rural e, no segundo, urbano.

A escolha da categoria “preservação ambiental” como objeto de representação se justifica pelo fato de na pesquisa anterior ter sido observado que esse é o termo usado no distrito de São Bartolomeu, relacionado com a educação ambiental que é proposta a partir da presença da UC. Embora saibamos das diferenças entre “preservação” e “conservação”, essa discussão conceitual ainda não chegou no nível do cotidiano das pessoas que não estudam ou não trabalham com a temática ambiental. Buscamos no senso comum um conceito que começou a ser incorporado nos últimos 10 anos.

7.1 Os conceitos em São Bartolomeu

7.1.1 Preservação ambiental: um sentido de paternidade reconhecida em São Bartolomeu

É interessante observar como um sentido se constrói em um determinado contexto. Trabalhar aqui a representação social da “preservação ambiental”, do próprio “meio ambiente” e da “natureza” foi intrigante, ainda mais considerando-se as entrevistas e os questionários. Por meio das práticas de resistência, especialmente das verbais, da maneira como falam sobre os conflitos, principalmente no que concerne ao uso da lenha e à propriedade privada em território de proteção, pudemos observar que a representação de “preservação ambiental” é basicamente ligada ao sentido de privação. A antinomia uso-proibição constitui o tema central da representação quando tomamos para análise as práticas cotidianas e as entrevistas.

Quando analisamos a evocação de palavras, observamos que “preservação ambiental” é representada pelo conjunto sintático (proibição-cuidado) que constituiria o núcleo central das representações. O núcleo central (etapa quantitativa) associado à *themata* uso-proibição mantém coerência semântica implícita subentendida. Contudo, não podemos dizer que

“conservar/cuidar/preservar/respeitar/zelar” sejam representações que têm sido praticadas pelos respondentes. Dessa maneira observamos que essa categoria, bastante representativa no discurso, na verdade se constitui a partir de uma socialização compulsória recente e intensa com o conceito. Os semantemas evocados, que compõem o segundo e o terceiro quadrantes, nos quais a ordem de evocação e a frequência estão mais próximas do ponto médio, aparecem como periferia próxima, quando tomamos os conceitos do núcleo central. Mas, quando associamos às entrevistas, observamos que a importância dos bens ambientais é sempre considerada no próprio sentido atribuído à preservação ambiental e, mais ainda, da “natureza” e do “meio ambiente”, como veremos. Nesse sentido, nas comunicações voltadas para a comunidade, essa categoria de evocação constitui a aproximação com o cotidiano dos sujeitos.

TABELA 17 – Núcleo central e periférico das representações da “preservação ambiental” (São Bartolomeu)

Categoria	Ordem	Frequência	Categoria	Ordem	Frequência
Negação	1,84	3,10	Bens ambientais/Animais/ Água	1,94	1,60
Conservar/Cuidar/ Preservar/Respeitar/Zelar	1,83	1,80	Práticas de preservação	2,08	1,30
Educação	1,75	0,40	Atitude/consciência/ Responsabilidade	2,20	0,50
Limpeza	1,33	0,30	Natureza	2,50	0,40
Formas de degradação (fogo/desmatamento)	1,50	0,20	Lixo	2,00	0,20

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

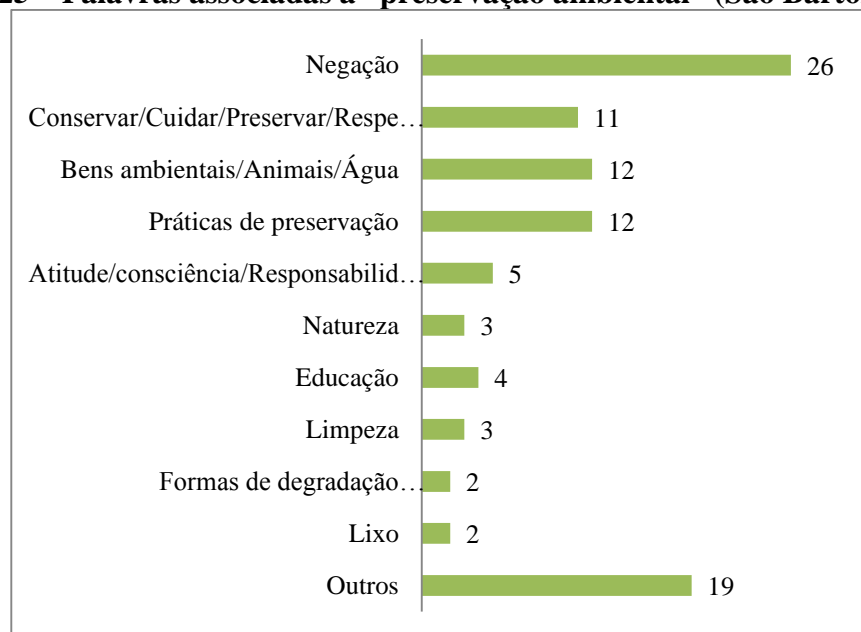
Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “Preservação Ambiental”?*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3palavras)

A referência aos bens ambientais (água, terra, animais, árvores) representaria implicitamente a estética e o próprio uso dos bens. O reconhecimento da prática de proteção ambiental como a negação de usos remete ao encontrado na abordagem dialógica das representações. Já o uso e a dependência da natureza que apareceram na pesquisa qualitativa, não são frequentes (de maneira explícita) na evocação de palavras, o que pode ser devido à tentativa de aproximar seu discurso daquele com o qual tem sido socializado. Mas, implicitamente, a relação de usos observada na abordagem qualitativa pode ser identificada na etapa quantitativa a partir da negação (não tirar lenha; não caçar; não jogar lixo; não desmatar, etc.). Essas expressões pressupõem o uso e, por conseguinte, tem-se a coerência.

É interessante que na evocação observamos um léxico muito mais associado ao discurso das instituições ambientais e da escola. As palavras associadas, então, são uma

referência à memória recente, aos temas mais momentâneos. A evocação para “preservação ambiental” foi a que menos teve respostas em São Bartolomeu. Dos 49 respondentes, 48 fizeram pelo menos uma evocação, 43 fizeram pelo menos duas evocações e apenas 35 fizeram as três evocações. No Gráfico 25 são apresentadas as categorias com frequência de evocações, incluídas as frequências de evocações que não constituíram uma categoria específica compondo o grupo dos “outros”.

GRÁFICO 25 – Palavras associadas a “preservação ambiental” (São Bartolomeu)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “Preservação Ambiental”?*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3palavras)

Parece haver um consenso de que o sentido da proteção ambiental deva ser algo construído no discurso e convertido em prática de cada um. É o que inferimos, por exemplo, dos vários discursos de educação ambiental e de conscientização, ou seja, seria passar um valor a uma pessoa, para que ela atue e, por conseguinte, o multiplique.

Tem que partir de cada um mesmo. Tem que conseguir o envolvimento de cada um. E a mentalidade pras pessoas está mudando, de meio ambiente... Primeiro era resistência. A primeira visão de meio ambiente, mais antiga, só tolheu São Bartolomeu. (SB21)

Isso deveria acontecer de maneira autônoma. Mas para que isso ocorra, o que deve ser mudado? De acordo com alguns entrevistados as pessoas começam a ter uma participação ativa na proteção ambiental nos últimos tempos, o que pode ser considerado, ainda que sutilmente, um logro do IEF na região ou ainda de pessoas envolvidas com a temática, mas que não têm participação institucional ou interesses profissionais.

Ficou confirmada a hipótese de que proteção ambiental está relacionada com o IEF e, nesse sentido, a representação de “preservação ambiental” está diretamente associada às mudanças conduzidas pela presença do IEF no lugar. A proibição de maneira abrupta de muitas das práticas cotidianas, muitas vezes com uma abordagem rude, conduziu à representação da “preservação ambiental” basicamente como proibição e limite. Definitivamente, o conceito conduz a essa representação, mas poderiam ser incorporadas a ela os benefícios dessa prática. No entanto, esses benefícios são percebidos apenas na evocação de palavras, recorrendo-se ao discurso recente da educação ambiental, mas ainda não foram incorporadas às práticas e à memória das pessoas.

Em São Bartolomeu, as falas sobre proteção ambiental vieram acompanhando a presença do IEF, portanto, é possível a referência a um tempo em que essas palavras foram sendo levadas ao local e semantizadas. Há menos de dez anos esse discurso vem sendo construído em São Bartolomeu e, junto com ele, as representações sociais vêm sendo formadas.

A influência do IEF e a forma como as pessoas foram sendo convocadas a se adequarem à moderna ordem da proteção ambiental, fez com que a instituição fosse inicialmente mal vista como um grupo de atores desterritorializadores, como fica subentendido na frase “As pessoas estão acostumadas a fazerem de um jeito e chega uma pessoa lá de Belo Horizonte e fala que não pode mais”. Entretanto, segundo SB10 essa imagem está se desfazendo aos poucos. Seria algo natural, as novas regras desestabilizariam as relações, mas estaria agora no momento de estabilizar.

Eu acho que houve estranhamento, houve medo mesmo. Negócio de multa, essas coisas, as pessoas têm medo mesmo. Tipo, eu acho assim, foi mais estranhamento mesmo. Mas eu acho que, como tudo, a gente vai acostumando. Tanto é que eu acho que o IEF não prejudicou em nada. Sabe? Tipo, eu acho que as coisas vão se adequando ao lugar. [...] É um medo natural. Sabe? As pessoas estão acostumadas a fazerem de um jeito e chega uma pessoa lá de Belo Horizonte e fala que não pode mais. Entendeu? Acho que mais é isso mesmo. Mas acho que agora as pessoas estão já mais por dentro do assunto. (SB10)

De acordo com um dos entrevistados que representa a “introdução” e “desenvolvimento” do conceito de proteção ambiental no cotidiano das pessoas da região, a grande dificuldade é que a implementação de uma UC, à medida em que tolhe a economia de um lado, gera expectativas na população de uma compensação econômica. Seria análogo à compensação ambiental que as empresas têm que fazer. Os “empreendimentos conservacionistas” poderiam compensar economicamente. Coerente estaria essa prática com o

discurso do desenvolvimento sustentável, tendo-se como base a noção do equilíbrio proposto nesse discurso: tripé do econômico, social e ambiental.

O IEF e a Floresta Estadual do Uaimii são então reconhecidos como motivadores de construção de novas representações. Juntamente com a (re)semantização de algumas palavras, por exemplo, de natureza, como veremos a seguir, além do surgimento de outras representações, como a da privação e da proibição.

A gente [IEF] veio pra lá, tem uma certa restrição de tirar madeira, mas, a gente está tentando a alternativa. E eles vendo, também, que está chegando, né. Gente pra ajudar em outros retornos pra eles, né. Até o próprio Ecoturismo, né. Orientações e tudo. (E06)

A noção de “preservação ambiental” representada pelos habitantes de São Bartolomeu está intrinsecamente relacionada à privação da vida dos moradores em prol de uma comunidade de seres variados que constituiria a natureza que deve ser protegida dos homens. Sente-se a necessidade de que o IEF trabalhe com uma noção mais ampla, que seria efetivamente de conservação e que saia dos limites da Floresta, abrangendo uma mudança nos hábitos dos moradores dos arredores, no que tange à produção e destino do lixo, entre outros problemas enfrentados na localidade.

A categoria “preservação ambiental” é representada basicamente como limitação, como ônus e, de certa maneira, essa representação se expressa também nos discursos dos “agentes preservadores”, o que é trazido por um implícito subentendido, de que ninguém quereria “pagar o preço” da preservação. Seria então a compensação econômica uma das maneiras mais claras de aumentar a aceitação das unidades de conservação? Mas como pensá-la efetivamente sem, por exemplo, um Plano de Manejo? Ou ainda no contexto, tal como é vivenciado hoje pela região da Floresta do Uaimii, em que o Plano de Manejo está em fase de elaboração?

Todo mundo adora, todo mundo reclama assim “ai, quando eu era pequeno, aquela nascente passava um tanto de água, agora só passa 1/3 do que passava antes. Ninguém quer ver nada poluído. Todo mundo reclama. Ai, o rio está sujo, não dá nem para nadar, quando eu era pequeno podia beber da água. Mas ninguém quer pagar o preço da preservação. “Olha, aqui você não pode desmatar”. E as pessoas demoram a entender, a aprender outra forma de renda que não seja a exploração predatória. Tirar lenha para fazer carvão, ou desmatar e fazer pasto, ou fazer o eucalipto e fazer lenha, fazer carvão a partir do eucalipto, elas têm dificuldade de enxergar outras alternativas, um turismo ecológico. Uma área preservada e explorar aquela área preservada, mas não tendo a área, ela tem dificuldade, porque é uma cultura predatória, já tem uma cultura ali. (E03)

É possível também pensar em representação social partindo de grupos por faixas etárias, simbolizando socializações muito diferentes. Os mais velhos de São Bartolomeu, ou os pais daqueles que hoje têm de 30 a 40 anos, trabalharam com carvoeira, na mineração ou

na lavoura. Dessa maneira, a representação da “preservação” para esse grupo está muito mais ancorada no seu cotidiano e com isso nas limitações e privações. Por conseguinte, são elas que sobressaem e constituem, junto com seu par atinômico **uso**, tema principal da representação.

A geração de até 16 anos também apresenta peculiaridades nas suas representações, o que foi possível observar qualitativamente, não só por parte da pesquisadora, mas pelos próprios pais. Não foi possível confirmar esses dados quantitativamente, em função de os questionários terem sido aplicados apenas com pessoas acima de 15 anos.

Eu acho que quanto mais jovem, eu acho que mais eles aprendem sobre meio ambiente. Porque falar com criança é muito mais fácil, né? Meu menino um dia, a gente foi numa festa em Itabirito, ele estava comendo um cachorro quente aí deu: “ô vô, guarda para mim, onde que eu vou jogar?” “Ô neném, pode jogar aí no chão mesmo, olha o tanto que tem” “ô vô, mas eu não vou jogar”. Quer dizer, né? Menino, né? Aprende negócio de meio ambiente. (SB18)

Muitas vezes, durante a aplicação dos questionários, os filhos, de idades variadas, acabavam por opinar. Isso é resultado de uma educação que inclui na grade curricular discussões sobre meio ambiente. O trecho anterior, que inclusive é de um funcionário do IEF, mostra que até mesmo eles, que representam a instituição, acabam aprendendo muito com os filhos.

São também os adolescentes que chegaram a aprender, nas oficinas de reciclagem (parceria escola-IEF), a trabalhar para diminuir a produção de lixo, transformando usos de algumas embalagens. Entretanto, as pessoas somente fazem isso quando estão nas próprias oficinas não sendo algo que carregam como uma atividade para ser feita em casa e sem o incentivo institucional. Seria possível, nesse sentido, trabalhar essas questões como motivadoras não apenas de educação ambiental, mas de atividades econômicas alternativas.

Há ainda um enfoque que pode ser dado no trabalho do IEF, ou da escola ou de ambos, em parceria. Foi possível observar que a gestão do lixo como atividade econômica alternativa não acontece em São Bartolomeu. E o mais interessante é que a produção do lixo, em si, incomoda muito o morador de São Bartolomeu, que vivencia um contexto de coleta semanal. Nas casas é possível constatar que sequer lixo orgânico e não orgânico são separados. Em um lugar em que a terra ainda compõe os quintais, essa seria uma atividade básica: fazer uma compostagem, por exemplo. Também vasilhames que podem ser reaproveitados ou reciclados não são separados. Os moradores usam como justificativa o fato de não haver coleta seletiva.

Um morador já tentou trabalhar o lixo como alternativa de renda própria. Pediu aos vizinhos que guardassem para ele alguns tipos de resíduos. Contudo, o pedido não foi aceito por parte deles. Alguns se recusavam a separar o lixo, porque seria trabalhoso e com o objetivo de gerar renda para outra pessoa. Nesse sentido, observamos que o “favor” de separar os resíduos é interpretado apenas pelo lado econômico de geração do lucro do outro, ficando oculta a contribuição na redução de resíduos, que seria uma postura de compromisso ambiental, configurando-se essa prática como aversa à noção de proteção ambiental em sua maneira ampla.

7.1.2 “Natureza” e “meio ambiente”: representações em São Bartolomeu

A “natureza”, nas entrevistas, foi mais percebida na descrição das práticas. Vista como um meio de sobrevivência na vida cotidiana, estava a natureza inserida no dia a dia das pessoas de maneira tal, que sua materialização discursiva era difícil durante as conversas. Nas entrevistas, observamos que a natureza é menos tema de reflexão que elemento da prática cotidiana. A natureza está na história, está na arquitetura, na criação de gado e na cozinha. Buscar uma representação social da natureza, então, seria trabalhar no nível da ancoragem, mas buscar essa ancoragem em algo que se moveu, que se desestabilizou, foi bastante complicado. Nas entrevistas e nas observações cotidianas chegamos a partir dos subentendidos a esse entendimento, de natureza como meio de vida.

Analisando a partir da Teoria do Núcleo Central, o núcleo da representação seria “preservação”, considerando a relação entre ordem de evocação e frequência. Contudo, associando aos dados qualitativos, a preservação somente se relaciona com a “natureza” quando o sujeito pensa na privação de seu uso no cotidiano. As categorias que indicam “bens ambientais” são mais representativas da relação entre o sujeito e o cotidiano no distrito. A água é um elemento da natureza que tem forte relação com os moradores do distrito. O fato de estarem próximos da margem do rio faz com que essa seja uma referência no cotidiano dos sujeitos. Mas não apenas a água, o verde (vegetação) e os animais contribuem para essa representação. Os bens ambientais, ademais de estabelecerem relação implícita com a sobrevivência (água e vegetação, principalmente), compõem também a paisagem, relacionada à estética e, esta, por sua vez à “preservação” — o efeito positivo da mesma.

TABELA 18 – Núcleo central e periférico das representações da “natureza” (São Bartolomeu)

Categoria	Ordem	Frequência	Categoria	Ordem	Frequência	
o	Preservaçã	1,64	1,50	Água/Rio/Cachoeira/Nascentes	2,19	3,83
				Fauna/Animais/Bichos	2,07	2,58
				Flora/Flores/Árvores/Plantas	1,92	2,08
				Beleza/Bonito	1,82	1,67
Verde	1,67	0,83	Pássaros	2,29	1,33	
Mato	1,40	0,58	Ar/Ar puro	1,88	1,25	
Meio ambiente	1,20	0,50	Matas/Florestas	2,00	1,17	
Vida	1,00	0,25				

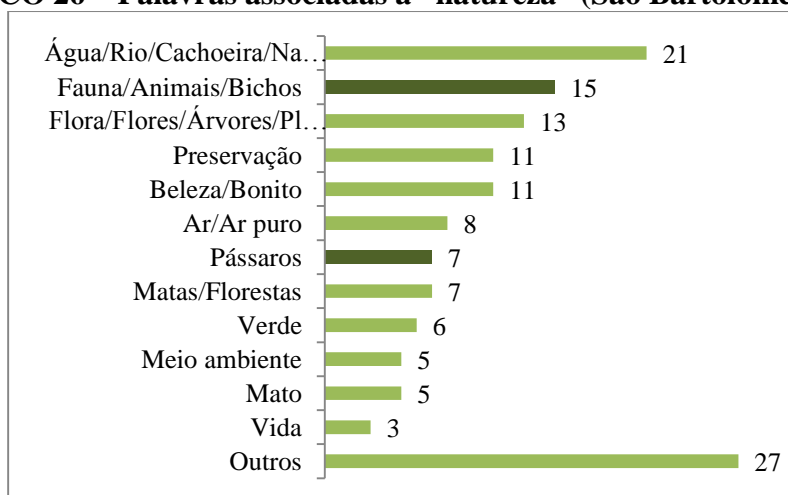
Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “Natureza”?*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3palavras)

Nas evocações, desconsiderada a ordem, a natureza tátil e os bens ambientais constituíram a principal representação, conforme pode ser observado no Gráfico 26. A presença de semantemas relativos a outro discurso — o discurso da preservação — fica evidente nas evocações, mas pouco claro nas entrevistas.

A “natureza” era recurso para sobrevivência, mas no discurso contemporâneo carrega uma conotação de beleza, de bucolismo, de paraíso, sendo que essa noção seria o contra-desenvolvimento, conforme identifica SB21, que mora há bastante tempo no local. Nesse sentido, a representação social de “natureza”, nesse momento de transição, tende a essa concepção moderna, provavelmente pelo fato de os tempos terem transformado os discursos, embora o mesmo não tenha ocorrido com as práticas.

GRÁFICO 26 – Palavras associadas a “natureza” (São Bartolomeu)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “Natureza”?*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3palavras)

A categoria “meio ambiente” era diretamente relacionada à noção de “preservação ambiental”, tanto nas entrevistas, como nas evocações, confirmando o núcleo central. É essa a expressão usada pelos agentes protetores e é essa a palavra usada nos programas de educação ambiental. Algumas vezes, ao pedir para as pessoas responderem os questionários, indagavam: você é do meio ambiente? A resposta tinha que ser “não” pois, nesse caso, ser do “meio ambiente” era fazer parte do IEF ou da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

TABELA 19 – Núcleo central e periférico das representações da “meio ambiente” (São Bartolomeu)

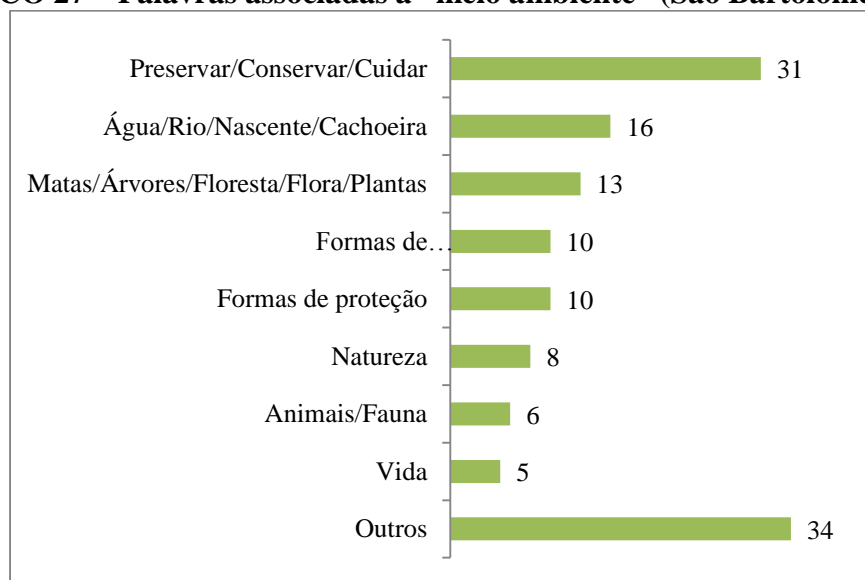
Categoria	Ordem	Frequência	Categoria	Ordem	Frequência
Preservar/Conservar/Cuidar	1,64	4,13	Natureza	2,15	1,63
			Água/Rio/Nascente/ Cachoeira	2,38	1,63
Matas/Árvores/Floresta/ Flora/Plantas	1,75	1,50	Formas de proteção	2,50	1,25
Formas de devastação/degradação/lixo	2,00	1,13	Animais/Fauna	2,13	1,00
Vida	2,00	0,75			

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “meio ambiente”?*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3palavras)

Na evocação de palavras relacionadas à categoria “meio ambiente”, há o discurso proveniente da preservação ambiental diretamente e a partir de outros léxicos. As categorias “Preservar/conservar/cuidar”, “formas de proteção” e “formas de devastação/degradação/lixo” estão diretamente relacionadas aos temas tratados em projetos de educação ambiental. As demais evocações estão relacionadas com a noção de natureza, seja na evocação da própria palavra, seja em sua representação — a dos bens ambientais e paisagens.

Novamente os bens ambientais aparecem com muita força e, confirmado com as entrevistas, eles são a ponte desse novo conceito com o cotidiano dos sujeitos. No gráfico a seguir, as palavras evocadas são dispostas por frequência de evocação, desconsiderada a ordem em que foram mencionadas.

GRÁFICO 27 – Palavras associadas a “meio ambiente” (São Bartolomeu)

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “meio ambiente”?*
Respostas múltiplas e espontâneas (até 3palavras)

7.2 Os conceitos na Serra de Ouro Preto

A seguir, estão as análises referentes às representações sociais da preservação ambiental a partir dos moradores da Serra de Ouro Preto. No item seguinte são apresentadas as falas e evocações referentes à “natureza” e ao “meio ambiente” em busca de suas representações.

7.2.1 Representações sociais da “preservação ambiental” na Serra de Ouro Preto

Nas entrevistas, a representação social de “preservação ambiental” no entorno do PNM Cachoeira das Andorinhas e do Parque Arqueológico Morro da Queimada tem variações. Podem ser: compromisso com o futuro e com o lugar onde vivem; com os bens ambientais/elementos da natureza; melhora na qualidade de vida e uma limitação e prejuízo para algumas famílias. Além do prejuízo direto, considerando que famílias teriam se desestabilizado financeiramente por causa das proibições, temos também a crítica à punição de quem trabalha. Lenheiras e pessoas mais idosas (homens e mulheres) criticam a rígida aplicação das normas ambientais a pessoas que dependem da natureza para a sobrevivência; enquanto observam a impunidade de delitos como: roubo, furto e violência contra mulheres e crianças. Considerando, principalmente, os morros São João, Santana e da Queimada, a falta

de trabalho estaria conduzindo ao contexto de violência na região. Essa falta de trabalho, em certa medida, é atribuída às políticas de preservação ambiental.

Mas tem uma coisa. Eles enchem o saco de quem está trabalhando, mas as mães que estão trabalhando com os filhos, tudo tem problema, mas os filhos que estão aí roubando dos outros, enquanto você sai, eles pulam dentro de casa, ninguém tem problema não. [...] No nosso tempo, nós ficávamos buscando lenha, buscando lenha, mas não tinha tempo para nada. (OP05.1)

Uma das principais, e mais facilmente identificadas contrapartidas de uma UC, é o uso público para lazer, mas este não é necessariamente relacionado com o conceito de preservação ambiental, no caso das comunidades do entorno. Isso acontece também porque é difícil falar em lazer quando esse conceito não faz sentido para o grupo. Esse é o caso, principalmente, de pessoas mais idosas que sempre tiveram nos bens ambientais um dos pilares da sobrevivência.

Eu não tenho tempo de distrair não, filha. Eu gosto de mexer com minhas criações, de mexer com minha horta, plantar meu cafezinho, podar ele, arrumar ele, eu não tenho muito tempo de sair andando à toa não. É o costume mesmo. É o costume desde pequena, né? (OP05)

É possível observar também um caminho para a atribuição de sentido ao termo “preservar”. O que se ouve em torno da “preservação ambiental” é frequentemente associado ao termo “meio ambiente”. Ao falar em “meio ambiente”, as pessoas tendem a mostrar que incorporaram o discurso proposto da proteção.

Briguei com a lenheira assim, olha, oh, minha senhora, a senhora tá buscando lenha perto da casa da senhora. Busca mais embaixo, porque senão, a senhora vai ter que buscar água e a lenha mais longe, sabe. Que se acabar com a nascente, a senhora vai buscar lenha hoje aqui, a senhora tem que buscar lenha mais longe, amanhã você tem que buscar lenha longe e a água também. (OP04)

“Preservar” para alguns moradores é punir, limitar, não considerar as necessidades das pessoas e atender a uma demanda que não é daqueles que habitam o entorno das áreas protegidas estudadas. Aqui temos uma diferenciação do que é a representação na pesquisa qualitativa e como ela apareceu na quantitativa. Na qualitativa, as pessoas tiveram mais oportunidade de se abrirem e mais tempo para pensar em suas vivências, representando também a partir de suas práticas. Já na pesquisa quantitativa, houve a incorporação de um discurso, o que também garante uma interpretação interessante: estamos diante de um processo, do qual fazem parte as mudanças nas representações. Muitos entrevistados, ao evocarem palavras sobre “preservação ambiental”, a caracterizavam, mostrando seu conhecimento conceitual.

Embora na pesquisa quantitativa, como é possível observar na Tabela 20 e no Gráfico 28, a evocação de expressões que indicam “proibição”, “limite”, “negação”, tenha sido mediana, compondo as adjacências do núcleo central, associando à pesquisa qualitativa,

percebemos que essa é uma das representações daquela comunidade, pois a antinomia proteger/proibir é bastante evidente.

TABELA 20 – Núcleo central e periférico das representações da “preservação ambiental” (São Bartolomeu)

Categoria	Ordem	Frequência	Categoria	Ordem	Frequência
Limpeza/lixo	1,67	5,77	Bens ambientais/animais	2,11	8,55
			Cuidar/Conservar/Proteger	1,95	7,33
			Atitude	1,94	6,44
Negação/Proibição	1,87	4,33	Formas de degradação	2	2,66
Formas de preservação	1,86	3,22	Áreas protegidas	2,16	1,33
Natureza/Meio ambiente	1,33	1,66			

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

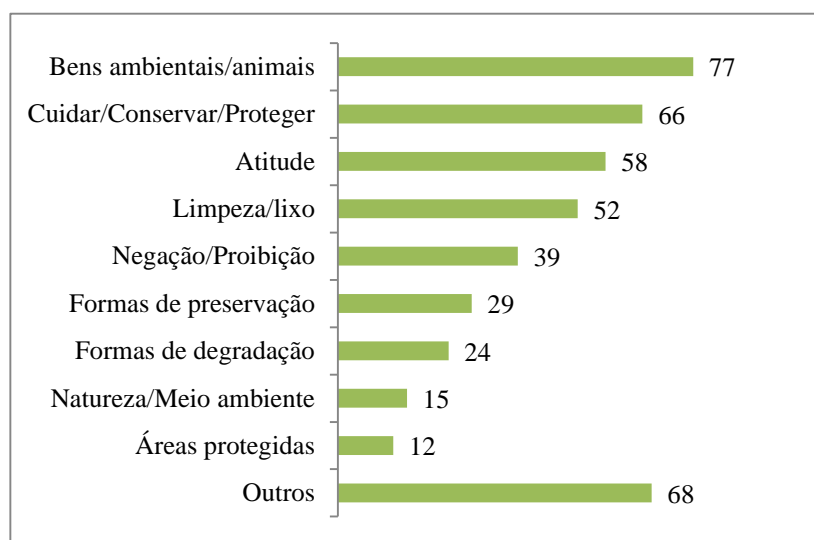
Pergunta: *Quais as três palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “preservação ambiental”?*
Respostas múltiplas espontâneas (até três respostas)

O interessante da evocação de palavras para “preservação ambiental”, no caso da Serra de Ouro Preto, é que o núcleo das representações gerado pelo cálculo de ordem de evocação e frequência seria a relação entre **limpeza** e **lixo**. Associando esse dado com as entrevistas, esse par antinômico também compôs uma das *themas*. Quando questionados sobre preservação ambiental e meio ambiente, a inserção do urbano acontecia e serviços básicos de saneamento, coleta de lixo eram parte dessas representações.

Na periferia das representações, concordando novamente com as entrevistas, as áreas protegidas aparecem com a menor frequência de evocação e ordem mediana de evocação.

Caso não tivessem sido consideradas as ordens de evocação, “atitude-cuidar/conservar/proteger” e “bens ambientais/animais” seriam as duas categorias mais evidentes na fala das pessoas e são categorias que de fato aparecem, já que essa comunidade remete ao discurso com o qual vem socializando. Nesse sentido, há uma coerência que indica uma sequência lógica: o sujeito tem o dever e a responsabilidade de cuidar dos bens ambientais/animais porque eles compõem a natureza/meio ambiente, da qual dependemos direta ou indiretamente.

GRÁFICO 28 – Palavras associadas a “preservação ambiental” (Serra de Ouro Preto)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “preservação ambiental”?*
Respostas múltiplas espontâneas (até três respostas)

7.2.2 “Natureza” e “meio ambiente” na Serra de Ouro Preto

Tanto nas entrevistas como nas evocações de palavras foi possível observar que a “natureza” é representada segundo a polifonia característica da vida urbana. Por estarem no distrito-sede, os entrevistados da Serra de Ouro Preto se deslocam simbolicamente do rural. Dessa maneira, um pouco mais distantes da “natureza”, ou do que entendem por natureza, passam a representar esse objeto como o belo, o bucólico (as paisagens repletas de árvores e animais), convocando a noção de paraíso. Inclusive, é a relação com a vegetação (flora/flor/árvore/vegetação) que compõe o núcleo central da representação.

Essa noção de paraíso, ajuda a compor outro elemento da representação que é a “qualidade de vida” e o “lazer” que estão na periferia da representação. Esses espaços de natureza passam a serem vistos como uma oportunidade de distanciamento do urbano, mas no caso da periferia de Ouro Preto observamos que essa ainda não é uma representação forte, sendo todas as palavras relacionadas (bem estar; lazer; qualidade de vida; e liberdade) evocadas, ao todo, 19 vezes.

TABELA 21 – Núcleo central e periférico das representações da “natureza” (Serra de Ouro Preto)

Categoria	Ordem	Frequência	Categoria	Ordem	Frequência
Flora/Flor/Árvore/ Vegetação	1,83	4,33	Preservação/Conservação/ Cuidado/Educação	2,00	3,20
			Água/Rio/Cachoeira/ Nascente	2,13	3,13

			Fauna/Animais	2,03	2,20
			Usos/Sobrevivência/Pessoas	2,04	1,60
Verde	1,53	1,27	Pássaros	2,00	1,33
Vida	1,50	0,80	Degradação/Poluição	2,20	1,33
Beleza/Bonito	1,45	0,73	Bem estar/Lazer/Qualidade de vida	1,89	1,27
Montanha	1,82	0,73	Ar puro/Oxigênio	2,05	1,27
Meio Ambiente/paisagem	1,00	0,60	Matas/Florestas/Mato	2,00	0,73

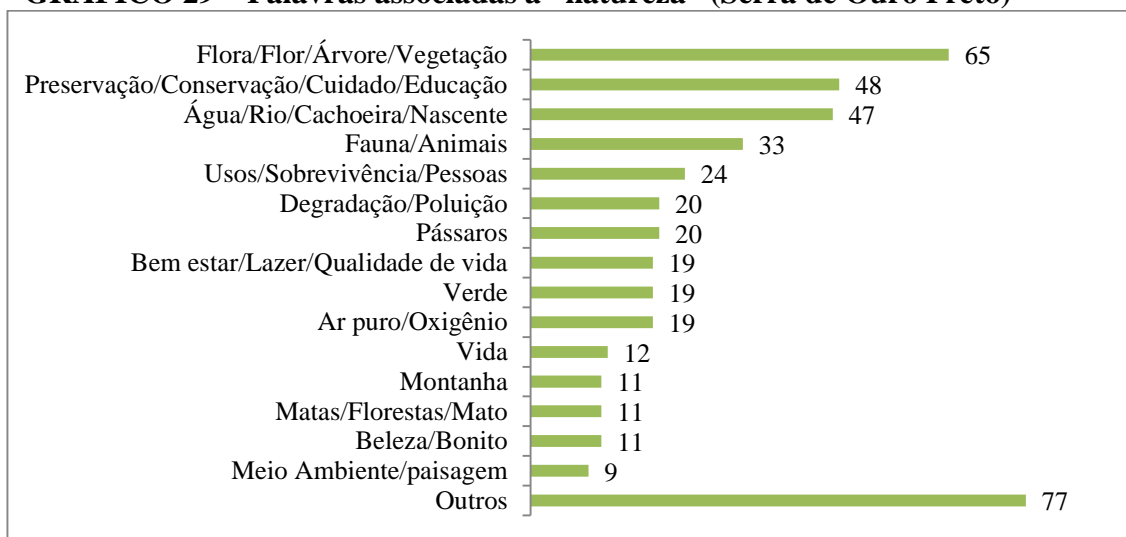
Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “natureza”?*
Respostas múltiplas espontâneas (até três respostas)

Concomitantemente, temos a representação da natureza como meio de sobrevivência. Por meio da evocação de “bens ambientais” ou de palavras relacionadas (sobrevivência; dependência; necessidade; lenha; criações), a importância da natureza para a sobrevivência do homem apareceu com destaque. É interessante que, embora simbolicamente seja um grupo mais urbano que rural, estando na periferia de Ouro Preto e limitando com o Parque e com espaços utilizados por pessoas para a sobrevivência (lenha e soltura de animais), essa observação do rural traz influências nas representações. Ademais desses elementos diretamente relacionados à sobrevivência, a palavra **vida**, evocada 12 vezes, também pode compor essa análise, denotando a interdependência homem-natureza.

Embora seja uma região carente de espaços para lazer, como vimos na parte referente ao perfil dos moradores e do lugar onde vivem, a natureza é apresentada mais como atrelada à sobrevivência que ao lazer.

Outra voz que aparece na representação da natureza, por parte dos moradores da Serra de Ouro Preto é a relação entre “natureza” e “preservação ambiental”, embora neste caso não seja tão expressivo quanto no da relação entre “meio ambiente” e “preservação ambiental”, como veremos a seguir. As palavras evocadas relacionadas com as práticas de preservação ambiental somam um total de 68 (Preservação/conservação/cuidado/educação e Degradação/poluição) e estão já bem próximas do núcleo central.

GRÁFICO 29 – Palavras associadas a “natureza” (Serra de Ouro Preto)

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “natureza”?*
Respostas múltiplas espontâneas (até três respostas)

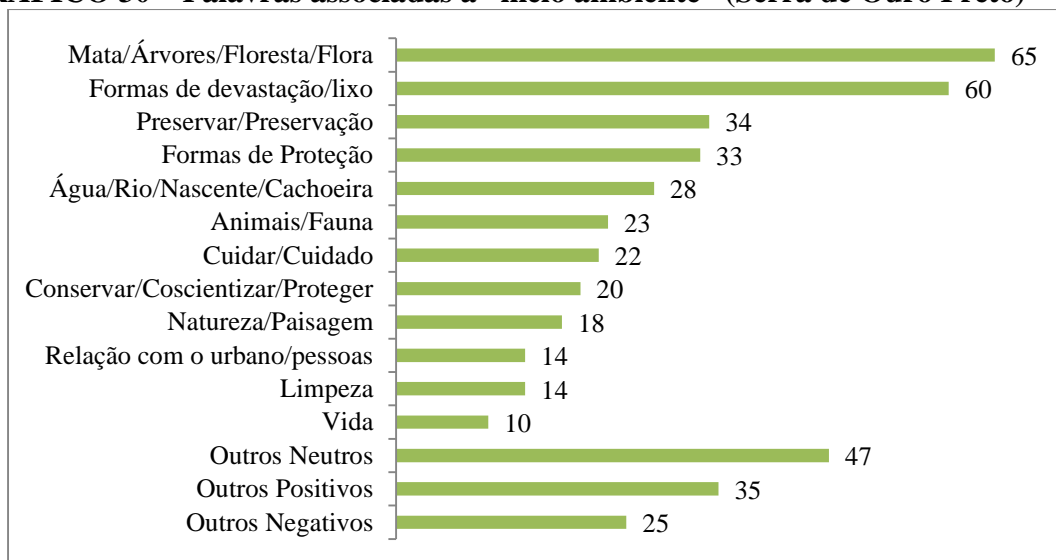
Na representação de meio ambiente, tanto nas entrevistas como nas evocações, o que surgiu foram duas vozes basicamente: a que reconhece os bens ambientais/elementos da natureza, ou seja, a proximidade empírica com o objeto; e o discurso da preservação ambiental, que demonstra a conotação conceitual que o termo assume atualmente. Com maior número de subcategorias, para a análise da representação de “meio ambiente” por meio da evocação de palavras, contribuiu, primeiramente, o Gráfico 30, com as subcategorias, com o objetivo de apresentar as palavras mais citadas e, depois, a fim de facilitar a compreensão desta análise, o Gráfico 31 com nova categorização e a tabela do núcleo central e da periferia das RS.

Com base no Gráfico 30, observamos os grupos de palavras mais evocados. Vale destacar que foram registradas apenas cinco evocações de unidades de conservação que estão na categoria “formas de proteção”. Elas não aparecem no gráfico por terem apresentado baixa frequência de evocação. Esse fato permite a inferência da falta de vínculo entre a representação do meio ambiente e a das áreas protegidas, o que seria importante para alcançar a relação dos moradores com a noção de proteção ambiental.

Outra característica interessante associada ao contexto urbano dessa população é que na representação de meio ambiente acabaram sendo incorporados elementos do urbano: ruas; coleta de lixo; lixo; rede de esgoto; limpeza urbana; e cidade. A natureza está mais relacionada com a sobrevivência que o meio ambiente. Seu uso, ou o uso do que a representa

(bens ambientais), é bastante percebido. Meio ambiente, embora tenha sido mais associado ao contexto urbano, está menos relacionado com a questão da sobrevivência.

GRÁFICO 30 – Palavras associadas a “meio ambiente” (Serra de Ouro Preto)

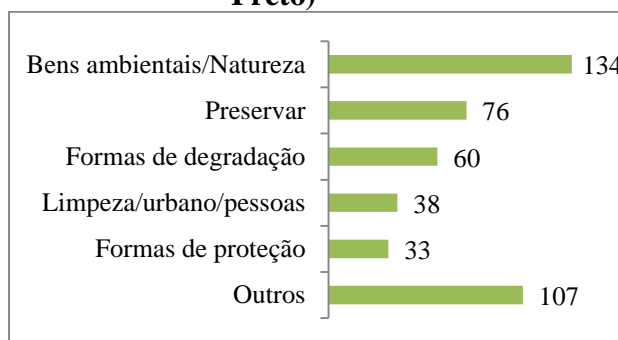


Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “meio ambiente”?*
Respostas múltiplas espontâneas (até três respostas)

No Gráfico 31 foi feita uma simplificação e redução das categorias, que, juntamente com a Tabela 22, contribuem para a leitura dos dados. A partir desse gráfico, conseguimos observar que a representação do meio ambiente está bastante relacionada a da “preservação ambiental” e que os bens ambientais, ou seja, os elementos da natureza têm uma força representativa considerável. Nesse sentido, confirmamos novamente a abordagem da proteção e cuidado dos bens, para um uso. A relação entre usos e meio ambiente, ainda é débil e seu fortalecimento pode contribuir para maior compromisso das pessoas em relação à proteção ambiental.

GRÁFICO 31 – Categorias de palavras associadas a “meio ambiente” (Serra de Ouro Preto)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “meio ambiente”?*
Respostas múltiplas espontâneas (até três respostas)

TABELA 22 – Núcleo central e periférico das representações da “meio ambiente” (Serra de Ouro Preto)

Categoria	Ordem	Frequência	Categoria	Ordem	Frequência
Mata/Árvores/Floresta/ Flora	2,00	10,83	Formas de Proteção	2,21	6,08
Formas de devastação/lixo	2,00	10,00			
Preservar/Preservação	1,76	5,00			
Água/Rio/Cachoeira/ Nascentes	1,82	4,25	Animais/Fauna	2,30	4,42
Cuidar/Cuidado	1,73	3,17	Relação com o urbano/ pessoas	3,00	3,50
Natureza/Paisagem	1,61	2,42	Conservar/Coscientizar/ Proteger	2,05	3,42
Limpeza	1,86	2,17			
Vida	1,90	1,58			

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Pergunta: *Quais as três palavras que te vêm à cabeça quando eu falo “meio ambiente”?*
Respostas múltiplas espontâneas (até três respostas)

Relacionando as representações de “natureza”, “meio ambiente” e “preservação ambiental”, observamos que “meio ambiente” e “preservação ambiental” têm representações mais próximas, no entanto, “natureza” é um termo que está muito mais no cotidiano dos sujeitos, mesmo no caso de sujeitos que estão no urbano. Nesse sentido, as comunicações em educação ambiental podem recorrer ao termo “natureza” e seus elementos de representação, para uma socialização das práticas de proteção ambiental.

7.3 Representando novos conceitos: entre ancoragem e objetivação

Na representação do conceito de “preservação ambiental” houve a tentativa de recorrer à ancoragem, em detrimento da objetivação, como era esperado. Isso se deveu ao fato de que o objeto “preservação ambiental”, que é conceitual, na verdade passou a ser relacionado ao “ambiente protegido”, principalmente em São Bartolomeu. As representações, apreendidas dialogicamente, estiveram relacionadas às normas aplicadas ao ambiente protegido, assim, os sujeitos ancoraram suas representações naquilo a que estavam sendo socializados: as normas aplicadas ao ambiente em proteção.

As representações de “natureza” foram basicamente ancoradas na prática cotidiana e no universo tangível do entorno — nos bens ambientais. Mas também, ainda que em menor escala, observou-se a interferência do discurso ambiental associado à natureza. Já o conceito de “meio ambiente” foi objetivado basicamente a partir do discurso apreendido por meio dos projetos de “educação ambiental” e do próprio relacionamento com as UCs. Também foi

possível observar a ancoragem do termo naquilo que ao mesmo tempo é natureza. Foi possível, nesse sentido, constatar a pouca utilização da representação de natureza, que é muito mais próxima do cotidiano desses sujeitos, no discurso de educação ambiental. Esses dados permitiram, assim, a inferência de que o discurso ambientalista para essas comunidades é introduzido a partir de uma socialização conceitual sem a transição a partir do conhecimento e do cotidiano do sujeito.

A partir da associação entre evocação de palavras e entrevistas, foi possível fazer considerações no que concerne ao núcleo central no caso desta pesquisa que traz como objetos temas relacionados com o cotidiano dos sujeitos, que envolvem polêmicas e que são relativamente recentes na vida das pessoas. O Quadro 3 mostra a relação entre o previsto teoricamente e o encontrado na pesquisa:

QUADRO 3 – Elementos do núcleo central comparados aos dados da pesquisa

Atributos	Sistema Central (segundo a teoria)	Sistema Central (análise da pesquisa)	Sistema Intermediário	Sistema Periférico
Base	Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Memória recente pela socialização dos problemas contemporâneos; elementos que interferem no contexto recente dos sujeitos	Ligado à memória coletiva; ao cotidiano; referências às vivências e às práticas	Ligado à memória dos sujeitos; pouca representatividade para o grupo
Característica quanto ao grupo	Consensual (define a homogeneidade do grupo)	Consensual discursivamente: adaptado ao discurso ideológico projetado hegemonicamente	Consensual (homogeneidade do grupo)	Não consensual
Grau de estabilidade	Estável	Estável no discurso mas não na prática	Estável no discurso e às vezes nas práticas	Instável
Grau de coerência	Coerente	Incoerente com as práticas/coerente com o discurso projetado	Coerente com a vivência das pessoas e muitas vezes com as práticas	..
Relação com o contexto	Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto quando exposto a normas e vigiados	Pouco sensível ao contexto	..
Funções	Gera o significado da representação	Gera os temas que conduzem à transformação da representação	Gera o significado da representação	Apresenta novos elementos ainda muito fracos no cotidiano da

	Determina sua organização	Determina a tendência da organização da representação		comunidade
--	---------------------------	---	--	------------

Fonte: Elaboração própria, comparado ao quadro proposto por Abric (1998, p. 34)

Além dos objetivos propostos nesta pesquisa, quanto à socialização dos conceitos, outros elementos interessantes foram observados e constituem essa síntese, contribuindo para entender a relação entre comunidade do entorno e as áreas protegidas.

Em São Bartolomeu não há confusão entre as duas categorias de UCs (parque e floresta). O que marca, basicamente, o reconhecimento de ambas é o fato de a proposta inicial para a área que hoje é floresta ter sido de um projeto de parque. Ademais, temos em São Bartolomeu uma comunidade pequena, sendo que algumas pessoas se envolveram mais diretamente no processo, mas a socialização dos temas foi efetivada. Ali, ainda que de maneira superficial, foi possível observar o reconhecimento de uma terceira categoria — a APA — bem menos citada, mas também diferenciada por muitas pessoas nas suas falas, tanto gravadas como informais.

Já no distrito-sede, observamos, tanto por parte dos moradores do entorno de áreas protegidas, como por parte de formadores de opinião que moram no centro, mas que têm atuação política na Serra, que há confusão das categorias. As pessoas reconhecem o Parque das Andorinhas, mas não sabem necessariamente o que o caracterizaria como parque, salvo algumas excessões. Quando mencionada a Floresta, estranhavam. Não é um conceito comum para aquela região, como se tivéssemos inserido no questionário uma menção à Amazônia, muito distante deles. A APA não é reconhecida por quem mora nos Morros Santana, São João e Queimada. Alguns do Morro São Sebastião a reconhecem, devido ao nível de escolaridade muito mais elevado e pelo fato de que alguns moradores têm algum relacionamento profissional com o meio ambiente, ou ainda nos casos em que os entrevistados possuem sítio na área da APA.

O Parque das Andorinhas é reconhecido nos três bairros que compõem o entorno imediato. A grande diferença é que no Morro São Sebastião é mais percebido como um lugar de lazer, importante para os moradores, embora ainda precise melhorar muito. Para os do Morro da Queimada, é um lugar distante, que podia ter mais atrativos para a população. Para os moradores do Morro São João e do Morro Santana, o “chegar ao parque” é muito difícil e perigoso, sendo que por isso não frequentam muito, ainda que o percurso seja menor que o que liga o Parque ao Morro São Sebastião. Para essas três comunidades, a categoria “parque”

é associada a lazer, mas o Parque das Andorinhas ainda não cumpre efetivamente com o que seria sua principal característica.

Quanto ao Parque Arqueológico, os habitantes de São Bartolomeu desconhecem tanto o lugar como o próprio conceito, embora especulem. Os habitantes do Morro São Sebastião já ouviram falar, mas muitos não conhecem a área do futuro Parque, onde estão as ruínas. Os do Morro Santana, muitas vezes, ao esclarecerem o que é o Parque Arqueológico, perguntavam pelo Ecomuseu, motivo pelo qual decidi apresentar também a proposta do Ecomuseu neste trabalho, apenas a título de contextualização e pela proximidade dele em relação à comunidade, mas deve ficar claro que o Ecomuseu não é uma “área protegida”. Fato é que o Parque Arqueológico para os moradores do Santana e São João é ainda muito intangível. Alguns falam sobre o Parque como algo inacabado e sem muito futuro, que só fez retirar moradores que estavam em seu perímetro. Para o Morro da Queimada, o Parque Arqueológico fica entre uma promessa de desenvolvimento e mais uma manifestação de discriminação. Uma proposta de desenvolvimento porque alguns moradores esperam que, com o Parque Arqueológico, possam oferecer serviços de apoio ao turismo (hospedagem, alimentação e passeios). A manifestação de discriminação porque o Morro da Queimada ficaria apenas como “quintal do Parque”. Alguns moradores se mostraram extremamente insatisfeitos com o fato de ter acontecido a “limpeza da área”, ou a remoção das famílias, do projeto estar demorando muito, sabendo-se que tiveram uma verba de R\$600.000, e ainda pelo fato de no projeto apresentado a entrada do Parque ser pelo Morro São João. Temem assim, que novamente sejam invisibilizados ou discriminados em Ouro Preto.

Considerando os dados conseguidos com este trabalho e tendo-se em vista os principais conflitos gerados a partir da implementação das UCs, temos que esse tipo de problemática envolve frequentemente dois tipos de conflito caracterizados por Zhouri e Laschefski (2010), quais sejam, os de ordem distributiva e de ordem territorial. De um lado eles são de ordem distributiva, já que implicam a salvaguarda de uma parcela do espaço conservado, considerando as gerações futuras; e, de outro lado, pensando a geração do presente, também pode levar a uma discussão de cunho distributivo, já que algumas vezes são preservadas áreas de importância produtiva para determinados grupos populacionais. A discussão do lazer e do turismo em UCs pode também dar margem à discussão de ordem distributiva. Não é toda a população que tem condições de vivenciar a conservação de paisagens e do meio ambiente.

De outro lado, os conflitos em UCs podem ser territoriais, já que a preservação obedece à ordem hegemônica em transformação que considera a necessidade de proteção de alguns espaços que deveriam ser utilizados em caráter especialmente contemplativo. Principalmente nos casos de UCs de uso indireto, que não permitem a habitação humana nos limites da unidade, observa-se, tal como visto em Diegues (1996), conflitos que são claramente de ordem territorial e demonstram processos de desterritorialização de comunidades tradicionais.

Esse seria, por exemplo, o caso dos envolvidos pelo PNM Cachoeira das Andorinhas. As lenheiras vivem tanto o conflito ambiental distributivo, como o territorial. Lembremos então a pouca importância do lazer para essas pessoas que veem seu espaço de trabalho e identidade ser convertido em espaço contemplativo. Nesse mesmo sentido, embora não seja UC, o Parque Arqueológico tende a conduzir a um conflito ambiental territorial. Na verdade, esse conflito já pode ser considerado como iniciado, tendo-se em vista as desapropriações e a estagnação aparente do projeto.

E como diminuir os conflitos? Como fazer com que os envolvidos pelas áreas protegidas passem a se envolver com esses espaços e com a ideia? A partir desta pesquisa, foi possível identificar o grupo do Ecomuseu Serra de Ouro Preto como uma possibilidade de negociar a comunicação e estabelecer um intercâmbio de conhecimentos efetivo.

A análise deste trabalho foi proposta para o entorno do Parque Arqueológico Morro da Queimada, que junto com a Floresta Estadual do Uaimii e o Parque Natural Municipal das Andorinhas, está passando por uma política de proteção patrimonial, em um caso arqueológica e nos outros ambiental. Contudo, muitas vezes, durante a aplicação de questionários, quando questionava quanto ao (re)conhecimento do Parque Arqueológico Morro da Queimada, muitas pessoas, confusas, perguntavam se se tratava do Ecomuseu, conforme mencionado. Assim, emergiu a necessidade de se pensar nessas diferenças.

No primeiro relatório de Hugues de Varine, em 2008, temos uma diferenciação bastante didática do que seria cada um dos “museus”. Completamente diferentes, o museu-templo (Parque Arqueológico/área protegida) e o museu de percurso (Ecomuseu) estão em uma só região e assumem algumas sobreposições, mas suas diferenças são:

Diferença de Natureza: O parque é (será) uma instituição de pesquisa, escavações, conservação, com um objetivo secundário turístico; o ecomuseu é um programa de valorização do patrimônio popular a serviço dos moradores dos bairros em questão e, finalmente, de toda a cidade de Ouro Preto.

Diferença de Objetivos: o parque tem um fim essencialmente científico (conhecimento) e secundariamente econômico (visitação pelo público local e

turistas); o ecomuseu quer promover o reconhecimento da população dos bairros e de sua cultura viva baseada em seu patrimônio.

Diferença em Relação ao Território: o parque está estabelecido em área desabitada e será utilizado apenas para pesquisas e visita; o ecomuseu serve uma área habitada, ele próprio tem uma população ativa e criativa. (VARINE, 2008, p. 5)

7.4 Ecomuseu: uma possibilidade de integração com áreas protegidas

Diante das discussões sobre o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e sobre o Parque Arqueológico Morro da Queimada, durante audiências públicas, uma delas, inclusive, na qual se discutiu a separação dos projetos, foi apresentada a ideia do Ecomuseu Serra de Ouro Preto.

Numa audiência pública, que foi feita neste ano de 2005, que estavam discutindo exatamente o Parque das Andorinhas, né? Que é uma área de proteção e o Parque Arqueológico do Morro da Queimada... [...] Quando deram voz para a plateia, eu falei um pouco sobre esse conceito. Aí todo mundo ficou muito espantado, ninguém conhecia isso, né? (E05)

Inicialmente os projetos do Ecomuseu e do Parque Arqueológico estavam juntos, justamente por causa da área que, como dito, é sobreposta. O Parque Arqueológico é um dos atrativos que comporia todo o percurso do Ecomuseu. Todavia, devido à incompatibilidade nas práticas e na forma de planejamento, os dois projetos se separaram em 2008. O Ecomuseu passou a ser um projeto de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto e conta com alunos bolsistas e professores. Desde 2005 tem-se trabalhado tanto em pesquisa, como na realização de oficinas, principalmente direcionadas a jovens.

Eu comecei a aproveitar, assim, como eu era professora da universidade, as facilidades que a universidade me dava. Né? E... escrevi o projeto, fiz a inscrição do projeto na Pró-reitoria de Extensão da UFOP. Tanto que até hoje... Tanto que agora ele não é nem mais projeto, ele é um programa da Pró-reitoria de Extensão. (Codificação retirada)

O projeto do Ecomuseu, embora bastante complexo, por envolver comunidades e ter uma tendência de base comunitária e não partir de imposição ou de regulamentação, já está bastante adiantado e já é possível perceber o reconhecimento por parte da comunidade. Nos últimos anos, houve um afastamento da organização em relação ao Morro da Queimada, justamente devido à incompatibilidade e clima de competição entre Ecomuseu e Parque Arqueológico, que acabou por desencadear retrocessos. O trabalho tornou-se mais forte, assim, nos morros São João e Santana e no Morro São Sebastião, ainda que a identificação dos moradores deste último com o Parque Arqueológico seja mínima.

Não vou dizer a você que é uma coisa muito fácil. Não é, por quê? Porque como não é de cima para baixo, a gente... aí sim, vamos sensibilizar os moradores, a associação de bairro, lideranças culturais, educativas, é um trabalho meio que de base, né? (E05)

Desde meados de 2011, todavia, tem acontecido a reaproximação com o Morro da Queimada, via Associação de Moradores. Conforme mencionado, esta associação acaba de conseguir uma casa para que seja a sede da associação, sendo inclusive disponibilizada ao Ecomuseu para maior integração. Ademais, o presidente da associação mostrou, tanto na entrevista, como em conversas informais e na posse, que há forte interesse por parte da comunidade do Morro da Queimada em dar andamento ao processo na integração do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.

O trabalho com as comunidades tem sido feito com dificuldade, devido às características dos habitantes dos bairros e suas relações, que, conforme a idealizadora do projeto e constatação na presente pesquisa, são bastante diversas. Essas características podem ser analisadas na parte referente aos bairros.

Bom, descobrimos também que é um trabalho polinucleado, porque cada bairro ali tem uma característica diferente, apesar de ser muito imbricado, Queimada, com Santana, com São João, o São Sebastião já fica mais separado, cada um tem uma característica. Né? E tem uma vontade. (E05)

É por ser um trabalho de base comunitária, portanto, que fica indicada a possibilidade de o projeto ser o meio de integração. Esse projeto tem capacidade de relacionar patrimônio histórico (Parque Arqueológico) e patrimônio ambiental (PNM Cachoeira das Andorinhas) e conduzir à participação e contribuição das comunidades do entorno nas áreas protegidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos deste trabalho foi analisar a representação dos sujeitos em relação à “preservação ambiental”. Essa representação foi associada ao “ambiente protegido”, já que ambos apareceram como semelhantes, sendo o primeiro objeto de representação conceitual, e o segundo objeto tangível. O tangível foi, efetivamente, o objeto da representação para o conceito de “preservação ambiental”. Isso se justifica porque, nesse caso, é a aplicação do conceito que está inserida no cotidiano dos sujeitos e que constitui a problemática por eles vivida e é nessas condições — em que o objeto da representação está de fato no cotidiano é que se configura uma problemática — que se pode efetivamente apreender as representações sociais, conforme discorreu Marková (2006) e consideramos no referencial teórico deste trabalho.

Rompendo com uma expectativa inicial da pesquisadora, as “áreas protegidas” *per se*, praticamente não são evocadas no momento da representação da “preservação ambiental”. Aparentemente, considerando-se a “preservação ambiental” e o “ambiente protegido” como análogos enquanto objetos de representação, a expectativa era de que para representar “preservação ambiental” os sujeitos falassem sobre as UCs vizinhas, seja a Floresta Estadual do Uaimii, seja o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas ou até mesmo outras UCs mais antigas da região, como o Parque Estadual do Itacolomi. Contudo, não foi isso o que aconteceu. As UCs praticamente não foram evocadas na representação desse objeto. A explicação para a não correspondência dessa expectativa diz respeito a uma importante consideração sobre o que é esse objeto para os moradores. O ambiente protegido vai além da UC em si. As normas da “área protegida” estão inseridas no cotidiano do sujeito, ou seja, extrapolam os limites das UCs na medida em que o sujeito nelas esbarra e, ao vivenciá-las, faz com que tenham uma mobilidade maior, alcançando o universo da pessoa. Dessa maneira, é a vivência desse objeto que conduz à representação em si.

Quanto ao uso de duas abordagens diferentes nas representações sociais: dialógica e do núcleo central, recorrendo aos métodos de entrevista e questionário (com enfoque nas evocações de palavras), há considerações para os objetos de representação deste estudo. Lembramos que esses objetos tiveram inserção relativamente recente no cotidiano desses sujeitos. O conceito de proteção ambiental via termo “preservação ambiental” e a preocupação com o “meio ambiente” são temas relativamente novos para os sujeitos e, conforme observado, são também objetos cujas representações estão sendo contruídas. Diante

do contexto desses objetos, embora pareça contraditório, o discurso que se emprega por parte da gestão das áreas protegidas passa a fazer parte do discurso dos habitantes, gerando, inclusive, o maior número de evocações: cuidar, proteger e zelar, entre outras com a mesma conotação. Já quando analisamos o discurso, na etapa qualitativa, percebemos que a noção de limite, proibição, negação é que constitui o foco das representações. E como explicar essa aparente contradição? Na etapa de evocação de palavras, surpreendeu-nos o fato de que o núcleo central das representações, constituído pelas palavras com maior frequência de evocação, na verdade está constituído não das que estão na memória coletiva, na história de vida das pessoas, como era esperado segundo a Teoria do Núcleo Central. O que seria o núcleo central das representações, ou seja, as palavras mais frequentes nas evocações, são aquelas que estão no cotidiano, na socialização recente dessas pessoas com os referidos conceitos.

Com isso, o trabalho contribui ao enfatizar que para a compreensão de um objeto que é considerado polêmico, relativamente recente na vida das pessoas e que tende a interferir na vida delas, é preciso ter cuidado. Os sujeitos pesquisados podem acessar facilmente um discurso formatado, produzido com direcionamento para agradar ao que se supõe que o interlocutor quereria ouvir. Esse tipo de prática pode ocorrer justamente quando o respondente deseja fugir da zona de polêmicas. Analisando seu discurso e observando os desvios, silenciamentos, implícitos e as vozes que compõem os discursos, obtêm-se dados importantes para análise.

Dessa maneira, ao encontrar esse discurso ideal, por exemplo, nas evocações para “preservação ambiental”, o fato de os resultados de uso do método não terem correspondido ao esperado considerando a Teoria do Núcleo Central, não conduz à invalidação da evocação de palavras para pesquisas em representações sociais. Ao contrário, com esse dado, no caso desse objeto, em conjunto com a abordagem dialógica, foi possível apreender a representação social desse objeto e a tendência de transformação dessa representação. Ao usar a evocação de palavras para apreensão das representações sociais o pesquisador deve estar, portanto, atento às condições dessas representações. O “núcleo central” pode estar associado à memória coletiva e à história de vida ou a uma socialização recente, ou seja, em processo de formação. Para identificar que tipo de núcleo a representação segue, se é da estabilidade ou da dinâmica, tanto o pesquisador pode lançar mão de um questionário estruturado, prevendo ambos os resultados, ou recorrer à análise qualitativa, com base em entrevistas e observações. Nesta pesquisa, foi indispensável o uso das conversas e das observações, sob o risco de usar apenas

a frequência das palavras para trazer uma representação. Caso tivessem sido levantadas apenas as evocações, em verdade alcançaríamos não uma representação feita pelos sujeitos mas, ao contrário, seria uma representação projetada institucionalmente. A polifonia é clara, nesse sentido. O sujeito incorpora vozes que atendem a diferentes interesses e acessa essas vozes segundo sua necessidade no cotidiano. Observar essas diferentes vozes é que permitiu estas considerações finais.

Ter entendido a representação social da “preservação ambiental” também pode contribuir para a prática da “proteção ambiental”. Associando também o resultado da evocação de palavras à análise do discurso, foi possível apreender elementos associados à vida cotidiana dos sujeitos e à “preservação ambiental” que conduzem à representação do objeto em questão. Esses são os que chamamos bens ambientais (água, terra, árvores entre outros) e associados a eles também os animais. São esses temas que podem compor a base da comunicação (órgão ambiental – população) no sentido de estabelecer uma negociação de sentidos e interesses para um projeto de proteção ambiental que não exclua os sujeitos.

A comunicação pode fazer com que se reflita sobre a importância desses elementos (bens ambientais e animais) que conduzem à representação do conceito de “preservação ambiental” e, assim, recorrer a uma linguagem do senso comum, fazendo, então, o caminho inverso. Hoje observamos uma apreensão do sentido da proteção ambiental que começa no proibir-limitar, mas que se reconhece a contrapartida da proteção para um uso futuro. Seria importante começar do lado inverso, das representações das pessoas, para as práticas de conservação para seu uso. Entendendo suas próprias representações, é possível que se consiga traçar projetos que sejam coerentes com essas representações, que sejam passíveis de serem compreendidos e trabalhados para, posteriormente, serem tornados comuns.

Analisando os dados provenientes tanto dos questionários, como das entrevistas, a percepção da inserção de uma área protegida está relacionada, para um grupo, aos resultados econômicos que ela gera, sejam positivos ou negativos. Para outro, as áreas protegidas aparecem como possibilidades de espaços de lazer, mas, para que isso aconteça, nos três casos estudados, muitas mudanças são necessárias por parte do quadro gerencial dessas áreas e, nesse sentido, observamos que o intercâmbio é decisivo.

Dessa maneira, considerando a *themata* composta do *continuum* bens ambientais-proteção-privação que constitui a representação da categoria “preservação ambiental”, deve-se então associar sempre o conceito à economia? Se tomarmos como base as representações de “meio ambiente” para a população que está no entorno das áreas protegidas estudadas, a

resposta é sim. Mas aí refletimos sobre uma crítica frequente, que se refere à mercantilização do verde. Estaríamos tratando os bens ambientais como recursos econômicos. Proponho aqui que as unidades de conservação deveriam trazer uma compensação econômica.

E a noção do espaço público? E a preocupação com o todo? Estas não seriam questões maiores que deveriam se sobrepor aos conflitos ambientais? Não necessariamente, se tomamos como base a questão do ônus e do bônus. A quem as UCs serviriam? Seria de fato a preocupação com o público que guiaria esses projetos? Qual a noção de público, neste caso? São questões que conduzem a outro trabalho, mas que não devem ser esquecidas nestas considerações. Essas UCs se destinariam a todos, num primeiro momento, àqueles que aqui estão e aos que virão. Mas por que um território e não outro? Por que uma área é territorializada de tal maneira ou de outra? Poderíamos falar em objetividade?

Considerando a inserção de um grupo desterritorializado por uma UC no nosso sistema, a compensação econômica é coerente com a prática tal como ela ocorre hoje. É possível que a partir dessa compensação, muitas práticas de proteção ambiental sejam aos poucos incorporadas ao cotidiano das pessoas. Isso porque, como vimos, os principais contextos que conduzem à mudança de uma representação são a socialização no cotidiano. O trabalho e a escola têm potencial para conduzir às mudanças.

Considerar essa representação, intrinsecamente relacionada à sobrevivência, é uma grande oportunidade para o desenvolvimento de novas práticas. Até porque ir contra a sobrevivência de um grupo não seria uma prática adequada ao discurso ambiental. É um projeto que envolve necessidades básicas, aspectos culturais e cotidianos relacionados às noções de lugar e território, que, por sua vez, contribuem na constituição da identidade dos grupos. Nesse sentido, alternativas de trabalho e lazer, por exemplo, devem ser apresentadas e um processo de negociação de interesses e práticas deve ser estabelecido com bases sólidas. Não que os órgãos como IEF ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente tenham como obrigação fazê-lo, quer dizer, não está na lei que eles devem proporcionar alternativas às populações que passaram por restrições em decorrência de um processo de proteção ambiental. Contudo, para que o projeto de proteção ambiental tenha êxito e sejam minimizados os conflitos ambientais, tendendo a aumentar o número de aliados e definitivamente cumprir o papel de educação ambiental, a participação dos órgãos ambientais na socialização de novas práticas, ademais de novos conceitos, é muito importante. As práticas que devem ser apresentadas à população, nesse sentido, não são apenas aquelas relativas à negação dos usos ou às práticas de proteção da natureza *per se*, “não caçar, não

desmatar, não queimar etc.”, mas também às novas práticas de sobrevivência, que estejam sintonizadas com a preocupação ambiental.

Outro objetivo delineado no trabalho foi descrever as relações (econômicas ou de lazer) que cada grupo de moradores vizinhos estabelece com as áreas protegidas. De maneira geral, em nenhum dos grupos pesquisados foi observado o envolvimento forte dos moradores com as áreas. Em verdade, pouquíssimos casos de envolvimento foram observados, não obstante os moradores que trabalham ou trabalharam nessas áreas. O fato de não visitarem a área e não terem atividades cotidianas nos locais, em parte está relacionado com a gestão, que não estabelece laços com os moradores do entorno. Mas essa limitada integração é parcialmente explicada pela característica de muitos moradores, de pouca exigência e criatividade para propor transformações nos relacionamentos. O histórico de pouca abertura à comunidade perdura pela pouca motivação dos sujeitos envolvidos.

Como contrapartida à existência de Áreas Protegidas, especificamente das UCs que já estão efetivadas no local, podem ser desenvolvidos trabalhos de capacitação profissional e ao mesmo tempo de educação ambiental para multiplicação, como: cursos de guias de turismo de natureza; curso de cultivos de determinadas espécies vegetais da região, tanto com fins ornamentais, como produtivos; atividades de lazer nos finais de semana e atividades esportivas e escolinhas de esportes, entre outras.

Os cursos de guia de turismo de natureza atenderiam a uma demanda e uma observação da importância do turismo na região. Tanto em São Bartolomeu como em Ouro Preto, a importância do turismo para a economia é reconhecida, muitas vezes até superestimada. Os cursos de guias de turismo de natureza, devidamente propostos, e em parceria com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), poderiam ter excelentes resultados em uma proposta de diversificação da oferta turística na região, contribuindo inclusive para maior permanência do visitante, favorecendo a cadeia do turismo e, por consequência, a economia do município. Associada a essa proposta, interferir na qualidade da informação turística é outro ponto importante, diversificar também a informação para o turista sobre o município contribuiria para a valorização dos guias de turismo de natureza. O próprio grupo do projeto do Ecomuseu poderia contribuir na formação, já que tem uma parceria estabelecida com moradores do Morro Santana, Morro São João e Morro da Queimada. Nesse caso, ademais de uma proposta de guia de turismo de natureza, a proposta do reconhecimento da vida na região da Serra de Ouro Preto se daria inevitavelmente, valorizando o turismo no

município e proporcionando experiência ao turista de maneira transversal, de maneira que história, cotidiano e meio ambiente estariam interligados.

Os cursos de cultivos de espécies nativas poderiam ser feitos em parceria com a Associação Flores nas Pedras das Camarinhas. Com essa prática, poderiam ser mitigados os problemas do Parque, tal como o furto de orquídeas. Além disso abriria-se uma nova possibilidade de trabalho para os jovens no futuro, com jardinagem ou até mesmo na própria associação, visando a produção de espécies para reflorestamento, ou para venda para produção de óleo de candeia, ou outros. Associado à questão do cultivo, outra possibilidade de formação profissional e abertura de possibilidades para os jovens são os cursos de plantas medicinais com o apoio da Escola de Farmácia da UFOP. Com isso haveria também maior inserção da comunidade da região na universidade, dando-lhes mais opções de trabalho para o futuro. Isso poderia ser feito, inclusive, via projeto de extensão, caso haja interesse de professores, mestrandos ou doutorandos da escola.

Quanto ao uso do espaço público de maneira efetiva e contínua, é necessária a abertura ao lazer e a preparação de eventos dos quais os próprios visitantes façam parte, seja voltado para crianças, jovens ou adultos. Gincanas, exposições culturais, ou outras com envolvimento efetivo da comunidade na organização, aproximariam as áreas protegidas das pessoas e efetivariam a proposta do espaço de uso público das UCs e, associado a isso, a proposta de educação ambiental estaria consolidada. Outrossim, fazer das áreas protegidas, principalmente nos casos do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e do Parque Arqueológico Morro da Queimada, extensões das casas das pessoas seria apresentar uma possibilidade de apropriação e (re)significação do lugar. No caso da Floresta Estadual do Uaimii, essa apropriação do espaço seria mais complicada, pelo acesso aos principais atrativos (mais distante, sem disponibilidade de transporte). Nesse caso, a aproximação das áreas protegidas à casa, ao universo familiar e íntimo, poderia acontecer, por exemplo, a partir das escolinhas de esporte, oficinas de arte, jardim e pesquisa entre outras.

As questões propostas nesta pesquisa, “em decorrência da preservação ambiental, como se configuram as representações em torno do **habitar** o espaço?” e se “houve mudança em relação à organização espacial?”, conduzem a uma análise em construção, resultante da dinâmica que constituem os casos estudados. Para poucos, as UCs influenciaram muito na vida de pessoas, e quando isso aconteceu foi porque houve interferência na sua sobrevivência. Esse foi o caso, principalmente, de lenheiros(as) e pessoas que tinham gado solto; doceiros,

principalmente no início do processo; algumas donas de casa; e pessoas que tinham/têm terreno nas áreas protegidas.

Muitos moradores do entorno diminuíram a frequência de visitas ao Parque e à Floresta, mas isso ocorreu também por mudanças nos hábitos de vida que não necessariamente estão relacionadas com o fato da área ter se tornado uma UC, principalmente no caso do Parque. Dessa maneira, foi possível observar que a criação das áreas protegidas conduzem à mudança nas configurações das representações em torno do habitar o espaço e isso acontece também pela memória do vivido por meio de outras pessoas de sua socialização. Mas efetivamente, a mudança do habitar o espaço só é indicada por pequenos grupos, mesmo que muitos não vivenciem as mudanças, muitas vezes eles a representam, porque veem seus próximos experienciando-as.

A representação social do **habitar** o espaço no entorno do Parque Arqueológico, atualmente indica uma perspectiva negativada, por causa da expropriação e da morosidade do processo. Não obstante, existe a expectativa de a área protegida influenciar positivamente na vida das pessoas e, por conseguinte, também em sua representação sobre o espaço protegido. Essa expectativa é gerada, pois os habitantes locais esperam que, em decorrência da proteção da área, também ocorra o desenvolvimento dos bairros, especialmente no caso do Morro da Queimada e a injeção de recursos provenientes basicamente do turismo. Acompanhando o desenvolvimento do bairro, a imagem do mesmo para moradores de outras áreas seria melhorada e, com isso, a identidade do próprio morador com o lugar seria fortalecida.

Para uma parcela dos moradores do Morro São Sebastião a mudança em relação ao **habitar** esse espaço ocorreu de maneira positiva o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas influenciou na melhora da paisagem e da segurança. A representação do lugar habitado é, portanto, de tranquilidade e proximidade com a natureza. Alguns poucos casos o vivenciam negativamente (o de lenheiro(as)/tropeiros, de pessoas que tinham alguns animais soltos, etc.).

Em São Bartolomeu, a influência da UC na representação do espaço habitado tem como aspecto positivo a relação com a paisagem, uma marca considerável no espaço. Mas de outro lado, há também interferências consideradas negativas, a presença da Floresta e da APA conduziram à intensificação do reconhecimento de baixa oferta de trabalho, direcionando, por conseguinte, a uma representação negativa das UCs. Ademais, houve interferência na percepção do **habitar** o espaço, pela mudança principal das práticas nas cozinhas das famílias. Embora a substituição do fogão a lenha pelo fogão a gás seja uma tendência, o

reconhecimento das áreas protegidas como catalisador dessa mudança de hábitos potencializa a influência das áreas protegidas na condução de transformadores das representações.

Podemos mencionar, então, uma mudança na organização socioespacial da região. Entretanto, não podemos falar em consolidação dessa transformação, pois esse é um processo ainda em atividade. Em apenas alguns casos, nos quais as pessoas dependiam da área economicamente, é que houve mudança das práticas cotidianas, sendo identificadas práticas de resistência e de afronta, na maioria. Contudo, grande parte das mudanças ainda está no nível discursivo.

Feitas essas considerações, acredito que o estudo das representações sociais pode contribuir para a área da geografia, neste caso, para entender os conflitos ambientais, mas também em trabalhos dirigidos a diferentes áreas. Considerando a importância dessa teoria para estudos relacionados a objetos polêmicos e que tenham uma repercussão na vida das pessoas, a teoria tem potencial para desenvolvimento de estudos na área de migrações, de ruralidade, do urbano e em diferentes facetas do planejamento, além da área ambiental, como se apresentou aqui. É possível que a TRS contribua também para a compreensão de como determinados conceitos e temas da geografia são vivenciados. Recorrer também a categorias geográficas como objetos de representações pode ser um caminho para aproximarmos, ainda que minimamente, a produção acadêmica da vida cotidiana.

Por fim, as análises e as considerações finais deste trabalho podem auxiliar no planejamento de políticas públicas ambientais, uma vez que aqui estão vozes dos vizinhos das áreas protegidas, estão aqui as vivências das pessoas, como elas representam os espaços e como suas vidas são influenciadas, ou não, por essas áreas. A criação de programas para socialização da política de proteção ambiental, que apresentem a importância, limitações e possibilidades das áreas protegidas, deve levar em consideração o conhecimento do senso comum. Trazer uma ideia nova e pressupor sua aceitação por uma lógica diferente da que é vivida naquele espaço configura a ilusão das áreas protegidas para conservação da biodiversidade e uso público em sentido amplo e a efetivação de “áreas protegidas de pessoas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Mônica Chaves. *Receita de mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do mineiro*. 2 ed. Uberlândia: EDUFU, 2007.

ABRIC, Jean-Claude. (1996) Prefácio. In: SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. de. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representações sociais*. Goiânia: AB, 1998. p. 27-38.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ARENDT, Ronald João Jacques. Construtivismo ou Construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. In: *Estudos de Psicologia*. V. 8, n. 3, 2003. Pp5-13. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17230.pdf>. Acesso em: 07 de Outubro de 2009.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich/VOLOCHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 7 ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

BARCELLOS, Gilza Helena. A crise ambiental e a mercantilização da natureza. In: HISSA, Cássio Eduardo Vianna. *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 109-123.

BARROS, Diana L. P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BARROS, Diana L. P. *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 1-9.

BOB, Urmilla; BRONKHORST, Salomé. Environmental conflicts: key issues and management implications. *African Journal on Conflict Resolution*, Durban, África do Sul, v.10, n. 2, 2010.

BÓSI, Ecléa. Os espaços da memória. In: BÓSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. p. 355-371.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972. *Les Temps Modernes*, 318, janeiro de 1973. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%ABlica_N%C3%A3o_Existe_\(Pierre_Bourdieu\).pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%ABlica_N%C3%A3o_Existe_(Pierre_Bourdieu).pdf) Acesso em: <10/01/2012>

BRASIL. Decreto nº 1.298, de 27 de outubro de 1994. Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais e dá outras providências. Brasília, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRUCE, Nigel; POPE, Daniel; STANISTREET, Debbi. *Quantitative methods for health research*. England: Wiley, 2008.

BRYANT, Raymond; BAILEY, Sinéad. A politicized environment. In: BRYANT, Raymond; BAILEY, Sinéad. *Third world: political ecology*. London/New York: Routledge, 1997. p. 27-47.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2*. Petrópolis, 2003.

CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira; CHAMON, Marco Antônio. Sobre o uso da entrevista nos estudos de representação social. In: V JORNADA INTERNACIONAL E III CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 31 jul. a 3 ago. 2007. *Anais...* Brasília, 2007.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CORDEIRO, Érika Dias. O turismo como fomentador da configuração espacial do município de Ouro Preto: o novo distrito de Lavras Novas. *CULTUR – Revista de Cultura e Turismo*, Ano 2, n. 2, p. 60 – 84, jul. 2008.

CORRÊA, Paulo Ângelo. Magalhães. *Melhorias sócio-econômicas na região periférica à Cachoeira das Andorinhas, cidade de Ouro Preto, advindas da implantação de uma área de proteção ambiental*. 76f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2008.

DANSEREAU, Pierre. A ecologia e a escalada do impacto humano (1975). In: VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Mauricio Andrés (Orgs.). *Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999. p. 189-215.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, Leila; VIOLA, Eduardo (Orgs.). *Incertezas da sustentabilidade na globalização*. Campinas: Unicamp, 1996. p. 279-318.

DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000. p. 1-46.

DOCE FAJUTO. *Jornal Ouro Preto*, Ouro Preto, 25 de ago. 2011. Cad. Oi Vizinho! p. 12.

DOUROJEANNI, Marc; PÁDUA, Maria Tereza Jorge. *Biodiversidade: a hora decisiva*. Curitiba: UFPR, 2001.

DUCROT, Oswald. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas–SP: Pontes, 1987.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção os pensadores).

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Quadro geognóstico do Brasil e a provável rocha matriz dos diamantes. *Geonomos*, v. 13 n. 1, 2, p. 97-109, 2005, . Traduzido por: Friedrich E. Renger. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/13_97_109_Eschewege.pdf> Acesso em: <15/05/2011>

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Mabalhões. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: JOVCHELOVICH, Sandra e GUARESCHI, Pedrinho (Orgs) *Textos em representações sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. p. 31-59.

FERNANDES, Claudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia, 2005.

FLAMENT, Claude. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In JODELET, Denise (Org). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 173- 184.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8 ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

FURLANETTO, Maria Marta. Argumentação e subjetividade no gênero: o papel dos topoi. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 6, p. 8, 2006.

GERVAIS, Marie-Claude. *Social representations of nature: the case of the Braer Oil Spill in Shetland*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – London School of Economics and Political Science, University of London, set. 1997.

GIARD, Luce. Cozinhar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2*. Petrópolis, 2003, p. 211-267.

GODOI; Christiane Kleinübing; DE MATTOS, Pedro Lincoln C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. p. 115-146.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, Bertha Koiffmann, CHRISTOFOLETTI, Antônio, DAVIDOVICH, Fanny R e GEIGER, Pedro P. (Orgs.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 309-333.

GONTIJO, B. M. Uma Geografia para a Cadeia do Espinhaço. *Megadiversidade*, v. 4, n. 1-2, p. 8-15, dez. 2008.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora, 1956.

IBAMA. *Documento de consulta pública para a criação da Floresta Nacional do Uaimii*. Brasília, 2002.

IBGE. *Censo Demográfico 2000: Agregado por Setores Censitários dos resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2003. 157p.

IEF/SAT. *Reserva da biosfera da Serra do Espinhaço: proposta de criação – fase I*. (Instituto Estadual de Florestas/Sociedade Amigos do Tabuleiro). Belo Horizonte, 2005.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. Conselho Consultivo da APA Estadual Cachoeira das Andorinhas e Floresta Estadual do Uaimii. *Ata da quinta reunião de 2009*, realizada no dia 1º de fevereiro de 2009a.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. Conselho Consultivo da APA Estadual Cachoeira das Andorinhas e Floresta Estadual do Uaimii. *Ata da quarta reunião de 2009*, realizada no dia 29 de abril 2009b.

JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Ângela(Ed.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 47-67.

LAS CASAS, Lúcia Regina de. A cosmologia medieval: a grande cadeia dos seres. In: LAS CASAS, Lúcia Regina de. (Org.) *Relações homem-meio ambiente: bases epistemológicas da questão ambiental*. Belo Horizonte: UFMG, 1990.

LEITE, Juliana Ferreira. *As unidades de conservação estaduais: uma análise da realidade goiana*. 191 f. Dissertação (Dissertação em Política e Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2004.

LEITE-DA-SILVA, A. R. *As práticas sociais e o “fazer estratégia”*: um estudo dos comerciais de hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim. 2007. 301 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MAHFOUD, Miguel. *Cultura e processos de subjetivação – parte 2*. Mar. a jul. 2010. Notas de Aula (gravada), 2010.

MARKOVÁ, Ivana. *Dialogicidade e representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

MATTOS, Yára. *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG: Morros da Queimada, Santana, São João, São Sebastião e Piedade*. Ouro Preto, 2008.

MATTOS, Yara. *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG: Morros da Queimada*, Santana, São João, São Sebastião e Piedade. [Projeto de Extensão]. Ouro Preto, out. 2010. Fonte: arquivo Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG/Programa de Extensão/UFOP.

MINAS GERAIS. Portaria nº 054, de 31 de março de 2008. Dispõe sobre a criação do Conselho Consultivo Conjunto entre a Área de Proteção Ambiental Estadual da Cachoeira das Andorinhas e a Floresta Estadual do Uaimii. Belo Horizonte, 2008.

MITTERMEIER, Russell A.; FONSECA, Gustavo A. B. da.; RYLANDS, Anthony; BRANDON, Katrina. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. *Megadiversidade*, v.1, n.1, jul. 2005.

MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

MOSCOVICI, Serge. *El psicoanálisis, su imagen y su público*. Buenos Aires: Huemul, 1979. p. 27-44.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações sociais. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 29-98.

MOSCOVICI, Serge; VIGNAUX, Georges. O conceito de Themata. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 215-250.

MURTA, Ivana B. D. *A gente é dono e não é: representações sociais em torno da atividade turística e do processo de patrimonialização em São Bartolomeu*. 142f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA, Benedito Taldeu de. *O Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto, MG – um projeto em construção com a Comunidade*. In: IV ENCONTRO MINISTÉRIO PÚBLICO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, Ouro Preto (MG), 11 a 13 de março de 2009. Disponível em: <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/publicacoes.php>> Acesso em: <20/05/2011>

OLIVEIRA, Manfredo A. de. *Subjetividade e totalidade: um confronto com as antropologias contemporâneas*. Conferência proferida no Congresso Internacional “Pessoa e Sociedade”. Universidade Católica de Portugal, Braga (Portugal), 19 nov. 2005. (Apostila)

OLIVEIRA, Manfredo A. de. Tecnologia e intersubjetividade. In: OLIVEIRA, M. A. de. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 115-134.

OURO PRETO. Lei nº 305, de 1968. Cria o Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas. Ouro Preto, 1968.

OURO PRETO. *Parque Municipal das Andorinhas e Morro da Queimada: Delimitação da Área de Proteção (Relatório)*. Ouro Preto, set. 2001.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. *Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano*. *Geografia*, Rio Claro, v. 31, n. 1, p. 47-60, jan./abr., 2006.

PAPA, Solange Maria de Barros. Análise do discurso e realismo crítico: reflexões teórico-metodológicas. *Revista Linguagem*, 16ª ed, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise.; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, Instituto de Letras da UFRGS, n. 1, 1998 (1983). Tradução de Ana Maria Dischinger Marshall e Heloisa Monteiro Rosário. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/lep/arquivos/textos_geral/contextos_epistemologicos_da_AD_pecheux.pdf>: Acesso em: <05/01/2011>

PELUSO, Marília L. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: Geografia e Psicologia. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 2, p. 321-327, 2003.

PEREIRA DE SÁ, Celso P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 19-45.

PEREIRA DE SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxos do papel do Estado nas unidades de conservação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. São Paulo: Autêntica, 2005. p. 119-142.

POLLAK, M. Memória e identidade social. (M. Augras, trad.). *Estudos Históricos*, 5 (10), p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://api.ning.com/files/LI8EhWKOjnpBzyw257Y0NHNZ7xcrf09jmlGegffTskrMH*4bgGuha7RjunwpB7V0vtLjHGOMt7nk*godglpjrxGZxI1DJ8/MemriaeIdentidadeSocial.pdf> Acesso em: <011/04/2010>

POLLI, Gislei Mocelin; KUHNEN, Ariane; AZEVEDO, Eliza Gonçalves de; FANTIN, Jamile; SILVA, Roberta Ferreira Gasparino da. *Representações sociais da água em Santa Catarina. Psicologia em Estudo [online]*. Maringá, v.14, n.3, p. 529-536, 2009.

RATEAU, Patrick. *Princípios organizadores e núcleo central das representações sociais: hipóteses empíricas*. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672004000100008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 05/01/2012>

SANTILLI, Juliana. O socioambientalismo na Constituição brasileira. In: SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Petrópolis, 1993. p. 55-99.

SANTOS, Leonardo Bis dos. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XII, n.1, p. 133-150, jan/jun, 2009.

SCALCO, Raquel Faria. *Desafios, paradoxos e complexidade na gestão do mosaico de unidades de conservação da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas – Ouro Preto/MG*. 2009. 228f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE OURO PRETO. *Olhe o que o fogo fez com a nossa casa*. Folheto de Educação Ambiental campanha contra incêndios florestais. (sem data).

SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de.; BARBOSA, Débora Mara Siade; CARVALHO, Paulo Vinícius de.; MURTA, Ivana Benevides Dutra; MENDONÇA, Milena Cristiane Nascimento. De camelô a empreendedor? O impacto da mudança espacial na identidade dos ambulantes. In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD. (2007: Rio de Janeiro). *Anais ... EOR - B*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 2007. (Texto Integral em CD-ROM dos Anais do 31º ENANPAD).

SPINK, Mary Jane. Representações sociais: questionando o estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, 8 (2): 166-186; jul/dez. 1996.

TORRES, Rosane Rivera. *Estudo sobre os planos amostrais das dissertações e teses em administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Uma contribuição crítica*. 247f. Dissertação (Mestrado em Administração) –Programa de Pós-Graduação em Administração da FEA/USP, 2000.

VARINE, Hugues de. *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: Relatório de Missão*. Ouro Preto, 2008. Fonte: Arquivo Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG/Programa de Extensão/UFOP. Tradução para o português realizada por João Carlos Saraiva de Magalhães, em janeiro 2010.

VASCONCELOS, Diogo de (1923). *História antiga de Minas Gerais*. 3 ed. Belo Horizonte, Itatiaia, Brasília: Editora Itatiaia Ltda, 1974.

VERGARA, Sylvia Constant. Teste de evocação de palavras. In: VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em Administração*. São Paulo: Editora Atlas, 2005. p. 243-256.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: JOVCHELOVICH, Sandra e GUARESCHI, Pedrinho (Orgs) *Textos em representações sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. p. 149-186.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: Um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 11-31.

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista

1. História do lugar onde vive
 - a. Economia
 - b. Lazer
 - c. Oportunidades
 - d. Dificuldades
 - e. Sintetizando, o que significa (nome do lugar onde mora) para você?
2. Mudanças no lugar onde vive (explorar aspectos positivos e negativos das mudanças)
 - a. Houve mudança no custo de vida? Valores de habitação? Em que isso implica?
3. O que é natureza?
4. Meio Ambiente (introduzir ou explorar questão)
5. O que significa a preservação ambiental
 - a. Quando começou o movimento pela preservação
 - b. Quais os aspectos positivos/negativos
6. Economia atual, trabalho, juventude
 - a. Doces (explorar patrimônio imaterial e preservação ambiental)
 - b. Artesanato (explorar relação com preservação ambiental)
 - c. Agricultura (explorar relação com preservação ambiental)
 - d. Pecuária (explorar relação com preservação ambiental)
 - e. Emprego público

Quando o sujeito de alguma forma estava envolvido com as UCs, como funcionário ou como conselheiro, algumas perguntas eram acrescentadas.

Envolvimento com a proteção ambiental via UC

1. Como foi o processo de formação do conselho consultivo?
2. Como tem se desenvolvido o trabalho do conselho?
3. Clima das reuniões, atuação do conselho
4. Oportunidades e conquistas do conselho
5. Dificuldades e pressões
6. Relação entre órgão ambiental e conselho
7. Relação entre conselho e comunidade
8. Relação entre membros do conselho

APÊNDICE B: Questionário survey

Questionário – Pesquisa de Mestrado

Esta é uma pesquisa de Mestrado, a partir da qual queremos saber como as pessoas vivenciam seu ambiente (bairro ou distrito) e qual sua relação com espaços naturais protegidos.

(___) Morro São Sebastião (___) Morro São João (___) São Bartolomeu
(___) Morro da Queimada (___) Morro Santana

1. Nasceu aqui [região da APA], veio de outro lugar ou é sítiante?

- (1) Nasceu na região (Vá para Q.5) _____
(2) Nasceu em outra região (Vá para Q.2)
(3) Sítiante (casa de final de semana)

2. Há quanto tempo mora aqui ou tem casa aqui? _____

- (1) Há menos de 2 anos (2) De 2 a 5 anos
(3) De 5 a 10 anos (4) Há mais de 10 anos

3. De onde veio? _____

- (1) Cidade grande (2) Cidade média (3) Interior (igual aqui)

4. Por que se mudou? _____

- (1) Oportunidade de trabalho
(2) Herança (terra)
(3) Em busca de tranquilidade para morar
(4) Segunda residência, ter um lugar para descansar
(5) Outro _____

5. Quais são as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo (nome do bairro onde mora)?

6. Quais são as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo meio ambiente?

7. Quais são as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo natureza?

8. Quais são as três primeiras palavras que te vêm à cabeça quando eu falo preservação ambiental?

9. Por favor, dê uma nota geral de 1 a 10 para o lugar onde você mora. _____

10. Agora por favor, dê uma nota de 1 a 10 para os seguintes quesitos, em relação ao lugar onde você vive:

- _____| Tranquilidade, vida pacata
_____| Oportunidade emprego
_____| Segurança
_____| Qualidade de vida
_____| Infra-estrutura urbana (ruas e estradas da região)
_____| Comércio na região (encontra tudo o que precisa?)
_____| Espaço para lazer e descanso
_____| Paisagem
_____| Relação entre os moradores
_____| Atenção por parte da Prefeitura
_____| Atenção por parte do estado
_____| Saúde
_____| Educação
_____| Transporte coletivo
_____| Abastecimento de água

O que você gostaria que tivesse para lazer e descanso?

11. Sobre seu envolvimento com o (a)... , responda se você:

C1 PNM das Andorinhas _____

C2 Antes de ser parque, com que frequência v. visitava a área? _____

C2 Depois de ser parque com que frequência v. visita a área? _____

Nota de 1 a 10: _____

O que poderia ser feito para melhorar a sua nota?

C1 Floresta Estadual do Uaimii _____

C2 Antes de ser Floresta, com que frequência v. visitava a área? _____

C2 Depois de ser Floresta, com que frequência v. visita a área? _____

Nota de 1 a 10: _____

O que poderia ser feito para melhorar a sua nota?

C1 P. Arqueológico Morro da Queimada _____

C2 Antes de ser parque, com que frequência v. visitava a área? _____

C2 Depois de ser parque com que frequência v. visita a área? _____

Nota de 1 a 10: _____

O que poderia ser feito para melhorar a sua nota?

12. As áreas protegidas, APA Cachoeira das Andorinhas; Parques ou Floresta influenciam na sua renda ou na de sua família?

(___) Sim, positivamente (___) Sim, negativamente (___) Não

Em que área atua? _____

13. A relação da comunidade onde mora com o IEF é...

(1) Ótima (2) Boa (3) Ruim (4) Muito ruim _____

Por que? _____

14. A relação da comunidade onde mora com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto é...

(1) Ótima (2) Boa (3) Ruim (4) Muito ruim _____

Por que? _____

15. A respeito das seguintes frases, diga se [ENTREGAR CARTÃO C3]

O mais importante aqui é pensar em desenvolvimento econômico _____

Comércio e mineração são as atividades mais importantes da nossa economia _____

Turismo é a atividade mais importante para nós _____

As áreas protegidas (FLOE Uaimii, PNM das Andorinhas, Parque Arqueológico e APA) atrapalham o desenvolvimento da nossa economia _____

Não dá para desenvolver e ter preservação ambiental ao mesmo tempo _____

A Prefeitura cuida do lugar onde moro _____

O IEF é importante para a nossa região _____

Nós aqui sempre preservamos o meio ambiente _____

Não acredito nesse papo de preservação ambiental _____

Os adultos do lugar onde moro sabem como preservar, não precisa ficar ensinando para eles _____

Temos que ensinar crianças, jovens, adultos e idosos a preservar o meio ambiente _____

Antes de pensar no meio ambiente, preciso pensar na minha família, colocar o pão na mesa _____

Depois das áreas protegidas, o lugar onde moro mudou para pior _____

Meio ambiente e história têm tudo a ver _____

Não há diferença entre meio ambiente e natureza _____

O poder público tem mais dever de preservar o meio ambiente do que eu _____

16. Comentários do entrevistado

17. Gênero: (1) Masculino (2) Feminino _____

18. Idade: _____

- (1) 15 a 17 (2) 18 a 29 (3) 30 a 39
(4) 40 a 49 (5) 50 a 59 (6) acima de 60

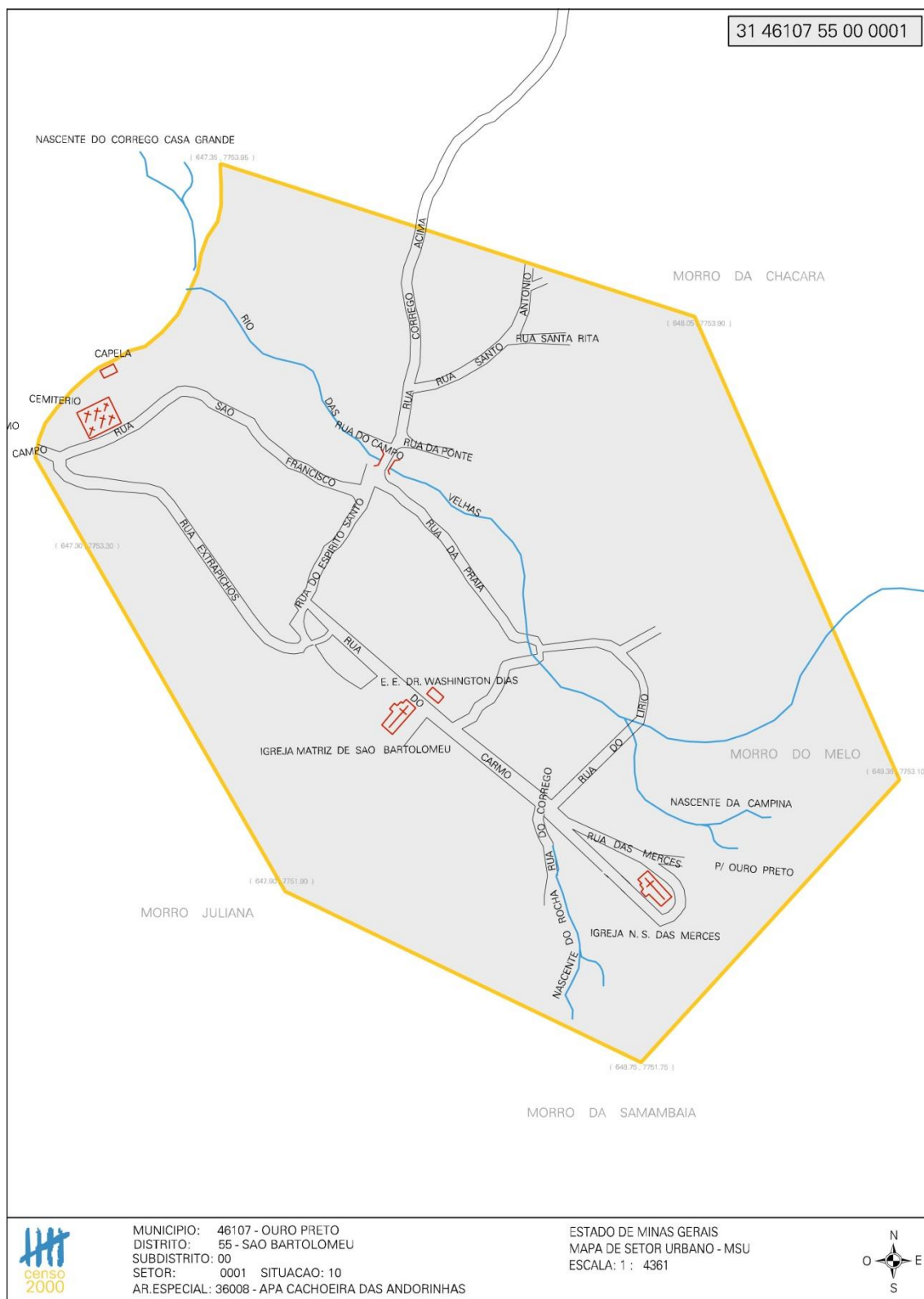
19. Qual a sua formação? _____

- (1) Ensino fundamental incompleto
(2) Ensino fundamental completo – médio incompleto
(3) Ensino médio completo
(4) Ensino superior incompleto
(5) Ensino superior completo _____
(6) Pós-graduação

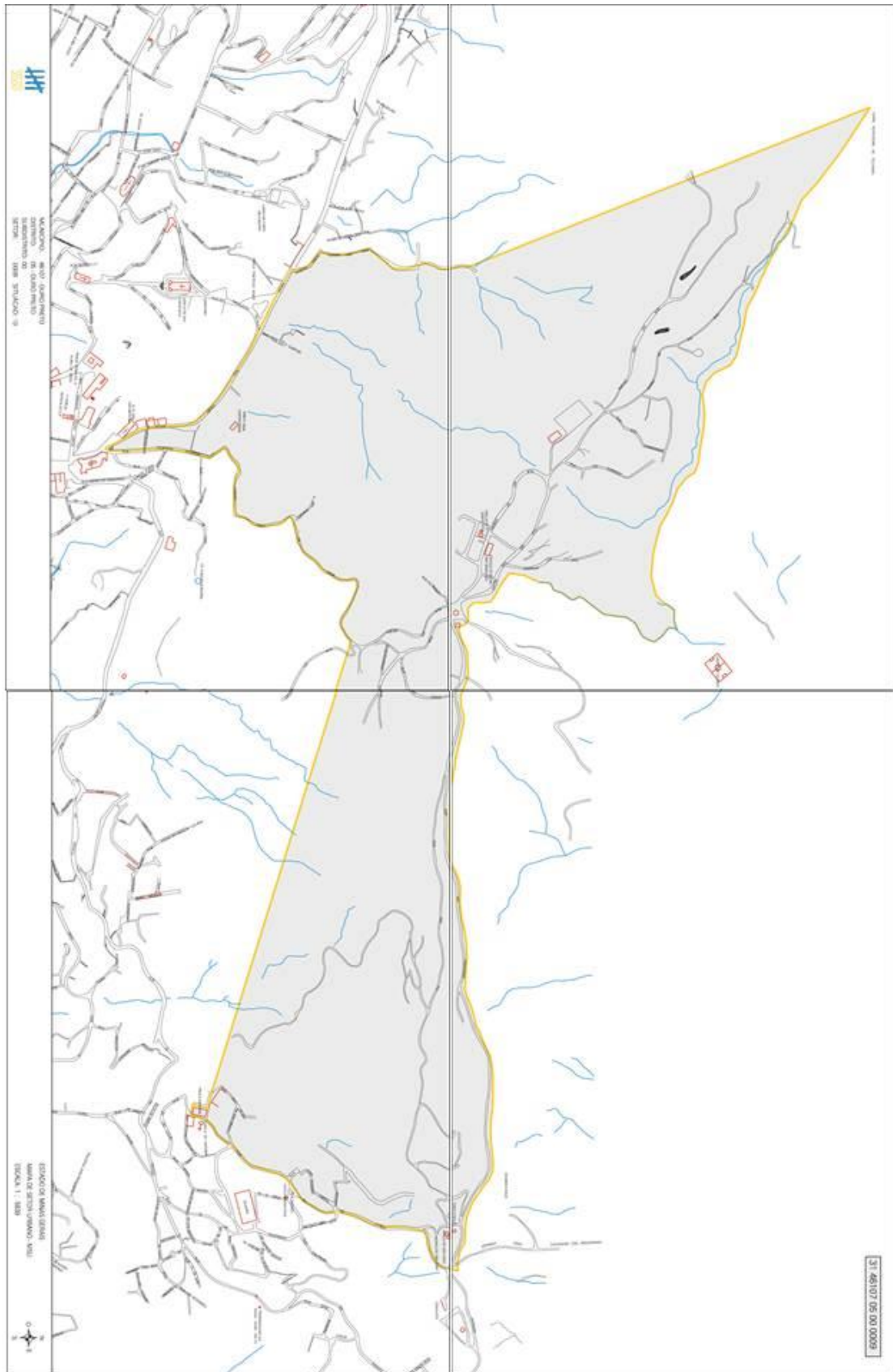
20. Profissão: _____

MUITO OBRIGADA!

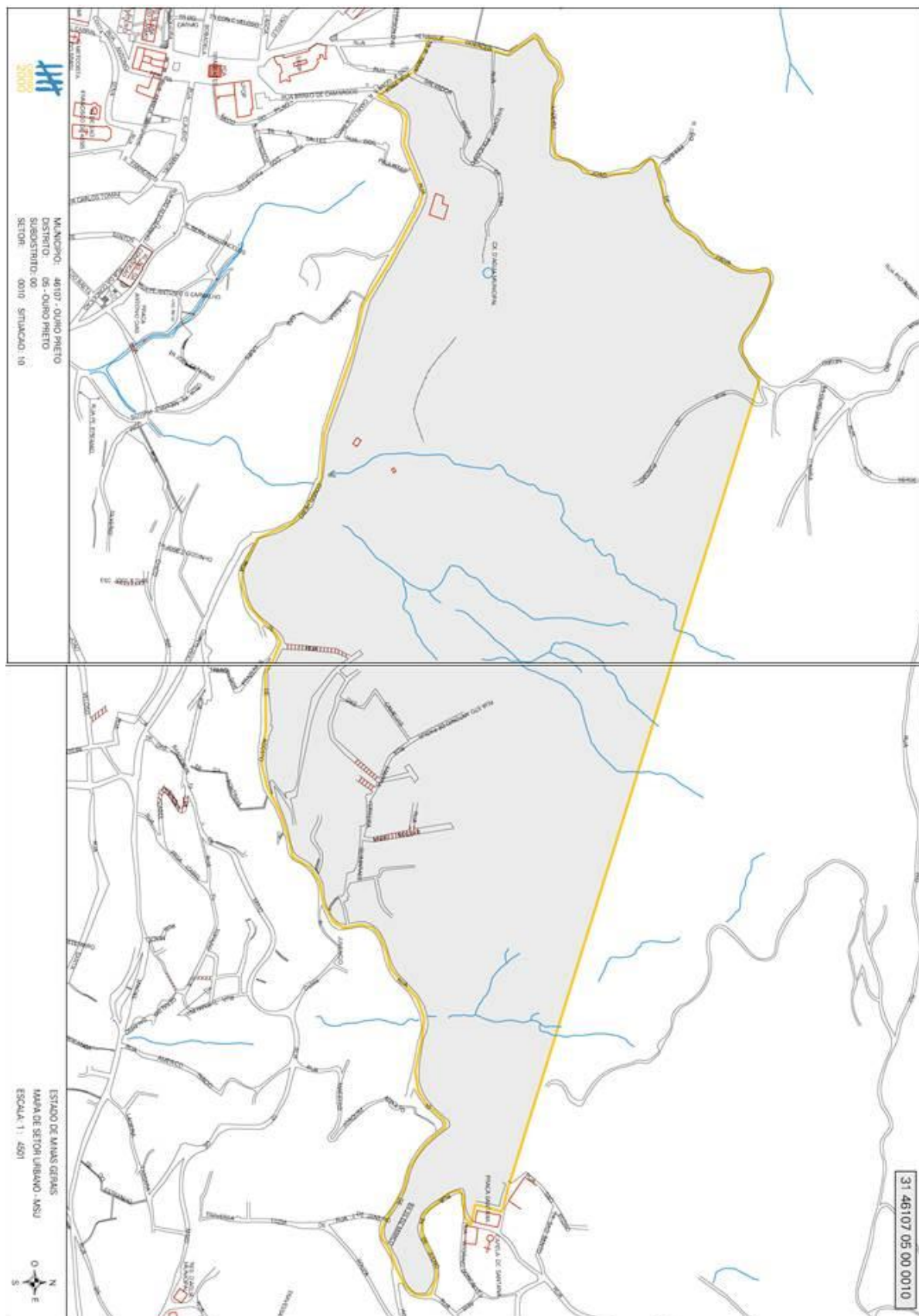
ANEXO 1 – Setor censitário 0001 (São Bartolomeu)



ANEXO 2 – Setor Censitário 0009 (Morro São Sebastião)



**ANEXO 3 – Setor censitário 0010 (Morro São Sebastião; Morro Santana;
Morro São João e Morro da Queimada)**



ANEXO 4 – Setor censitário 0027 (Alto Cruz; Morro Santana)

